



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO
EM HISTÓRIA**

MANUELA ARRUDA DOS SANTOS NUNES DA SILVA

**TEREZA DE BENGUELA: NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS
DE MEMÓRIAS (1994–2014)**

**CUIABÁ-MT
2026**

MANUELA ARRUDA DOS SANTOS NUNES DA SILVA

**TEREZA DE BENGUELA: NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS
DE MEMÓRIAS (1994–2014)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação
em História do Instituto de Geografia,
História e Documentação da Universidade
Federal de Mato Grosso como requisito
parcial para a obtenção do título de doutora
em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Marques

**CUIABÁ-MT
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586t Silva, Manuela Arruda dos Santos Nunes da.

Tereza de Benguela [recurso eletrônico] : narrativas, representações e disputas de memórias (1994-2014) / Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 295 f., il. color., pdf). -- 2026.

Orientador: Ana Maria Marques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2026.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Tereza de Benguela. 2. Mulheres Negras. 3. História do Tempo Presente. 4. História Pública. 5. Políticas de memória. I. Marques, Ana Maria, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Tereza de Benguela: narrativas, representações e disputas de memória (1994–2014)

AUTORA: DOUTORANDA MANUELA ARRUDA DOS SANTOS NUNES DA SILVA

Tese defendida e aprovada em dezessete de abril de dois mil e vinte e seis.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Ana Maria Marques [presidente da banca e orientadora]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Doutora Ana Maria Veiga [examinadora externa]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba

3. Doutora Alcileide Cabral do Nascimento [examinadora externa]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal Rural de Pernambuco

4. Doutora Ana Carolina da Silva Borges [examinadora interna]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

5. Doutora Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho [examinadora interna]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

6. Doutora Alexandra Lima da Silva [examinadora suplente]

INSTITUIÇÃO: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

7. Doutora Divanize Carbonieri [examinadora suplente]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ, 17/04/2026.



Documento assinado eletronicamente por **ANA MARIA MARQUES, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 22/04/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 04/05/2026, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA DA SILVA BORGES, Membro do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em História - IGHD / UFMT**, em 04/05/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Veiga, Usuário Externo**, em 04/05/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aleilde Cabral do Nascimento, Usuário Externo**, em 04/05/2026, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9141317** e o código CRC **1F1AFE55**.

Dedico esta pesquisa às minhas ancestrais,
a todas as mulheres negras e originárias
que foram silenciadas, apagadas e/ou
invisibilizadas na história do Brasil.
Dedico também àquelas que virão...
Que nunca mais se escreva a nossa história sem nós!

AGRADECIMENTOS

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só.
(Sued Nunes)*

Esta tese, escrita por mim, é a materialização de um projeto coletivo. Foi gestada no tempo espiralar: entre o sonho e a materialidade desta escrivência, houve ritornos, idas e vindas, pausas, retornos e recomeços. Ao longo de meu processo formativo, uni minhas mãos às mãos de muitas pessoas, próximas e distantes, encarnadas e encantadas, às quais expresso minha mais genuína gratidão. A lista é grande e o espaço aqui, certamente, não dará conta de nominar todas elas.

Agradeço a Deus e a todas as formas de manifestação do Sagrado que povoam meus dias: à Espiritualidade Amiga, à Ancestralidade e ao Universo abundante, que em tudo orientam e direcionam o meu caminhar.

Em nome de minha mãe, Maria do Carmo Martins de Arruda, e de meu pai, Eriberto Rodrigues dos Santos, agradeço a toda a minha família de sangue e de coração, espalhada por este Brasil e pela diáspora. Vocês ajudaram a sustentar o que não aparece nas páginas, mas existe em cada linha.

Um agradecimento especial ao meu companheiro de vida e de ofício, Leonam Lauro Nunes da Silva, que acompanhou todo o processo de tecitura deste texto com presença, amor, cuidado e parceria.

À comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, obrigada por compartilhar lembranças e por me ensinar que história também se aprende no corpo e no território, e que toda escuta verdadeira pede tempo, respeito e responsabilidade.

Ao coletivo de estudantes que compartilharam comigo a sala de aula, agradeço por me ensinarem que a educação é um gesto radical de futuro. Em especial, às orientandas e aos orientandos que participaram dos projetos de ensino e pesquisa que coordenei: vocês me motivam a aprender para ensinar sobre as histórias que a História oficial não contou.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), agradeço pelo apoio institucional e pela concessão da licença que me permitiu a dedicação

integral ao doutorado. Também agradeço à CAPES pelas cinco cotas de bolsa que suplementaram demandas materiais da pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso, minha gratidão: viva a Universidade Pública e a liberdade de cátedra!

À professora Ana Maria Marques, agradeço pela orientação, pela autonomia e pela confiança em mim depositadas. Obrigada pela nossa escrevivência, da qual esta tese é fruto.

A todas as pessoas que compõem o Programa de Pós-Graduação em História, muito obrigada. Em especial, agradeço às professoras e aos professores com quem tive a oportunidade de aprender e trocar saberes durante o período das disciplinas.

À professora Leny Caselli Anzai, agradeço por seu empenho em tornar públicas e acessíveis as informações contidas nos Anais de Vila Bela, fonte imprescindível para a realização deste trabalho.

Às professoras Ana Maria Veiga e Joselene Ieda dos Santos Lopes, que acompanharam este trabalho desde a qualificação e retornaram à banca de defesa, agradeço pelas leituras atentas, éticas e generosas. Estendo o meu agradecimento a Ana Carolina da Silva Borges e Alcileide Cabral do Nascimento, que somaram as duas primeiras na banca de defesa.

À professora Alcileide Cabral, dirijo um agradecimento especial por sua presença generosa ao longo da minha jornada acadêmica. Desde a graduação em História na UFRPE, pude contar com seu apoio, incentivo e orientação, em diferentes momentos do meu percurso. Em seu nome, homenageio ao coletivo de docentes que contribuíram para a minha formação e que, mesmo não estando aqui nominado, segue presente na professora que me tornei. Há, em minha prática docente, um pouco de cada uma e de cada um que me ajudou a chegar até aqui.

A toda a turma do Doutorado em História de 2022, agradeço a companhia nesta travessia, especialmente a Cátia Cristina de Almeida, companheira de IFMT e de PPGHIS, Hiolly Batista, Keit Diogo Gomes, Lilian Santos de Andrade e Paula Souza da Cunha. À Keit e à Paula, companheiras de orientação, agradeço também pela partilha mais próxima dos caminhos da pesquisa.

Aos grupos de pesquisa: História e Estudos de Gênero da UFMT, à ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, e à Rede Internacional Pedagogia Feminista Negra (RIPFN), agradeço pelos aquilombamentos acadêmicos e pelo fortalecimento coletivo.

Às equipes dos arquivos, centros de documentação e acervos digitais consultados, expresso minha gratidão pelo acolhimento, pela guarda e pela disponibilização das fontes que tornaram esta pesquisa possível. Agradeço, em especial, às equipes do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Casa Sueli Carneiro, do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, do Centro de Memória do Carnaval da LIESA, na pessoa de Fernando Araújo, e da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Ao coletivo de orientadores da ONHB, rede nacional de amizade e inspiração no ofício de ensinar e pesquisar. Nomeio, com especial carinho, Aletícia Rocha, Carla Izabel Brolia, Juliane Moraes, Maria Aparecida Gomes de Almeida e Michele Valentim Moraes, e estendo o agradecimento a André Vinícius B. Magalhães, Carlos Henrique Teotônio, Francisco Carlos O. de Souza, George Mota, Glayds Richeles A. Veiga, José Cleber U. Gomes, Ivan Luís Lima Cavalcanti, José Gerardo Bastos da C. Júnior, Plínio F. Guimarães e Zilfran V. Fontenele.

Muitas pessoas colaboraram para a realização desta pesquisa, por meio de indicações de fontes, conversas, leituras, documentos compartilhados, escutas generosas e gestos de cuidado. Agradeço a Aloysio Félix da S. Júnior, Ana Cristiane Queiroz Santos, Anderson Luís do Espírito Santo, Aretusa Aparecida Francisca Moreira Baiocco, Dejenana Keila O. Campos, Divanize Carbonieri, Felipe de Lima Ribeiro (*in memoriam*), Fernanda Oliveira, Flávia Magalhães Braga, Flávia Pereira Machado, Flaviane Camargo, Giovana Xavier, Iêda de Souza Cruz, Isaac Bernat, Joice Viana, James Naylor Green, José Bezerra de Brito Neto, João Carlos Escosteguy Filho, Juliana Guedes, Letícia Caldeira, Marcela Profeta Ribeiro, Marcelle Jacinto da Silva, Mariana Ribas Cordeiro, Nilmara Meireles, Olisete Francisca da Silva, Paula Faustino Sampaio, Raquel G. A. Gomes, Raquel Mallezan, Renato Motta Rodrigues, Úrsulla Roberta Machado Bezerra, Valéria José Silva Santos, Vânia Vasconcelos, Vera Baggetti, Vivian da Veiga Silva e Zuleica Arruda.

A todas e todos que não estão aqui nominados, mas que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho, minha gratidão. Que o Universo abundante retribua, de forma exponencial, as boas vibrações, palavras de conforto e incentivo, orações e gestos carinhosos enviados a mim. Muito obrigada!

Por fim, agradeço à pequena Manuela que mora em mim: à menina inquieta, de olhar curioso e mil abas abertas na cabeça, que não desistiu diante dos desafios e aprendeu a criar estratégias de autossuporte para ultrapassar seus limites. Parabéns, garota! Nós conseguimos.

Antes, eu tinha medo de falar...
E lendo sobre o sexismo,
percebi que sentia medo de falar,
porque eu sou uma mulher
Lembrei das fogueiras e aquilo me queimou por dentro

Antes, eu tinha medo de falar...
E lendo sobre o racismo,
percebi que sentia medo de falar,
porque eu era uma mulher racializada
Lembrei das correntes e aquilo que aprisionou por dentro

Antes, eu tinha medo de falar...
E lendo sobre o capitalismo,
percebi que sentia medo de falar,
porque eu era uma mulher racializada empobrecida
Lembrei da fome e aquilo me devorou por dentro

Antes, eu tinha medo de falar...
E lendo sobre o colonialismo,
percebi que eu sentia medo de falar, porque eu era uma mulher
racializada empobrecida colonizada
Lembrei dos laços e aquilo que amarrou por dentro

Dos ventres espoliados de onde eu vim
Escorre um fio de fala desautorizada
Nasci para falar por mim
Mas também pelas ancestrais que em mim fazem morada

Falo para dentro,
quando não me sinto autorizada a falar para fora
E falando para dentro...
Apago a fogueira da inquisição
Quebro as correntes
Sacio a fome por expressão
E desato os laços nos dentes.
(Andrielle Mendes – Indígena Potiguara, 2020)

RESUMO

A pesquisa historiciza as representações e narrativas sobre Tereza de Benguela no tempo presente, tomando como recorte central o período de 1994 a 2014. A investigação parte da seguinte questão: como uma personagem histórica invisibilizada na historiografia de ampla circulação emergiu, na contemporaneidade, como referência política, simbólica e identitária para mulheres negras? O recorte ancora-se em dois marcos de projeção pública nacional do nome de Tereza: o desfile do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro, que, em 1994, apresentou o enredo *Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal*, e a sanção da Lei nº 12.987/2014, que instituiu o 25 de julho como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*.

Ancorada pela noção de tempo espiralar, a análise retorna aos vestígios coloniais do século XVIII, especialmente aos *Anais de Vila Bela* (1770), atravessa o apagamento posterior nos registros oficiais e observa a persistência de descrições masculinas que fixaram Tereza em chaves como “revoltada”, “louca” e “suicida”, produzindo distorções duradouras sobre sua trajetória. Em seguida, acompanha sua reemergência na segunda metade do século XX, quando os movimentos negros e, em especial, os coletivos de mulheres negras, disputaram o passado e reivindicaram outras gramáticas de memória, em diálogo com debates públicos e políticas de reparação das desigualdades raciais no Brasil. Nesse itinerário, Tereza funciona como figura de mediação entre agendas contemporâneas de luta e historicidades afrodiáspóricas silenciadas.

Com ancoragem nos feminismos negros, nos estudos de gênero e nos estudos críticos das colonialidades, a pesquisa analisa um *corpus* documental composto por registros coloniais, cartografias, pintura, enredo e samba-enredo, projetos de lei e narrativas digitais. Ao articular Historiografia, Estudos de Gênero, História Pública, Ensino de História e circulação de memórias, a tese sustenta que a mediação pública do passado exige atitude historiadora, fundada na crítica documental, na explicitação das fontes, na historicização das traduções coloniais e na disputa dos regimes de visibilidade e autoridade. Como desdobramento analítico do marco de 2014, sem ampliar o recorte central da tese, examina-se ainda a circulação digital de notas biográficas e imagens atribuídas a Tereza em textos publicados em *sites* entre 2014 e 2025, evidenciando como, no ambiente digital se intensificou a produção de distorções históricas nominadas, na tese como *fake histories*. A tese recoloca, assim, o letramento histórico digital, racial e de gênero como tarefa historiográfica e pedagógica.

Palavras-chave: Tereza de Benguela; mulheres negras; História do Tempo Presente; História Pública; políticas de memória.

ABSTRACT

This research historicizes the representations and narratives about Tereza de Benguela in the present time, focusing on the period from 1994 to 2014. The investigation is guided by the following question: how did a historical figure made invisible in broad-circulation historiography emerge, in contemporaneity, as a political, symbolic, and identitarian reference for Black women? The temporal frame is anchored in two milestones that projected Tereza's name onto the national public sphere: the 1994 parade of Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro, which presented the theme *Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal*, and the enactment of Law No. 12.987/2014, which established July 25 as the *National Day of Tereza de Benguela and Black Women*. Grounded in the notion of spiral time, the analysis returns to eighteenth-century colonial traces, especially the *Anais de Vila Bela (1770)*, moves through Tereza's later erasure from official records, and examines the persistence of male-authored descriptions that fixed her in terms such as "rebel," "mad," and "suicidal," producing enduring distortions about her trajectory. The research then follows her reemergence in the second half of the twentieth century, when Black movements, and especially Black women's collectives, disputed the past and claimed other grammars of memory, in dialogue with public debates and policies aimed at repairing racial inequalities in Brazil. In this itinerary, Tereza functions as a figure of mediation between contemporary agendas of struggle and silenced Afrodiasporic historicities.

Drawing on Black feminisms, gender studies, and critical studies of colonialities, the research analyzes a documentary corpus composed of colonial records, cartographies, painting, carnival theme and samba-enredo, bills and laws, and digital narratives. By articulating Historiography, Gender Studies, Public History, History Education, and the circulation of memories, the thesis argues that the public mediation of the past requires a historian's attitude, grounded in documentary criticism, explicit source attribution, the historicization of colonial translations, and the dispute over regimes of visibility and authority. As an analytical development of the 2014 milestone, without expanding the thesis's central temporal frame, the research also examines the digital circulation of biographical notes and images attributed to Tereza in texts published on websites between 2014 and 2025, showing how the digital environment intensified the production of historical distortions named in the thesis as *fake histories*. The thesis thus repositions digital historical literacy, racial literacy, and gender literacy as historiographical and pedagogical tasks.

Keywords: Tereza de Benguela; Black women; History of the Present Time; Public History; politics of memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da Capitania de Mato Grosso e a Fronteira com os Domínios Espanhóis (Séculos XVIII e XIX)	48
Figura 2 -	Plano da Capital de Vila Bela do Mato Grosso – 1777	50
Figura 3 -	Mapa com a localização dos Quilombos em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX	58
Figura 4 -	Mapa das Rotas do tráfico transatlântico e da diáspora africana	62
Figura 5 -	Joãosinho Trinta posa para a <i>Revista Manchete</i> e explica o enredo	101
Figura 6 -	Trecho do <i>release</i> da explicação do enredo <i>Tereza de Benguela – uma rainha negra no Pantanal</i>	103
Figura 7 -	Matéria do jornal <i>O Globo</i> sobre a vinda da comitiva da Viradouro a Cuiabá (dezembro de 1993)	107
Figura 8 -	Festa de apresentação do enredo no Ginásio da UFMT	108
Figura 9 -	Cortejo fluvial da comitiva da Viradouro no rio Cuiabá	109
Figura 10 -	Detalhe da faixa promocional do enredo na chalana: <i>Tereza de Benguela - Uma Rainha Negra no Pantanal</i> – Viradouro ..	110
Figura 11 -	“Carnaval fora de época” em Santo Antônio de Leverger: ocupação da Rua 13 de Junho e recepção local da comitiva	110
Figura 12 -	Apresentação das “Terezas” de Vila Bela	112
Figura 13 -	Joãosinho Trinta apresenta o desfile à frente do <i>Pede Passagem</i> da Viradouro	116
Figura 14 -	Integrantes da Comissão de Frente representando a cultura africana no Pantanal cujo símbolo é o Tuiuiú	117
Figura 15 -	Vista panorâmica do Abre-Alas do desfile da Viradouro – 1994	118
Figura 16 -	Vista lateral do carro <i>Abre-Alas</i> com a representação do <i>Parlamento do Quariterê</i>	119
Figura 17 -	Ala das baianas representando o <i>reliquário das tradições do Quilombo do Quariterê</i>	120
Figura 18 -	A bateria da Viradouro fantasiada de <i>Raízes Afro</i>	121
Figura 19 -	“Tereza” de Benguela em primeiro plano no carro <i>Das Raças</i>	122
Figura 20 -	Plano geral do carro alegórico “Índios”	125
Figura 21 -	Plano geral do carro alegórico <i>Arca de Noé no Pantanal</i>	127
Figura 22 -	Carro alegórico <i>loucura e exaltação</i> de Tereza de Benguela ...	129
Figura 23 -	Cartaz do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras do Maranhão	145
Figura 24 -	Folder - Convocatória de articulação brasileira para o 1º Encontro Latino-Americano e Caribenho de mulheres negras	155
Figura 25 -	Relatório – Objetivos e estratégias de formação da RMAAD	157

Figura 26 -	Mensagem da presidenta Dilma Rousseff ao Congresso Nacional	173
Figura 27 -	Trabalhos desenvolvidos pelas 4 equipes que escolheram verbetar Tereza de Benguela para o dicionário <i>Excluídos da História</i>	185
Figura 28 -	<i>Print</i> da página inicial da pesquisa realizada no Google com o buscador “Tereza de Benguela”	188
Figura 29 -	Reprodução da tela <i>Portrait de femme drapée de rouge</i> de Félix Vallotton (1911) com destaque para a assinatura do pintor	190
Figura 30 -	Anúncio de venda da tela original <i>Portrait de femme drapée de rouge</i> de Félix Vallotton (1911)	191
Figura 31 -	<i>Print</i> da página de divulgação do curso <i>Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras</i>	199
Figura 32 -	Destaque da página 47 do livro <i>Mulheres pioneiras: elas fizeram história</i> onde aparece a imagem atribuída a Tereza de Benguela	201
Figura 33 -	<i>Print</i> da capa do site PET História USP com a exposição virtual <i>Mulheridades Negras Na História</i> que homenageou Tereza de Benguela	203
Figura 34 -	<i>Print</i> da capa do site Fundação Cultural Palmares sobre o dia 25 de julho	204
Figura 35 -	<i>Print</i> da capa do site Fundação Cultural Palmares <i>Somos todas Tereza de Benguela</i>	204
Figura 36 -	<i>Print</i> post sobre Tereza de Benguela página do Blog <i>Ensinar História</i>	206
Figura 37 -	<i>Print</i> do post sobre Tereza de Benguela na página <i>Donas da Rua</i>	208
Figura 38 -	Tipologia das Fontes Consultadas - Classificação dos 20 sites analisados por natureza institucional e editorial	209
Figura 39 -	Fluxograma efeito “câmara de eco”: quem cita quem na web (2014-2025)	211
Figura 40 -	Transparência das fontes nos sites analisados (2014 – 2025) ..	213
Figura 41 -	Sites que apresentam a imagem de Vallotton erroneamente atribuída a Tereza de Benguela	214
Figura 42 -	Sites que citam que Tereza foi “casada” com José Piolho	216
Figura 43 -	Sites que citam o “Parlamento” do Quariterê: a reprodução acrítica do olhar colonial	218
Figura 44 -	Apropriação do título de “Rainha” e o apagamento das epistemologias africanas	219
Figura 45 -	Análise comparativa dos dados sobre as “possíveis” causa de morte de Tereza citadas nos sites	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Disposições Constitucionais Transitórias
ADMV - Assessoria Especial em Defesa da Democracia, Memória e Verdade
AEL - Arquivo Edgard Leuenroth
AFRO- CEBRAP – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)
APMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
BA - Bahia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCMN - Casa de Cultura da Mulher Negra
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEC - Comissão de Educação e Cultura
CEERT - Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEFAPRO - Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
CGMET - Coordenação Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas
DNA - Deoxyribonucleic Acid
DSCP - Departamento de Serviço de Censura e Diversões Públicas
EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EUA – Estados Unidos da América
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas
IENMN - I Encontro Nacional de Mulheres Negras
IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IGHD - Instituto de Geografia, História e Documentação
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IMUNE - Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro
MA – Maranhão
MASP - Museu de Arte de São Paulo

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MNU - Movimento Negro Unificado
MT – Mato Grosso
NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NEABI's – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas
NEPRE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação
ODARA - Instituto da Mulher Negra
ONG – Organização Não Governamental
ONHB - Olimpíada Nacional em História do Brasil
ONU - Organização das Nações Unidas
Pcdob - Partido Comunista do Brasil
PET – Programa de Educação Tutorial
PL - Projeto de Lei
PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História
PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PT – Partido dos Trabalhadores
RICD - Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RJ – Rio de Janeiro
RMAAD - Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora
SEC - MT - Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso
SEPPIR - a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC - Serviço Social do Comércio
TEN - Teatro Experimental do Negro
UES - União das Escolas de Samba
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
URL - Uniform Resource Locator
USP - Universidade de São Paulo
VASP - Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - A TECITURA DA TESE: ENTRE	18
2	DE BENGUELA A VILA BELA: TRÂNSITOS	
	AFRO/ATLÂNTICO/DIASPÓRICOS OU QUANDO O	
	PRESENTE INTERROGA O PASSADO	40
2.1	Colonização do Vale do Guaporé e a fundação da Vila Capital	45
2.1.1	<i>Escravidão e resistência negra na Fronteira Oeste: notas</i>	
	<i>historiográficas.....</i>	<i>51</i>
2.2	Da (re)existência no vestígio: o que dizem as fontes coloniais	
	sobre Tereza e o que mais podemos saber sobre ela?	59
2.2.1	<i>Matrizes Africanas: o nome, o porto e a linhagem</i>	<i>61</i>
2.3	Os Anais de Vila Bela (1734 – 1789): entre textos, intertextos e	
	subtextos sobre Tereza de Benguela	65
2.3.1	<i>O “Estouro” do Quilombo Grande: uma leitura crítica dos Anais</i>	
	<i>de Vila Bela, a partir do registro de 1770</i>	<i>67</i>
3	QUANDO A ESCOLA DE SAMBA CONTA A HISTÓRIA:	
	TEREZA DE BENGUELA A PARTIR DO ENREDO DA	
	VIRADOURO – 1994	84
3.1	O Carnaval carioca em perspectiva histórica: entre resistências	
	e negociações	86
3.2	Escolas de Samba como arenas de debate público: as disputas	
	pela memória	89
3.3	A fabricação do espetáculo: a construção de enredos e desfiles	
	no Grupo Especial	92
3.4	Tereza de Benguela e Joãozinho Trinta: um encontro que virou	
	enredo e entrou para a história	94
3.4.1	<i>Análise da letra do samba-enredo: Tereza de Benguela - uma</i>	
	<i>rainha negra no Pantanal</i>	<i>99</i>
3.4.2	<i>Entre pesquisa e o marketing: a comitiva da Viradouro em Mato</i>	
	<i>Grosso</i>	<i>106</i>
3.4.3	<i>Joãozinho Trinta em Vila Bela e a “descoberta” das “herdeiras”</i>	
	<i>de Tereza</i>	<i>111</i>
3.5	Análise do desfile: desenvolvimento do enredo e estrutura visual	114
3.6	A Tereza da Sapucaí: figurações e sentidos de uma Rainha	
	Negra no Pantanal	130
4	“SOMOS TODAS TEREZAS”: O MOVIMENTO DE	
	MULHERES NEGRAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO	
	25 DE JULHO COMO DIA NACIONAL DE TEREZA DE	
	BENGUELA E DA MULHER NEGRA (LEI Nº 12.987/2014)	135
4.1	Mulheres negras em movimento: das margens para o centro do	139
	debate público	

4.2	Mulheres Negras da América Latina e do Caribe em rede: a construção do 25 de julho e as disputas de sentido no Brasil	152
4.3	A construção da Lei nº 12.987/2014 e a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra	159
4.3.1	<i>O processo legislativo ordinário: da apresentação da proposta a sanção.....</i>	161
4.3.2	<i>Projetos de Lei nº 5371/2009 e nº 5746/2009.....</i>	162
4.3.3	<i>Sentidos em disputa: efeméride, memória e rememoração crítica</i>	175
5	CARTOGRAFIA DAS FAKE HISTORIES SOBRE TEREZA DE BENGUELA NA ERA DIGITAL: DESAFIOS PARA A HISTORIOGRAFIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	179
5.1	Da rainha “excluída da história” ao processo de “rostificação” de Tereza de Benguela	181
5.1.1	<i>A cartografia de uma imagem: como uma pintura do século XX virou o retrato de Tereza de Benguela dentro e fora do ciberespaço</i>	186
5.1.2	<i>Caiu na rede como “verdade”, mas é fake: a pintura de Vallotton se espalha como o retrato de Tereza nas redes</i>	194
5.1.3	<i>A invenção visual de Tereza de Benguela: mapeamento da apropriação e institucionalização da obra de Vallotton</i>	200
5.2	É fato ou fake? Análise da memória de Tereza de Benguela na web a partir da amostragem de 20 sites (2014-2025)	208
5.2.1	<i>Análise dos dados obtidos a partir da amostragem de 20 sites na Web (2014-2025)</i>	210
5.3	Da presença ausente à atitude historiadora: estratégias de letramento digital e racial contra as fake histories	221
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: TEREZA NAS ENCRUZILHADAS COMO UMA CONSTRUÇÃO NARRATIVA POLIFÔNICA	225
	REFERÊNCIAS	234
	APÊNDICE A – Informações sobre as principais fake history sobre Tereza de Benguela contidas em 20 sites (2014 a 2025)	262
	ANEXO A – Rotas do tráfico de escravos na África Central do século XVIII (segundo J. Vansina)	277
	ANEXO B – Mapa do Hiterland de Benguela ao Auto Peru	278
	ANEXO C - Mapa do quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais (1769)	279
	ANEXO D - Relação dos Pretos, Índios e Caburés de que se compunha o quilombo do Piolho, em que se deu no dia 19 de junho de 1795	280
	ANEXO E - Glossário dos quesitos de julgamento no Grupo Especial das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Manual do Julgador - LIESA, 2025)	281
	ANEXO F – Ficha técnica com as referências bibliográficas do enredo da Viradouro – 1994	282

ANEXO G – Viradouro ‘explode’ em novo samba – Matéria do O Globo 24/10/1993	283
ANEXO H - Viola-de-Cocho – modo de fazer	284
ANEXO I - Festa do lançamento do Enredo no Ginásio da UFMT	285
ANEXO J – De Mato Grosso para a Marquês de Sapucaí: Joãozinho Trinta apresenta suas três ‘Terezas’	286
ANEXO K – Quadro de notas por quesito (três jurados)	287
ANEXO L - Viradouro comemora o terceiro lugar	288
ANEXO M – Calendário 1988/1989 – As mulheres na luta contra a escravidão	289
ANEXO N - Folder - Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista	290
ANEXO O - Folder Casa de Cultura da Mulher Negra/Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista	291
ANEXO P - Folder – Convocatória de articulação brasileira para o 1º Encontro Latino-Americano e Caribenho de mulheres negras	292
ANEXO Q - Organograma do processo Legislativo – Câmara dos Deputados e Senado Federal	293

1 INTRODUÇÃO - A TECITURA DA TESE: ENTRE ESCRIVIVÊNCIAS, CONFLUÊNCIAS E APRENDÊNCIAS

*Foram me chamar
eu estou aqui, o que é que há,
eu vim de lá,
eu vim de lá pequenininho
Alguém me avisou para pisar nesse chão devagarinho
(Dona Ivone Lara)*

É em tom de chegada que apresento o tema central desta pesquisa: historicizar as narrativas e representações sobre Tereza de Benguela no tempo presente, tomando como recorte central o arco de 1994 a 2014. “Tempo presente” é aqui compreendido não apenas como uma delimitação cronológica, mas como um modo de interrogar o passado a partir das disputas de memória e dos regimes de circulação pública que atravessam o presente. A pergunta inicial que motivou esta investigação foi: como Tereza de Benguela, personagem histórica invisibilizada na produção historiográfica de ampla circulação, emergiu, na contemporaneidade, como ícone de empoderamento e representatividade para mulheres negras? O objeto da tese, portanto, não é apenas a personagem histórica, mas os regimes de memória que a produzem, disputam e estabilizam determinadas narrativas e representações sobre ela.

Os marcos históricos que balizam o recorte temporal escolhido correspondem a dois eventos que projetaram o nome de Tereza em escala nacional e se relacionam diretamente à hipótese da tese. O primeiro, em 1994, refere-se ao enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro, intitulado *Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal*. O segundo, em 2014, diz respeito à sanção da Lei nº 12.987/2014, pela presidenta Dilma Rousseff, que instituiu o dia 25 de julho, em todo o território nacional, como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*.

Esta tese é um trabalho acadêmico, mas não se reduz a isso. Ela também é fruto das “escrevivências”¹ que venho construindo há mais de duas décadas como professora-pesquisadora-aprendente, em diálogo com debates que vêm reposicionando a Teoria da

¹ O conceito de “escrevivência”, formulado por Conceição Evaristo (2020), nomeia uma escrita atravessada pela experiência vivida, pela memória e pela coletividade, especialmente a partir das trajetórias de mulheres negras. Nesta tese, o termo orienta também uma escolha narrativa e metodológica: o uso da primeira pessoa do singular ocorre quando me refiro à minha trajetória docente, às minhas experiências formativas e às escolhas de pesquisa que estruturam este trabalho. A primeira pessoa do plural, por sua vez, aparece quando estabeleço interlocução com o campo historiográfico, com os debates teóricos mobilizados e/ou quando me refiro a atividades desenvolvidas coletivamente com estudantes.

História a partir de sujeitos, territórios e experiências historicamente colocados à margem. Por isso, os recortes do tema e as escolhas teórico-metodológicas aqui adotadas têm profunda relação com essa caminhada.

Nasci em Recife, Pernambuco, onde cursei a educação básica, a graduação, a especialização e o mestrado em História². Venho de uma família interracial: meu pai, um homem negro; minha mãe, uma mulher branca. Em casa, não conversávamos abertamente sobre questões raciais, mas o silêncio não impedia que o racismo atravessasse a vida cotidiana. Durante a infância, sentia desconforto – o qual não sabia nominar – quando saía com minha mãe e as pessoas se referiam a mim com frases como: “Que bonitinha, é adotada?”.

Meus pais, ambos da classe trabalhadora, tiveram acesso limitado à educação formal. Isso, porém, não os impediu de projetar para mim o acesso e a progressão escolar que lhes foram histórica e socialmente negados. “Estude, minha filha! Seu pai não pode lhe deixar bens materiais, mas o conhecimento ninguém vai tirar de você”, dizia meu pai, enquanto me arrumava para ir à escola. Ainda criança, meu pai já me chamava de “dotôra Manuela”. Eu não compreendia plenamente o peso daquela nomeação, mas intuía que, para ele, o estudo era uma forma de herança imaterial. Hoje compreendo como essas frases, repetidas na infância, me influenciaram a entender a educação escolar como um caminho e possibilidade de futuro.

Só que, no início dos anos 1990, o ambiente escolar não era exatamente “um céu de brigadeiro” para uma menina como eu. Algumas experiências vividas naquele espaço, hoje compreendidas e nomeadas como “microagressões”³ de caráter racial, marcaram minha subjetividade. Sempre fui lida como “boa aluna”; desde muito cedo, entendi que tirar boas notas era minha “obrigação”. Durante o ensino fundamental, aprendi a gostar de História Geral: ficava encantada com as pinturas renascentistas e achava fascinante a estrutura montada pelos navegadores para cruzar o Oceano Atlântico em busca das especiarias.

² Licenciatura Plena em História (2005); Especialização em Ensino de História (2008); Mestrado em História Social da Cultura Regional (2009), todos os cursos realizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

³ Utilizo a expressão “microagressões” de caráter racial em diálogo com o jurista Adilson Moreira (2019), que as nomeia como: falas, gestos, comentários, olhares, piadas e atitudes cotidianas que expressam desprezo, hostilidade ou invalidação em relação a pessoas racializadas. Embora muitas vezes sejam tratadas como sutis ou pouco graves, tais práticas produzem efeitos cumulativos, reforçam estereótipos e comunicam lugares sociais de inferiorização.

Mas não era nada confortável para mim a forma como a História do Brasil era ensinada. Os manuais didáticos estavam repletos de nomes, datas e acontecimentos que pouco dialogavam com a minha realidade. Decorar ciclos econômicos, nomes de princesas e eventos apresentados de forma fragmentada parecia um exercício distante, quase sem sentido. Nesse contexto, os “índios”⁴ apareciam como coadjuvantes, enquanto pessoas africanas, no contexto colonial, eram reduzidas à condição de “escravos”⁵. Para mim, as imagens impressas nos livros de História do Brasil eram perturbadoras: o único espaço em que eu via gente parecida comigo era em situações de violência e subalternização. Agora mesmo, enquanto escrevo, lembro com riqueza de detalhes a angústia que sentia ao folhear o livro didático de história e ver a figura de um homem negro atado a um tronco, corpo despido, levando chicotadas⁶.

Como aluna bolsista em uma escola particular, à medida que avançava nas séries, olhava para os lados e via cada vez menos pessoas como eu em sala. Tinha pavor das aulas sobre o período colonial porque, como uma das poucas meninas negras da classe, percebia os olhares que se voltavam para mim sempre que a professora falava sobre escravidão. Muitas vezes, esses olhares vinham acompanhados de risos irônicos. Éramos poucas pessoas negras e, no final da década de 1990, quase ninguém parecia ver problema em praticar contra nós aquilo que hoje compreendo e nomeio como racismo “recreativo”⁷

⁴ O termo “índio” aparece entre aspas para marcar a linguagem corrente em materiais escolares e discursos comuns na década de 1990, período a que me refiro nesse trecho. Além disso, nos materiais escolares, o termo aparecia frequentemente grafado no masculino, como se essa forma pudesse representar universalmente experiências, corpos e pertencimentos diversos. Nesta tese, utilizo “povos indígenas” e, quando pertinente, “povos originários”, por afirmarem a anterioridade territorial e valorizarem a pluralidade de identidades, línguas, cosmologias e formas de organização. O uso de “índio”, quando ocorrer, será restrito à reprodução literal de fontes, materiais didáticos ou discursos de época.

⁵ Esta tese se soma ao movimento de produções historiográficas e educacionais que refutam o uso naturalizado da palavra “escravo”, por compreender que ela tende a fixar como identidade aquilo que foi uma condição histórica imposta pela violência. Nos manuais didáticos que marcaram minha formação escolar, africanos e africanas eram frequentemente apresentados quase como sinônimos de “escravos”, sem a devida problematização dos processos históricos de captura, tráfico, escravização e resistência. Além disso, o termo aparecia, em geral, no masculino, como se “o escravo” pudesse representar universalmente experiências diversas de homens, mulheres e crianças submetidas à escravização. Nesta tese, utilizo preferencialmente a expressão “pessoas escravizadas” por evidenciar o caráter compulsório, político e violento desse processo. O uso de “escravo”, quando ocorrer, será restrito à reprodução literal de fontes, materiais didáticos ou discursos de época, preservando-se a grafia e os termos originais.

⁶ Refiro-me à imagem *L'exécution de la punition du fouet / Nègres à la potence*, publicada originalmente em 1835, que representa a punição física de uma pessoa negra escravizada atada ao tronco. A imagem integra o acervo da *Brasiliana Iconográfica*. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19614/l-execution-de-la-punition-du-fouet-negres-ao-tronco>. Acesso em: 13 maio 2024.

⁷ De acordo com Adilson Moreira (2019), o “racismo recreativo” diz respeito a práticas racistas apresentadas como piadas, brincadeiras ou descontração. Longe de serem episódios isolados ou inofensivos, tais práticas integram um sistema de dominação racial que mobiliza o humor para reproduzir estereótipos, degradar pessoas negras e reafirmar hierarquias sociais sob a aparência de “brincadeira”.

(Moreira, 2019). Quando alguém chamava uma menina de “mulata Globeleza”, ou um menino de “Mussum” ou “Pelé”, ouvíamos coisas do tipo: “tá com raiva por quê? É só uma brincadeira”. Se um colega branco nos agredia verbalmente, nos apelidando de “macaco” ou “escravo”, não tínhamos a quem recorrer. Ao longo de todo o ensino fundamental e médio só tive três pessoas negras como meus professores e, naquele momento, nem saberia perguntar se eles se autodeclaravam como pessoas negras.

Fui a primeira da família a estudar em uma universidade federal. Em 2001, quando comecei a Licenciatura em História, encontrei uma matriz curricular fortemente eurocentrada. A base das leituras teóricas do curso era composta, em grande medida, por historiadores (homens) do Norte Global: Peter Burke, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Fernand Braudel, Michel Foucault, Roger Chartier, só para citar alguns nomes que se repetiam nas ementas das disciplinas. Nada contra esses autores. O problema não estava na leitura deles em si, mas na hegemonia que esses nomes ocuparam na minha formação, alimentando a falsa ideia de que teoria, método e autoridade historiográfica vinham sempre dos mesmos lugares, dos mesmos corpos e das mesmas tradições intelectuais.

Apesar do apreço e dedicação aos estudos, não me sentia pertencente àquele ambiente. No fundo, acreditava que mulheres como eu não estavam autorizadas a escrever sobre História. Naquele momento, ainda eram tímidas as discussões sobre as bases etnocêntricas da ciência histórica e não se falava da relação entre a consolidação da História como ciência no século XIX e o neocolonialismo. A crítica à ciência moderna que, ao se evocar “universal”, invalidou outras matrizes epistêmicas, não era uma questão clara para quem estava começando. E os poucos recursos para pesquisa privilegiavam, em geral, recortes e metodologias centradas no período colonial.

Hoje compreendo essa repetição a partir do debate sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. A historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) observa que, no Brasil, o consumo de referenciais teóricos euro-americanos gerou uma relação de dependência acadêmica, como se coubesse ao Norte Global elaborar os modelos teóricos e, ao Sul, fornecer dados, aplicar conceitos e confirmar interpretações.

Apesar de fazer Licenciatura, nos três primeiros anos cursei basicamente disciplinas com cara de bacharelado, enquanto os componentes sobre ensino de História eram ministrados pelo “povo do Departamento de Educação”, como se dizia. Essa separação reforçava a falsa hierarquia entre pesquisa e docência, como se a produção

historiográfica estivesse de um lado e o “chão da escola”⁸ de outro. Mais tarde, compreendi que essa divisão também produzia efeitos sobre o modo como professoras e professores eram formados: aprendíamos a reverenciar a teoria e o cânone, mas nem sempre éramos provocados a nos perguntar que História chegava à sala de aula, para quem ela servia e quais sujeitos continuavam ausentes dela.

Sou de uma geração que ainda estudou História da África quase exclusivamente sob a chave do tráfico atlântico e da escravização. Vivi, ainda na graduação, o momento da promulgação da Lei 10.639/2003⁹, mas não fui contemplada com uma disciplina específica sobre o tema. Entre a aprovação da lei e a chegada de um docente concursado para ministrar História da África, eu já havia colado grau. Na minha formação, já estava impressa uma “história única”¹⁰ sobre o continente africano, marcada pela escravização, pela violência e pela ausência de complexidade histórica. Confesso que, naquele momento, eu estava pouco interessada no tema e só fui procurar saber mais sobre a lei quando, já formada, percebi que o conteúdo seria exigido em um concurso. Hoje compreendo esse “desinteresse” não como escolha individual, mas como efeito de uma formação escolar e universitária atravessada pelo “racismo estrutural” e pelo “epistemicídio”¹¹: uma formação que pouco me ofereceu ferramentas para reconhecer o continente africano como territórios diversos, repletos de histórias, diferentes formas de organização política e produção de conhecimentos.

Como milhares de professoras e professores no Brasil, sou migrante. Em 2010, mudei para o interior de Mato Grosso, onde passei a residir em Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira com a Bolívia. Mesmo já sendo mestra em História, o que, em tese, me

⁸ Nesta tese, o “chão da escola” nomeia a escola não como lugar de mera aplicação de saberes produzidos fora dela, mas como espaço de experiência docente, produção de conhecimento histórico e elaboração de práticas pedagógicas.

⁹ A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996 - ao incluir o art. 26-A, tornando obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 modificou o mesmo dispositivo, ampliando a obrigatoriedade para contemplar também a História e Cultura dos povos indígenas. Com essa alteração, a redação vigente do art. 26-A passou a estabelecer que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Ao longo desta tese, falarei mais sobre seu processo de construção.

¹⁰ A expressão “história única” é utilizada em diálogo com Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que alerta para os efeitos da repetição de uma única narrativa sobre povos, lugares e sujeitos: a redução de complexidades, a fixação de estereótipos e a produção de imagens parciais tomadas como totalidade.

¹¹ Utilizo “racismo estrutural”, a partir de Silvio Almeida (2019), para quem o racismo não se limita a condutas individuais ou institucionais isoladas, mas organiza historicamente relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Articulo essa compreensão ao conceito de “epistemicídio”, analisado por Sueli Carneiro (2023), que permite pensar a desqualificação, o apagamento e a interdição dos conhecimentos produzidos por pessoas negras e por matrizes não eurocentradas.

qualificaria para o exercício da docência, me vi diante do desafio de ensinar História do Brasil incluindo capítulos da história de Mato Grosso com os quais eu nunca havia tido contato sistemático. No Nordeste, onde vivi até 2009, tive pouco contato com a produção historiográfica sobre o estado e sobre a região Centro-Oeste. Já havia estudado capítulos sobre o processo das bandeiras, o ciclo de exploração do ouro, expansão dos tratados de limites, guerra contra o Paraguai, a Marcha para o Oeste. Mas, apresentados de modo genérico, esses episódios ajudavam a pavimentar uma imagem de Mato Grosso como terra distante e exótica, mais associada à expansão territorial do que às experiências históricas de seus sujeitos.

O meu deslocamento geográfico também me permitiu ampliar o olhar, pois passei a ter contato com a produção historiográfica sobre Mato Grosso, a qual não apenas existia, e era diversa, mas circulava pouco fora de seus próprios circuitos acadêmicos, frequentemente rotulada como “regional”. Foi no exercício de ensinar em Mato Grosso que vivi, na prática, algo que só mais tarde tive repertório teórico para nomear: ensinar História é também lidar com a “geopolítica do conhecimento” (Walsh, 2012). É compreender como as “marcas da colonialidade”¹² (Mignolo, 2017) atravessam a produção historiográfica, hierarquizam temas, sujeitos e territórios, e impactam diretamente o currículo escolar.

Em Pontes e Lacerda, eu trabalhava com turmas muito diversas, do ponto de vista étnico-racial. Havia estudantes negros, indígenas e indígenas bolivianos, sujeitos de uma fronteira viva, atravessada por deslocamentos, pertencimentos e memórias que raramente encontravam lugar nos materiais didáticos que tínhamos à nossa disposição. Ao mesmo tempo, as tensões raciais também estavam presentes no cotidiano escolar. Práticas de “racismo recreativo” circulavam entre estudantes em forma de piadas, apelidos, estereótipos negativos, e eu percebia que não tinha ferramentas suficientes para lidar com essas situações de modo crítico e pedagogicamente consistente.

O desejo de oferecer, às estudantes e aos estudantes com quem eu compartilhava a sala de aula, o “letramento racial”¹³ que me foi negado em idade escolar foi o que

¹² A noção de “geopolítica do conhecimento” permite compreender que a produção e a circulação dos saberes são atravessadas por hierarquias territoriais, raciais, linguísticas e institucionais. Em diálogo com Catherine Walsh e Walter Mignolo, entendo as marcas da “colonialidade” como permanências de uma lógica que define quais sujeitos, territórios e experiências são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento e quais são relegados ao lugar de “regional”, “local”, “periférico” ou suplementar. Nesta tese, essa chave ajuda a pensar a circulação restrita da historiografia sobre Mato Grosso e o apagamento de Tereza de Benguela na produção historiográfica de ampla circulação.

¹³ Utilizo “letramento racial” para me referir ao processo formativo que permite reconhecer, nomear e interpretar criticamente o racismo em suas dimensões históricas, estruturais, institucionais, simbólicas e

primeiro motivou meu reposicionamento como professora-pesquisadora. Eu não queria repetir, na docência, a “história única” que havia marcado minha formação como estudante. Também me inquietava com o fato de muitos estudantes não conhecerem a riqueza histórica do território em que viviam. Precisava fazê-los compreender que a Fronteira Oeste de Mato Grosso não era um espaço periférico da História do Brasil; ao contrário, foi decisiva para a consolidação do mapa do país tal como o conhecemos hoje.

Por estar geograficamente próxima a Vila Bela da Santíssima Trindade¹⁴, passei a procurar materiais didáticos que me ajudassem a trabalhar, em sala de aula, a história daquele território. No século XVIII, existiu naquela região o maior quilombo¹⁵ de Mato Grosso, cujo comando esteve a cargo de uma mulher: Tereza de Benguela. Imaginem só: um quilombo povoado por pessoas africanas e indígenas, com formas próprias de organização política, governado por uma mulher e descrito, ainda que pela lente colonial, como tendo o auxílio de um conselho próprio. Quantos debates essa experiência histórica acende?

Na época, não encontrei materiais didáticos e nem pesquisas em História dedicadas especificamente a Tereza. Nas buscas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES¹⁶, descobri que não havia registro de dissertação ou tese em História sobre ela. A constatação me espantou: como uma liderança, associada a um quilombo que resistiu por décadas em uma região estratégica da Fronteira Oeste colonial, permanecia tão pouco estudada na historiografia?

Foi nesse espanto inicial que a primeira ideia do que, dez anos depois, se tornaria o projeto que deu origem a esta tese começou a se desenhar com mais nitidez. A busca,

cotidianas. No contexto desta tese, o termo também se relaciona à construção de ferramentas pedagógicas para que estudantes compreendam a presença, a agência e o protagonismo negro na História do Brasil. Voltarei a abordar essa questão no quarto capítulo da tese.

¹⁴ Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital da capitania de Mato Grosso, fundada no século XVIII no contexto da ocupação colonial da Fronteira Oeste da América portuguesa. Ao longo desta tese, o nome poderá aparecer grafado em sua forma completa ou, de modo abreviado, como Vila Bela. A escolha pela forma abreviada não apaga sua historicidade, mas acompanha um uso corrente e facilita a fluidez da escrita. No Capítulo 1, retomo com maior atenção o processo de ocupação desse território, a criação da vila-capital e sua relação com a formação do Quilombo Grande/Quariterê, comandado por Tereza de Benguela.

¹⁵ A denominação do quilombo aparece, nas fontes e na historiografia, com variações como *Quilombo Grande*, *Quariterê* e *Piolho*. Nesta tese, utilizo preferencialmente *Quilombo Grande/Quariterê* sem ignorar a historicidade dessas diferentes nomeações. No Capítulo 1, discuto de modo mais detido as denominações atribuídas ao quilombo, seus contextos de uso e os sentidos políticos e historiográficos implicados nessas escolhas.

¹⁶ A consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi realizada ao longo da pesquisa e repetida até a data da defesa desta tese, em 17 de abril de 2026. Nas buscas por trabalhos que mencionassem *Tereza de Benguela* no título, foram localizadas quatro ocorrências; contudo, nenhuma delas correspondia a uma dissertação ou tese em História inteiramente dedicada à sua trajetória ou às disputas de memória em torno de suas representações.

inicialmente pedagógica, foi se transformando em inquietação historiográfica. Em contraste com as lacunas da História acadêmica, em uma pesquisa rápida na internet, era possível encontrar centenas de textos sobre quem foi e como morreu Tereza. Encontrei, inclusive, *sites* com imagens e até “fotografias” atribuídas a ela, embora Tereza tenha vivido cerca de um século antes da invenção da técnica fotográfica. Esse descompasso entre a lacuna historiográfica e a abundância digital foi direcionando, com o tempo, uma das perguntas de pesquisa que sustenta a tese que agora apresento.

Minha primeira formação específica sobre relações raciais ocorreu, no ano de 2010, no campo da educação. Após o primeiro aperfeiçoamento, comecei a fazer a curadoria sistemática de textos de apoio e experiências pedagógicas disponíveis em portais como o CEERT e o Geledés¹⁷. Recorri a mais cursos e espaços de circulação do ativismo negro em ambientes virtuais, que, embora nem sempre estivessem formalmente vinculados à Academia, produziam e difundiam conhecimento com enorme rigor pedagógico, intelectual e posicionamento político.

Foi por esses caminhos que conheci intelectuais negros que, em diferentes contextos, vinham problematizando os efeitos do colonialismo, do racismo e do apagamento do protagonismo negro na História. Frantz Fanon me ajudou a compreender os efeitos subjetivos, políticos e históricos em territórios coloniais. Dentre os intelectuais brasileiros, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos e Kabengele Munanga¹⁸, entre outros, ampliaram minhas ferramentas para pensar racismo, democracia racial, quilombo, agência negra e formação social brasileira.

Nesse processo, o encontro com bell hooks¹⁹ teve papel decisivo na minha reconciliação com a teoria. Depois do mestrado, eu havia saído desacreditada da Academia e de uma certa forma de teorizar que parecia distante da vida, da sala de aula e das urgências do cotidiano. Ao ler *Ensinando a transgredir: a educação como prática de*

¹⁷ O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e o Instituto da Mulher Negra (Geledés) são organizações da sociedade civil com atuação histórica na produção e difusão de conteúdos sobre relações raciais, educação antirracista, direitos da população negra e enfrentamento ao racismo. Nesta introdução, menciono esses portais como espaços importantes de minha autoformação; no Capítulo 3, retomo sua atuação no contexto mais amplo das organizações negras e feministas negras no Brasil.

¹⁸ Kabengele Munanga (1940-) é antropólogo congolês naturalizado brasileiro e professor emérito da USP. Embora nascido na atual República Democrática do Congo, sua trajetória acadêmica se consolidou no Brasil, onde se tornou referência nos estudos sobre racismo, relações raciais, identidade negra, mestiçagem, ações afirmativas e educação antirracista.

¹⁹ O nome bell hooks é grafado em letras minúsculas por escolha política da própria autora, nascida Gloria Jean Watkins. Ao adotar esse pseudônimo, em homenagem à bisavó materna, hooks desloca a atenção da autoria individual para as ideias, os debates e as experiências coletivas que sua escrita mobiliza. Por esse motivo, preservo, nesta tese, a grafia em minúsculas utilizada pela autora.

liberdade, especialmente sua reflexão sobre a teoria como prática libertadora, encontrei uma autora que me devolveu a possibilidade de pensar teoria e prática como dimensões inseparáveis. No entanto, essa reconciliação não veio apenas com bell, mas foi sendo construída no encontro com outras intelectuais negras²⁰ que me ofereceram ferramentas para me autôn timer e me reconhecer como pesquisadora situada a partir do chão da escola.

Algo que me impactou profundamente foi perceber a dimensão do apagamento das intelectuais negras. Azoilda Loretto da Trindade, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairos, Neusa Santos Souza e Sueli Carneiro, entre tantas outras, já produziam, desde a década de 1970, dentro e fora das universidades, análises fundamentais sobre a história e a sociedade brasileira. Suas formulações tensionavam o racismo, o sexismo, o mito da democracia racial, os apagamentos da população negra e os próprios modos de validação do conhecimento no Brasil. Ainda assim, não fizeram parte da minha formação acadêmica. Nunca ouvi seus nomes nas disciplinas que cursei. Quando essas referências começaram a aparecer para mim, não surgiram como “descobertas” recentes, mas como evidência de uma ausência formativa: elas existiam, pensavam, escreviam e publicavam; eu é que não havia tido acesso às suas produções.

Foi especialmente a partir da leitura de Sueli Carneiro²¹ que passei a compreender o “epistemicídio” como uma operação profunda do racismo: não apenas a exclusão de pessoas negras dos espaços de produção de conhecimento, mas a desqualificação de suas formas de pensar, teorizar, lembrar e existir como sujeitos intelectuais.

Em 2014, ingressei como professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Mato Grosso, campus Pontes e Lacerda/Fronteira Oeste. A instituição

²⁰ Em 2018, tive meu primeiro contato com a produção da historiadora Giovana Xavier (2017), por meio do *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis*. Em diálogo com sua produção, especialmente com os estudos que a autora tem desenvolvido sobre a história intelectual de mulheres negras no Brasil, utilizo a expressão “intelectuais negras” para nomear mulheres negras que pensam sobre suas experiências, organizam ideias e definem suas realidades como sujeitas da própria história. Ao deslocar a noção de intelectualidade para além dos diplomas, dos cargos universitários e dos espaços acadêmicos formais, Xavier (2019) reconhece como produção de conhecimento também as elaborações produzidas em salas de aula, arquivos, movimentos sociais, comunidades, práticas culturais e narrativas em primeira pessoa. Essa concepção permite compreender intelectuais negras não apenas como referências bibliográficas, mas como produtoras de categorias, métodos e interpretações capazes de tensionar os critérios de autoridade no campo historiográfico.

²¹ Sueli Carneiro (1950-) é filósofa, ativista e uma das principais intelectuais do feminismo negro no Brasil. Desenvolveu, em sua tese de doutorado defendida na USP, em 2005, os conceitos de “dispositivo de racialidade” e “epistemicídio”, centrais para esta tese. Tais conceitos ajudam a compreender a produção da população negra como “outro” e a desqualificação sistemática de seus modos de conhecer, lembrar, teorizar e existir como sujeitos intelectuais. O trabalho, inicialmente acessado por mim em sua versão acadêmica, foi publicado em livro, em 2023, pela Zahar, sob o título *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*.

me ofereceu condições para o desenvolvimento de projetos²² atrelando o ensino, a pesquisa e a extensão. Desde então, passei a desenvolver projetos que articulavam o *lôcus* da Fronteira Oeste à inclusão da História africana e afro-brasileira no currículo, buscando aproximar estudantes da história do território em que viviam. Como macro temática de interesse, coordenei investigações sobre História e tradições quilombolas na Fronteira Oeste, com atenção especial à atuação de lideranças femininas nos quilombos de Vila Bela. Partindo do presente da comunidade, das memórias, festas, práticas culturais e marcas territoriais ainda visíveis, fomos retornando ao século XVIII, em um movimento de pesquisa que aproximava a experiência vivida das fontes históricas.

O exercício de selecionar quais perguntas importam para contar uma história não é trivial. Como desafiar tramas do patriarcado e histórias únicas marcadas por violências, silêncios e ausências? Débora Diniz (2022, p. 114) em *Esperança feminista*, livro escrito em coautoria com Ivone Gebara, lembra que “é preciso escavar quem foi a mulher anônima da transformação social do país”. Nesta tese, essa escavação se transforma em gesto historiográfico: interrogar os apagamentos, disputar a memória e recusar que mulheres negras permaneçam tratadas como ausência, exceção ou nota lateral na História do Brasil.

Ao tentar compreender a presença negra na Fronteira Oeste, e sobretudo a atuação de mulheres negras em experiências de resistência, percebi que as ferramentas historiográficas pautadas em uma perspectiva eurocentrada eram insuficientes. Era preciso formular outras perguntas capazes de deslocar o olhar do arquivo colonial e de enfrentar os silêncios produzidos sobre mulheres negras que viveram em períodos mais recuados no tempo, como é o caso de Tereza de Benguela. Azoilda Loretto da Trindade²³ (2006) afirmou que “a invisibilidade é a morte em vida”. De certo modo, esta pesquisa, a partir do tratamento dado a Tereza de Benguela, propõe-se a questionar a naturalização da invisibilização da vida, da ação política e da produção intelectual de mulheres negras do ontem e do hoje: Terezas, Ivones, Luizas, Lélias, Suelis e tantas outras que, nesta tese, aparecem com nome e sobrenome.

²² Sobre os projetos de ensino e pesquisa desenvolvidos no IFMT entre 2015 e 2019, ver: Silva (2021).

²³ A intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015) foi pedagoga, psicóloga, pesquisadora e referência na educação antirracista brasileira. Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, atuou em projetos de formação docente e educação das relações étnico-raciais, como *A Cor da Cultura*. Sua formulação dos “valores civilizatórios afro-brasileiros” destaca princípios de matriz africana presentes na experiência afro-brasileira: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo/comunitarismo, ancestralidade, memória, ludicidade, energia vital/axé e oralidade, deslocando a presença negra do lugar da falta e afirmando-a como produção civilizatória, pedagógica e epistemológica.

Apenas nas últimas décadas tem crescido, no Brasil, a publicação de trabalhos que dão visibilidade às ações de mulheres que subverteram ordenamentos estabelecidos e inovaram com suas práticas políticas, intelectuais e libertárias. Dentro e fora das universidades, os movimentos feministas, em sua multiplicidade, têm denunciado de forma contundente a permanência de estruturas coloniais que retroalimentam a misoginia, o racismo estrutural e a “colonialidade de gênero”²⁴. No entanto, o campo historiográfico demorou a incorporar de modo sistemático essas interpelações, sobretudo quando se tratava das experiências de mulheres negras. Mesmo no interior da historiografia da escravidão, campo que passou por expressiva renovação nas últimas décadas, ampliando fontes, escalas e abordagens, as trajetórias de mulheres negras permaneceram, por muito tempo, em posição secundária.

Nesse sentido, a publicação, em 2012, da coletânea *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, organizada pelas historiadoras Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e pelo historiador Flavio Gomes, é importante justamente porque explicita essa lacuna. A apresentação da obra observa que, embora os estudos sobre escravidão tenham se consolidado e se diversificado desde a segunda metade do século XX, as experiências das mulheres negras constituíam uma temática ainda pouco explorada. Ao final, reforça que, na historiografia sobre a escravidão e a pós-emancipação, as mulheres negras continuavam pouco abordadas como protagonistas de suas próprias histórias.

Esse movimento historiográfico teve continuidade e aprofundamento em *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)*, obra publicada em 2021, sob organização das historiadoras Sheila de Castro Faria e Adriana Dantas Reis. Ao reunir estudos sobre trajetórias de mulheres negras entre o continente africano, o mundo atlântico e diferentes regiões do Brasil, o livro amplia o enquadramento dessas experiências para além de uma história restrita à escravidão como condição de subalternidade.

As personagens analisadas aparecem em sua profunda humanidade: mulheres que sofreram violências, mas também formularam estratégias, construíram alianças, disputaram sentidos de liberdade, circularam por espaços sociais hostis e interferiram,

²⁴ María Lugones (1944-2020) foi filósofa, teórica feminista argentina e professora nos Estados Unidos, referência nos estudos feministas decoloniais. Sua formulação da “colonialidade de gênero” (Lugones, 2014) permite compreender a articulação entre colonialidade, raça, gênero, sexualidade e poder, demonstrando como o sistema moderno-colonial reorganizou violentamente corpos, relações sociais e formas de autoridade, desumanizando mulheres não brancas e negando sua agência histórica e política. Nesta tese, a categoria ajuda a compreender os apagamentos, enquadramentos e distorções que atravessam as narrativas sobre Tereza de Benguela.

ainda que sob olhares de terceiros, nas formas como foram registradas. Nesse sentido, essas coletâneas ajudam a combater simplificações e distorções, recusando tanto narrativas de excepcionalidade heroica quanto representações de eterna submissão. Ao colocarem mulheres negras no centro da análise, essas obras ajudam a compreender o apagamento de Tereza de Benguela como parte de um problema historiográfico mais amplo: a permanência de uma dificuldade em reconhecer mulheres negras como sujeitos históricos, agentes políticos e produtoras de memória.

Um esclarecimento importante: esta pesquisa não é uma biografia, embora mobilize dados biográficos. Meu objetivo é analisar as condições e os sujeitos históricos envolvidos no processo que possibilitou que o nome de Tereza de Benguela saísse das margens para o centro de disputas de memória no presente, com quais lastros, quais traduções e quais efeitos. Esta tese nasce, pois, do desejo de fazer lembrar o que, durante séculos, os homens que escreveram a História do Brasil fizeram questão de esquecer: a trajetória de uma mulher negra que ousou desafiar a ordem colonial patriarcal e comandou um quilombo na capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Seu nome resistiu ao apagamento e, no tempo presente, reaparece como força política e simbólica em circulação pública.

Ao longo do processo, várias questões referentes a operacionalização da pesquisa foram surgindo. Como operacionalizar a pesquisa sem incorrer, ainda que involuntariamente, na violência da linguagem colonial que por tanto tempo silenciou, violou e apagou trajetórias de corpos insurgentes? Como escrever sobre Tereza de Benguela sem aprisioná-la novamente em categorias produzidas pelo arquivo colonial? Como analisar sua circulação pública no presente sem substituir a ausência historiográfica por fabulações sem lastro? Como fazer uma leitura crítica das fontes sem transformar as lacunas dos documentos coloniais em autorização para afirmações fáceis?

Essas perguntas me acompanharam durante toda a pesquisa e me levaram a compreender que, neste trabalho, o método não poderia ser apenas um conjunto de procedimentos previamente definidos. Método também precisava ser ética do cuidado com a memória de Tereza: cuidado com as palavras, com as fontes, com os silêncios, com as imagens e com aquilo que não pode ser afirmado sem lastro documental ou mediação crítica. Exercitar a ética do cuidado com a memória de Tereza é admitir que o passado não é matéria morta disponível à manipulação: é território de disputa, responsabilidade e reparação.

Viabilizar outras histórias, porque muitas histórias importam, requer romper o “pacto narcísico da branquitude”²⁵, como teorizou Cida Bento (2022), e reivindicar, de forma coletiva, categorias analíticas capazes de reconhecer as memórias negras como parte constitutiva da memória social brasileira. Nesta tese, essa reivindicação se traduz também pelas escolhas teórico-metodológicas: analisar uma mulher negra insurgente a partir de intelectuais negras que propuseram uma contra-história do Brasil. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro²⁶ ocupam lugar central nesse percurso, não apenas como referências bibliográficas, mas como pensadoras cujas formulações ancoram e reorganizam as perguntas e as lentes de análise desta pesquisa. Seus ensaios, pronunciamentos e produções audiovisuais teceram críticas radicais aos chamados “intérpretes do Brasil”²⁷, tensionando os modos como raça, gênero, território, memória, quilombo, colonialidade e democracia foram tratados pela tradição intelectual brasileira.

O exercício da política da citacionalidade²⁸, nesta tese, não é apenas cumprir uma exigência acadêmica, é nomear genealogias, reconhecer autorias e fazer circular conceitos, categorias e interpretações produzidas por mulheres, especialmente mulheres negras. Por isso, sempre que considere pertinente, inseri notas biográficas sobre algumas das intelectuais mobilizadas, não como informação acessória, mas como parte da própria operação historiográfica.

Se a historiografia, por tanto tempo, apagou, silenciou ou reduziu mulheres negras à condição de objeto, nomeá-las é também disputar os modos de produção da autoridade intelectual. Ao trazer suas trajetórias, conceitos e categorias de análise para o centro da tese, busco afirmar que escrever História exige cuidado com as fontes, mas também com

²⁵ O conceito de “pacto narcísico da branquitude” foi formulado por Cida Bento em sua tese de doutorado em Psicologia, defendida na USP, em 2002, e publicada em livro, apenas vinte anos depois, pela Companhia das Letras. A autora define esse pacto como um acordo não verbalizado de autopreservação da branquitude, responsável por manter e transmitir lugares de privilégio e poder entre pessoas brancas, naturalizando sua presença nos melhores espaços sociais e dificultando o enfrentamento das desigualdades raciais (Bento, 2022).

²⁶ Ao longo desta tese, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro serão mobilizadas tanto por seus conceitos e categorias de análise quanto por suas trajetórias intelectuais e políticas. Suas obras abriram caminhos para pensar a produção do conhecimento e a sociedade brasileira a partir de outros lugares de enunciação, tensionando interpretações hegemônicas sobre raça, gênero, memória, quilombo, democracia racial e formação nacional. A produção de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento foi interrompida por suas mortes precoces, em 1994 e 1995, respectivamente.

²⁷ Utilizo a expressão “intérpretes do Brasil” para me referir a uma tradição intelectual, majoritariamente masculina e branca, que produziu leituras influentes sobre a formação histórica, social e cultural do país, como se observa em autores como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.

²⁸ Compreendo política de citacionalidade como prática de reconhecimento das genealogias intelectuais que sustentam a produção do conhecimento. Patricia Hill Collins (2019) exercita esse gesto ao elaborar o pensamento feminista negro em diálogo com intelectuais negras, ativistas, escritoras e mulheres comuns cujas experiências foram historicamente desautorizadas como teoria.

as autorias que nos permitem ver, perguntar e interpretar de outros modos. É nesse sentido que compreendo este trabalho no movimento que a historiadora Ana Maria Veiga (2020) nomeia como “virada epistêmica feminista negra”: uma inflexão que não consiste apenas em ampliar bibliografias, mas em deslocar perguntas, categorias, temporalidades e critérios de autoridade no campo da História.

Essa ética do cuidado também me levou a uma questão fundamental para o campo historiográfico: a temporalidade. A noção de tempo linear, progressivo e cumulativo, não dá conta das experiências afrodiaspóricas²⁹ nem dos modos como memórias negras retornam, se atualizam e disputam o presente. Mais do que tensionar o campo, se fez necessário ampliar as ferramentas analíticas para compreender como tais experiências articulam passado, presente, ancestralidade, trauma, memória e futuro.

É nesse sentido que mobilizo, nesta tese, a noção de “tempo espiralar”³⁰, elaborada Leda Maria Martins ao longo de suas pesquisas sobre performance, oralitura, memória e práticas culturais afro-brasileiras. Para Martins (2021), o tempo não se organiza apenas como linha sucessiva, em que um acontecimento fica definitivamente encerrado no passado e outro o substitui no presente. Nas temporalidades espiralares, o passado retorna, dobra-se, reinscreve-se e atua sobre o agora; memória e tempo se refletem, de modo que aquilo que parecia soterrado pode reaparecer como força política, simbólica e performática.

O “tempo espiralar” me permite pensar Tereza não como personagem fixada em um ponto distante do século XVIII, mas como presença que retorna, se desloca e se reinscreve em diferentes regimes de memória: nos relatos coloniais, nas ausências da historiografia de ampla circulação, na reinvenção carnavalesca da Viradouro, nas reivindicações dos movimentos de mulheres negras, na inscrição legislativa de 2014 e nas

²⁹ Por “experiências afrodiaspóricas” compreendo processos históricos, culturais, políticos e subjetivos constituídos a partir da dispersão forçada de populações africanas pelo tráfico atlântico e das formas de recriação, resistência, pertencimento e memória elaboradas por pessoas africanas e seus descendentes nas Américas. A expressão dialoga com os estudos sobre diásporas, o Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras que deslocam a análise da experiência negra para além dos limites nacionais, enfatizando conexões, trânsitos, reinvenções culturais e disputas de identidade entre África, Brasil, Caribe e Américas (Butler; Domingues, 2020).

³⁰ Leda Maria Martins (1955-) é poeta, dramaturga, ensaísta, professora e pesquisadora brasileira. Graduada em Letras pela UFMG, mestre em Artes pela Indiana University e doutora em Letras/Literatura Comparada pela UFMG, atua nas áreas de literatura, teatro, performance, oralitura, memória e práticas culturais afro-brasileiras. A autora desenvolveu e aprofundou a noção de “tempo espiralar” ao longo de sua trajetória intelectual: em *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá* (1997), já tensionava concepções lineares de tempo ao analisar formas afro-brasileiras de inscrição da ancestralidade, da memória e da performance; em *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela* (2021), sistematiza essa formulação como movimento de retorno, dobra, reversibilidade, simultaneidade e reinscrição.

imagens digitais. Essas camadas não se anulam nem se sucedem de modo simples; elas se atravessam, disputam sentidos e fazem com que o passado continue produzindo efeitos no presente.

Outra questão importante diz respeito ao fato de nomear Tereza como mulher negra insurgente. Nesta tese, essa é uma escolha analítica situada: permite reconhecer os efeitos da racialização e da colonialidade sobre sua trajetória, mas exige cuidado para não projetar sobre o século XVIII categorias contemporâneas ou ocidentais como se elas fossem evidentes em todos os tempos e contextos. Nesse sentido, a leitura de Oyèrónké Oyěwùmí (2021)³¹ foi importante para ampliar minha percepção sobre os riscos de aplicar categorias ocidentais como se fossem universais. Em *A invenção das mulheres* (2021), a autora evidencia que os últimos séculos de modernidade foram marcados pela expansão da hegemonia cultural euro-americana e pela racialização do conhecimento, processo por meio do qual a Europa passou a ser representada como fonte legítima do saber e os europeus como sujeitos privilegiados da produção teórica. Nesse contexto, categorias de “gênero” e “raça” foram mobilizadas como eixos fundamentais de exploração, estratificação e interpretação das sociedades.

Ao discutir a família nuclear ocidental, a autora demonstra que categorias como “mulher”, “homem”, “família”, “gênero” e “sororidade” carregam pressupostos culturais específicos, enraizados em uma forma particular de organização social. Quando essas categorias são aplicadas a realidades africanas, sem mediação crítica, podem produzir distorções, apagamentos e incompreensões sobre formas próprias de parentesco, autoridade, senioridade, pertencimento e organização social. Não se trata, aqui, de transpor diretamente a análise de Oyěwùmí sobre a Iorubalândia³² para a experiência centro-africana e afrodiaspórica de Tereza de Benguela. O que sua reflexão oferece a esta tese é um alerta metodológico: as categorias com que interrogamos o passado não são neutras. Elas podem iluminar, mas também podem aprisionar. No caso de mulheres negras em contextos coloniais, esse cuidado se torna ainda mais urgente, pois a própria ideia

³¹ Oyèrónké Oyěwùmí (1957-) é socióloga, epistemóloga e professora. Nascida na Nigéria, é docente na Stony Brook University, nos Estados Unidos, e tornou-se uma das principais referências internacionais nos estudos sobre epistemologias africanas, gênero, colonialidade e crítica aos universalismos das categorias ocidentais.

³² Iorubalândia refere-se ao território histórico-cultural habitado por povos iorubás, localizado, principalmente, no sudoeste da atual Nigéria, mas também com presença em áreas do Benim e do Togo. Mais do que uma delimitação estatal contemporânea, o termo designa um espaço atravessado por línguas, cosmologias, formas de organização social, política, religiosa e cultural compartilhadas por populações iorubás. Na obra de Oyèrónké Oyěwùmí (2021), a Iorubalândia aparece como referência fundamental para questionar a aplicação universal de categorias ocidentais de gênero a sociedades africanas.

moderna e colonial de “mulher” não reconhecia as mulheres negras como sujeitas plenamente humanas, históricas e políticas. Nos contextos coloniais, os corpos de mulheres negras foram enquadrados pela violência, pelo trabalho compulsório, pela sexualização, pela animalização ou pela negação de sua agência.

Essa reflexão dialoga diretamente com os desafios desta tese, pois Tereza aparece nas fontes coloniais atravessada por traduções, enquadramentos e categorias que não são neutras. Termos como “rainha”, “parlamento”, “viúva”, “loucura”, “suicídio” ou “vergonha” não apenas descrevem: eles organizam sentidos, produzem inteligibilidade a partir da gramática colonial, patriarcal e eurocentrada. Por isso, uma parte fundamental do trabalho consistiu em perguntar não apenas o que as fontes dizem, mas a partir de quais categorias elas construíram as narrativas e representações sobre Tereza.

A pesquisa dialoga tanto com documentos produzidos originalmente em formato analógico, e hoje armazenados ou disponibilizados em meio digital, quanto com documentos nativos digitais, especialmente aqueles que constituem a base de análise do quarto capítulo. Espiralando no tempo, organizei a tese em quatro capítulos que se propõem a responder questões específicas a partir da análise de um *corpus* documental diverso. Essa variedade de fontes não é apenas técnica; ela corresponde ao próprio modo como o nome de Tereza de Benguela circula no tempo presente: entre o arquivo, o carnaval, a legislação, as plataformas digitais, as imagens, as biografias breves e narrativas de memória.

No capítulo 1, intitulado *De Benguela a Vila Bela: trânsitos afro/atlânticos/diaspóricos ou quando o presente interroga o passado*, retorno ao século XVIII para analisar os vestígios disponíveis sobre o Quilombo Grande/Quariterê e sobre Tereza de Benguela. O capítulo situa a resistência africana no contexto da colonização do Vale do Guaporé, da criação da Capitania de Mato Grosso, de Vila Bela da Santíssima Trindade e das disputas territoriais entre as coroas ibéricas, em uma região estratégica para a consolidação da Fronteira Oeste da América portuguesa. Ao articular território, mineração, escravização, resistência e geopolítica colonial, busco ampliar a compreensão sobre os quilombos formados em áreas de mineração e fronteira, observando-os não apenas como espaços de fuga, mas como experiências políticas complexas, atravessadas por negociações, conflitos, territorialidades e formas próprias de organização.

Nesse percurso, dialogo criticamente com a historiografia produzida em Mato Grosso, examinando como Tereza e o Quilombo Grande/Quariterê foram narrados, interpretados e incorporados às leituras sobre a história regional. Interessa-me observar

tanto os caminhos abertos por essa produção quanto seus limites, especialmente quando determinadas interpretações reproduzem categorias herdadas do arquivo colonial. Para enfrentar as lacunas documentais sem transformá-las em autorização para fabulações sem lastro, proponho pensar Tereza como uma mulher afrodiaspórica, cuja experiência precisa ser lida em relação às formas de poder, territorialidade e organizações políticas africanas recriadas na diáspora, ainda que sob a violência, o controle e as mediações do mundo colonial.

A partir de uma leitura crítica dos *Anais de Vila Bela* - especialmente do relato de 1770 -, examino as condições de produção do arquivo colonial, seus intertextos, subtextos. O capítulo também acompanha narrativas posteriores aos *Anais*, mapeando os primeiros deslocamentos, reduções e distorcionismos relacionados a Tereza de Benguela, muitos dos quais foram posteriormente replicados em biografias breves, materiais pedagógicos, discursos públicos e ambientes digitais.

No capítulo 2, intitulado *Quando a escola de samba conta a História: Tereza de Benguela a partir do enredo da Viradouro (1994)*, analiso o carnaval como arena de História Pública e a Escola de Samba não apenas como fonte a ser interpretada pela historiografia, mas como produtora de uma narrativa histórica própria. Nesse percurso, mobilizo as teorizações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para pensar o carnaval, o corpo negro, a memória, o quilombo e a cultura negra como formas de produção de conhecimento e disputa de representação.

A partir do enredo *Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal*, examino o encontro entre Joãozinho Trinta e Tereza como uma operação de visibilidade e invenção pública. Joãozinho não apenas descreveu uma personagem histórica; ele criou uma Tereza para a avenida, atribuindo-lhe corpo, cenário, parentela, monumentalidade, realeza e imaginação visual. Para compreender esse processo, além do debate historiográfico, mobilizo um conjunto diverso de fontes: documentos consultados no acervo do Centro de Memória da LIESA, fotografias preservadas no Arquivo Público de Mato Grosso, acervos particulares, jornais e revistas da imprensa carnavalesca, materiais de divulgação do desfile e falas públicas de Joãozinho Trinta. A análise articula enredo, samba-enredo, sinopse, roteiro, alegorias, fantasias, visualidade e recepção midiática para compreender como a forma carnavalesca não apenas “divulgou” Tereza de Benguela, mas produziu um repertório de sentidos que passou a disputar autoridade com outras narrativas sobre sua trajetória.

No capítulo 3, intitulado “*Somos todas Terezas*”: o movimento de mulheres negras e a institucionalização do 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (Lei nº 12.987/2014), acompanho a construção política e simbólica dessa efeméride a partir de três camadas que se atravessam. A primeira diz respeito à consolidação, desde os anos 1970, de uma agenda própria de mulheres negras no Brasil, elaborada em disputa tanto com o racismo do feminismo hegemônico quanto com o sexismo presente no interior do movimento negro. A segunda envolve a dimensão transnacional do 25 de julho, forjado nas redes de mulheres negras da América Latina e do Caribe como data de articulação, visibilidade coletiva e denúncia das desigualdades raciais e de gênero. A terceira se refere ao deslocamento dessas pautas da arena ativista para o campo institucional, quando a gramática legislativa passa a mediar demandas de memória, reparação e reconhecimento.

Nesse percurso, mobilizo a produção de intelectuais ativistas como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro simultaneamente como referências teóricas e como fontes históricas da construção política analisada. Ambas participaram da formulação de coletivos, agendas e interpretações fundamentais para o feminismo negro brasileiro, ao mesmo tempo em que produziram análises históricas, políticas e epistemológicas sobre raça, gênero, democracia, cidadania e memória.

Para isso, mobilizo um conjunto diverso de fontes: panfletos de eventos, pronunciamentos públicos, ensaios e artigos publicados na imprensa feminista negra e em periódicos de grande circulação, boletins produzidos por coletivos, memoriais de encontros, documentos relacionados à criação e atuação de organizações de mulheres negras, além da produção acadêmica sobre o movimento de mulheres negras no Brasil e na América Latina. A esse *corpus* somam-se os projetos de lei, pareceres e debates legislativos que culminaram na sanção da Lei nº 12.987/2014. A partir dessas fontes, examino as disputas de sentido em torno de Tereza de Benguela e as tensões entre “comemoração” e “rememoração crítica”, argumentando que a lei amplia a circulação pública de seu nome, mas também reconfigura os modos sociais de lembrar, celebrar e institucionalizar sua memória.

Por fim, no capítulo 4, intitulado *Cartografia das fake histories sobre Tereza de Benguela na era digital: desafios para a historiografia e para o ensino de História*, investigo a *web* como ecologia de memória e como espaço de aceleração de distorcionismos históricos. Depois de analisar, nos capítulos anteriores, narrativas e representações construídas em torno de Tereza de Benguela, examino como algumas

dessas imagens, interpretações e lacunas se desprendem do lastro histórico e passam a circular no ambiente digital como verdades reiteradas. Nesse movimento, mobilizo uma reflexão própria a partir do conceito de *fake history*³³, formulado pelo historiador Jason Steinhauer (2017), para pensar as narrativas falsas ou distorcidas que, ao serem repetidas, compartilhadas e republicadas, adquirem aparência de conhecimento histórico.

Como desdobramento do marco de 2014, sem ampliar o recorte central da tese, analiso o pós-Lei nº 12.987/2014 como um paradoxo: a institucionalização ampliou a visibilidade pública do nome de Tereza, mas também favoreceu a multiplicação de *fake histories* sobre Tereza. Nesse contexto, discuto a condição de presença ausente de Tereza: seu nome se multiplica em páginas, blogs, materiais pedagógicos, redes sociais e imagens digitais, enquanto suas condições históricas de existência, sua agência política e os limites documentais sobre sua trajetória nem sempre são recuperados com densidade.

O capítulo dedica atenção especial à imagem *Nègresse drapée de rouge*, produzida por Félix Vallotton, em 1911, que passou a circular na internet como suposto retrato de Tereza de Benguela. A partir da arqueologia da imagem, reconstruo sua autoria, datação, circulação e contexto de produção, demonstrando como uma pintura feita na França, no início do século XX, foi descontextualizada e convertida em “prova” visual de uma mulher negra que viveu no século XVIII, na fronteira colonial de Mato Grosso. Ao desmontar essa falsificação, proponho o conceito de *fake history* visual³⁴ para nomear operações em que imagens, sem relação documental com determinado personagem ou acontecimento histórico, passam a funcionar como evidência pública, produzindo reconhecimento, verossimilhança e autoridade pela repetição.

Em seguida, analiso uma amostragem de textos e imagens publicados entre 2014 e 2025, observando as formas de circularidade e distorções biográficas na construção pública de Tereza. Argumento que os distorcionismos sobre Tereza, ao atingirem os ambientes virtuais, não apenas espalham informações falsas: eles impactam diretamente o ensino de História, a produção de materiais didáticos e os modos públicos de imaginar mulheres negras no passado. Por isso, defendo a necessidade de pesquisas acadêmicas comprometidas com a mediação pública do conhecimento histórico e proponho a “atitude

³³ Mobilizo o conceito de “*fake history*”, a partir de Jason Steinhauer (2017), para pensar narrativas históricas falsas, distorcidas ou descontextualizadas que circulam publicamente com aparência de conhecimento confiável na *web*. No capítulo 4 retomarei essa discussão.

³⁴ Nomeio como *fake history* visual, nesta tese, as operações em que imagens sem relação documental com determinado sujeito ou acontecimento passam a circular como evidência histórica, produzindo verossimilhança e autoridade pela repetição.

historiadora”³⁵ como tarefa ética e política com a qual a comunidade historiadora³⁶ deve se posicionar diante das disputas pelo passado na era digital.

Ciente de que a produção do conhecimento é também um campo de disputas, situo esta tese em uma zona de confluências. Em diferentes momentos, quando me perguntavam se esta era uma pesquisa sobre gênero, Ensino de História, História do Tempo Presente ou História Pública, compreendi que a própria pergunta revelava os limites das “caixinhas” disciplinares com as quais, muitas vezes, o campo historiográfico ainda tenta enquadrar seus objetos. Essas delimitações importam e oferecem ferramentas fundamentais, mas Tereza de Benguela, e as disputas de memória que seu nome aciona, não cabem em planos cartesianos.

Sua trajetória atravessa arquivos coloniais, carnaval, legislação, movimentos de mulheres negras, cultura visual, História Pública, ensino de História e circulação digital. Por isso, não compreendo esta tese como exercício de ecletismo aleatório, mas como um trabalho historiográfico construído nas encruzilhadas entre campos que se encontram porque o próprio objeto assim exige. Estudar Tereza no tempo presente demanda transitar entre áreas, métodos e debates sem perder o fio da pergunta histórica: como as narrativas e representações sobre ela tem sido produzidas, disputadas, distorcidas e mobilizadas no tempo presente?

Não foi à toa que nomeei esta introdução como *A tecitura da tese: entre escrevivências, confluências e aprendências*. Uso a palavra “tecitura” em seu sentido de feitura, composição e entrelaçamento: aquilo que se constrói fio a fio, na formação de uma trama. Nela, mobilizo três chaves que orientaram a construção desta pesquisa: a “escrevivência”, de Conceição Evaristo (2020), já anunciada na abertura do texto; o feminismo aprendente, em diálogo com a historiadora Vânia Vasconcelos (2022)³⁷, e a

³⁵ Mobilizo a expressão “atitude historiadora” em diálogo com Ana Maria Mauad (2018), compreendendo-a como postura ética, crítica e pública diante dos usos sociais do passado. Nesta tese, a atitude historiadora implica interrogar fontes, imagens, silêncios, distorções e formas de circulação digital da memória, assumindo a mediação histórica como tarefa política no enfrentamento das *fake histories* sobre Tereza de Benguela.

³⁶ Ao longo desta tese, a expressão “comunidade historiadora” é utilizada para designar, de modo amplo, profissionais, pesquisadoras/es, docentes, estudantes e mediadoras/es que atuam no campo da História. A escolha evita o uso universalizante do masculino “os historiadores” e não se refere a uma corrente historiográfica específica, mas a um campo plural de produção, ensino, pesquisa e divulgação do conhecimento histórico.

³⁷ Mobilizo a noção de “feminismo aprendente”, em diálogo com a historiadora Vânia Vasconcelos (2022), para pensar o feminismo como prática contínua de formação, escuta, deslocamento e produção coletiva de conhecimento. A expressão permite compreender que os feminismos não se constituem como saberes prontos ou encerrados, mas como processos em permanente elaboração, atravessados pela experiência, pela partilha, pela autocrítica e pela abertura ao aprendizado com outras mulheres, sujeitos, territórios e formas de produzir conhecimento.

noção de confluência, a partir de Nêgo Bispo (2023)³⁸, para quem o saber, quando é orgânico, conflui.

Nesse percurso, precisei lidar com dúvidas e desencorajamentos. Em vários momentos, duvidei se teria condições físicas, mentais e organizacionais de realizar uma pesquisa dessa amplitude. Hoje, compreendo que essas dúvidas não eram apenas minhas: também são produzidas por um ambiente acadêmico que, muitas vezes, exige de mulheres negras camadas adicionais de comprovação, justificação e legitimação. Mesmo escrevendo uma tese movida pelo desejo de descolonização, reconheço marcas da colonialidade que me habitam e atravessam o texto, como a proliferação de notas explicativas que lastreiam os argumentos apresentados.

Entendi que a colonialidade me atravessa, mas não me limita, e que mostrar fontes, explicitar caminhos, nomear limites e sustentar mediações é parte da atitude historiadora que reivindico diante de uma personagem cuja memória foi atravessada tanto pelo apagamento quanto pela distorção. Se antes eu imaginava que meu lugar de fala, a partir do chão da escola, era insuficiente para me autorizar como historiadora, foi nas salas de aula, na Fronteira Oeste, que compreendi que meu chão também era terra fértil. Fui aprendendo, com a pedagogia das encruzilhadas³⁹, que é justamente nos cruzamentos entre caminhos, saberes, territórios e memórias que as possibilidades se encontram e os caminhos se abrem.

Foi também na encruzilhada que aprendi a pesquisar sem romper o compromisso com quem vai ler, com quem vai ensinar e com quem vai aprender. Aprendi que criar meios de operacionalizar pesquisas historiográficas sobre mulheres negras, invisibilizadas na história deste país, é um chamado para enfrentar a violência dos arquivos de base colonial que alimentam silêncios, distorções e racismo epistêmico. A comunidade historiadora precisa pensar outros referenciais, outras metodologias e outras

³⁸ Antônio Bispo dos Santos (1959-2023), conhecido como Nêgo Bispo, foi escritor, poeta, lavrador, liderança quilombola e pensador contracolonial brasileiro. Nascido no Piauí, tornou-se referência na crítica à colonialidade e na valorização dos saberes orgânicos produzidos por povos quilombolas e comunidades tradicionais. Sua noção de “confluência” compreende que os saberes se produzem no encontro, na relação com o território, com a comunidade e com as formas de vida. Nêgo Bispo faleceu em 2023, enquanto eu escrevia o texto de qualificação desta tese; sua partida atravessou este processo de escrita e reafirmou a importância de reconhecer, em vida e em ancestralidade, os intelectuais que nos ensinam a pensar a partir de outros mundos possíveis. Nesta tese, a confluência ajuda a compreender o encontro entre docência, pesquisa, memória, território e ancestralidade (Bispo, 2023).

³⁹ Ao me referir à “pedagogia das encruzilhadas”, mobilizo a encruzilhada como chave simbólica e epistemológica de movimento, comunicação, encontro e abertura de caminhos, em referência ao orixá Exu nas cosmologias afro-brasileiras. A expressão é utilizada aqui para pensar deslocamentos, travessias e possibilidades metodológicas, com respeito às tradições religiosas de matriz africana.

éticas de leitura se quisermos enfrentar, de fato, os modos pelos quais a colonialidade segue definindo quem pode ser lida como sujeita da História.

E, se hoje escrevo em primeira pessoa e reivindico o direito de existir no mundo e na Academia, produzindo uma tese que tensiona o fazer historiográfico eurocentrado, é porque pude me apoiar nos ombros de muitas que vieram antes de mim. Entre elas está Dona Ivone Lara⁴⁰, grande intelectual negra brasileira, autora dos versos que abrem esta introdução. A escolha dessa epígrafe não é aleatória. Ao cantar que alguém lhe avisou para pisar nesse chão devagarinho, Dona Ivone ensina que há uma pedagogia da caminhada: é preciso pisar com humildade, respeito, cautela e coerência. Ela conhecia bem esse ensinamento, pois, ao longo de sua vida, transpôs camadas de interdições historicamente impostas às mulheres negras no Brasil.

É assim que tenho caminhado por Vila Bela desde a primeira vez que pisei naquele chão, há dezesseis anos. Em solo sagrado, por onde também pisou Tereza de Benguela, fui devagarinho, sendo ensinada e guiada pela ancestralidade. Aqui, ratifico meu profundo respeito à comunidade de Vila Bela e a todo o legado de Tereza, que a colonialidade tentou enterrar. Mas esqueceram que ela era semente. Que este *ebó*⁴¹, em forma de tese de doutoramento, seja favorável à memória de Tereza, a partir do exercício teórico-metodológico que a grandeza de seu nome merece.

Quero deixar registrado que assino esta tese em primeira pessoa e demarco minha autoria, mas não sou, nem estou, só. Como ensina Conceição Evaristo (2020), por muito tempo mulheres negras foram convocadas a contar histórias para adormecer a casa-grande. Nossos textos, no entanto, tentam borrar essa imagem: “Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 54). Finalizo esta escrevivência pedindo a bênção às minhas mais velhas e abençoando as minhas mais novas. *Agô*⁴²!

⁴⁰ Yvonne Lara da Costa (1921–2018), a Dona Ivone Lara, foi enfermeira, assistente social e ícone do samba. Pioneira, tornou-se a primeira mulher a assinar um samba-enredo no grupo especial carioca em 1965, pela Império Serrano. Paralelamente à música, dedicou décadas de atuação à saúde mental e à luta antimanicomial no Rio de Janeiro, trabalhando diretamente com a psiquiatra Nise da Silveira (Fernandes, 2021).

⁴¹ *Ebó* é uma prática ritual presente nas religiões de matriz africana, especialmente nas tradições de origem iorubá, associada à oferenda, ao cuidado, à restituição de equilíbrio e à abertura de caminhos. Utilizo o termo “ebó” como metáfora de oferenda, um gesto de reparação e responsabilidade historiográfica com a memória negra. Não se trata de reduzir uma prática religiosa a recurso acadêmico, mas de reconhecer, com respeito às epistemologias afro-brasileiras, que pesquisar também pode ser uma forma de cuidado com aquilo que a colonialidade tentou apagar.

⁴² *Agô* é um pedido de licença na língua iorubá. Pedir *agô* significa um profundo respeito também com o patrimônio ancestral.

2 DE BENGUELA A VILA BELA: TRÂNSITOS AFRO/ATLÂNTICO/DIASPÓRICOS OU QUANDO O PRESENTE INTERROGA O PASSADO

*[...]Tereza de Benguela
A rainha de um quilombo
Que mantinha uma querela
Contra o branco opressor
Sem aceite de tutela. [...]
Na história brasileira
Ela deve ser lembrada
Como uma grande heroína
Para sempre memorada
Pela sua força e mente
Sempre homenageada.[...]
Me revolta esse país
Que não fala na história
Dos seus feitos grandiosos
E de toda a sua glória
O silêncio é explicado
Pela vil racista escória.
Que seus feitos importantes
Não mais sejam esquecidos
Que o racismo asqueroso
Não lhes deixe escondidos
Pois são para o povo negro
Exemplos fortalecidos. [...]
(Arraes, 2017)*

*“É urgente a tarefa de descolonizar
a ordem eurocêntrica do conhecimento”
(Kilomba, 2019, p. 53).*

As epígrafes deste capítulo de abertura evocam vozes de mulheres negras que, a partir de seus respectivos espaços de enunciação - a literatura e a academia -, denunciam os apagamentos e silenciamentos estruturantes na produção do conhecimento histórico. Esta tese de História se dedica à análise das narrativas e representações sobre Tereza de Benguela. A opção de iniciar esta discussão tensionando o racismo e o eurocentrismo na produção do saber é basilar para a linha analítica que se desenvolverá ao longo dos capítulos seguintes.

Enquanto Grada Kilomba (2019) aponta que a produção do conhecimento, pautada na lógica colonialista, impôs a condição de “outridade”⁴³ aos corpos negros - processo que foi e continua sendo limitante e violento -, o cordel de Jarid Arraes (2017)

⁴³ “Outridade” (tradução do termo *Otherness*) é o processo colonial e racista de transformar o sujeito negro em um “outro” absoluto, privando-o de sua subjetividade e humanidade. A outridade não é uma característica biológica, mas uma construção discursiva. Kilomba (2019) argumenta que a branquitude se estabelece como a “norma”, o centro e o padrão de humanidade.

convida à reflexão sobre a importância de revisitar capítulos já escritos da História do Brasil. O objetivo é incluir e tornar conhecida a trajetória de Tereza de Benguela como parte integrante do currículo a ser ensinado. Contudo, embora o nome de Tereza venha ganhando projeção pública no Brasil, sobretudo após a sanção da Lei nº 12.987/2014⁴⁴, que instituiu o *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, questões relevantes sobre sua vida e o território onde ela atuou ainda oscilam entre o esquecimento e a imprecisão. Exemplo disso é a recorrente atribuição do título de “Rainha do Pantanal” a Tereza de Benguela, uma construção contemporânea consolidada pelo carnaval carioca⁴⁵ na década de 1990. Embora tenha ampliado a visibilidade pública de seu nome, essa designação desloca geograficamente o Quilombo Grande⁴⁶ de seu território de origem: o Vale do rio Guaporé⁴⁷.

Este capítulo tem como objetivo contextualizar histórica e geopoliticamente o cenário e o território onde Tereza de Benguela viveu, analisando como a documentação colonial conhecida aborda sua figura. A análise também se volta ao outro lado do Atlântico, compreendendo Tereza como uma mulher de ancestralidade centro-africana, portadora de referências cujas tradições foram ressignificadas no Vale do Guaporé. O mergulho na documentação colonial, com foco no processo de ocupação da região e nos registros do “estouro” do quilombo em 1770, permite tensionar tanto os silêncios do arquivo quanto as leituras posteriores que cristalizaram imprecisões sobre sua trajetória.

Do ponto de vista teórico, a análise empreendida está em diálogo com a produção historiográfica recente e com os estudos críticos das colonialidades. Importante salientar que o que eu nomeio como “estudos críticos das colonialidades” se trata de um conjunto de reflexões produzidas por autoras e autores que têm tensionado as narrativas eurocêntricas, seus cânones e seus regimes de legitimação do conhecimento. Refiro-me, especialmente, à crítica dirigida à centralidade conferida à produção intelectual de

⁴⁴ O processo de construção da Lei nº 12.987/2014 que instituiu o *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra* será tratado no capítulo 3 desta tese.

⁴⁵ As representações sobre Tereza de Benguela, a partir do enredo *Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal*, são tema do capítulo 2 desta tese.

⁴⁶ Quilombo Grande é a denominação que aparece nos Anais de Vila Bela, especificamente no registro do ano de 1770, conforme abordarei no tópico 2.3 deste capítulo.

⁴⁷ O Vale do rio Guaporé corresponde à região atravessada pelo curso do rio Guaporé e por seus afluentes, situada na Fronteira Oeste da América portuguesa, área hoje vinculada ao estado de Mato Grosso e à fronteira Brasil-Bolívia. O rio Guaporé nasce na extremidade setentrional da Serra dos Parecis, em Mato Grosso, possui 1.716 quilômetros de extensão, dos quais cerca de 1.500 são navegáveis. Segundo Teixeira (2004), essa condição de navegabilidade fez do Guaporé um rio imprescindível para a ocupação da região, funcionando como porta de entrada para a mineração e como via de acesso para diferentes exploradores, agentes coloniais e comerciantes interessados na extração de riquezas do território.

homens do Norte Global, cujas formulações, em grande medida, não se voltaram à compreensão das experiências históricas, políticas e subjetivas de mulheres negras na *América Ladina*⁴⁸ (Gonzalez, 1988).

Nesse sentido, as referências que ancoram esta pesquisa reúnem, com centralidade, autoras pós-coloniais, decoloniais, feministas negras brasileiras e intelectuais afro-referenciados, cujas contribuições são mobilizadas ao longo do texto. Quando necessário, dialogo também com outras correntes teóricas e historiográficas, especialmente aquelas que ajudam a compreender o contexto colonial, a formação da Fronteira Oeste, os quilombos, a escravidão e os regimes de memória. No entanto, essas interlocuções não ocupam o centro da análise: elas entram como apoio crítico e contextual, enquanto o eixo interpretativo da tese se organiza a partir de epistemologias negras, feministas e diaspóricas⁴⁹.

Do ponto de vista da discussão historiográfica, há aqui um esforço analítico no sentido de “descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento”, em que refuto a construção de uma narrativa simplista de que a validação de uma produção historiográfica sobre Tereza de Benguela poderia ser comprometida devido a uma suposta inexistência de fontes coloniais quantificáveis e “confiáveis”. Sustento a hipótese de que a invisibilização de Tereza de Benguela não decorre da ausência de fontes, mas das formas coloniais e androcêntricas de leitura das fontes que esta tese busca tensionar.

O exercício teórico-metodológico que empreendo aqui vai além de “escovar a história a contrapelo”⁵⁰, pois implica olhar para as estruturas de poder presentes no interior do arquivo colonial que, por muito tempo, funcionou como *locus* hegemônico de validação das narrativas históricas academicamente autorizadas. Corroboro a perspectiva

⁴⁸ Embora a expressão seja frequentemente associada à obra de Lélia Gonzalez, a própria autora remete sua formulação ao texto de M. D. Magno, *América Ladina: introdução a uma abertura*, publicado em 1980. A Lélia Gonzalez devemos a reelaboração da expressão e sua incorporação no âmbito da categoria político-cultural de “amefricanidade”, adquirindo centralidade para a crítica ao apagamento da presença negra e indígena na chamada América Latina (Gonzalez, 1988).

⁴⁹ Compreendo “Díaspóra Africana” ou “Díaspóra Afroatlântica” como um fenômeno histórico, cultural e político multidimensional. Em sua dimensão histórica, o termo remete à dispersão forçada de populações africanas para as Américas e outras regiões, processo estruturado pelo tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e marcado por fluxos persistentes de sujeitos, saberes, práticas culturais, memórias e formas de resistência (Heywood, 2008). Em diálogo com os historiadores Kim Butler e Petrônio Domingues (2020), adoto também uma compreensão ampliada da diáspora, que não se restringe ao deslocamento físico. Nessa perspectiva, a diáspora é entendida como processo contínuo de reterritorialização, reconstrução de identidades individuais e coletivas e produção de pertencimentos em contextos de violência, fronteira e reinvenção. Trata-se, portanto, de analisar sujeitos que operam em “zonas de contato” e em interfaces gloais, nas quais experiências locais dialogam com dinâmicas globais da experiência negra.

⁵⁰ A expressão “escovar a história a contrapelo” remete às teses de Walter Benjamin (1987) sobre o conceito de história e à crítica das narrativas lineares produzidas do ponto de vista dos vencedores.

da historiadora Saidiya Hartman (2020), quando a autora argumenta que o campo historiográfico precisa enfrentar o processo de “desumanização antinegro”⁵¹ que fundamentou a própria formação das Ciências Humanas, no século XIX.

Nesse movimento, fissurar a noção de tempo linear é parte fundamental da análise. Em diálogo com Leda Maria Martins (2021), retomo a noção de tempo espiralar, já apresentada na introdução, para operá-la como chave de leitura do arquivo colonial. No caso de Tereza de Benguela, o passado não aparece como matéria encerrada no século XVIII: ele retorna nas lacunas documentais, nas traduções coloniais, nos silêncios da historiografia e nas disputas de memória do presente. A perspectiva espiralar permite, assim, que o presente interrogue criticamente os vestígios coloniais, fazendo emergir uma memória simultaneamente ancestral, política e contemporânea.

De acordo com dados da Coordenação Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas⁵² (CGMET), o Brasil foi a região das Américas que mais recebeu africanos escravizados⁵³, concentrando cerca de 40% do total das pessoas que foram forçadas a atravessar o Atlântico (Brasil, 2024). Somado a esse volume, o fato de o país ter sido o último a abolir juridicamente o sistema escravista, em 1888, nos situa como um lugar central na análise das diásporas. Parafraseando Hartman (2021), na introdução de *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*:

Eu sou a relíquia de uma experiência que a maioria preferiu não lembrar, como se a pura vontade de esquecer pudesse resolver ou decidir a questão da história. Eu sou a lembrança de doze milhões que cruzaram o Atlântico e de que o passado ainda não acabou. Eu sou a

⁵¹ A historiadora afro-americana Saidiya Hartman (2020) utiliza a expressão “desumanização antinegro” para nomear o processo histórico e epistemológico pelo qual pessoas negras foram convertidas, no arquivo colonial e na formação moderna das Humanidades, em objetos de administração, comércio, punição, descrição e violência, e não em sujeitos plenamente reconhecidos em sua humanidade.

⁵² A CGMET foi criada em 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), como um instrumento do governo brasileiro para implementar políticas de valorização da memória em torno da escravidão e do comércio de africanos escravizados para o Brasil. A Coordenação faz parte da Assessoria Especial em Defesa da Democracia, Memória e Verdade (ADMV). Desde 2001, durante a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, a ONU considerou o tráfico transatlântico de africanos escravizados um crime contra a humanidade (Nações Unidas Brasil, 2024).

⁵³ Os dados estatísticos apresentados baseiam-se nas estimativas de desembarque por região disponíveis na plataforma *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Trata-se de uma base internacional construída a partir do cruzamento de registros de viagens, manifestos de navios e documentação relativa ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Segundo a plataforma, o porto do Rio de Janeiro concentrou um dos maiores volumes de desembarque das Américas, com estimativa aproximada de 1,9 milhão de africanas e africanos entre 1501 e 1866. Esse dado, articulado à historiografia sobre as rotas internas de abastecimento da Capitania de Mato Grosso, contribui para compreender a presença expressiva de sujeitos provenientes da África Centro-Ocidental e de matrizes banto na Fronteira Oeste colonial. Ver: Voyages (2026).

prole dos cativos. Eu sou o vestígio dos mortos. E a história é como o mundo secular cuida dos mortos (Hartman, 2021, p. 27, grifo próprio).

Como parte dessa “prole dos cativos”, eu comunico o desejo de fazer lembrar que, durante séculos, os homens que escreveram a história do Brasil fizeram questão de esquecer a trajetória de uma mulher negra que ousou desafiar a ordem colonial patriarcal no século XVIII, cujo nome resistiu ao apagamento e reemergiu no presente. Esse procedimento também dialoga com Sueli Carneiro (2023), especialmente quando a autora demonstra como o “dispositivo de racialidade” e o “epistemicídio” organizam hierarquias de humanidade, saber e legitimidade intelectual. No caso de Tereza de Benguela, tais categorias ajudam a compreender por que a documentação colonial nomeia, administra e pune sua presença, ao mesmo tempo em que interdita sua palavra como sujeito histórico.

Ao investigar o território onde Tereza de Benguela viveu, compreendo a experiência quilombola como uma reelaboração, em contexto diaspórico, de formas centro-africanas de organização política e comunitária. Essas referências não foram simplesmente transplantadas para a América portuguesa; foram refeitas, recalibradas e ressignificadas no Vale do Guaporé, em diálogo com as condições concretas da fronteira, da escravidão, da guerra colonial e da resistência cotidiana. Para sustentar essa leitura, dialogo com as análises da historiadora Beatriz Nascimento (2022) sobre a formação e a continuidade histórica dos quilombos no Brasil. Segundo a autora:

Na minha opinião, ao contrário do que me foi ensinado e do que ainda hoje se ensina nas escolas, o quilombo não foi uma tentativa de rebelião pura e simples contra o sistema escravocrata. Foi também uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta, após a abolição, no século XX (Nascimento, 2022, p. 122).

Na afirmação, datada de 1976⁵⁴, e em seus estudos posteriores⁵⁵, a historiadora apresenta dois pontos importantes que incorporo na minha análise: o Quilombo Grande não foi um evento isolado no tempo colonial, representando a manifestação de uma

⁵⁴ Essa declaração consta originalmente de uma entrevista que foi concedida por Beatriz Nascimento à Revista Manchete (ed. 1270, 21 ago. 1976, p. 30-31). O título da matéria, *O negro visto por ele mesmo*, foi utilizado para dar nome a coletânea organizada por Alex Ratts e publicada pela Editora Ubu, em 2022.

⁵⁵ Beatriz Nascimento (1942-1995) foi uma intelectual negra, historiadora, professora e uma das mais originais estudiosas dos quilombos no Brasil. Entre as décadas de 1970 e 1990, produziu análises fundamentais sobre a experiência histórica dos quilombos no Brasil. Parte significativa de sua produção permaneceu dispersa por muitos anos em artigos, entrevistas, roteiros, conferências e ensaios não publicados, tendo sido reunida e republicada mais recentemente em coletâneas que vêm contribuindo para o reconhecimento de sua importância no pensamento social brasileiro (Nascimento, 2018, 2021, 2022).

ideologia de resistência que se projeta como um *continuum* histórico, alcançando as lutas negras contemporâneas.

Um exemplo importante dessa permanência histórica em Vila Bela da Santíssima Trindade é a realização anual da *Festa*⁵⁶, grande celebração cultural e religiosa que articula quatro festas vinculadas às Irmandades: Divino Espírito Santo, São Benedito, Nossa Senhora Mãe dos Homens e Três Pessoas da Santíssima Trindade. Realizada ao longo de nove dias, no mês de julho, a Festa mobiliza a cidade durante todo o ano e constitui uma referência da diáspora africana em Mato Grosso. Durante a celebração, as chaves da cidade centenária são simbolicamente entregues ao “rei do Congo”, e a antiga vila-capital se transforma em uma grande *kizomba*⁵⁷.

Entre os momentos centrais da festa estão as apresentações da Dança do Congo e da Dança do Chorado⁵⁸, expressões culturais que atualizam memórias centro-africanas e afro-brasileiras. Na Vila Bela de hoje, a presença feminina se afirma nas artes, na cultura e nos enfrentamentos políticos. Nesse cenário, o nome de Tereza de Benguela é evocado como parte de uma linhagem de luta que atravessa o tempo. Ela amalgama passado e presente: é, simultaneamente, liderança feminina da resistência quilombola no século XVIII e matriarca simbólica das mulheres negras que a reconhecem como referência nas lutas atuais das comunidades remanescentes de quilombos⁵⁹.

Movendo-me na espiral do tempo, após os devidos esclarecimentos sobre as opções teóricas e metodológicas que orientam este capítulo, volto-me à historicização de Vila Bela da Santíssima Trindade e da presença negra no território guaporeano.

2.1 Colonização do Vale do Guaporé e a fundação da vila-capital⁶⁰

O processo de colonização portuguesa, no Vale do Guaporé, data da primeira metade do século XVIII. Concomitantemente à exploração aurífera e à criação da Vila do

⁵⁶ A respeito da bibliografia sobre a *Festa* de Vila Bela, ver: Lima (2000).

⁵⁷ De acordo com Assis Júnior (1941?, p. 153), a palavra *Kizomba* é uma palavra do *Kimbundu* que significa folguedo; festa; dança (em que há regozijo).

⁵⁸ Sobre a Dança do Chorado, em Vila Bela, ver Silva (2006, p. 85), em dissertação defendida no PPGHIS-UFMT, e Silva (2021, p. 186), em tese defendida no PPGS-UFSCar.

⁵⁹ No capítulo 3 desta tese, vou aprofundar essa discussão sobre o papel das mulheres na luta contemporânea para a formação da categoria “remanescente de quilombo”, enquanto sujeitos de direitos, conquistada a partir da Constituição Federal de 1988.

⁶⁰ A abordagem do processo de ocupação do Vale do Guaporé não pretende constituir um estado da arte sobre o tema, mas contextualizar o cenário histórico no qual viveu Tereza de Benguela. As obras centrais para a análise são indicadas ao longo do texto, e outras pesquisas sobre a colonização da região no século XVIII constam na bibliografia final.

Senhor Bom Jesus de Cuiabá, foram realizadas incursões em direção a oeste, região limítrofe com os domínios espanhóis, objetivando encontrar novos pontos para exploração mineradora. Teixeira (2004) aponta que, devido à crise aurífera no vale do rio Cuiabá, por volta de 1729, bandeiras foram montadas para procurar novos veios e lavras na região da fronteira, território de litígio entre as coroas ibéricas.

Em 1731, os irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros, juntamente com seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, bandeirantes paulistas, partiram rumo a oeste, navegando pelo rio Cuiabá até o rio Paraguai e se embrenharam pela mata serrada, passando pelo rio Jauru. Os bandeirantes se instalaram próximo a um córrego que desaguava no rio Galera e, em 1734, iniciaram a formação de um núcleo de povoamento, com a fundação dos arraiais de Santana e São Francisco Xavier (ver a Figura 1). Na região dos arraiais, foi encontrada uma mina de ouro que recebeu o nome de “Mato Grosso”, em referência à mata de árvores altas e de caule robusto. Começava aí a primeira “febre” do ouro em direção às minas do Vale do rio Guaporé.

Desde o achamento das primeiras minas, Portugal almejava aumentar seus domínios, avançando sobre as terras que, de acordo com os termos estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), pertenciam a Coroa Espanhola. A descoberta de ouro fez com que a Coroa lusa invocasse o princípio do *Uti Possidetis*⁶¹ para requerer a posse do território que fazia parte do Vice-Reino do Peru, mas que não tinha sido efetivamente ocupado pela coroa Espanhola. A contenda entre as coroas ibéricas gerou uma questão diplomática e as negociações iniciadas em 1746. Após uma consulta do Governo Ultramarino, ao rei D. João V assinou o “regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação”⁶², o que objetivamente dividiu a Capitania de São Paulo e criou oficialmente uma nova, por nome de Mato Grosso.

As negociações entre as coroas ibéricas culminaram na assinatura do tratado de Madri, em 1750 e, a partir de então, os territórios que englobavam Mato Grosso, Goiás, o rio Guaporé, o rio Madeira e a Lagoa dos Patos passaram a ser oficialmente território português. Esse processo marcou o surgimento de um novo epicentro da colonização portuguesa na América, cujo auge se deu na segunda metade do século XVIII, de acordo

⁶¹ *Uti Possidetis* se trata de um princípio originário do Direito Romano, segundo o qual aqueles que ocupam o território possuem direito sobre ele.

⁶² O documento citado faz parte do acervo do Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso, AHU_ACL_CU_010, Cx. 4\Doc. 222. Sobre o processo de formação da capitania de Mato Grosso ver a tese de Chaves (2008), intitulada *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português*.

com a historiadora Nauk Maria de Jesus (2006). A autora aponta a especificidade de Mato Grosso como uma “capitania-fronteira-mineira”, conceito que sintetiza as três forças motrizes daquela realidade: a regulação da extração mineral, a consolidação de um aparato estatal em áreas remotas e a vigilância geopolítica dos limites com os domínios espanhóis (Jesus, 2006, p. 29).

A implementação do projeto colonial luso na região exigiu, para além da fundação da capital, a concessão de privilégios e isenções fiscais, estratégia fundamental para atrair colonos dispostos a ocupar as vastidões a oeste da América Portuguesa. Para liderar essa empreitada, a Coroa nomeou Dom Antônio Rolim de Moura Tavares⁶³ como o primeiro Capitão-General. Sua incumbência inicial foi firmar a fundação da capital às margens do rio Guaporé, localidade estratégica para a defesa do território e o controle fluvial da região. As diretrizes para esse processo foram postas nas *Instruções de 19 de janeiro de 1749*⁶⁴, enviadas pela rainha D. Mariana d’Áustria. O documento define Mato Grosso como a “chave e o propugnáculo do sertão⁶⁵ do Brasil pela parte do Peru” (d’Áustria, 2005, p. 56), reforçando o papel da capitania como barreira defensiva e ponto de expansão do Império português.

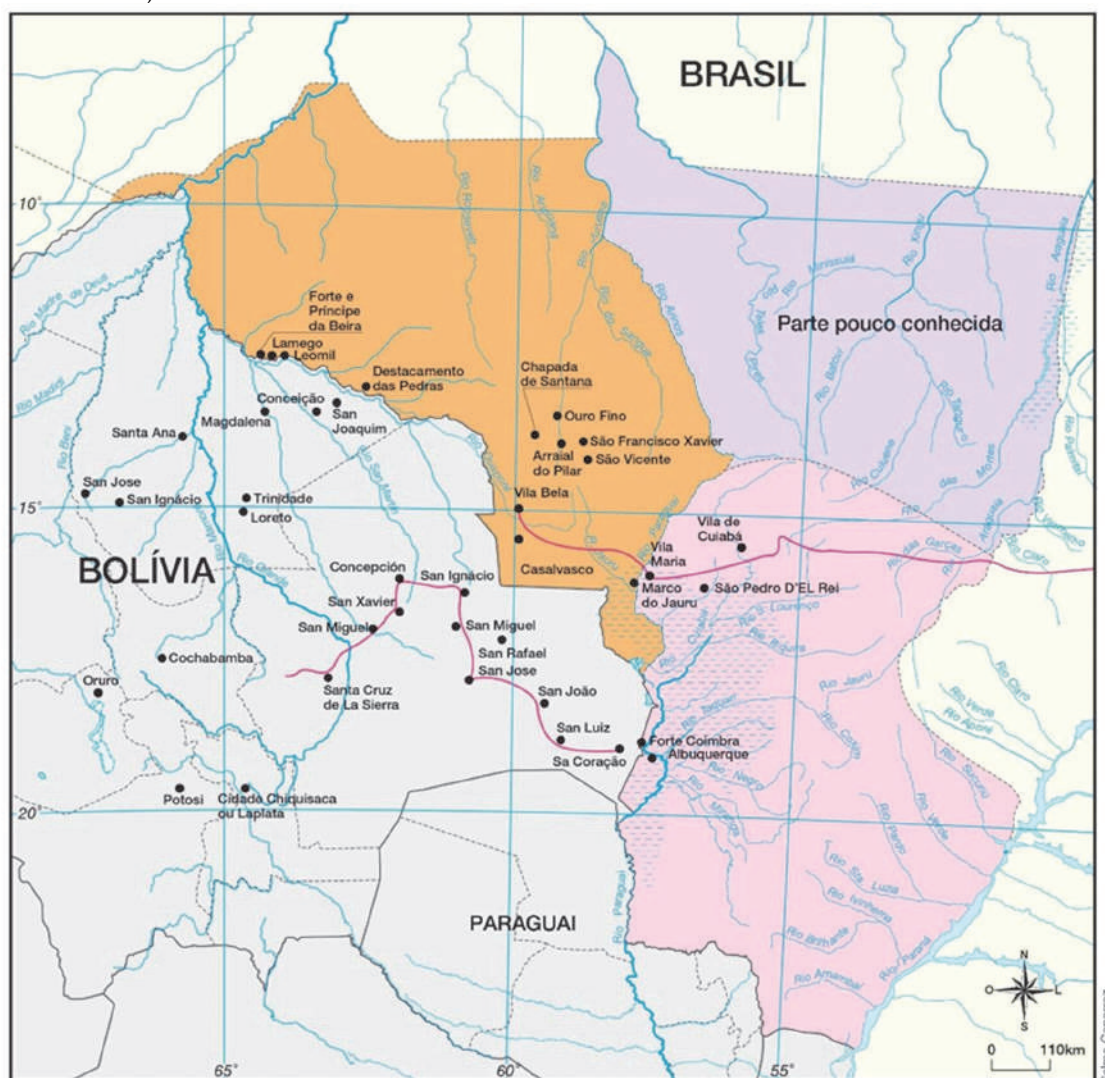
Essa complexa estrutura territorial e administrativa pode ser observada na Figura 1, que dimensiona a extensão da capitania de Mato Grosso.

⁶³ Especificamente sobre o governo de Dom Antônio Rolim de Moura, ver a tese “*Eu como general do mato já não estranho viver a sertanista*”: a trajetória de D. Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso através de suas cartas (1751-1764), de autoria de Débora Ferreira (2021).

⁶⁴ Mariana d’Áustria (Rainha de Portugal). Instruções dadas pela Rainha D. Mariana D’Áustria, mulher de D. João V, ao Governador da nova capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 jan. 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.). **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. v. 1. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 55-80.

⁶⁵ De acordo com o *Dicionário da língua portuguesa*, de Rafael Bluteau, o termo “sertão” refere-se ao “interior, ao coração das terras, ao marítimo (Bluteau, 1789, p. 396). Sobre a construção da imagem de Mato Grosso e da fronteira oeste como territórios distantes e selvagens, ver: Costa (1999) e Galetti (2012).

Figura 1 - Mapa da Capitania de Mato Grosso e a Fronteira com os Domínios Espanhóis (Séculos XVIII e XIX)



Fonte: Lordelo (2019, p. 55).

LEGENDA

- Capitania de Mato Grosso
- Repartição do Mato Grosso
- Repartição do Cuiabá
- Vila e arraial
- Rio
- Estrada
- Divisa Internacional
- Divisa interestadual

O mapa (Figura 1) detalha a malha fluvial e os caminhos abertos pelos colonizadores, bem como apresenta as principais vilas e arraiais fundados, evidenciando a proximidade estratégica com os domínios espanhóis, entre os séculos XVIII e XIX.

Vila Bela da Santíssima Trindade, a vila-capital, oficialmente fundada em 19 de março de 1752 e, em seu ato de instalação, consta que:

[...] em meado de janeiro, partiu Sua Excelência com o juiz-de-fora para este campo, ou Pouso Alegre, a disporem a criação da Vila. Por ser à beira do rio, e dar início de que este alargaria a vargem do terreno mais vizinho, se esperou o mês de fevereiro. Entrando março, como se viu que o rio, com sua enchente, não vencia o barranco, se puseram os editais para se convocar o povo para o levantamento da vila, lavrado já para essa função o pelourinho⁶⁶. Juntos os bons e povo destas minas, em dia de São José, de tarde, em uma casa que se armou, coberta de toldos, no lugar da praça, se fez o ato da ereção da vila, levantando se também pelourinho, abrindo-se o primeiro pelouro, dando-se posse aos vereadores e aos oficiais da milícia (Anais de Vila Bela desde o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 51, grifos próprios).

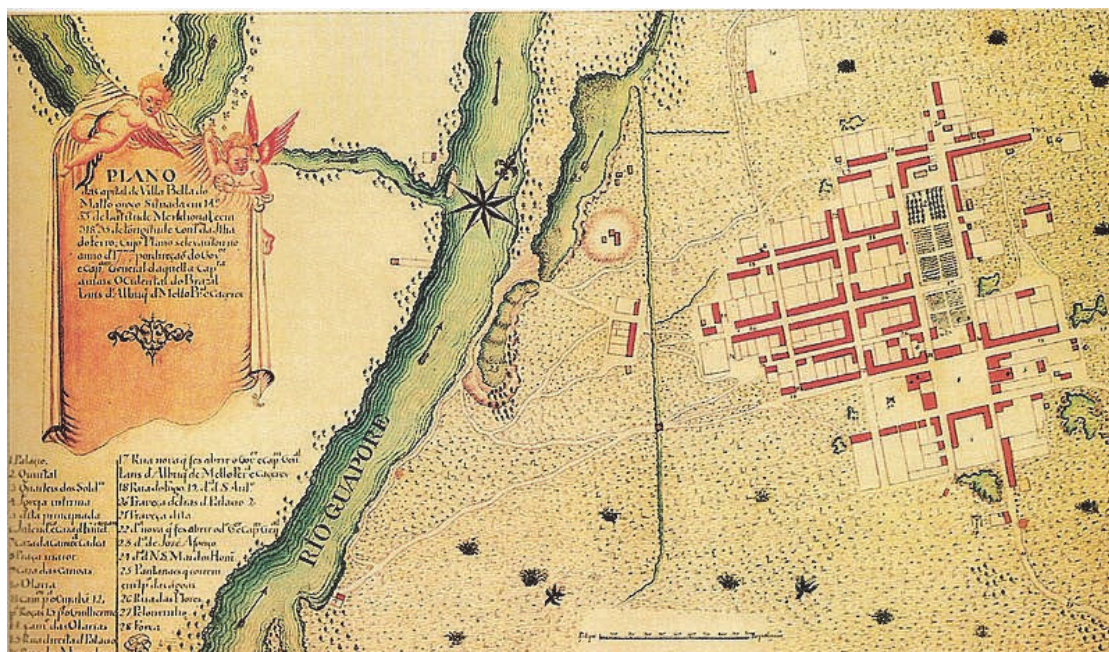
Conforme registrado no documento, a escolha do sítio e o início das obras foram ditados pelas especificidades da natureza local. O Capitão-General aguardou passar o auge do período chuvoso (janeiro a março) para se certificar de que o terreno, às margens do Rio Guaporé, seria seguro contra as enchentes. O sucesso do povoamento da vila-capital dependia do controle da navegação pelo Rio Guaporé, rota vital para regular a entrada e saída de mercadorias, escoar o ouro extraído e garantir a ligação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 19 de março, dia de São José, ocorreu o levantamento do pelourinho, elemento central que transformava o “pouso” em “vila”. O pelourinho era o eixo em torno do qual se organizava a vida política e jurídica de uma vila colonial: ali se realizavam as eleições para a Câmara e se manifestava o braço punitivo do Estado. Ao “dar posse aos vereadores e aos oficiais da milícia”, Rolim de Moura estabelecia a estrutura de mando necessária para uma capitania-fronteira, onde a defesa militar e a administração civil tinham vital importância. Essa ocupação do “lugar da praça”, com “tendas e toldos”, representava a transposição das hierarquias do Antigo Regime para o coração da América. A distinção entre os “bons” (a elite local) e o “povo”, no ato da ereção da vila, reforçava que, mesmo estando nos sertões da colônia, as distinções sociais e o rigor das leis portuguesas deveriam ser rigorosamente cumpridas.

⁶⁶ Pelourinho se trata de uma coluna de pedra ou madeira construída na praça principal de uma localidade. Significava a existência de autoridade constituída na povoação. Era símbolo da elevação de um povoado à categoria de Vila e sede municipal. Colocado o Pelourinho, eram realizadas as eleições para os cargos da Câmara. Por estar em praça ou lugar central público, também era o lugar onde eram castigados criminosos e pessoas escravizadas.

Nos anos seguintes, a administração colonial empreendeu um esforço deliberado para dotar Vila Bela de ares de urbanidade e rigor arquitetônico, buscando transpor, para o sertão mato-grossense, os ideais de ordenamento do projeto pombalino⁶⁷. Entretanto, as enchentes sazonais do Rio Guaporé eram um desafio permanente para a existência material da vila. Essa instabilidade forçou o deslocamento estratégico do núcleo urbano original, processo que pode ser observado no Plano da capital, que aparece no documento como *Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso* (ver Figura 2).

Figura 2 - Plano da Capital de Vila Bela do Mato Grosso - 1777



Fonte: Reprodução em Amado e Anzai (2006).

Confeccionado durante o governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres⁶⁸, o documento cartográfico cuja imagem foi aqui reproduzida, revela o redimensionamento do perímetro urbano, agora situado em um terreno mais elevado e afastado das margens fluviais. A planta de 1777, minuciosamente planejada, destaca o traçado urbano ortogonal, típico do urbanismo iluminista europeu, que buscava projetar

⁶⁷ O Projeto Pombalino refere-se ao amplo conjunto de reformas administrativas, econômicas, sociais e educacionais implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I (1750-1777), em Portugal e em seus domínios coloniais. As reformas foram norteadas pelo “Despotismo Esclarecido”, uma tentativa de modernizar o Estado português utilizando princípios iluministas para fortalecer o poder absolutista.

⁶⁸ Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres governou a capitania de Mato Grosso entre os anos de 1772 e 1789. Sobre o período do seu governo, ver: Silva (2017).

ordem, civilização e controle administrativo sobre o vasto território da Capitania de Mato Grosso.

A representação detalha uma organização espacial centrada na praça principal, onde a arquitetura institucional delineava o cenário do poder monárquico. No entorno da praça, erguiam-se os símbolos do controle administrativo e fiscal: a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa de Fundição e a Real Fazenda. A planta também evidencia a presença das instituições religiosas: a Igreja Matriz e as capelas de Santo Antônio e de Nossa Senhora Mãe dos Homens e as estruturas de defesa, representadas pelos quartéis. Além do pelourinho, símbolo da autonomia municipal, a planta registra com precisão, em sua parte inferior, a localização da força⁶⁹. Esse detalhe cartográfico é crucial para compreender a praça central como um palco de controle social, onde o Estado manifestava seu poder e violência.

2.1.1 Escravidão e resistência negra na Fronteira Oeste: notas historiográficas

Ao longo do processo de ocupação do Vale do Guaporé, a implementação do projeto colonial luso reiterou lógicas estruturantes de violência: extrativismo predatório, genocídio dos povos originários e dependência da força de trabalho escravizada. A edificação de vilas, destacamentos militares e fortalezas, símbolos da presença colonial, só se tornou possível pela exploração sistemática de homens e mulheres escravizados. De acordo com o levantamento da historiadora Luiza Volpato (p. 1996, p. 246-247, grifo próprio):

A primeira monção proveniente de São Paulo trazia o necessário para a exploração do ouro: além do mantimento e ferramentas, escravos. [...] Após a criação e instalação da capitania foi liberada a navegação dos rios da bacia Amazônica, permitindo a inserção na região na área de atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Entre 1752 e 1778, parte dos escravos que entraram em Mato Grosso, em especial os que se destinavam a Vila Bela, foi comercializada por essa empresa.

Como evidencia Volpato (1996), desde as primeiras expedições oriundas de São Paulo, a mineração articulava mantimentos, ferramentas e pessoas escravizadas em uma mesma lógica de abastecimento colonial. Com a consolidação da capitania e a abertura da navegação nos rios amazônicos, essa dinâmica foi ampliada pela atuação da

⁶⁹ De acordo com a documentação que será abordada adiante, após sua morte, em 1770, Tereza foi decapitada e sua cabeça foi exposta na praça central da vila-capital.

Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, responsável pela comercialização de parte dos africanos escravizados que ingressaram em Mato Grosso, especialmente aqueles destinados a Vila Bela⁷⁰.

A partir da análise documental, e em diálogo com a historiografia da escravidão em Mato Grosso, é possível afirmar que a engrenagem colonial foi sustentada por pessoas sequestradas em África e convertidas em mercadorias na América. Homens e mulheres escravizados estavam presentes em diferentes frentes de trabalho: na agricultura, na criação de bovinos, nas atividades extrativistas, na coleta das “drogas do sertão”, e até na formação de grupos de defesa, atuando diretamente na contenção das investidas castelhanas nos limites da fronteira. No levantamento bibliográfico realizado para esta tese, as produções de Volpato (1987, 1993, 1996), Jovam Vilela da Silva (1995) e o livro organizado por Carlos Rosa e Nauk Maria de Jesus (2003) foram fundamentais para compreender as estruturas econômicas e demográficas da escravidão no Mato Grosso colonial e imperial.

Destaco, aqui, uma pesquisa que, embora produzida no âmbito da antropologia, tornou-se referência basilar para a história da presença negra na Fronteira Oeste: a tese *Vila Bela: território branco, espaço negro: estudo antropológico de Vila Bela*, de Maria de Lourdes Bandeira. Defendida em 1986 e publicada em livro pela Brasiliense em 1988, ano emblemático do centenário da Abolição, a pesquisa integrou um projeto nacional do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, iniciado em 1982, voltado ao mapeamento e à sistematização de estudos sobre comunidades negras em territórios rurais. Para tal, foram conduzidas investigações em áreas rurais de Goiás, Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso, buscando criar um corpo de conhecimento que dialogasse com a produção sociológica e antropológica já consolidada⁷¹ sobre comunidades negras nos grandes centros urbanos brasileiros.

Na apresentação do livro *Território negro em espaço branco*, assinada por João Baptista Borges Pereira, Vila Bela é descrita como um “evento histórico crucial, ou

⁷⁰ A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, integrou o projeto pombalino de reorganização da Amazônia portuguesa e viabilizou a chamada “rota do Norte”, conectando portos africanos, especialmente da África Centro-Occidental ao interior da América portuguesa, por meio da navegação atlântica e fluvial. Essa rota foi fundamental para o abastecimento de mão de obra escravizada em Mato Grosso e para a inserção do Vale do Guaporé em circuitos atlânticos mais amplos. Sobre o tema, ver: Volpato (1996), Rodrigues (2015) e Lordelo (2019).

⁷¹ Esses estudos representaram a continuidade de uma linha de reflexão científica sobre as relações raciais no Brasil, iniciada na USP desde a década de 1950, pela chamada Escola de São Paulo, formada, dentre outros, por Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Oracy Nogueira.

laboratorial, na ordem racial brasileira” (Bandeira, 1988, p. 14). Tal afirmação se justifica pelo processo de ocupação singular da região: projetada pela Coroa portuguesa para ser a primeira capital da capitania de Mato Grosso, a vila atravessou um longo período de isolamento político e geográfico após a transferência da sede administrativa para Cuiabá. À época da pesquisa, no início dos anos 1980, a antiga vila-capital configurava-se como um território rural, afastado e eminentemente negro.

Ao mapear o processo de constituição étnica dos “pretos”⁷² de Vila Bela, a partir da pesquisa documental, o trabalho de Bandeira (1988) conferiu visibilidade ao quilombo comandado por Tereza de Benguela, um avanço, diante da pouca atenção que o campo historiográfico dedicava ao estudo dos quilombos em Mato Grosso à época. A partir do método etnográfico e da metodologia da história oral, os dados coletados por Bandeira (1988) tiveram desdobramentos políticos e se tornaram parte constituinte de relatórios antropológicos que embasaram o reconhecimento de Vila Bela como território de remanescentes de quilombo⁷³.

Contudo, apesar de sua inegável importância e robustez do *corpus* documental, com a aplicação de questionários em 224 domicílios de Vila Bela, o trabalho de Bandeira (1988) precisa ser revisitado sob uma perspectiva crítica. Por ser um texto datado da década de 1980, a autora, limitada pelas escolhas teóricas da época, reproduz a linguagem colonial e passagens de memorialistas, sem demarcar a crítica às fontes utilizadas e seus contextos de produção.

Por ter sido o primeiro trabalho acadêmico de maior fôlego sobre Vila Bela e o Quilombo do Quariterê⁷⁴, *Território negro em espaço branco* tornou-se uma referência incontornável para os estudos posteriores. No entanto, ao longo de quase quatro décadas, desde a sua publicação, algumas passagens da obra passaram a ser retomadas de modo pouco problematizado pela historiografia e, mais recentemente, por textos de circulação digital⁷⁵. Nesse processo, interpretações formuladas no âmbito de uma pesquisa acadêmica acabaram sendo mobilizadas como se constituíssem evidências primárias sobre Tereza de Benguela, sem a devida mediação crítica entre memória, narrativa oral, documentação colonial e elaboração historiográfica.

⁷² Grafei a palavra “pretos” entre aspas porque é assim que Bandeira (1988) os referencia no livro.

⁷³ O reconhecimento como “remanescentes de quilombos” foi garantido pela aprovação do artigo 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição de 1988.

⁷⁴ É assim que Bandeira (1988) nomina o quilombo comando por Tereza de Benguela em seu livro.

⁷⁵ Desenvolvo essa questão do capítulo 4 da tese.

Um exemplo sensível dessa “canonização do equívoco” aparece na forma como Maria de Lourdes Bandeira (1988) descreve os acontecimentos posteriores à captura de Tereza de Benguela. Segundo a autora, “a rainha Teresa ficou de tal modo chocada e inconformada com a destruição do quilombo que enlouqueceu” (Bandeira, 1988, p. 119). Para sustentar tal afirmação, Bandeira (1988) recorre ao relato de Alfredo d’Escragno Taunay⁷⁶, no qual a liderança quilombola é apresentada sob o signo da passionalidade: “quando foi presa a rainha, a Amazona parecia *furiosa*⁷⁷. E tal foi a paixão que tomou em a ver conduzir por esta vila que morreu enfurecida” (Taunay, 1981, p. 150 *apud* Bandeira, 1988, p. 119).

A narrativa de Taunay, entretanto, precisa ser lida a partir de seu próprio enquadramento discursivo. Vinculado ao projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷⁸, o autor operou como mediador importante na invenção de uma memória idílica, melancólica e decadente sobre Vila Bela e a Fronteira Oeste, no final do século XIX. Nesse registro, a antiga vila-capital aparece emoldurada pelo cenário da ruína, enquanto a presença negra é descrita como sinal de abandono e desordem. A linguagem literária mobilizada por Taunay desloca a agência coletiva da resistência quilombola à ordem colonial para o plano do drama individual, convertendo a captura de Tereza em uma cena de descontrole, fúria e paixão.

A formulação de Taunay ajudou a sedimentar a imagem de uma liderança enlouquecida diante da destruição do quilombo. A despeito da densa carga subjetiva e das intencionalidades que informam o relato do memorialista, Bandeira (1988) absorve a

⁷⁶ Taunay constrói sua memória sobre Vila Bela a partir de um episódio familiar: a morte de seu tio-avô, Aimé-Adrien Taunay, também conhecido como Amado Taunay, desenhista e pintor integrante da Expedição Langsdorff, afogado nas águas do rio Guaporé em 5 de janeiro de 1828, aos 24 anos. A tragédia familiar funciona como ponto de partida para articular a decadência material da antiga vila-capital a um imaginário trágico-heroico, característico da historiografia romântica oitocentista. O texto foi originalmente publicado em 1891, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), tomo LIV, parte II, sob o título *A cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela, o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima*. Para embasar seu relato, Taunay consultou as *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*, de Filipe José Nogueira Coelho, obra publicada em 1850 e discutida no tópico 1.3 desta tese.

⁷⁷ Mantive a marcação em itálico na palavra “furiosa” e a grafia de Tereza com “s” tal qual se encontra no livro de Bandeira (1988).

⁷⁸ Criado em 1838, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve um projeto historiográfico que se ancorou em uma “retórica da história” voltada à construção de uma memória do país que definia o que deveria ser lembrado, celebrado e transmitido como patrimônio comum, em meio ao processo de formação do Estado Nação. Nesse arranjo, as biografias dos “grandes homens” ocuparam posição estratégica: funcionavam como instrumentos pedagógicos de modelagem cívica e de fabricação de exemplaridades. Esse modelo biográfico buscava produzir coesão identitária por meio da fabricação e exaltação de heróis e do cultivo de um patriotismo institucionalmente orientado.

descrição passional do autor para fundamentar sua própria interpretação sobre o colapso do Quariterê:

Os vexames e a grande violência que se abateram sobre a rainha e seu povo, com o objetivo expresso de subjugação humilhante, foram demais para Teresa que encontrou na loucura uma forma de reação, recusando a se entregar e a se curvar à autoridade dos brancos [...] Traumatizada pela ruína e aniquilamento de seu quilombo, num dos acessos de furor, expressão de revolta, a rainha matou-se. O suicídio foi o gesto político supremo de rebelião da rainha à dominação dos brancos (Bandeira, 1988, p. 119-120, grifo próprio).

O excerto do livro de Bandeira (1988), acima citado, é um exemplo de como a memória de Tereza de Benguela foi sendo tecida por camadas de interpretação que, muitas vezes, dizem mais sobre o tempo de quem escreve, seja o século XIX de Taunay ou o século XX de Bandeira, do que sobre a própria Tereza. Ao tratar essa narrativa não como uma versão construída pelo olhar de um memorialista da elite letrada ligado ao IHGB, mas como um dado biográfico definitivo, produziu-se um efeito de eco: aquilo que aparecia como interpretação em 1988 passou a ser reiterado como “verdade histórica” em *sites*, redes sociais e outros materiais de circulação pública, apagando a complexidade dos dados presentes na documentação colonial primária. Portanto, revisitar Bandeira (1988) hoje exige reconhecer o pioneirismo de sua pesquisa, sem deixar de problematizar as imprecisões que a ausência de crítica documental mais rigorosa ajudou a cristalizar.

A partir da primeira década dos anos 2000, as pesquisas sobre o período colonial e a escravidão em Mato Grosso passaram por um avanço qualitativo, marcado pelo aporte de novas abordagens teóricas e por investigações documentais mais rigorosas. Nesse processo, a consolidação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGH/UFMT) teve papel importante na ampliação do conhecimento sobre a história da região. Nesse cenário de renovação historiográfica, destacam-se as contribuições de Monique Cristina de Souza Lordelo (2010, 2019)⁷⁹ e Bruno Pinheiro Rodrigues (2015)⁸⁰, cujos trabalhos reconfiguraram o entendimento sobre as trajetórias, espacialidades e estratégias de resistência negra na Fronteira Oeste⁸¹. Como

⁷⁹ Aqui, um adendo importante: a historiadora Monique Cristina de Souza Lordelo iniciou essa investigação no mestrado em História da UFMT, defendido em 2010, e a aprofundou no doutorado em História Social na FFLCH-USP, concluído em 2019.

⁸⁰ A tese foi publicada pela Editora Appris em livro, em 2019, como *Homens de ferro, Mulheres de pedra*. Nesta pesquisa, contudo, utilizo a versão acadêmica de 2015, consultada durante o levantamento bibliográfico.

⁸¹ Não sendo objetivo desta tese esgotar o debate sobre as dinâmicas da Fronteira Oeste, registro que as teses de Monique Lordelo (2019) e Bruno Pinheiro Rodrigues (2015), disponíveis online em repositórios

parte integrante da produção historiográfica, no âmbito do PPGHIS/UFMT, afirmo que a minha tese – embora não foque especificamente sobre o período colonial - caminha na continuidade das reflexões apontadas por esses autores, mas propõe um deslocamento adicional ao sustentar uma leitura feminista negra e anticolonial como estratégia para fissurar o silêncio perante a violência do arquivo colonial.

O debate historiográfico que estes pesquisadores levantam permite situar Tereza de Benguela e o Quilombo Grande em uma escala analítica mais ampla do que aquela oferecida pelo registro colonial isolado. A tese de Rodrigues (2015) contribui no sentido de reconectar a história de Mato Grosso aos fluxos do Atlântico Sul, ao investigar o itinerário de africanos escravizados - que o autor nomeia como “homens de ferro” e “mulheres de pedra” -, desde a *hinterland* de Benguela até os vales dos rios Paraguai e Guaporé (ver o Anexo B).

Ao analisar resistências, readaptações identitárias e recomeços forçados, Rodrigues (2015) demonstra como práticas de sobrevivência, repertórios culturais e formas de organização política centro africanas atravessaram o Atlântico e foram reinscritas no espaço colonial americano. Em sua interpretação, o Quilombo Grande, liderado por Tereza, ocupa lugar central nesse sistema de insurgência, aparecendo como espaço de trocas e reelaborações culturais entre indígenas e africanos.

No caso de Monique Lordelo (2019), a contribuição decisiva está em situar a Fronteira Oeste não apenas como uma linha de demarcação entre os impérios ibéricos, mas como um espaço vivo e ativo. Ao investigar a agência dos sujeitos escravizados em uma perspectiva transfronteiriça⁸², sua tese defendeu que as populações negras e indígenas escravizadas não foram figurantes passivos diante das estruturas de poder, mas exploraram, de modo estratégico, as possibilidades abertas por uma região marcada por rios caudalosos e distâncias extensas.

Lordelo (2019) evidenciou que as fugas eram constantes e estrategicamente direcionadas para além dos limites lusitanos, buscando refúgio, em especial, nas missões religiosas de Moxos e Chiquitos em território castelhano. Tomadas em conjunto, as teses de Rodrigues (2015) e Lordelo (2019) permitem compreender que a experiência do Quilombo Grande não constituiu um episódio isolado e que “ler” a trajetória de Tereza,

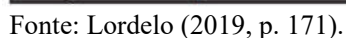
institucionais, oferecem lastro documental e historiográfico para leitoras e leitores que desejarem aprofundar a discussão sobre deslocamentos, quilombos e resistências afroindígenas na Fronteira Oeste, entre os séculos XVIII e início do XIX.

⁸² O termo “transfronteiriço” se refere aos territórios que, atualmente, corresponde à tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

à margem da geopolítica da Fronteira Oeste, significa desconsiderar as dinâmicas complexas de uma região atravessada por mobilidades, redes de apoio, trocas culturais, repressões e negociações constantes entre portugueses, espanhóis, indígenas e africanos escravizados.

Um dado que reforça este argumento foi o minucioso levantamento das correspondências de autoridades coloniais custodiadas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)⁸³, a partir do qual Lordelo (2019) identificou a existência de, ao menos, vinte quilombos de variadas dimensões, entre meados do século XVIII e o início do XIX. Essas comunidades estendiam-se por toda a capitania, muitas vezes adentrando os domínios da Espanha. Entre os mocambos, mapeados por ela, destacam-se os quilombos do Sepotuba (1769), Porrudos (1769), Grande (1770), Baures (1778), Piolho (1795) e Pindaituba (1795) (ver Figura 3). É importante ressaltar que a cronologia associada a esses mocambos se refere, geralmente, ao registro das expedições punitivas organizadas para o seu aniquilamento, e não necessariamente ao seu período de fundação ou vigência.

⁸³ A produção do mapa foi realizada a partir das informações coletadas tanto na dissertação de mestrado (Lordelo, 2010), no doutorado (Lordelo, 2019) na qual a autora aprofunda pesquisa iniciada no mestrado. Ressalte-se que a marcação espacial dos quilombos constitui uma aproximação geo-histórica, pois, como adverte a própria autora, “a documentação não relata de forma exata a localização desses quilombos” (Lordelo, 2019, p. 168).



Ademais, os dados contidos no mapa (Figura 3) permitem vislumbrar, que a historiografia sobre a escravidão em Mato Grosso ainda carece de muitos capítulos a serem escritos. Embora a produção regional tenha avançado na compreensão das estruturas econômicas e políticas da capitania, persistem lacunas significativas no que diz respeito à historicização de sujeitos específicos. A esse respeito, Jesus (2020, p. 258) observa que ainda se faz necessária a incorporação, de forma orgânica, “da história das

mulheres e da infância”. Tal ausência e/ou escassez de pesquisas é sintomática da violência do arquivo colonial que operou sistematicamente para despersonalizar a experiência quilombola e minimizar as resistências escravizadas.

É nesse ponto que a trajetória de Tereza de Benguela se torna um problema historiográfico: sua liderança desafia a pretensão das fontes coloniais de reduzir o quilombo a um simples ponto no mapa, e convoca a escrita de uma história que reinscreva gênero, agência e poder como categorias presentes na análise.

2.2 Da (re)existência no vestígio: o que dizem as fontes coloniais sobre Tereza e o que mais podemos saber sobre ela?

Teria Tereza nascido em África e realizado a travessia atlântica forçada ainda criança, ou já seria uma africana da diáspora? Mas quem foi ela, para além das parcas notas que a registram? Quem foram seus afetos? Quais foram seus anseios? Não temos como saber. Não há registros de que tenha deixado um diário, crônica ou qualquer outra forma de escrita autoral. Essas ausências, contudo, não constituem meras lacunas documentais, no entanto, expressam mais uma face da violência colonial que operou pelo silenciamento sistemático da voz e da memória de sujeitos escravizados. Ainda assim, ao analisar a documentação setecentista e seus subtextos, em diálogo com a produção historiográfica recente e por meio do cruzamento de distintas metodologias de análise, é possível alargar, ainda que de modo fragmentário, o entendimento sobre sua trajetória e sua experiência histórica.

A teórica afro-estadunidense Christina Sharpe (2023) parte da noção de que a experiência negra na diáspora se constitui no rastro (*in the wake*) da catástrofe do tráfico transatlântico. Operando com a ideia de continuidade histórica, a autora argumenta que, embora juridicamente abolida, a escravidão colonial persiste como processo, na medida em que seus efeitos psicossociais, políticos e estruturais seguem desestabilizando a linearidade do tempo histórico. É nesse horizonte que Sharpe (2023) reflete sobre a construção de narrativas acerca das trajetórias de pessoas negras na diáspora, mostrando que elas precisam ser elaboradas, muitas vezes, a partir de fragmentos, que conceitua como “vestígios”.

Nesse sentido, o passado “que não passou” reaparece no presente como resíduo e irrupção. Para Sharpe (2023, p. 33), lidar com essa temporalidade exige atenção metodológica aos silêncios, fraturas e descontinuidades que marcam os arquivos, uma vez

que “aquelas dentre nós que ensinam, escrevem e pensam sobre a escravidão e suas vidas após a morte encontram uma miríade de silêncios e fraturas no tempo, no espaço, na história, na ética, na pesquisa e no método”.

Essa perspectiva é fundamental para esta tese, pois permite ler os silêncios dos manuscritos coloniais não como vazios de existência, mas como marcas de uma memória forjada sob violência arquivística. Trabalhar a partir do “vestígio” implica reconhecer que a história da diáspora africana é atravessada pelo trauma da morte, da ruptura e do apagamento, mas também por formas persistentes de vida e resistência. É nesse horizonte que se inscreve o esforço de narrar a trajetória de Tereza de Benguela: produzir história a partir do “vestígio”, não para preencher ausências com certezas, mas para fazer ressoar, no presente, a experiência histórica de uma mulher negra insubmissa do século XVIII. Trata-se de reconhecer uma agência que ainda hoje tensiona os limites do arquivo colonial.

Sharpe (2023) me permite compreender a condição histórica de viver no “vestígio” contínuo da catástrofe do tráfico transatlântico, mas é Saidiya Hartman (2020) que me oferece as ferramentas metodológicas para escrever a partir desse terreno fraturado. Reconstituir dados biográficos sobre a Rainha Tereza exige, portanto, enfrentar não apenas a escassez das fontes, mas a própria arquitetura dos arquivos coloniais, estruturados para interditar a subjetividade africana e reduzir vidas sequestradas a números, códigos e fragmentos de discurso. Como define Hartman (2020, p. 15), trata-se de uma história fundada na impossibilidade: “escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas”, assumindo o desafio ético de escrever sem pretender reparar plenamente a violência que produziu o arquivo.

Ao analisar a trajetória de Tereza de Benguela, dialogo diretamente com a reflexão proposta por Hartman (2020) em *Vênus em dois atos*, estudo no qual a autora examina as formas pelas quais vidas de mulheres negras foram sistematicamente apagadas no mundo atlântico. As chamadas “Vênus negras” emergem nos documentos apenas em circunstâncias exorbitantes, momentos de punição, violência ou morte, que não produzem imagens da vida cotidiana nem acesso a seus pensamentos (Hartman, 2020, p. 14). Nesse sentido, a presença de Tereza nas fontes coloniais partilha da mesma condição de testemunho falho⁸⁴: ninguém registrou suas palavras ou seus afetos. Ainda assim, ela

⁸⁴ Chamo aqui de “testemunho falho” o tipo de registro de que fala Saidiya Hartman (2020) em *Vênus em dois atos*: um testemunho que não falha apenas por ser incompleto, mas porque foi produzido sob violência, a partir de dispositivos coloniais que negaram às pessoas escravizadas (sobretudo às mulheres negras) a

constitui uma exceção ao anonimato forjado pelo arquivo colonial, não por ter sido preservada, mas porque sua liderança desestabilizou a ordem colonial a ponto de exigir nomeação. É justamente nessa tensão, entre nomeação e apagamento, que se inscreve o esforço desta tese de escrever a partir do “vestígio”, sem converter silêncio em preenchimento, mas reconhecendo-o como marca constitutiva da violência histórica.

2.2.1 Matrizes Africanas: o nome, o porto e a linhagem

O nome – Teresa - grafado com “s”, conforme as convenções paleográficas da época, carrega consigo a marca da imposição cristã. Antes do embarque em África, pessoas escravizadas eram submetidas ao batismo católico, ocasião em que lhes era atribuído um novo nome, destinado a operar sua identificação no Novo Mundo. Já a designação “de Benguela” não corresponde a um sobrenome, mas a um marcador de procedência geográfica ou de trânsito comercial, remetendo ao porto de embarque na região Centro-Occidental africana. O distrito de Benguela, localizado ao sul do rio *Kwanza*, constituiu, por mais de dois séculos, um dos principais portos⁸⁵ de saída de africanos escravizados (Vansina, 2010).

Segundo Kabengele Munanga (2012), Benguela, Luanda e Cabinda figuraram entre os principais portos de embarque de africanos traficados para o Brasil. Outra parcela foi retirada da África Ocidental por meio de portos como Lagos, Ajudá e São Jorge da Mina, enquanto um contingente menor partiu de Moçambique, na costa sudeste africana. Os africanos oriundos do Congo, do Ndongo (Angola) e de Moçambique, foram desembarcados sobretudo em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Já da África Ocidental, entre as regiões da atual Nigéria e do Senegal, vieram grupos classificados na bibliografia como sudaneses, ligados ao tronco linguístico iorubá, introduzidos principalmente via Salvador, conhecidos na Bahia como “Nagôs”, além dos Jejes, desembarcados nas costas do Maranhão (Munanga, 2012, p. 87).

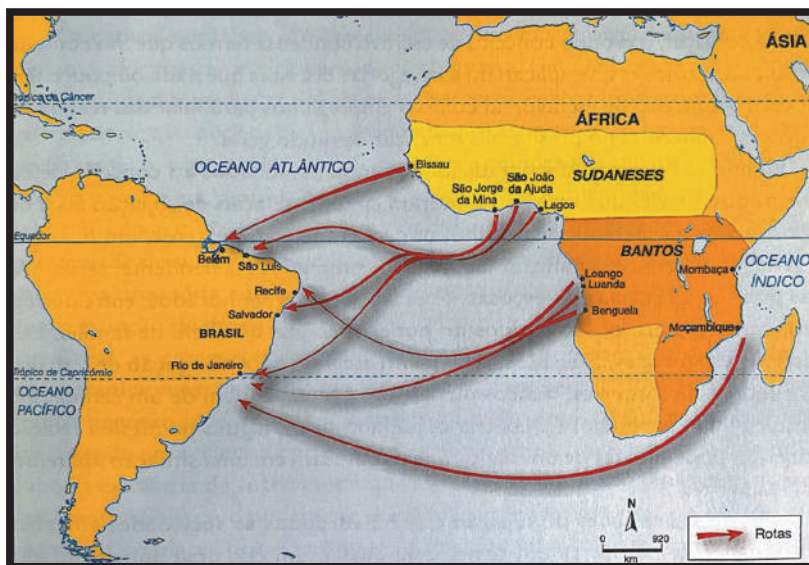
A região do Congo-Angola, como evidenciam as rotas do tráfico transatlântico (ver Figura 4), constituiu uma das principais matrizes culturais da formação da sociedade brasileira, deixando marcas profundas na língua, na religiosidade e nas tecnologias de

possibilidade de narrar a si mesmas. Trata-se, portanto, de um arquivo ao mesmo tempo existente e insuficiente, que exige cuidado ético e imaginação crítica sem autorizar a fabulação irresponsável.

⁸⁵ Sobre os processos de escravização no interior do território africano e as rotas do tráfico até o porto de Benguela, ver: Vansina (2010). No Anexo A desta tese, é possível visualizar o mapa em que o autor assinala as duas principais rotas e os portos integrados ao tráfico de africanos escravizados na África Central do século XVIII. Optei por manter a grafia empregada no mapa original.

resistência. Povos centro-africanos desenvolveram, ao longo de séculos, técnicas sofisticadas de agricultura, metalurgia e organização social, cujos saberes atravessaram o Atlântico junto com as pessoas sequestradas. Como ressalta o historiador Flávio Gomes (2015), sob a categoria genérica de “africanos”, o sistema colonial ocultou trajetórias de reis, rainhas, sábios e técnicos. Ao converter sujeitos portadores de conhecimento em mão de obra indiferenciada, apagou também os repertórios políticos e tecnológicos que sustentaram experiências como a dos quilombos.

Figura 4 – Mapa das Rotas do tráfico transatlântico e da diáspora africana



Fonte: Munanga (2012, p. 87).

Do ponto de vista da organização política, as pessoas sequestradas e traficadas para as Américas não provinham de um universo homogêneo, mas de formações sociais profundamente diversas. Entre elas havia sujeitos oriundos de microssociedades organizadas em torno de chefias descentralizadas, recorrentes em áreas da Alta Guiné e da Senegâmbia, assim como de impérios, reinos e cidades-estados como Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba, Uidá e Luanda, localizados nas porções ocidental e centro-ocidental do continente africano.

Os africanos embarcados pelo porto de Benguela provinham, em grande medida, de regiões hoje identificadas como África Centro-Occidental⁸⁶, e foram, posteriormente, reunidos, de forma aproximativa, segundo afinidades etnolinguísticas. A designação

⁸⁶ A respeito dos estudos mais detalhados sobre a expansão banto e suas formas de organização social e política em África, ver: Vansina (2004).

“banto”, embora tenha sido consolidada no campo da classificação linguística, foi frequentemente mobilizada de modo homogeneizador, reunindo sob um mesmo rótulo povos e línguas diversos. Derivado do termo *bantu*⁸⁷, empregado em várias dessas línguas para designar “pessoas”, o vocábulo acabou por obscurecer diferenças internas importantes quando transposto, sem mediação crítica, para a escrita da história. Trata-se, portanto, de uma categoria classificatória, criada em contexto colonial, que não pode ser confundida com uma identidade homogênea, como observa a historiadora africanista Marina de Mello e Souza (2023, p. 29):

Banto é como foi classificado um dos grupos linguísticos do continente africano, tendo entrado no vocabulário dos estudiosos no século XIX. Bantos e sudaneses, sendo estes provenientes da África Ocidental, do Bilad al Sudan (como a região foi chamada nos primeiros registros feitos em árabe), foram até recentemente as designações usadas no Brasil para distinguir povos vindos basicamente das regiões dos portos de Luanda e dos portos do Golfo do Benim

Para o africanista Jan Vansina (2010), a compreensão da matriz centro-africana, muitas vezes reunida sob a designação genérica de “banto”, ultrapassa o campo estritamente linguístico e alcança uma tradição política que se manifestou de forma expressiva em formações como os reinos do Congo, do Ndongo e de Matamba. É nesse horizonte que a figura de Nzinga Mbandi⁸⁸ se torna central para a leitura da diáspora centro-africana.

Ao longo do século XVII, Nzinga articulou uma resistência prolongada à expansão portuguesa, combinando diplomacia, guerra e reconfigurações das estruturas de parentesco e poder. Nesse horizonte, mobilizou também a instituição do kilombo⁸⁹,

⁸⁷ O grupo linguístico engloba mais de 400 línguas, como o suaíle e o zulu, dispersas no Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Tanzânia, Moçambique, Malauí, Zâmbia, Angola, Namíbia, Botsuana, Zimbábue, Suazilândia, Lesoto e África do Sul. A esse respeito, ver: Vansina (2010, p. 641-682).

⁸⁸ Nzinga Mbandi (1581–1663), rainha do Ndongo e do Matamba, destacou-se como uma das principais lideranças africanas do século XVII. Reconhecida por sua habilidade diplomática e militar, atuou em um contexto de expansão do tráfico atlântico e dos projetos coloniais portugueses, opondo-lhes resistência persistente por meio de negociações, alianças e estratégias de guerra até sua morte, em 1663. O nome da soberana de Ndongo e Matamba aparece grafado de formas variadas na documentação e na historiografia - Nzinga, Njinga, Jinga, Ginga, Zingha e Singa, entre outras. Em *Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora*, Mariana Bracks Fonseca (2018) chama atenção para essa multiplicidade, lembrando que ela resulta tanto das mediações linguísticas e coloniais quanto das tradições de escrita que circularam entre África e Europa. Nesta tese, opto por uniformizar a grafia em Nzinga Mbandi por entender que ela preserva melhor a referência africanizada do nome, mantendo-se, contudo, a grafia original sempre que se tratar de citação documental ou bibliográfica.

⁸⁹ Utilizo aqui a grafia *kilombo*, com *k*, para designar a instituição centro-africana vinculada, em contextos imbangalas/jagas, à organização militar, à incorporação de novos membros e a ritos de passagem. A opção gráfica busca distingui-la do termo *quilombo*, tal como se ressignificou na América portuguesa e no Brasil, como tecnologia política de resistência coletiva, territorialidade e recomposição de laços sociais sob o

vinculada, em contextos imbangalas⁹⁰, à organização militar e a ritos de passagem. As guerras em Ndongo e Matamba, com os deslocamentos forçados e capturas que produziram, alimentaram diretamente o tráfico para os portos de Luanda e Benguela.

Nesse sentido, muitos dos africanos e africanas embarcados sob a designação “Benguela” provinham de universos históricos atravessados por experiências de reorganizações políticas oriundas de contextos bélicos. Como assinala Vansina (2010), a sofisticação das instituições centro-africanas permite compreender que, mesmo sob o trauma do sequestro, esses sujeitos não chegavam às Américas destituídos de referências, mas portando repertórios de governança, organização social e resistência. Nessa direção, Fonseca (2012) demonstra que Nzinga Mbandi não apenas liderou exércitos, mas também soube mobilizar, em seu tempo, estruturas político-militares capazes de agregar deslocados, desertores e aliados.

De acordo com Rodrigues (2015) e Amélia Alves (2017), a principal porta de entrada de africanos e africanas destinados ao trabalho nas minas de Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII, foi o porto do Rio de Janeiro. Após o desembarque, esses sujeitos percorriam longas rotas terrestres e fluviais até alcançar a região do Guaporé (ver Anexo B). A partir da análise da documentação colonial e da historiografia sobre essas rotas, é plausível supor que esse também tenha sido o percurso realizado por Tereza de Benguela até a Fronteira Oeste da América portuguesa.

Mais do que simples “mão de obra”, homens e mulheres traficados para a região eram portadores de conhecimentos de agricultura, metalurgia, mineração e organização coletiva, repertórios que, reelaborados no contexto colonial americano, contribuíram para sustentar estratégias de sobrevivência, autonomia e resistência. Ao dialogar com pesquisas que identificam em Nzinga Mbandi uma matriz transatlântica de resistência e poder político (Fonseca, 2012, 2018), esta análise não pretende estabelecer uma linha de continuidade mecânica entre África e Brasil. Interessa, antes, evidenciar que a experiência

sistema escravista. Na África Central do século XVII, especialmente no contexto das guerras em Ndongo e Matamba, o *kilombo* podia assumir a forma de acampamento fortificado e implicava ruptura com estruturas tradicionais de linhagem em favor de novas lealdades guerreiras e políticas. Sobre essa distinção, ver Nascimento (2006), Vansina (2010), e Rodrigues (2015) e Fonseca (2018).

⁹⁰ O termo *imbangala* designa grupos guerreiros da África Centro-Occidental, frequentemente referidos nas fontes europeias como *jagas*. Convém, contudo, evitar uma leitura excessivamente fixa ou homogênea da categoria. Rodrigues (2015) mostra que, por trás dessas designações, há uma história marcada por migrações, assimilações e rearranjos político-militares, o que impede tratá-los como bloco uniforme. Já Fonseca (2018), ao discutir a trajetória de Nzinga, destaca os imbangalas como formações guerreiras móveis ligadas a acampamentos militarizados e a práticas próprias de incorporação e disciplina. Assim, mais do que uma identidade estável, o termo remete a um universo político-militar específico da África Centro-Occidental dos séculos XVI e XVII.

quilombola no vale do Guaporé pode ser melhor compreendida quando inscrita em uma história atlântica, mais ampla de deslocamentos, readaptações e recriações políticas.

A incorporação dessa perspectiva diaspórica centro-africana permite situar a trajetória de Tereza de Benguela para além dos limites impostos pela documentação colonial. Ao fazê-lo, rompe com leituras que tomaram a resistência no vale do Guaporé como experiência isolada, e reinscreve a estrutura governativa do Quilombo Grande (com seu conselho e suas assembleias) no horizonte mais amplo das reconfigurações diaspóricas de repertórios políticos africanos sob condições de exploração colonial. Tereza de Benguela emerge, assim, não como figura excepcional, mas como estrategista inserida em uma linhagem histórica de resistências quilombolas e de soberanias negras recriadas na diáspora (Alves, 2017).

2.3 Os Anais de Vila Bela (1734 – 1789): entre textos, intertextos e subtextos sobre Tereza de Benguela

O objetivo deste tópico é apresentar uma leitura crítica do relato de 1770 que integra os *Anais da Câmara de Vila Bela (1734–1789)*. Como sugere Christina Sharpe (2023), trata-se de uma história que nos alcança pelo vestígio da catástrofe: o quilombo só se torna legível no arquivo colonial quando entra no campo da repressão e da destruição. Mais do que um registro administrativo, esse conjunto documental se trata de um texto atravessado por intertextos normativos e subtextos de violência, nos quais se articulam estratégias narrativas, classificações morais e dispositivos jurídicos destinados a legitimar a ação do Estado colonial. A análise minuciosa deste documento é, portanto, fundamental para compreender não apenas o que se diz sobre Tereza de Benguela e o Quilombo Grande, mas, sobretudo como essas representações são produzidas, silenciadas e hierarquizadas no interior da escrita oficial.

Até o início dos anos 2000, o relato de maior circulação acerca da ofensiva colonial ao quilombo e da morte de Tereza de Benguela foi aquele produzido por Felipe José Nogueira Coelho (1850), em *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*⁹¹. O projeto

⁹¹ Felipe José Nogueira Coelho chegou a Vila Bela em 1776 para assumir os cargos de Provedor Real da Fazenda e Intendente do Ouro, sob a administração do Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Sua atuação focava na organização tributária e na vigilância mineral em uma fronteira estratégica. Por não ter sido testemunha ocular do desmantelamento do quilombo em 1770, Coelho utilizou como base de pesquisa o relato de José Barbosa de Sá (cronista pioneiro da região) e os arquivos da própria repartição. Suas *Memórias Cronológicas* foram publicadas postumamente, em 1850, na *Revista do Instituto*

escriturário do cronista estava voltado à celebração da gestão colonial e à defesa da fronteira diante das incursões espanholas. Na introdução da obra, Coelho (1850, p. 138) busca legitimar sua narrativa ao afirmar ter realizado um “escrupuloso exame” dos arquivos da intendência, o que, segundo ele, lhe conferiria “pública e incontestável fé”.

Ao evocar o aforismo classicista da “história como mestra da vida e luz da verdade” (Coelho, 1850, p. 138), o autor organiza uma compilação de dados cuja seleção e ordenação são profundamente mediadas pela lógica do poder metropolitano. Ao celebrar o triunfo administrativo, Coelho (1850) distancia deliberadamente a narrativa da experiência histórica quilombola, deixando ver a seletividade de seu olhar. A insurgência liderada por Tereza de Benguela é comprimida em uma breve passagem de meia página, na qual a resistência aparece esvaziada de densidade política, temporalidade própria e agência coletiva. Nesse enquadramento, o quilombo já não figura como projeto de soberania insurgente, mas como episódio lateral na crônica da administração colonial.

[...] foi efeito o descoberto do grande quilombo nas campanhas do rio Galera, o qual tinha principiado logo no que se descobriram essas minas. Tinha o quilombo setenta e nove negros de ambos os sexos, e trinta índios. Havia tido rei; entao governava a rainha viuva Threzeza, em assistida de indias e negras. Tinha como parlamento, em que presidia o capitão-mor José Cavallo, e era conselheiro da rainha um José Piolho. Mandava enforcar, quebrar pernas, e sobretudo enterrar vivos os que pretendiam vir para seus senhores. Cuidava muito na agricultura dos mantimentos e algodão, e haviam duas tendas de ferreiro. Quando foi presa esta negra Amazona parecia *Pentesilea furens, mediisque in milibus ardet*. E foi tal a paixão que tomou em se ver conduzir para esta villa, que morreu enfurecida. Imitou no animo a grande Cleopatra, que antes quiz a morte do que entrar no triumpho em Roma. Presou mais a vida Zenobia, rainha dos Palmyros, que entrou n’aquella cidade em cadeas de ouro (Coelho, 1850, p. 182, grifos próprios).

A reprodução integral desse trecho se justifica por sua centralidade na construção do imaginário sobre o quilombo, tendo servido como fonte primária para cronistas e memorialistas entre os séculos XIX (Taunay, 1891) e XX (Roquette-Pinto, 1917; Leverger, 1949), além de reverberar em trabalhos acadêmicos contemporâneos (Bandeira, 1988; Volpato, 1993; Rodrigues, 2015). Ao enquadrar Tereza de Benguela por meio de analogias classicistas, comparando-a a *Pentesilea*, *Cleópatra* e *Zenóbia*⁹², o autor realiza

Histórico e Geográfico Brasileiro. Para um aprofundamento biográfico sobre Nogueira Coelho, ver: Assis (1999, p. 194-202).

⁹² Ao comparar Tereza a *Pentesilea*, *Cleópatra* e *Zenóbia*, Coelho recorre a um repertório clássico para tornar inteligível, ao olhar colonial, a liderança de uma mulher negra insurgente. *Pentesilea*, rainha das amazonas, associa Tereza à guerra e à fúria; *Cleópatra* remete à soberana que prefere a morte à captura;

uma dupla operação de apagamento: por um lado, destitui Tereza de sua ascendência centro-africana e de suas matrizes políticas próprias; por outro, lança mão de uma linguagem que a animaliza e desumaniza. A alcunha de “negra Amazona” legitima uma narrativa de barbárie na qual o cronista produz uma inversão moral: a violência extrema do Estado colonial aparece como gesto civilizador e de “restauração da ordem”, enquanto a resistência quilombola é reduzida à fúria irracional. Ao narrar a “morte enfurecida” de Tereza, o cronista se exime de qualquer reflexão sobre a brutalidade constitutiva da escravidão na Fronteira Oeste e transfere para a líder quilombola a responsabilidade pela sua própria morte, sem problematizar a violência que a produziu.

2.3.1 O “Estouro” do Quilombo Grande: uma leitura crítica dos *Anais de Vila Bela*, a partir do registro de 1770

Para desvelar as camadas de violência que antecedem a construção memorialista de Coelho (1850), é necessário recuar aos *Anais da Câmara de Vila Bela* (1734–1789). Diferentemente da narrativa retrospectiva e celebratória das *Memórias Cronológicas*, os *Anais* registram a ação colonial no seu desenrolar, permitindo acessar não apenas os fatos narrados, mas também as operações discursivas por meio das quais a resistência quilombola era enquadrada como desordem a ser extinta. O conjunto documental permaneceu fora do alcance da pesquisa por mais de dois séculos, tendo sido considerado desaparecido até sua redescoberta no início dos anos 2000.

Composto por 117 páginas manuscritas, o *corpus* foi levado de Mato Grosso para Portugal, em 1790, pelo então capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e permaneceu, desde então, sob a guarda privada de sua família, no Arquivo da Casa da Ínsua⁹³, por mais de duzentos anos. Em 1995, essa documentação foi comercializada e transferida para os Estados Unidos.

No início do ano 2000, a pesquisadora Janaína Amado, vinculada à UNB, realizava uma pesquisa nos arquivos da *Newberry Library*, em Chicago (EUA), quando se deparou com os documentos sobre “Mato Grosso” e entrou em contato com Leny Caselli Anzai, do Departamento de História da UFMT, especialista no período colonial.

Zenóbia, por contraste, à rainha conduzida em triunfo. Essas analogias não são neutras: eruditizam o relato e enquadram a experiência quilombola em categorias morais e políticas externas ao seu próprio horizonte histórico.

⁹³ O *Arquivo da Casa da Ínsua* designa o acervo privado associado à família de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para onde foi transferida parte da documentação produzida em Mato Grosso, no final do século XVIII.

Constaram, então, o caráter inédito e a relevância histórica dos manuscritos que vieram a ser identificados como a versão mais completa dos *Anais de Vila*. Segundo Amado e Anzai, a produção dos *Anais da Câmara de Vila Bela* (1734-1789) ocorreu em dois momentos distintos: a primeira parte, compreendendo o período de 1734 a 1754, foi compilada pelo escrivão Francisco Caetano Borges, designado pela Câmara para tal função. Já a segunda parte, que abrange os anos de 1754 a 1789, foi registrada por mais de um cronista, geralmente, o que atendia como segundo vereador da Câmara (Amado; Anzai, 2006, p. 10).

A partir desse achado, Amado e Anzai realizaram a transcrição integral do material, cuja publicação, em 2006, franqueou à comunidade científica o acesso a um dos mais importantes registros administrativos sobre a Fronteira Oeste da América portuguesa no século XVIII. A relevância dos *Anais* reside não apenas em sua recuperação tardia, mas também em sua amplitude temática. O documento abarca aspectos econômicos, negociações políticas, dinâmicas da vida cotidiana e registros sobre populações indígenas e africanas, incluindo informações cruciais sobre a organização dos quilombos na região. No âmbito desta tese, como já foi apontado, o foco recai especificamente sobre o ano de 1770, que descreve a ofensiva colonial ao Quilombo Grande.

A opção pela reprodução integral dos trechos dos *Anais* de 1770 constitui uma escolha metodológica consciente que permite evidenciar as descrições registradas pelos cronistas, ao mesmo tempo em que confronta leituras posteriores que, no tempo presente, citam os *Anais* como fonte, mas omitem informações contidas no documento ou distorcem o relato setecentista. Essa estratégia analítica busca tensionar o arquivo colonial e deslocar o olhar para além do que é dito, interrogando seus silêncios, escolhas vocabulares e estratégias de representação da liderança de Tereza de Benguela.

No ano de 1770 foi registrada a organização de uma grande bandeira com a finalidade de destruir um ajuntamento de escravizados:

O ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General, sendo informado das muitas e continuadas fugas que atualmente faziam os escravos dos moradores desta terra, para os matos, muito principalmente para o quilombo chamado Grande, e desejoso de evitar tão grande dano, o melhor e mais acertado meio que pôde descobrir foi o de criar de novo uma companhia de soldados ligeiros para o sertão e mato, com oficiais competentes, sendo sargento-mor dela Inácio Leme Silva, a quem deu jurisdição ampla para o castigo dos soldados respectivos à mesma companhia. Criada assim essa companhia, deu o dito senhor as instruções necessárias ao dito sargento-mor para se saber haver [o quilombo]. Ordenou-lhe que, o mais breve que pudesse, se aprontasse

para sair com a sua companhia e atacar e devorar o quilombo Grande, que havia notícia certa de estar estabelecido nas campanhas do Galera, para o que lhe mandou aprontar pólvora e bala, retirada do armazém real, por não haver em outra parte. Como também, para maior respeito e maior corpo de gente, mandou que essa companhia fosse auxiliada por gente militar, que iria ao [ilegível]... do dito sargento-mor, para aqui logo se pôr pronto o cabo-de esquadra João de Almeida, com seus pedestres escolhidos, recomendando, mais que tudo, o dito senhor ao sargento-mor o inviolável segredo que devia haver na saída para o tal quilombo, a fim de que os negros não tivessem notícia dessa nunca pensada determinação (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 138, grifo próprio).

Esse excerto detalha o planejamento e a mobilização de um sofisticado aparato militar para o estouro do quilombo. Já na abertura do documento, a justificativa para a expedição aparece ancorada nas “muitas e continuadas fugas”, evidenciando que a evasão de escravizados não constituía evento excepcional, mas parte do cotidiano colonial. A linguagem mobilizada pelo cronista é particularmente reveladora: ao ordenar que a bandeira se aprontasse para “atacar e devorar o quilombo”, o texto não anuncia apenas a repressão, mas a pretensão de eliminação total de um corpo político percebido como radicalmente outro, cuja existência não poderia ser assimilada pelo sistema colonial.

O destaque conferido ao “inviolável segredo” da expedição também merece atenção. A necessidade de sigilo indica que o Quilombo Grande não constituía um núcleo isolado nos sertões, mas um espaço articulado por redes de comunicação, circulação e informação que atravessavam o território colonial. Tal aspecto corrobora a perspectiva de Beatriz Nascimento (2021), para quem os quilombos devem ser compreendidos como sistemas dotados de estratégias próprias de sobrevivência e inseridos em uma malha territorial mais ampla, e não como agrupamentos marginais ou espontâneos.

Ainda nesse primeiro registro, é possível observar que o documento nomeia a comunidade como “Quilombo Grande”, sem registrar qualquer forma de autodenominação de seus habitantes. Como demonstra Lordelo (2019, p. 171), essa prática de nomeação genérica fazia parte da lógica administrativa colonial, que classificava os quilombos⁹⁴ a partir de critérios externos, como dimensão, periculosidade ou localização, sem considerar como esses grupos se reconheciam ou se organizavam internamente.

As designações “Quariterê” e “Piolho”, posteriormente difundidas na historiografia e na memória pública sobre Tereza de Benguela, não aparecem na

⁹⁴ Sobre as localizações aproximadas e os nomes dos quilombos, ver a Figura 3 (mapa com a localização dos Quilombos em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX).

documentação de 1770 aqui analisada. A utilização desses nomes como sinônimos exige cautela, pois, do ponto de vista etimológico, não localizei, até o momento, pesquisas acadêmicas que afirmem de maneira conclusiva que Quariterê significa Piolho. O que a bibliografia⁹⁵ indica com maior segurança é a associação de ambos os termos a uma territorialidade específica, marcada pelo rio Quariterê ou Piolho, e pela posterior nomeação do quilombo a ele vinculado. Bandeira (1988) registra que o quilombo se formou às margens do Rio Quariterê ou Piolho, afluente da margem ocidental do Guaporé, e observa, ainda que a alcunha de José Piolho, conselheiro de Tereza, também se transformou em uma das designações do quilombo.

Além disso, pesquisas etnográficas abrem outra possibilidade interpretativa para explicação da toponímia “Quariterê”. Em diálogo com a tese de Ana Paula Ratto de Lima Rodgers (2014), *O ferro e as flautas: regimes de captura e perecibilidade no Iyaðkwa Enawene Nawe*, há a indicação de que Quariterê pode estar relacionado aos Guariteré, grupo Nambiquara ancestral dos *Enawene Nawe*. Porém, a própria autora apresenta esta informação em termos de possibilidade, enquanto variação linguística ou aproximação etno-histórica, e não como equivalência etimológica fechada. Por isso, neste trabalho, trato “Quariterê” e “Piolho” como designações historicamente situadas, atravessadas por registros coloniais, territorialidades indígenas, memórias negras e reelaborações historiográficas.

Devido a distância entre o centro de Vila Bela até a chegada ao quilombo, foi necessário quase um mês de caminhada:

Rompendo os sertões e veredas mais agrestes, animosamente chegaram ao afamado quilombo Grande. E o abalroaram na noite de 22 de julho. Por estarem as casas do quilombo divididas e despensas umas das outras, em diferentes partes, abalroaram a primeira que toparam, onde surpreenderam muito pouca gente. E as mais, ouvindo alguns tiros e gritaria, se pôs em fuga, de forma que se viu precisado o sargento-mor a se aquartelar naquele sítio por largo tempo. Depois de aquartelado, foi se expandindo escoltas para várias partes daquele sertão e esconderijos. Seguindo os soldados as trilhas, foram abalroando em várias malocas aqueles inimigos, dos quais alguns se punham em resistência, de foram que os soldados, em sua necessária defesa, se viram obrigados a fazerem-lhe tiro para salvarem suas vidas. Sendo os encontros muitos, e muitas as resistências, não houve da nossa parte perigo de vida. Da parte daqueles infiéis morreram a tiro nove, dos quais foram apresentadas ao Senado 18 orelhas. Compunha-se esse quilombo de 69 pessoas do gentio de Guiné, entre machos e fêmeas, dos quais vieram

⁹⁵ Para a associação entre o quilombo e o rio Quariterê ou Piolho, ver Bandeira (1988) e Machado (2006). Sobre a hipótese de aproximação entre Quariterê e Waritere/Guariteré, grupo Nambiquara ancestral dos Enawenê-nawê, ver Lima Rodgers (2014), especialmente a nota 92.

acorrentados e presos 41, e nove mortos; perfazem cinquenta; e os 37 que faltam, para o total de escravos, ficaram desarvorados pelos matos. Achavam-se no mesmo quilombo trinta e tantas índias, que os tais negros tinham apanhado no sertão, onde matavam os machos e traziam as fêmeas para delas usar como mulheres próprias (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 139, grifo próprios).

Esse segundo trecho do documento de 1770 detalha a execução da ofensiva contra o quilombo, revelando não apenas a violência material da expedição, mas, sobretudo, o modo como o cronista construiu discursivamente a destruição do quilombo como uma ação necessária e legítima. O início da narrativa destaca a longa travessia “pelos sertões e veredas mais agrestes”, recurso retórico que engrandece o esforço dos bandeirantes e antecipa a legitimação da violência subsequente. No entanto, o que se evidencia ao longo do relato é a assimetria radical do confronto: embora o cronista mencione “muitas resistências”, afirma categoricamente que “não houve da nossa parte perigo de vida”, expondo o caráter unilateral da ação militar.

A descrição da disposição geográfica do quilombo com casas “divididas e dispersas umas das outras” é apresentada pelo escrevente como sinal de fragilidade ou desordem. Contudo, à luz das reflexões de Nascimento (2021), tal configuração pode ser lida como estratégia territorial de sobrevivência e defesa, típica de sistemas quilombolas que se organizavam de forma não concentrada justamente para dificultar ataques e permitir rotas de fuga. A linguagem empregada pelo cronista reforça de modo sistemático a lógica da desumanização. Os habitantes do quilombo são classificados como “inimigos”, “infieis” e “gentio de Guiné”, enquanto a violência dos soldados aparece justificada como “necessária defesa”.

Conforme registra o *Vocabulário Português e Latino*, de Raphael Bluteau (1789, p. 658), o termo “gentio” era utilizado como sinônimo de “bárbaro”, “idólatra” e “pagão”, enquanto “Guiné” funcionava como uma designação genérica e arbitrária atribuída a africanos oriundos do oeste do continente africano (Lopes, 2017, p. 141). Ao mobilizar esse léxico, o escrevente produz um enquadramento que associa a resistência quilombola à barbárie, ao mesmo tempo em que esvazia a diversidade étnica dos sujeitos ali reunidos.

Perseguições prolongadas, mortes a tiro e a amputação de orelhas apresentadas ao Senado como troféus da operação são narradas como efeitos colaterais de uma ação justificada como “necessária defesa”. A contabilidade precisa - “69 pessoas”, “41 presos”, “9 mortos” - culmina na exibição de “18 orelhas” como prova material do êxito da expedição, revelando a burocratização da morte e a redução dos corpos a evidências da

eficiência do poder colonial. Particularmente revelador é o destino atribuído aos “37 que faltam”, descritos como “desarvorados pelos matos”, pois esse registro desmente a narrativa da “extinção” do quilombo e evidencia, ainda que de forma involuntária, a incapacidade colonial de conter completamente a fuga e a recomposição da resistência quilombola.

O trecho final do excerto introduz a presença de “trinta e tantas índias”, mencionadas de forma genérica e despersonalizada, sem nome, idade ou qualquer traço de humanidade. Elas surgem no texto apenas como elemento de uma acusação moral dirigida aos homens quilombolas. A afirmação de que os africanos capturavam mulheres indígenas para “delas usar como mulheres próprias” deve, portanto, ser lida com extrema cautela. Trata-se de uma fórmula recorrente da escrita colonial, mobilizada para produzir um efeito de barbárie e legitimar a violência punitiva do Estado.

Como argumentam Marina Basso Lacerda⁹⁶ e Carlos Esteban (2010), a formação social brasileira estruturou-se sob um regime patriarcal que naturalizou o controle violento dos corpos femininos, em especial de mulheres indígenas e negras, convertidas em territórios de apropriação sexual no interior da ordem colonial. Nesse sentido, o registro de 1770 não descreve uma prática específica do quilombo, mas projeta sobre a comunidade insurgente uma violência constitutiva da própria sociedade escravista. Ao fazê-lo, alimenta um imaginário racial que associa homens africanos à hipersexualidade e à violência sexual, contribuindo para a construção do estereótipo do homem negro como predador - um mito colonial mobilizado historicamente para legitimar a repressão, o encarceramento e o extermínio de corpos negros.

O rapto e a violência sexual contra mulheres indígenas foram práticas reiteradas ao longo do processo colonial, posteriormente naturalizadas e apagadas da memória oficial. Como afirma Daniel Munduruku (2017), “o Brasil foi inventado a partir das dores de suas mulheres”. No registro setecentista, essa brutalidade é deslocada para o outro - os quilombolas -, operando como estratégia de desqualificação moral dos homens africanos e de legitimação simbólica da repressão colonial.

Era esse quilombo muito antigo. Segundo notícias de que dão os negros, foi fabricado pouco depois do descobrimento destas minas. Teve rei e rainha. O rei era falecido há anos. Por seu falecimento, ficou a rainha governando, com poder tão absoluto que, não só chegou a mandar

⁹⁶ Marina Basso Lacerda argumenta que, na formação colonial brasileira, a exploração e o controle sexual das mulheres constituíram uma técnica central de organização das relações sociais, políticas e econômicas, articulando patriarcalismo, patrimonialismo e violência de gênero.

enforçar, mas também quebrar pernas e braços e enterrar vivos aqueles que, arrependidos da fuga, queriam tornar para a casa de seus senhores, sem que para semelhantes e outros castigos fosse preciso legal prova. Bastavam leves indícios para serem punidos quaisquer réus de semelhantes delitos. Isso, além de outro, que mandava fazer muito ao seu paladar (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 139, grifo próprio).

Antes mesmo de ser nominalmente citada, Tereza é referida pelo título de “rainha”, categoria política inteligível ao universo europeu, o que evidencia o reconhecimento, por parte do cronista, da existência de uma forma estruturada de soberania no interior do quilombo. Esse reconhecimento, entretanto, não se sustenta ao longo da narrativa. Ao mencionar a morte do rei e a continuidade do governo sob a liderança feminina, o escrevente passa a qualificar o exercício do poder de Tereza como “absoluto”, acionando, em seguida, uma sequência de acusações que associam sua autoridade à arbitrariedade e à crueldade.

A enumeração de castigos extremos, tais como enforcamentos, mutilações e execuções sumárias, opera como um recurso discursivo destinado a construir a imagem de uma tirana. Tal operação ganha contornos ainda mais significativos quando se considera que essa autoridade é exercida por uma mulher que não aceitou a escravidão imposta, mobilizando um imaginário colonial-patriarcal que associa liderança feminina à desordem e violência.

A acusação de que a rainha mandava punir aqueles que desejavam retornar “à casa de seus senhores” revela, assim, menos sobre os códigos internos do quilombo e mais sobre a necessidade de fabricar uma figura monstruosa que justificasse a sua deposição e eliminação. Se o quilombo era, como o próprio documento sugere em outros trechos, um espaço de abundância, estabilidade e permanência, a insistência na imagem de uma rainha que punia os “arrependidos da fuga” expõe uma contradição interna dos Anais e evidencia o caráter estratégico dessa representação no processo de legitimação da violência colonial.

Seguindo a análise do documento:

Chamavam esta muito intitulada rainha Teresa. Era de nação Benguela, escrava do capitão Timóteo Pereira Gomes. Era assistida e servida de todas as mais negras e índias, ainda melhor de que se fossem suas cativas, a quem diariamente castigava, rigorosamente, por qualquer coisa. Tanto era temida que nem machos, nem fêmeas eram ousados a levantar os olhos diante dela. Governava-se esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o

de maior autoridade, tipo por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes, Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era ela a que presidia aquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo. Tinham por maior oráculo o tal Piolho, por ter sido, em outro tempo, rei em um quilombo que se dissolveu nos matos da cidade do Rio de Janeiro. Este, fiado nas mandingas⁹⁷ com que o diabo trouxe sempre enganado, foi um dos que resistiu, isso depois de algumas ciladas que fez aos soldados. Por isso, acabou a vida diabolicamente: a violência de um tiro que lhe empregaram no corpo (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 139-140, grifo próprio).

Neste trecho, o cronista retoma elementos já mobilizados anteriormente para caracterizar a liderança de Tereza de Benguela, insistindo na imagem de uma soberana que governaria por meio do castigo, da coerção e do medo. No entanto, é justamente nesse mesmo excerto que ele descreve, ainda que de forma enviesada, uma estrutura política que desmente a acusação de “absolutismo”. Ao afirmar que o Quilombo Grande se “governava a modo de parlamento”, com a existência de um conselho, uma casa destinada às reuniões e dias assinalados para os encontros, o texto revela, na verdade, a presença de instâncias deliberativas regulares e de uma gestão compartilhada do poder.

Não se trata, portanto, de uma descrição neutra, mas de uma operação discursiva típica da escrita colonial: ao mesmo tempo em que reconhece formas organizadas de governança no interior do quilombo, o cronista busca deslegitimá-las por meio da racialização do vocabulário, como na expressão “negral Senado”, e da demonização dos saberes que sustentavam essa organização política. A insistência na imagem de Tereza como governante severa e temida articula-se, assim, a um imaginário colonial-patriarcal que associa a liderança feminina negra à tirania, à irracionalidade e à selvageria.

Paradoxalmente, ao tentar desqualificar essa experiência, o documento acaba por revelar como o Quilombo Grande se inscreve em tradições políticas oriundas da África Centro-Ocidental, reelaboradas no contexto da diáspora. A historiografia africanista tem demonstrado que, nas sociedades do Congo, de Ndongo e de Matamba, o poder raramente era exercido de forma isolada ou absolutista. Selma Pantoja (2011) destaca a centralidade

⁹⁷ De acordo com o *Dicionário da língua portuguesa*, de Raphael Bluteau (1789, p. 286), o termo “mandinga” designava, no léxico colonial, povos e territórios da África Ocidental, sendo associado a práticas mágicas e demonizadas pelo olhar europeu: “Mandinga. Reino e povoação de África, nas terras dos negros de Guiné, ao longo do rio *Gambea*, entre o reino de *Tomboctu* ao norte e o de Malagueta ao sul. Segundo escreve Dapper, os negros Mandinga são grandes feiticeiros e um sacerdote principal foi tão célebre na arte mágica que ensinou ao rei de Bena a invocar demônios e a usar seu poder infernal contra os seus inimigos”.

de conselhos, autoridades rituais e instâncias colegiadas na governança dessas sociedades, nas quais a soberania era compartilhada e constantemente negociada.

Jan Vansina (2010) reforça essa leitura ao evidenciar que a legitimidade política dependia da mediação entre linhagens, chefias locais e especialistas do sagrado. Linda Heywood (2008, 2019), por sua vez, demonstra como essas tradições atravessaram o Atlântico com a diáspora africana, sendo recriadas no contexto americano. Lidas à luz dessas tradições políticas, as informações registradas nos Anais do ano de 1770 deixam de ser indícios de “desordem” ou “tirania” e passam a revelar a reconfiguração, no espaço quilombola da Fronteira Oeste, de formas africanas de governança colegiada.

O excerto é fundamental também para dissipar equívocos recorrentes sobre a figura de José Piolho no Quilombo Grande. Diferentemente de interpretações posteriores, o relato de 1770 não identifica José Piolho como marido de Tereza nem como rei do Quilombo Grande. No documento, ele aparece como “conselheiro”, isto é, como uma das figuras de maior autoridade no interior de uma estrutura política colegiada presidida por Tereza. Ao mencioná-lo como “oráculo” e como “rei” de um quilombo anterior no Rio de Janeiro, o cronista sugere o peso de sua experiência e seu domínio de práticas espirituais e de cura, classificadas pelo discurso colonial sob a rubrica depreciativa das “mandingas”. Sua resistência até a morte, em confronto com os soldados, reforça a dimensão estratégica de sua atuação. Ainda assim, o texto é claro ao indicar que essa autoridade se articulava à liderança de Tereza, sem sobrepô-la, o que evidencia a complexidade de uma forma de governo compartilhada e ajustada à realidade quilombola.

Outro ponto registrado pelo cronista diz respeito ao cotidiano do quilombo:

Era esse quilombo o maior que tem havido nessas minas. Os seus habitantes andavam armados, uns com armas de fogo, outros com arco-e-flecha, com roupas de quase um palmo e meio de comprido e três dedos de largo, cujas roupas fabricavam no mesmo quilombo, como também o conserto de ferramentas, para o que tinha duas tendas de ferreiro⁹⁸ (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 140, grifo próprio).

A descrição permite deslocar o olhar da excepcionalidade da fuga para a materialidade da vida quilombola. A referência às armas, à produção têxtil e ao domínio

⁹⁸ Não temos registro de imagens da época sobre o Quilombo Grande, contudo, a partir da descrição espacial feita nos Anais de Vila Bela, é possível fazer uma associação com outro quilombo cujas características eram bem parecidas e que foi contemporâneo ao Quilombo Grande. A esse respeito, ver o Anexo C desta tese.

da metalurgia⁹⁹ indica uma comunidade organizada, capaz de garantir sua subsistência, sua defesa e sua continuidade no tempo. Ainda que produzido sob a lógica repressiva da administração colonial, o documento acaba por revelar aquilo que Nascimento (2021) conceituou como “paz quilombola”¹⁰⁰: um modo de vida estruturado, cotidiano e coletivo, que não se define exclusivamente pela guerra contra o sistema escravista, mas pela construção ativa de sociabilidades, economias e formas autônomas de existência.

Embora não exista representação cartográfica do Quilombo Grande, a planta do Quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais, datada de 1769 (ver Anexo C), permite avançar na compreensão dessa materialidade por meio de um exercício de imaginação histórica controlada, nos termos do que Hartman (2021) denomina “fabulação crítica”. Trata-se de um documento produzido em contexto temporal próximo, em espacialidade mineradora e sob um regime colonial igualmente orientado pela repressão às comunidades quilombolas. Sua organização espacial, marcada pela presença de casas de ferreiro, casa de tear, hortas, rotas de fuga, trincheiras e outros dispositivos defensivos, converge de modo significativo com as descrições textuais presentes no relato de 1770. A imagem, portanto, não funciona como substituto do mapa inexistente do Quilombo Grande, mas como aproximação analítica capaz de tornar visível aquilo que o arquivo colonial registra apenas de forma fragmentária: a complexidade técnica, produtiva e territorial dos quilombos setecentistas.

A presença de armas, como arco e flecha, associada à policultura descrita nos Anais, permite considerar a presença indígena e a circulação de saberes afro-indígenas no interior do quilombo. A enumeração dos mantimentos cultivados, como milho, feijão, carás, batatas e amendoim, remete a um repertório agrícola frequentemente associado às práticas de subsistência dos povos indígenas da região, baseado na diversidade, na adaptação ao ambiente e na segurança alimentar. Esse quadro contrasta com a imagem colonial do quilombo como espaço precário ou improvisado. Conforme é explicitado neste trecho do documento:

⁹⁹ A historiadora Crislayne Alfagali (2018) investigou a história dos ferreiros e fundidores da região da Ilamba, no interior de Angola, demonstrando que, ao longo do século XVIII, os conhecimentos técnicos relacionados à mineração e à metalurgia eram superiores aos dominados pelos europeus no mesmo período.

¹⁰⁰ Beatriz Nascimento (2021) propôs o deslocamento analítico do estudo dos quilombos da ênfase exclusiva na guerra e na repressão para a compreensão daquilo que denominou “paz quilombola”. Para a autora, o quilombo deve ser entendido como uma forma histórica de organização social voltada à produção da vida, da estabilidade e da continuidade coletiva, e não apenas como resposta episódica à violência do sistema escravista. A “paz quilombola” refere-se, portanto, ao cotidiano da comunidade: às formas de trabalho, de sociabilidade, de organização política e de elaboração simbólica que permitiram aos quilombolas viverem fora da ordem colonial, construindo um projeto próprio de existência.

Estavam esses negros notavelmente fortes de mantimentos, porque cada um tinha sua roça muito bem fabricada de milho, feijão, carás, batatas, amendoim e muito algodão, que fiavam e teciam para se vestir e cobrir, para que tinham teares à moda duas terras (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 141, grifo próprio).

As roças diversificadas, a produção de algodão, a fiação e a tecelagem realizadas no próprio quilombo revelam uma economia da subsistência que articulava conhecimentos distintos em um mesmo projeto coletivo. O uso de teares e a produção de vestimentas apontam, por sua vez, para a mobilização de repertórios técnicos africanos, especialmente centro-africanos, no campo da produção têxtil. Esse entrelaçamento entre matrizes agrícolas indígenas e técnicas africanas pode ser lido, aqui, como expressão histórica de um processo coletivo de recriação de modos de vida na diáspora.

É nesse sentido que a experiência do Quilombo Grande pode ser lida à luz do conceito de “amefricanidade”, formulado por Gonzalez (1988): não como fusão harmônica, mas como campo de experiência marcado pela troca, adaptação e invenção de formas próprias de existir no mundo colonial. Nesse contexto, a presença de mulheres indígenas no Quilombo Grande, ainda que descrita pelo cronista por meio de uma linguagem violenta e desumanizante, não pode ser reduzida à chave interpretativa do rapto ou da submissão. Silenciadas enquanto sujeitas, elas emergem, como agentes centrais na transmissão de conhecimentos agrícolas, no manejo do território e na manutenção cotidiana das roças. O cultivo diversificado, a estabilidade alimentar e a produção de vestimentas indicam que a reprodução material da vida quilombola dependia diretamente desses saberes, reiterando que a “paz quilombola” se sustentava tanto na defesa armada quanto na continuidade do cotidiano.

É nesse horizonte que as contribuições de Rodrigues (2015) e Lordelo (2019) ganham relevo. Ao trabalhar com a hipótese de uma “aruaquização”¹⁰¹ do quilombo, Rodrigues (2015) chama atenção para possíveis processos de incorporação ativa de técnicas, práticas produtivas e formas de sociabilidade indígenas nas comunidades quilombolas das regiões de fronteira, especialmente no vale do Guaporé. Lordelo (2019),

¹⁰¹ A noção de “aruaquização” do quilombo aparece na tese de Rodrigues (2015) como hipótese interpretativa para pensar os efeitos da intensa convivência entre quilombolas e populações indígenas no vale do Guaporé. Diante da presença expressiva de indígenas no Quilombo Grande, em 1770 e 1795, o autor sugere que a comunidade poderia estar vivenciando um sutil processo de incorporação de práticas associadas aos grupos aruaques, especialmente aos Pareci-Kabisi/Cabixi, no campo da divisão do trabalho, do cultivo e de determinadas formas de sociabilidade. Não se trata, portanto, de substituição de uma matriz por outra, nem de identidade fixa, mas de um esforço para nomear processos históricos de troca, adaptação e reelaboração cultural em contextos de fronteira.

por sua vez, demonstra que a organização espacial, produtiva e política dos quilombos da Fronteira Oeste não pode ser compreendida sem considerar as relações estabelecidas com as populações indígenas locais. Longe de descaracterizar o quilombo, essa convergência afro-indígena aparece, antes, como uma das condições de sua longevidade e de sua capacidade de resistência, reiterando que a experiência do Quilombo Grande acrescenta um capítulo importante ao estudo dos quilombos no Brasil.

A partir do momento em que Tereza de Benguela é capturada, o relato de 1770 altera significativamente o ritmo e o registro da narrativa. O que se observa é um movimento deliberado de compressão: a prisão, a ruptura definitiva da comunidade e o destino da “rainha” são reduzidos a uma sequência rápida de ações, desprovidas de contextualização ou densidade descritiva. Essa economia da escrita constitui uma estratégia de poder por meio da qual a violência extrema é normalizada e o fim de Tereza é apresentado como um desfecho inevitável, quase natural, de uma história que o arquivo colonial deseja encerrar sem restos.

A maldita rainha de quem temos tratado, na ocasião em que se abalroou o quilombo, mandou os seus que pegassem em armas e tudo matassem. Alguns de seus súditos assim o fizeram, acudindo a voz e pegando em armas; mas não puderam usar delas pela força que viram conta si. Tomaram por melhor acordo retirarem-se fugitivos ao mato. [...] Na apressada fuga em que foram, no saltar de um riacho se estrepou aquela desaventurada rainha em um pé, isso a tempo que já os soldados iam sobre ela, por a terem visto. Com facilidade a prenderam e a trouxeram ao aquartelamento, onde estava o sargento-mor. Posta aí em prisão, à vista de todos aqueles a quem governou, naquele Reino, lhe diziam palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias, expirou de pasmo¹⁰². Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para a memória e exemplo dos que a vissem (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 140, grifo próprio).

A passagem é particularmente reveladora da ambivalência do discurso colonial. Ao mesmo tempo em que procura desqualificar Tereza por meio da expressão “maldita rainha”, o cronista não consegue narrar sua captura sem reconhecer sua centralidade política. Termos como “súditos”, “governou” e “Reino” deixam entrever a existência de uma autoridade efetiva, de uma cadeia de mando e de uma estrutura de soberania no interior do quilombo.

¹⁰² De acordo com Bluteau (1789, p. 295), pasmo se trata do estado de quem anda estupefato, com alguma pancada, com dor, terror, admiração ou com grande comoção da alma.

Ao enquadrá-la sob o signo do “mal”, o cronista produz uma justificação moral prévia para sua eliminação, convertendo a violência colonial em restauração da ordem. Diante do avanço das tropas, ela convoca seus comandados às armas. O registro apresenta esse gesto sem qualquer elaboração, mas ele carrega inequívoca densidade política: até o último instante, Tereza atua como liderança, organiza a resistência e afirma sua soberania. A dispersão de parte do grupo pelos matos, apresentada como fuga, inscreve-se em uma estratégia recorrente das resistências quilombolas, voltada à preservação da vida e à continuidade da comunidade para além do confronto direto.

A atribuição de “vergonha” à rainha capturada também não é neutra: ela reinscreve Tereza em uma expectativa colonial de feminilidade submissa, como se a derrota militar devesse produzir arrependimento moral diante daqueles que sua liderança havia desafiado. A narrativa da derrota, por sua vez, é organizada como pedagogia do rebaixamento. Ferida, capturada, exposta em prisão diante daqueles que governava e insultada publicamente, Tereza é submetida a um ritual de desautorização política que antecede sua morte.

O documento afirma que, após “estrepar” o pé ao saltar um riacho, Tereza foi conduzida ao aquartelamento. À vista daqueles “a quem governou”, lhe foram dirigidas palavras injuriosas, até que se pôs “muda ou, para melhor dizer, amuada”. O silêncio atribuído a Tereza não indica vergonha nem colapso moral. Ele pode ser lido como recusa. Ao não falar, Tereza frustra a expectativa colonial de arrependimento ou “espetáculo” da derrota. Seu mutismo interrompe a narrativa de derrota esperada como único comportamento viável para um corpo capturado.

A morte atribuída ao “pasma” não deve ser tomada como explicação transparente para o fim de Tereza. Em vez de aceitar a chave colonial do abatimento, interessa observar como o documento tenta traduzir a experiência da captura, da violência e do encarceramento por meio de uma linguagem emocional que desloca a responsabilidade da morte para o corpo da própria prisioneira. Mais do que explicar Tereza, o termo “pasma” revela os limites e os interesses da escrita colonial diante de uma liderança que não se deixou reduzir ao espetáculo da derrota.

Mesmo após a morte, o corpo de Tereza é violado. A decapitação e a exposição de sua cabeça “no meio da praça daquele quilombo” constituem um ritual de soberania colonial amplamente mobilizado no mundo atlântico contra lideranças insurgentes. O gesto de cortar a cabeça e expô-la “para memória e exemplo” explicita uma pedagogia do terror, destinada a inscrever no espaço a mensagem de que aquele seria o destino

reservado a quem ousasse desafiar a ordem escravista. Não se tratava apenas de vencer militarmente o quilombo, mas de converter o corpo de sua líder em signo de advertência pública e em monumento disciplinador dirigido aos vivos.

No entanto, a própria necessidade desse espetáculo revela o avesso do que pretende afirmar: a força simbólica e política que Tereza de Benguela representava. A tragédia de Tereza não reside apenas na violência que sofreu, mas na forma como essa violência é narrada pelo arquivo colonial. Em poucas linhas, o documento tenta dar fim a uma vida política complexa e a um projeto alternativo de existência. Contudo, é justamente essa tentativa de encerramento que denuncia a dimensão da ameaça que Tereza representava. O esforço em silenciá-la não apaga sua presença; antes, revela sua potência histórica.

A parte final do texto de 1770 afirma que o Quilombo Grande teria sido completamente destruído. Segundo o documento, “casas, roças e mantimentos” teriam sido “reduzidos a cinzas”, conclusão apresentada ao Senado da Câmara como resultado inequívoco da ofensiva colonial:

[...] porque casas, roças e mantimentos, tudo ficou reduzido a cinzas. A certeza de todo deduzido teve este Senado pela conta que pessoalmente lhe deu o sargento-mor, ao outro dia de sua entrada nata Vila, a qual fez a 26 de outubro, com as pessoas que foram referidas (Anais de Vila Bela do ano de 1770 *apud* Amado; Anzai, 2006, p. 141, grifo próprio).

Essa declaração final opera como um gesto de encerramento narrativo, típico da escrita administrativa colonial, ao anunciar o êxito pleno da expedição e a restauração da ordem. Contudo, o próprio documento já havia desmentido essa pretensão em passagens anteriores, ao registrar a fuga de dezenas de quilombolas “pelos matos” e a impossibilidade de capturar todos os habitantes do quilombo. A suposta destruição total, portanto, revela-se mais como construção retórica do que como descrição factual.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando se considera a organização de uma nova bandeira, em 1795, cuja missão era debelar aquilombados na escarpa da Serra dos Parecis, incluindo explicitamente os remanescentes do Quilombo Grande. De acordo com a correspondência¹⁰³ da Câmara de Vila Bela ao então capitão-general João

¹⁰³ 1795, março, 24, Vila Bela. Carta dos vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão - General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, sobre a realização de uma bandeira para descoberta de ouro e busca de escravos fugidos, escondidos em quilombo próximos dos rios Guaporé, Galera, Sararé e Alegre. A expedição seria custeada por todos os moradores da Vila e Arraías por meio de contribuição voluntária. Ref.: BR APMT. CVB. CA. 0204 Caixa nº 004.

de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o principal alvo da expedição era o chamado Quilombo do Piolho.

A bandeira¹⁰⁴ partiu em 7 de maio de 1795, descendo o rio Guaporé, e contou, entre seus integrantes, com um “preto já forro” que havia sido apreendido “há muitos anos no quilombo do Piolho, pela bandeira que então fora a este fim”, indício direto da memória viva de expedições anteriores e da persistência das comunidades quilombolas na região. A diligência alcançou o quilombo em 19 de junho, permanecendo na área até 5 de agosto daquele ano, quando conseguiu recapturar seis quilombolas que haviam sido contemporâneos de Tereza de Benguela e que sobreviveram ao ataque de 1770. O próprio registro de 1795 explicita essa continuidade, ao afirmar:

O quilombo do Piolho, que deu nome ao rio em que está situado, foi atacado e destruído haverá 25 anos, pelo sargento Mor João Leme de Prado, onde apreendeu numerosa escravatura; ficando naquele lugar ainda muitos escravos escondidos pelos matos, que pela ausência daquela Bandeira, se tornaram a restabelecer nas vizinhanças do antigo lugar. Dentre os escravos novamente aquilombados, morreram muitos, uns de velhice, outros às mãos do gentio Cabixis, com que tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres, das quais criaram os filhos caburés¹⁰⁵, que mostra a relação¹⁰⁶. Destes escravos, só se acharam seis vivos presencialmente; os quais eram regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo que formava o tal quilombo¹⁰⁷ (grifo próprio).

A fonte reconhece, portanto, que, apesar da ofensiva colonial, os quilombolas “que se arvoraram pelos matos” reconstruíram a comunidade após o estouro de 1770. Mais do que isso, o documento informa que, entre os aquilombados encontrados em 1795, havia uma população jovem formada por descendentes nascidos no próprio quilombo, fruto das relações entre homens africanos e mulheres indígenas. Trata-se de um dado fundamental, pois evidencia a longevidade da experiência quilombola e sua capacidade de reprodução social ao longo de pelo menos duas décadas e meia (ver Anexo D).

¹⁰⁴ ARAUJO, Marlene G. (Transcrição). “Diário da Diligência que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários Quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro”. In: ROSA, Carlos. Alberto; JESUS, Nauk. Maria de. *A terra da conquista*. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

¹⁰⁵ Caburé era o termo utilizado para nominar o mestiço de “índio” com “negro”.

¹⁰⁶ A relação dos Pretos, Índios e Caburés de que se compunha o quilombo do Piolho está no Anexo D desta tese.

¹⁰⁷ ARAUJO, Marlene G. (Transcrição). “Diário da Diligência que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários Quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro”. In: ROSA, Carlos. Alberto; JESUS, Nauk. Maria de. *A terra da conquista*. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

Embora o documento de 1795 não mencione nominalmente Tereza de Benguela¹⁰⁸, o cruzamento das informações permite afirmar tratar-se de uma mesma trajetória histórica. O Quilombo Grande, ou Quariterê, comandado por Tereza em 1770, reaparece, sob a denominação de Quilombo do Piolho, como comunidade reconstituída por sobreviventes, descendentes e lideranças que mantiveram vivas as formas de organização social, política e simbólica forjadas no período anterior. Desse modo, a afirmação de destruição total presente no texto de 1770 não apenas se mostra insustentável à luz da documentação posterior, como revela um dos limites centrais da escrita colonial.

A leitura minuciosa dos Anais da Câmara de Vila Bela de 1770 evidencia um conjunto expressivo de contradições internas que atravessam a narrativa colonial sobre Tereza de Benguela e a resistência quilombola. Ao mesmo tempo em que o documento reconhece a longevidade do quilombo, sua complexidade organizacional e a existência de instâncias deliberativas regulares, empenha-se em deslegitimar essa soberania por meio da construção discursiva da barbárie, da irracionalidade e da violência extrema. Essas tensões, que oscilam entre reconhecimento involuntário e negação sistemática, revelam o arquivo colonial não apenas como registro administrativo, mas como dispositivo ativo de produção simbólica do poder.

Paradoxalmente, são esses mesmos Anais que, ao tentar reduzir o Quilombo Grande a um foco de desordem, deixam entrever fragmentos decisivos sobre a forma como aquela comunidade se estruturava política, econômica e socialmente. As referências à organização do governo, à existência de parlamento e conselho, à produção agrícola diversificada, ao domínio de técnicas têxteis e metalúrgicas e às estratégias militares, permitem vislumbrar o quilombo como uma formação social estável, autossuficiente e dotada de racionalidade própria. Ao fazer o documento falar contra si mesmo, torna-se possível acessar, nos interstícios da escrita colonial, os vestígios de uma forma de vida que desafiou de modo persistente a ordem escravista na fronteira oeste.

Ao longo deste capítulo, busquei situar Tereza de Benguela e o Quilombo Grande em múltiplas escalas, da diáspora centro-africana à adaptação ao território guaporeano, do cotidiano quilombola às tecnologias da resistência, interrogando o arquivo não como espelho da realidade, mas como campo de tensões. Essa leitura permitiu evidenciar, de

¹⁰⁸ O documento transcrito por Marlene G. Araújo (2003, p. 217), com supervisão de transcrição de Carlos Rosa, traz a seguinte nota explicativa: “A rigor, este quilombo era conhecido como do Quariterê e foi atacado em 1770. Esse quilombo era governado por Tereza de Benguela”.

um lado, os dispositivos da colonialidade do poder e, de outro, as frestas por onde emergem indícios de soberania, organização política e paz quilombola.

Embora o arquivo colonial de 1770 tenha tentado encerrar a rainha Tereza de Benguela no rastro da morte e do silenciamento, a temporalidade espiralar nos ensina que o passado é uma força que insiste em retornar. Seu nome reaparece no tempo presente, deslocando-se para outros regimes de memória, representações e espaços de enunciação.

No capítulo seguinte, analiso uma dessas reemergências, quando, em 1994, uma escola de samba apresentou ao mundo o enredo *Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal*.

3 QUANDO A ESCOLA DE SAMBA CONTA A HISTÓRIA: TEREZA DE BENGUELA A PARTIR DO ENREDO DA VIRADOURO - 1994

*Axé, Tereza
Divina alteza, meu tambor foi te chamar
Sua luz nessa avenida
Incorpora a chama, Yabá
Da magia irmanada por Odé
Não sucumbe a fê, traz a luta de Angola
E a corrente arrastou pro sofrimento
Um sentimento, valentia quilombola [...]
E a pele negra faz a gente refletir
Nossa força, nossa luta
De tantas Terezas por aí!
(Barroca Zona Sul, 2020).*

As narrativas sobre Tereza de Benguela ultrapassaram o século XVIII e seguem em circulação no tempo presente. Embora sua trajetória tenha permanecido, por muito tempo, pouco visível na historiografia de circulação ampla, ela reaparece como parte de regimes de memória produzidos por comunidades negras e por organizações coletivas que, historicamente, construíram modos próprios de transmitir conhecimento, sustentar genealogias e disputar reconhecimento. Entre essas formas de produção e circulação de memórias negras, as Escolas de Samba ocupam um lugar particular.

No Rio de Janeiro, os desfiles do Grupo Especial¹⁰⁹ constituem um acontecimento de grande visibilidade pública, no qual as agremiações apresentam enredos que articulam história, política e linguagem estética. Ao colocar determinadas histórias em cena e disputar o que merece ser lembrado, o carnaval opera como uma arena de elaboração de sentidos sobre a experiência afrodiaspórica no Brasil, ativando debates que ultrapassam o espetáculo e alcançam os campos cultural, educacional e historiográfico.

A epígrafe¹¹⁰ que abre este capítulo, com versos em forma de samba-enredo que convocam Tereza à cena pública, explicita uma questão central da análise: que sentidos, memórias e representações sobre Tereza de Benguela foram produzidos e/ou reforçados

¹⁰⁹ Grupo Especial é a denominação atribuída ao conjunto de Escolas de Samba que integram a principal divisão competitiva do carnaval carioca, organizada pela Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA). Em 2025, o grupo era composto por 12 agremiações, que desfilam no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, no centro do Rio de Janeiro. Por sua ampla transmissão televisiva e circulação midiática, os desfiles alcançam públicos numerosos e ocupam lugar central na projeção nacional do carnaval carioca (LIESA, 2025).

¹¹⁰ Em 2020, a escola de samba paulista Barroca Zona Sul levou à avenida o samba-enredo *Benguela: A Barroca clama a Ti, Tereza!*, retomando Tereza de Benguela como referência de memória e luta, vinte e seis anos após o enredo da Viradouro (1994), que constitui o foco analítico deste capítulo.

quando sua história foi traduzida para a linguagem do carnaval? E, diante disso, como esse tipo de produção pode ser mediado eticamente do ponto de vista historiográfico, sem reduzir a personagem a um mito ou a uma “biografia” generalizante e anacrônica?

O enredo *Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal*, apresentado pela Viradouro, em 1994, é o foco de análise deste capítulo. Para compor a arqueologia dessa narrativa, reuni um *corpus* documental próprio da gramática do carnaval: sinopse, roteiro e materiais de apresentação do enredo, entrevistas e falas públicas do carnavalesco, cobertura jornalística, fotografias e registros audiovisuais do desfile e de suas circulações posteriores. O objetivo não é aferir uma “fidelidade factual” tomada isoladamente, mas compreender as operações de seleção, tradução estética e produção de visibilidade pública realizadas pelo desfile de 1994.

Metodologicamente, parto da premissa de que, no tempo presente, os sentidos do passado são produzidos em arenas diversas. A análise desse conjunto documental mantém o exercício historiográfico como eixo central, mas o realiza em diálogo com a História Pública e com contribuições de outras áreas, especialmente para compreender os modos pelos quais o passado é produzido, mediado e disputado fora dos espaços exclusivamente acadêmicos. O procedimento analítico foi organizado em quatro movimentos.

Primeiro, analisei, de forma articulada, a sinopse, o release e o *Abre-Alas*¹¹¹, buscando identificar o argumento oficial do enredo e suas principais ênfases. Em seguida, comparei esse argumento com a cobertura de imprensa, observando enquadramentos, recorrências e enunciados que ganharam força na circulação pública. No terceiro movimento, examinei a tradução visual e performática do enredo por setores, incluindo a mediação específica da transmissão televisiva. Por fim, integrei essas análises à discussão historiográfica, a fim de reconstituir os circuitos de produção, validação e legitimação da narrativa.

Antes de empreender a análise propriamente dita do enredo sobre Tereza, faço um breve recuo¹¹² no tempo para contextualizar a história do samba e a formação das Escolas de Samba.

¹¹¹ O *Abre-Alas* é uma publicação oficial da LIESA, destinada prioritariamente ao corpo de jurados e à imprensa especializada. Ao reunir a sinopse, as justificativas e o detalhamento técnico dos desfiles, funciona como fonte primária para compreender as intencionalidades narrativas e visuais das agremiações. No Carnaval de 1994, o material foi organizado em dois volumes, conforme a ordem de apresentação na Marquês de Sapucaí. O projeto da Unidos do Viradouro foi registrado no primeiro volume, referente aos desfiles de domingo, quando a escola foi a quarta agremiação a se apresentar (LIESA, 1994).

¹¹² Não é objetivo deste capítulo apresentar um estado da arte sobre a produção historiográfica dedicada às Escolas de Samba como objeto de estudo. O recuo histórico aqui proposto busca apenas situar o enredo da Viradouro em uma tradição mais ampla de produção carnavalesca, mediação pública do passado e disputas

3.1 O Carnaval carioca em perspectiva histórica: entre resistências e negociações

Entre as muitas formas de resistência elaboradas pela população negra, no Brasil, o samba se destaca por suas práticas culturais, historicidades e sociabilidades próprias. Em entrevista à *Agência Brasil*, Paula Barreto, pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, definiu o samba como expressão afrodiaspórica e apontou sua vinculação a matrizes centro-africanas, indicando conexões entre o samba brasileiro e o “semba” angolano (Barreto, 2014 *apud* Brandão, 2014). Para Antônio Simas e Alberto Mussa (2023, p. 13), até o final do século XIX, o termo “samba” era usado como categoria ampla para nomear danças populares derivadas do batuque africano, mais especificamente das regiões do Congo e de Angola. A própria etimologia da palavra reforça esse argumento: “A expressão samba é, provavelmente, derivada do quimbundo *di-semba*, umbigada, elemento coreográfico caracterizador do samba rural em todas as suas variantes”.

O processo de formação do samba brasileiro, e de suas múltiplas variantes contemporâneas, teve ligação com um contexto histórico bem específico:

A chegada de escravizados oriundos do Recôncavo Baiano ao Vale do Paraíba, em meados do século 19, está ligada ao apogeu da cafeicultura na região fluminense e ao declínio do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste. A partir da década de 1870, é a cafeicultura do Vale do Paraíba que entra em declínio - superada pelo Oeste Novo paulista. Tal fato liberou um grande contingente de mão de obra empregado nos cafezais. Grande parte dessa mão de obra ociosa migra para a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. A Abolição da Escravatura acelera esse processo (Simas; Mussa, 2023, p. 13).

A formação do samba urbano no Rio de Janeiro se enraíza em um circuito específico de sociabilidade negra na Zona Portuária, região hoje conhecida como “Pequena África”¹¹³. Nos terreiros e quintais das “tias”¹¹⁴, práticas religiosas,

de memória. Para tanto, diálogo com pesquisas recentes que têm reconhecido o potencial dos sambas-enredo, das sinopses e dos desfiles como fontes e objetos de análise, sobretudo no contexto posterior à Lei n.º 10.639/2003. As principais referências mobilizadas aparecem ao longo do texto e constam na bibliografia final desta tese.

¹¹³ “Pequena África” é a expressão usada para designar a região da Zona Portuária do Rio de Janeiro e suas adjacências, com centralidade histórica na Praça Onze e em bairros como Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A expressão é frequentemente atribuída ao multiartista Heitor dos Prazeres e aparece como forma de nomear esse “Rio negro”, onde o samba se organizou em redes de sociabilidade e trabalho. A esse respeito ver: Salles, 2023.

¹¹⁴ Na literatura, e em exposições/reconstituições históricas sobre o samba carioca, “tias” refere-se a mulheres negras mais velhas que exerciam papéis de liderança comunitária - muitas vezes rezadeiras, cozinheiras e quituteiras -, cujos quintais e casas funcionavam como núcleos de acolhimento, circulação cultural e organização de sociabilidades do samba. A esse respeito ver: Salles (2023).

acolhimento comunitário e criação musical se articulavam, sustentando a circulação e a preservação de repertórios culturais negros. A casa da Tia Ciata¹¹⁵ aparece, recorrentemente, como um desses núcleos em que redes de solidariedade e invenção musical contribuíram para a consolidação do samba urbano carioca. No carnaval das primeiras décadas do século XX, esse circuito ganhou as ruas por meio de blocos, cordões e ranchos: ao ocupar o espaço público por meio da festa, a população negra também exercia resistência. Os concursos de ranchos, iniciados em 1909¹¹⁶, já traziam elementos que, mais tarde, se tornaram constitutivos das Escolas de Samba¹¹⁷: desfilantes em cortejo, um grupo à frente da agremiação responsável por apresentá-la, o abre-alas, e uma dupla encarregada de conduzir sua bandeira, o mestre-sala e a porta-bandeira. Simas e Mussa (2023, p. 14) sustentam que:

As escolas de samba se formam a partir de um universo que engloba diversas referências: a herança festiva dos cortejos processionais, a tradição carnavalesca dos ranchos, blocos e cordões e os sons das macumbas, batuques e sambas cariocas. São frutos, portanto, da articulação dessas diversas influências e de uma série de interesses políticos e sociais que marcam a primeira metade do século 20 no Distrito Federal.

Em concordância com Simas e Mussa (2023), a compreensão de como se deu a formação dessas manifestações festivas, sobretudo dos ranchos, é fundamental para entender o surgimento, a partir da terceira década do século XX, das Escolas de Samba¹¹⁸. Esse processo, entretanto, envolveu repressão, negociação e estratégias de sobrevivência. Para escapar da perseguição, muitos ranchos incorporaram elementos europeus (vestimentas, perucas) socialmente mais aceitos, em detrimento das referências à ancestralidade africana e afrodiaspórica.

Os primeiros desfiles das agremiações, já nomeadas como Escolas de Samba, foram promovidos pelos jornais *O Mundo Sportivo*, em 1932, *O Globo*, em 1933, e *O*

¹¹⁵ Hilária Batista de Almeida, Tia Ciata (1854–1924), foi uma mulher negra baiana, quituteira e liderança religiosa afro-brasileira. Radicada no Rio de Janeiro, tornou-se referência nas redes de sociabilidade negras da “Pequena África” e é frequentemente reconhecida como uma das matriarcas do samba. Sua casa foi espaço de acolhimento, religiosidade, trabalho e criação musical no pós-abolição. Sobre Tia Ciata e a formação do samba urbano carioca, ver: Moura (1995).

¹¹⁶ Em 1909, o *Jornal do Brasil*, àquela época um órgão importantíssimo e de grande circulação entre as camadas mais abastadas, organizou o primeiro concurso de ranchos da cidade. A aceitação das agremiações só fez crescer (Simas; Mussa, 2023, p. 12).

¹¹⁷ Aprofundarei essa questão do no tópico 3.3 deste capítulo, intitulado: *A fabricação do espetáculo: a construção de enredos e desfiles no Grupo Especial*.

¹¹⁸ No livro intitulado *Escolas de Samba do Rio de Janeiro*, o escritor Sérgio Cabral (1996) analisou com profundidade a história do surgimento das agremiações.

Paiz, em 1934. As comunidades negras do Rio de Janeiro foram construindo estratégias de legitimação e reconhecimento para vivenciar o carnaval. Foi nesse movimento que, em 6 de setembro de 1934, foi criada a *União das Escolas de Samba* (UES), marco importante para a institucionalização das agremiações e para a negociação direta com as “autoridades”¹¹⁹.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a relação entre o Estado e as Escolas de Samba foi marcada por um processo gradual de enquadramento nacionalista. Como registram Fabio Ponso e Nivaldo Esperança (2017), a partir de 1935, o poder público passou a reconhecer oficialmente as escolas e a conceder subvenções, mas esse apoio veio acompanhado da expectativa de que elas “colaborassem” com a propaganda patriótica típica do período. Em 1938, a própria UES já incluía no regulamento a proibição de “histórias internacionais” (Ponso; Esperança, 2017).

Tal direcionamento imposto às Escolas, apesar da carga de violência simbólica e tentativa de domesticação cultural, também funcionou, na prática, como mecanismo de legitimação institucional das agremiações, garantindo-lhes o espaço público autorizado. Essa ambivalência se torna ainda mais evidente quando lembramos que outras práticas negras continuavam sob forte repressão estatal: a capoeira, por exemplo, que havia sido criminalizada pelo Código Penal de 1890 (Cabral, 1996; Ponso; Esperança, 2017).

Contudo, apesar de todas as tentativas de disciplinamento, as Escolas de Samba continuaram atuando como espaços associativos e formativos para o povo negro. Sobre essa questão, a historiadora Beatriz Nascimento¹²⁰ refletiu:

A escola de samba é um quilombo em festa, e a comunidade da favela que está nas ruas. [...] Mas o dominador às vezes é meio ingênuo. Quer destruir, por isso erra. Foi incapaz de prever o que o povo fosse se apropriar da história e reproduzir sua crítica através do samba. O povo soube criar poesias belíssimas, apesar desses textos terríveis da história oficial. E o carnaval continua lindo. E continua (Nascimento, 1977/2018, p. 190-191).

Durante a ditadura militar (1964-1985), as Escolas de Samba não estiveram fora do campo de ação repressiva do Estado. Como demonstrou Tamara Paola dos Santos Cruz

¹¹⁹ Sobre as referências históricas citadas neste parágrafo, ver Cabral (1996) e Ponso e Esperança (2017).

¹²⁰ A citação de Beatriz Nascimento pertence ao ensaio intitulado *Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval*. Publicado originalmente no *Jornal Movimento*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1977, e reproduzido na coletânea intitulada *Beatriz Nascimento Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição*, pela Editora Filhos da África. Para demarcar o momento histórico da produção intelectual de Beatriz Nascimento, optei por manter as duas datas (1977 - ano de publicação original e 2018 - ano em que foi publicado o ensaio em formato de livro que eu utilizei como referência para esta citação).

(2010) em sua pesquisa, as agremiações foram submetidas a censura e a diferentes formas de controle. A historiadora evidenciou que, durante o período, as Escolas eram obrigadas a enviar a sinopse do enredo, a letra do samba-enredo e os projetos de alegorias e fantasias, à censura prévia no Departamento de Serviço de Censura e Diversões Públicas (DSCP). Sem a aprovação do DSCP, a Escola ficava impedida de desfilar.

Em meados da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização e reabertura política no país, houve um ambiente mais favorável para que as Escolas de Samba, por meio de seus enredos, tensionassem narrativas consagradas e ampliassem o repertório temático para além da celebração cívica convencional. Nesse cenário, o primeiro centenário da abolição (1888-1988) operou como marco simbólico e como oportunidade pública de reinterpretação: ao mesmo tempo em que reativava a memória da escravidão, expunha as permanências do racismo e colocava em circulação demandas do movimento negro, estimulando leituras críticas sobre liberdade e reparação.

Nessa direção, a pesquisa da historiadora Andréa Braga Pessanha (2006), ao analisar 183 sambas-enredo apresentados entre 1986 e 1996 pelas escolas do Grupo Especial do Rio de Janeiro, identificou que 25 tinham a cultura afro-brasileira como tema principal e 66 a mobilizavam como tema secundário. Esse crescimento aparece associado tanto a homenagens a personalidades negras quanto à retomada de efemérides e marcos históricos diretamente vinculados às lutas negras, como o próprio centenário da abolição e o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares (1695-1995) (Pessanha, 2006).

Ainda assim, a presença de mulheres negras como protagonistas de enredos permaneceu rara no período. Quando as Escolas homenageavam “personalidades negras”, em geral o faziam no masculino, como por exemplo: Grande Otelo, Dorival Caymmi e Ganga Zumba. A exceção mais expressiva é justamente o enredo da Viradouro sobre Tereza de Benguela. Esse dado situa o desfile de 1994 em um horizonte mais amplo de disputas simbólicas, no carnaval carioca, e evidencia um contraste decisivo para esta pesquisa: mesmo quando a temática negra ganha visibilidade, a assimetria de gênero tende a persistir. Por isso, a centralidade atribuída a Tereza torna-se ainda mais singular.

3.2 Escolas de Samba como arenas de debate público: as disputas pela memória

As Escolas de Samba operam como instâncias de mediação histórica, articulando memória, política, mercado e estética na fabricação de versões públicas do Brasil. A História Pública, tal como venho mobilizando aqui (Almeida; Meneses, 2018; Rovai,

2018; Rede Brasileira de História Pública, 2019;), não é sinônimo de “divulgação” sem mediação, nem um apêndice popularizante da escrita acadêmica. Ela desloca o problema: em vez de supor que o conhecimento histórico nasce pronto na universidade e depois “chega” ao público, pergunta: como sentidos sobre o passado são produzidos, negociados e disputados em espaços sociais diversos? Para a historiadora Marta Rovai (2020, p. 33), a História Pública implica “repensar a função social do historiador e a construção de sentidos históricos em arenas plurais”. Na mesma direção, um texto coletivo¹²¹, assinado pela Rede Brasileira de História Pública (2019), a descreve como um campo atento às formas de produção, circulação e apropriação do passado em espaços não acadêmicos, envolvendo sujeitos e saberes distintos, com efeitos diretos sobre os usos públicos da história no presente (Rede Brasileira de História Pública, 2019, p. 182).

As Escolas de Samba carregam, em seu próprio nome, o atributo do aprendizado e têm uma potência pública rara porque tornam visível, em escala massiva, acontecimentos e trajetórias que, muitas vezes, estão ausentes dos currículos escolares, dos manuais e de certa historiografia canônica. Por sua capilaridade e força estética, o desenvolvimento dos enredos constitui uma arena privilegiada em que demandas do presente podem reorientar leituras do passado e reorganizar um repertório de referências disponíveis sobre determinado tema.

Isso implica não apenas tratar o conjunto cênico produzido dentro das Escolas de Samba (sambas-enredo, sinopses e desfiles) como objetos e fontes, mas reconhecer que, no interior das agremiações, há também regimes próprios de elaboração de sentido: formas de pesquisa, seleção, interpretação e tradução do passado produzidas por uma intelectualidade popular. “Na escola se aprende a sambar e a recriar passados possíveis; pontos de fuga imaginativos e críticos, posicionados fora do âmbito da mera nostalgia” (Rede Brasileira de História Pública, 2019, p. 182).

Ao mesmo tempo, é precisamente por operar como espetáculo público, conciso e competitivo que os enredos tendem a privilegiar certos dispositivos narrativos: exemplaridade, heroificação, organização linear da narrativa, com começo, meio e fim moralizante, e uma estética de contraste¹²². Esses mecanismos não desqualificam as

¹²¹ O texto em questão foi produzido pelos historiadores Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santiago. Ver: Rede Brasileira de História Pública (2019).

¹²² Utilizo a expressão “estética de contraste” para me referir a um procedimento recorrente na linguagem dos desfiles de Escolas de Samba, em que oposições fortes, como opressão e redenção, sofrimento e exaltação, derrota e vitória, são mobilizadas para condensar narrativas históricas em imagens, cantos e performances de rápida apreensão pública. No caso do enredo sobre Tereza de Benguela, esse recurso

produções, mas devem ser observados como constituintes de sua gramática. A questão historiográfica que considero pertinente, ao trabalhar com esse tipo de produção, não é medir o enredo por um padrão de fidelidade factual isolada, mas compreender quais versões do passado ganham força quando a história se torna um espetáculo público.

No que tange à história e à cultura afro-brasileira, desde a década de 1960, as Escolas de Samba têm atuado como dispositivos de mediação do passado, ou seja, um conjunto de práticas, agentes, linguagens e suportes que selecionam, dramatizam e fazem circular narrativas históricas para públicos amplos. Nesse sentido, as Escolas de Samba não “apenas” encenam histórias, elas têm disputado memórias no espaço público, tensionando versões hegemônicas e oferecido chaves de inteligibilidade para experiências coletivas historicamente silenciadas.

No interior da historiografia acadêmica brasileira, o diálogo com o universo plural das Escolas de Samba permanece relativamente disperso, ainda que existam contribuições importantes. Em contraste, no campo do ensino de História, tem se ampliado o uso de sambas-enredo como fontes e estratégias didáticas (Vieira, 2016; Silva, 2018; Ramos, 2024), mas a questão que coloco aqui é mais ampla e epistemológica: Escolas de Samba têm construído a partir do desenvolvimento de seus enredos uma “atitude historiadora” (Mauad, 2018, p. 38). São muitas camadas dentro da cadeia produtiva de uma Escola de Samba: a elaboração da sinopse, a construção de letras de samba-enredo, disputa de samba-enredo, gravações, ensaios, fabricação de fantasias, alegorias, regulamentos, julgamento, imprensa e transmissão televisiva. Cada etapa produz enquadramentos próprios e condiciona o que “vira” passado compartilhável.

É nesse encadeamento que o carnaval - e, em particular, os enredos de Escola de Samba - se torna uma arena de História Pública: o passado é produzido e disputado por atores distintos, em suportes diversos, para públicos heterogêneos. O desafio deste capítulo, e de quem deseja trabalhar historiograficamente com a produção carnavalesca, é não “cair” em dois extremos pouco produtivos: a celebração acrítica, que toma “o samba ensina a história que a escola não ensina” como slogan autoexplicativo; e a redução factual, que ignora a lógica cultural da narrativa e, com isso, perde a chance de compreender seus efeitos sociais, políticos e históricos.

Dessa forma, a pergunta analítica central sobre o enredo da Escola de Samba não é “o carnaval acertou a história?”, mas: que passado foi selecionado para ser contado?

aparece na passagem entre cativo, rebeldia, loucura, sacrifício e consagração da personagem como símbolo de luz e permanência.

Como os mediadores (carnavalesco, equipe de pesquisa, compositores, imprensa, jurados, equipe de transmissão televisiva) mobilizaram esse passado? Que efeitos públicos (identificação, orgulho, controvérsia, apagamento, simplificação) a narrativa produziu?

3.3 A fabricação do espetáculo: a construção de enredos e desfiles no Grupo Especial¹²³

Este subtópico justifica-se porque, para compreender como Tereza de Benguela foi transformada em narrativa pública no carnaval, é preciso olhar não apenas para o “tema” do enredo, mas para a engrenagem que fabrica o espetáculo. No Grupo Especial, o desfile resulta de um processo complexo de criação, negociação e execução, no qual pesquisa, escrita da sinopse, definição de roteiro, escolhas estéticas, trabalho coletivo e condicionantes materiais (tempo, orçamento, regulamento, critérios de julgamento e mídia) se articulam. É nessa engrenagem que a história é selecionada, traduzida e organizada em linguagem visual e performance, produzindo ênfases, silêncios e efeitos de sentido. Ao explicitar tal dinâmica de produção, este subtópico estabelece a base metodológica para ler o enredo como fonte e o desfile como acontecimento, evitando tanto uma leitura ingênua da “fidelidade” quanto a desqualificação do carnaval como mero entretenimento.

Para quem acompanha os desfiles apenas pela transmissão televisiva, nem sempre fica evidente que os cerca de 80 minutos na avenida são apenas o momento de visibilidade máxima de uma cadeia de produção que se estende por quase todo o ano carnavalesco. A distância entre o tempo longo da fabricação e o tempo curto da apresentação pública se ampliou com a profissionalização do carnaval: a criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro em 1984. Importa sublinhar que o que se vê na avenida é uma síntese visual, sonora e performática de decisões tomadas ao longo de meses, por isso, é útil explicitar, de modo breve, como se produz um desfile no Grupo Especial.

O ponto de partida é a definição do enredo, isto é, do tema e do recorte narrativo que a Escola pretende colocar em circulação. Essa definição pode partir do

¹²³ Para fins de padronização terminológica e de apoio à leitura, incluiu-se, nos anexos, o Anexo E - Glossário dos quesitos de julgamento no Grupo Especial, com definições dos principais termos e quesitos utilizados na avaliação dos desfiles. As definições foram elaboradas a partir do *Manual do Julgador* (LIESA, 2025).

carnavalesco¹²⁴ - como foi o caso do enredo sobre Tereza -, ser construída em negociação com a direção da agremiação ou, em certos casos, ser condicionada por dinâmicas de patrocínio e financiamento¹²⁵. A partir daí, inicia-se o trabalho de pesquisa e a elaboração do argumento que sustentará a narrativa do desfile. Importa enfatizar que, embora o carnaval opere com licença poética, no Grupo Especial essa liberdade é modulada pelo regulamento: a coerência narrativa integra os critérios avaliados no quesito enredo.

Em seguida, a Escola costuma divulgar a sinopse do enredo, e nela se condensam episódios, imagens e ênfases que funcionam como um roteiro-base do desfile. É também a partir da sinopse que os compositores se orientam para criar o samba-enredo. A etapa seguinte é a disputa de sambas, realizada na quadra da agremiação, em geral entre maio e outubro: a cada semana, diferentes composições se apresentam e passam por eliminatórias sucessivas até a escolha da letra e melodia que se tornam o samba-enredo oficial.

Aqui, o que me interessa não é apenas o procedimento interno, mas o efeito público. O samba eleito sintetiza o argumento do enredo, hierarquiza ênfases, produz refrões memoráveis e organiza uma narrativa cantável. Muitas vezes, é por meio dele que o público passa a reconhecer a história encenada na avenida. Nessa direção, o historiador Leonam Lauro Nunes da Silva (2024, p. 130) propõe compreender o samba-enredo como uma “fonte ativa”, isto é, uma produção que nasce do engenho de compositores que leem, pesquisam e escrevem, sem depender de uma mediação posterior para “virar” conhecimento histórico.

Em paralelo às disputas de samba na quadra, outras frentes de produção do desfile avançavam no barracão, ao longo do ano, em um processo que mobilizava centenas de trabalhadores diretos e indiretos. Ao longo de cerca de nove meses, são fabricadas as fantasias, alegorias e adereços e, em paralelo, ensaia-se o canto, a evolução e coreografias e a dinâmica da bateria. O que aparece na avenida é o resultado de uma cadeia de traduções: da pesquisa à sinopse, da sinopse, ao samba, do samba à plástica, da plástica

¹²⁴ Mantenho, ao longo do texto, o uso do termo carnavalesco no masculino, por ser a forma corrente de nomeação do cargo no campo do carnaval carioca. Trata-se, contudo, de uma convenção linguística que não apaga o dado estrutural: a função permanece amplamente masculinizada no Grupo Especial. Como historiadora e apreciadora das Escolas de Samba, observei que, no recorte que atravessa a escrita desta tese (carnavais de 2022 a 2026), apenas três mulheres (Rosa Magalhães, Márcia Lage e Annik Salmon) ocuparam o posto de carnavalescas no Grupo Especial. Márcia Lage e Annik Salmon dividiram a função com carnavalescos homens. Rosa Magalhães, por sua vez, foi a única a assinar sozinha um enredo nesse intervalo, à frente da Paraíso do Tuiuti, em 2023.

¹²⁵ Sobre como funciona o processo de captação de recursos e as negociações de patrocínios para a realização dos enredos de Escolas de Samba, ver: Bezerra (2018).

ao espetáculo televisivo e, por fim, à circulação fragmentada de imagens e sentidos nos meios digitais.

É essa cadeia que interessa ao argumento historiográfico deste trabalho, porque ela torna visível o ponto em que “história” se converte em narrativa pública: quais recortes permitem que um passado se torne narrável, quais elementos ganham centralidade e quais são simplificados para caber na lógica do espetáculo e da avaliação. No caso da Viradouro, em 1994, a questão que se coloca é: em que condições o encontro entre Joãozinho Trinta e Tereza de Benguela foi transformado em enredo e, a partir daí, em um repertório de imagens e enunciados que continuou a operar para além daqueles 80 minutos de desfile?

3.4 Tereza de Benguela e Joãozinho Trinta¹²⁶: um encontro que virou enredo e entrou para a história

Na história das Escolas de Samba, do Rio de Janeiro, Joãozinho Trinta figura como um dos principais agentes de transformação das formas de apresentar e encenar o enredo na avenida. Responsável por desfiles marcantes¹²⁷, sua atuação teve também um caráter formativo no campo carnavalesco, ao consolidar uma linguagem visual baseada na teatralidade, na composição cênica e na articulação entre diferentes artes.

Antes de se notabilizar como carnavalesco, foi bailarino com formação em danças clássicas, atuou em espetáculos como dançarino e produtor. Em entrevista concedida à revista *Playboy* (1998), o próprio Joãozinho explicitou como transladou para o universo das Escolas de Samba experiências acumuladas na montagem de óperas no Teatro Municipal do Rio de Janeiro:

Ora, a visão que eu tinha da ópera, como espetáculo audiovisual de todas as artes, me fez enxergar no desfile de escola de samba a mesma estrutura. A ópera começa, repousa e se desdobra num libreto; a escola tem o enredo. Esse enredo tem letra e música; é o que acontece na ópera. A ópera tem a orquestra; a escola tem a bateria. A ópera tem o corpo de baile e o corpo coral; a escola tem os passistas - que cumprem o mesmo padrão do corpo de baile, que não canta, só dança -, enquanto a parte

¹²⁶ João Clemente Jorge Trinta (conhecido como Joãozinho Trinta) nasceu em São Luís - MA, em 23 de novembro de 1933, e faleceu na mesma cidade, em 17 de dezembro de 2011. Atuou como artista plástico, cenógrafo e carnavalesco, com trajetória vinculada às artes do espetáculo e à criação visual no carnaval carioca. Ao longo da carreira, notabilizou-se por uma estética marcada pela grandiosidade e pela experimentação de linguagem, tensionando fronteiras entre cultura popular e cultura erudita.

¹²⁷ O psicólogo e carnavalesco Milton Cunha Júnior dedicou seus trabalhos de pós-graduação à obra de Joãozinho Trinta, desenvolvendo uma pesquisa de mestrado (2006) e outra de doutorado (2010) no campo dos Estudos Literários. A esse respeito ver: Cunha Jr. (2006, 2010).

coral canta e se movimenta, como as alas, mas não executa passos como o bailarino. A ópera tem o cenário; a escola tem os carros alegóricos. Na ópera temos as figuras principais; na escola são os destaques. E, portanto, um espetáculo audiovisual igual à ópera, grandioso, com começo, meio e fim. E o carro alegórico permite uma maior visualização do enredo, uma melhor divisão da escola, como os capítulos de uma história. Fica mais criativo, visualmente mais rico (Trinta, 1998, grifo próprio).

Ao aproximar Escola de Samba e ópera, em que música, corpo, coro, cenário e personagens operam de modo integrado para tornar o enredo inteligível ao público, Joãozinho Trinta ajudou a consolidar uma lógica narrativa das Escolas de Samba estruturada em setores e reforçou a função dos carros alegóricos como marcos de passagem, capazes de delimitar “capítulos” do espetáculo audiovisual na avenida. Essa forma de organização ajudou a orientar a leitura do enredo pelo público e a produzir sentidos para além do sambódromo, sobretudo pelo fato do espetáculo ser mediado pela transmissão televisiva.

A trajetória de Joãozinho Trinta como carnavalesco foi marcada por enredos que tensionaram a história oficial e o imaginário nacional. Quando teve autonomia para escolher o tema, atuou como um cronista de sua época, atento às questões sociais e políticas do presente, demonstrou especial interesse por levar para a Avenida narrativas inovadoras ou pouco reconhecidas pelas versões hegemônicas. Em 1974, por exemplo, no primeiro ano em que assinou como carnavalesco principal do Salgueiro, foi campeão com *O rei de França na ilha da assombração*, enredo em que “pretas velhas” narravam histórias de assombro na ilha de São Luís (MA).

Trinta foi constituindo um estilo narrativo assentado no assombro como método de cena. Em seus enredos, os estados de espanto, loucura e assombração não operavam apenas como ornamentos temáticos, mas como dispositivos de montagem: por meio deles, o desfile suspendia a naturalização do olhar e expunha fissuras do imaginário nacional. Ao acionar essas figuras, ele transformava a Avenida em espaço de estranhamento e crítica, no qual o espetáculo funcionava como comentário sobre o presente tanto quanto como encenação de passados diversos.

O carnavalesco, que já havia conquistado campeonatos com enredos centrados em africanidades e na valorização da cultura negra¹²⁸, vinha amadurecendo a ideia de levar à

¹²⁸ Com os enredos *A Criação do Mundo na Tradição Nagô* (1978) e *A Grande Constelação das Estrelas Negras* (1983), ambas como carnavalesco do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis (LIESA, 2026).

avenida a história de uma mulher negra ainda pouco conhecida no circuito nacional. A aposta dialogava com um precedente importante: a trajetória de Chica da Silva¹²⁹, cuja projeção pública ganhou escala a partir do enredo do Salgueiro, em 1963. Na transição entre as décadas de 1980 e 1990, o debate sobre o mito da democracia racial intensificou-se e, com ele, retornou à cena pública a crítica à invisibilização histórica de mulheres negras. Nesse contexto, essa questão entrou novamente no radar do carnavalesco, reorientando seus interesses narrativos e suas escolhas de tema.

No início dos anos de 1990, Joãozinho esteve em Cuiabá a convite do carnavalesco cuiabano Camargo¹³⁰, para prestar uma consultoria (Fuah, 2017). É aqui que entram duas mediadoras centrais para esta narrativa: Vera Baggetti¹³¹ e Zuleika Arruda¹³². O histórico dessa relação foi recuperado pela maestra Dorit Kolling Oliveira¹³³, em pesquisa dedicada à trajetória do grupo musical *Saarã* (Oliveira, 2021). O primeiro encontro, de acordo com o relato de Vera, ocorreu na Praça Alencastro, ponto turístico, no centro histórico de Cuiabá. Vera, carioca de nascimento e amante das Escolas de Samba, logo que percebeu a presença daquela figura única e se aproximou:

Aí, eu falei da história de Tereza de Benguela, que já tinha toda uma discussão, sobre o engajamento das mulheres, direito das mulheres, já estava na Constituição Brasileira de 1988. Quando eu contei pro João que aqui tinha um quilombo que era governado por uma mulher, que se chamava Tereza de Benguela, ele ficou ‘louco’. Ele ficou louco! Foi para o Rio, voltou e já me ligou, pois ele queria falar muito comigo. Aí que começou, né? (Oliveira, 2021, p. 89-90).

¹²⁹ Após o desfile de 1963, a personagem passou a ser reapropriada em outros suportes: cinema, música e romance histórico. Contudo, somente em 2003 foi publicado *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, resultado da tese de doutorado da historiadora Júnia Ferreira Furtado (2003). O intervalo entre a consagração carnavalesca, nos anos 1960, e a publicação de um estudo acadêmico de fôlego sobre a personagem, sugere uma defasagem temporal entre circulação pública da memória e sua tematização sistemática no âmbito da historiografia.

¹³⁰ Pedro Camargo, conhecido como “Camargo”, foi o fundador e presidente da Escola de Samba *Acadêmicos do Pedroca*, uma agremiação carnavalesca de Cuiabá, a agremiação não desfila mais. A esse respeito, ver: Fuah (2017).

¹³¹ Vera Baggetti é arquiteta e mestra em Educação Patrimonial. Carioca, reside em Cuiabá desde 1980, quando chegou à cidade no contexto do Projeto Pixinguinha. Atua como cantora e compositora em parceria de longa duração com Zuleika Arruda, especialmente no rasqueado. Também desenvolve trabalho como artista plástica. Informações coletadas a partir do livro de Oliveira (2021).

¹³² Zuleika Arruda é cuiabana, arte-educadora e bacharel em Direito, com trajetória vinculada à música regional e à ação ecocultural. Em 1971, criou o Grupo Musical Sarã, voltado a cantar e sensibilizar para a preservação dos ecossistemas de Mato Grosso, com destaque para Pantanal, Cerrado e Amazônia. Em parceria com Vera Baggetti, atua em movimentos e iniciativas culturais e ambientais. Informações coletadas a partir do livro de Oliveira (2021).

¹³³ A dissertação de mestrado de Dorit Kolling Oliveira, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, foi posteriormente publicada em formato de livro, com o título *Grupo Musical Sarã: a canção cuiabana como documento histórico (1971–2001)* (Oliveira, 2021).

Zuleika complementou: “Ele veio aqui pra Cuiabá, falou com o governador, falou com os administradores se poderia colocar eu e a Vera para ficarmos como pesquisadoras, para fazer o enredo” (Oliveira, 2021, p. 89-90). Ainda segundo Zuleika, coube à dupla fazer o levantamento de trabalhos acadêmicos sobre Tereza de Benguela disponíveis à época. Entre as pesquisas selecionadas pelas entrevistadas, foram citadas as obras de Bandeira (1988) e Volpato (1993)¹³⁴.

Tive a oportunidade de conversar com Vera e Zuleika em diferentes momentos¹³⁵, ao longo da construção desta tese. Ambas se mostraram receptivas à pesquisa e abriram as portas do *ateliê* que mantêm em conjunto, disponibilizando-se a rememorar o processo de construção do enredo sobre Tereza de Benguela e a parceria que desenvolveram com Joãozinho Trinta, mantida até a morte do carnavalesco, em 2011.

Durante a conversa presencial realizada no âmbito desta pesquisa, Vera Baggetti e Zuleika Arruda retomaram elementos já registrados por Oliveira (2021) e acrescentaram informações importantes para compreender o circuito de produção do enredo. À época, havia uma dificuldade concreta de localizar materiais de referência sobre Tereza de Benguela, o que obrigou a pesquisa a operar por meio de buscas fragmentadas. Esse dado é metodologicamente relevante porque explicita que a construção do enredo não se apoiou em um arquivo institucionalizado e/ou organizado, mas em mediações e traduções produzidas no próprio processo de pesquisa carnavalesca.

A participação de Vera Baggetti e Zuleika Arruda como pesquisadoras do enredo também foi registrada pela imprensa carioca, conforme matéria publicada em *O Globo*, em 23 de maio de 1993, intitulada *Brilho de volta à passarela: Joãozinho Trinta promete fazer do desfile da Viradouro uma aula de História do Brasil*, na qual a jornalista Célia Costa registrou que:

¹³⁴ As pesquisas de Maria de Lourdes Bandeira (1988) e Luisa Volpato (1993), mobilizadas no capítulo 1 desta tese, também aparecem entre as referências bibliográficas do enredo da Viradouro, em 1994. No levantamento documental que realizei presencialmente no Centro de Memória da LIESA, consultei o *Abre-Alas* do desfile (LIESA, 1994), que foi o texto entregue aos jurados, onde constam as obras utilizadas na elaboração do argumento e a explicação de todos os setores do desfile. Chama atenção que, nesse documento, Joãozinho Trinta foi listado como único autor e pesquisador do enredo, sem explicitação nominal das colaboradoras. A relação completa das referências bibliográficas encontra-se transcrita no Anexo F.

¹³⁵ Em três momentos, nos encontramos em eventos culturais ocorridos em Cuiabá, e elas me disseram que, caso precisasse, poderia procurá-las para falar sobre a minha pesquisa. No dia 12 de agosto de 2024, tivemos uma conversa que durou mais de quatro horas, onde expliquei os objetivos da pesquisa e elas me mostraram seu acervo pessoal, fruto da convivência de quase duas décadas com Joãozinho. Faço aqui um agradecimento público a essa dupla, incansáveis defensoras da cultura cuiabana, por elas terem permitido que eu fotografasse algumas matérias de jornal utilizadas como fonte nesta tese.

Para a elaboração do enredo, Joãosinho conta com a assessoria das pesquisadoras Zuleika Arruda e Vera Baggetti, ligadas à Universidade Federal de Mato Grosso. Na semana passada uma comitiva de 20 pessoas chefiada pelo secretário de Cultura de Cuiabá, Carlos Avalone Júnior, participou da festa de lançamento do enredo, quando ficou estabelecido o intercâmbio entre as duas cidades. Assim, a Unidos de Viradouro fará uma apresentação em Cuiabá e, em julho, será inaugurada uma exposição da cultura mato-grossense no Rio. [...] Joãosinho Trinta diz que Teresa se tornará tão famosa quanto a negra Chica da Silva, cuja história ficou conhecida pelos brasileiros através do enredo do Salgueiro, em 1963. O carnavalesco diz que essa deve ser a real contribuição do carnaval para a cultura do país (*O Globo*, 23 maio 1993, grifo próprio).

Esse registro deve ser lido no contexto da forte expectativa midiática em torno de Joãosinho Trinta, que acompanhou a construção do desfile desde o anúncio do tema e ajudou a enquadrar o enredo como acontecimento público. Entre 1993 e 1994¹³⁶, periódicos de grande circulação, publicaram matérias recorrentes sobre o processo. Na mesma matéria, Joãosinho Trinta explicita sua leitura sobre o potencial pedagógico do desfile e sobre o lugar do enredo na economia do espetáculo:

Hoje, há um certo desleixo em relação à elaboração do enredo. Desde a construção do sambódromo, a distância entre a plateia e o público fez com que os carnavalescos descuidassem da produção do enredo, fazendo com que se privilegiasse o samba. Nada melhor para lembrar a história de um país do que um desfile de escola de samba, que a mostra de uma maneira bem-humorada. Carnaval não é uma simples brincadeira; é de grande importância cultural. A luta de Tereza de Benguela é bastante atual, porque até hoje antropólogos afirma que continuamos de costas para a América Latina, já que aprendemos mais sobre a cultura europeia do que sobre a do nosso povo (*O Globo*, 23 maio 1993, grifo próprio).

Ao denunciar um “desleixo” na elaboração do enredo após a construção do sambódromo, Trinta reposiciona a Escola de Samba no terreno da mediação histórica e atribui ao desfile uma função cultural que ultrapassa a ideia de “simples brincadeira”. Quando afirma que o desfile lembra a história “de uma maneira bem-humorada”, ele legitima o carnaval como pedagogia pública, capaz de tornar o passado inteligível por uma linguagem própria. É nesse enquadramento que a “atualidade” de Tereza se constrói

¹³⁶ Para esta análise, foram selecionados jornais e revistas de circulação nacional e regional, com destaque para *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A escolha dessas fontes justifica-se pela existência de editoriais dedicados exclusivamente ao Carnaval, permitindo o acompanhamento sistemático das agremiações desde o anúncio do enredo, em maio de 1993, até o pós-desfile, em fevereiro de 1994. Adicionalmente, foram analisadas as revistas de circulação nacional, tais como *Manchete* (edições 2180, 2184 e 2185, onde constam informações do pré e pós carnaval de 1994) e os jornais fluminenses *Jornal dos Sports* e *O Fluminense*. As consultas foram realizadas por meio da assinatura digital do *Acervo O Globo* e via *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*.

como continuidade histórica: uma liderança quilombola do século XVIII é convocada para lançar “luz” sobre o presente, articulada ao diagnóstico de que o Brasil permanece “de costas para a América Latina” e à crítica ao eurocentrismo, expressa na oposição entre aprender “mais sobre a cultura europeia” e conhecer “a do nosso povo”. Ao fazer essa conexão, Trinta transforma o enredo em dispositivo de disputa de memória e de reorientação do imaginário nacional.

A imprensa cuiabana também registrou o lançamento do enredo. Na *Tribuna Cuiabana* de 20 de junho de 1993, o destaque recaiu sobre a vinda de Joãozinho Trinta à capital mato-grossense, tendo sido recebido na Câmara Municipal, onde fez um pronunciamento. Trinta afirmou que: “o carnaval é um acervo onde a cultura do povo pode ser mostrada” (*Tribuna Cuiabana*, 20 jun. 1993) e incitou os vereadores a formularem políticas públicas de valorização da cultura local, com atenção ao fortalecimento das Escolas de Samba cuiabanas.

Essa passagem por Cuiabá também se desdobrou em articulações para viabilizar financeiramente o custeio do enredo e Joãozinho conseguiu apoio junto à Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso. De volta ao Rio de Janeiro, enquanto a equipe iniciava o trabalho de criação no barracão, outra frente ganhava centralidade no calendário da agremiação: a disputa do samba-enredo, etapa decisiva de tradução musical da sinopse e de consolidação do argumento que, mais tarde, seria cantado na avenida (Trinta, 1994).

3.4.1 Análise da letra do samba-enredo: Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal

A escolha do samba-enredo é uma etapa estruturante porque o samba vencedor não apenas acompanha a narrativa: é ele que ajuda a fixá-la, por meio da repetição dos refrões e do ordenamento dos episódios em versos melódicos. No caso de 1994, dois procedimentos definiram essa operação: a escolha da Viola-de-Cocho como narradora e a moldura da “loucura” de Tereza. O mote oferecido por Joãozinho Trinta aos compositores foi cantar a história a partir do “delírio” e, nessa chave, a narrativa se autorizava a atravessar tempos e espaços.

Depois das eliminatórias, realizadas entre julho e outubro de 1993, a diretoria da Viradouro definiu o samba-enredo oficial para o carnaval de 1994. A parceria vencedora foi assinada por Cláudio Fabrino, Paulo César, Jorge Baiano e Rico Medeiros, e a escolha repercutiu na imprensa. O *Jornal do Brasil* noticiou a decisão na matéria *Viradouro quer*

trazer o brilho da nova era: vermelho e branco escolhe o samba-enredo para 94 e Joãozinho Trinta promete um carnaval histórico na Marquês de Sapucaí (Jornal do Brasil, 24 out. 1993). Na mesma data, *O Globo* trouxe a manchete *Viradouro ‘explode’ em novo samba*, e a matéria estampou a imagem de um dos autores da letra do samba, Rico Medeiros, além de apresentar a letra do samba-enredo na íntegra (ver Anexo G).

No texto cantado, tanto Tereza quanto o Pantanal foram convertidos em personagens. Ela, enquanto eixo biográfico e político do enredo; o bioma, por sua vez, operou como cenário-símbolo. O Pantanal estava em “alta” naquele momento: sua natureza exuberante havia sido amplamente explorada pela telenovela *Pantanal*¹³⁷, e Joãozinho soube mobilizar esse imaginário a favor do enredo. Ao mesmo tempo, o destaque ao bioma fazia parte da agenda de promoção cultural e turística mobilizada no apoio institucional do governo do estado à realização do enredo. Nesse enquadramento, o território não aparece apenas como “lugar” da história, mas como operador de legibilidade pública: ele ajudou a tornar a saga de Tereza reconhecível e comunicável no circuito midiático. O recurso, contudo, ajudou a difundir uma ideia geograficamente equivocada sobre a territorialidade em que Tereza atuou.

Nos versos iniciais, a Viola-de-Cocho ganha corpo e fala como sujeito-narrador:

Amor, amor, amor...
Sou a viola de cocho dolente
Vim da Pérsia, no Oriente
Para chegar ao Pantanal
Pela Mongólia eu passei
Atravessei a Europa medieval (Fabrino *et al.*, 1994).

Ao apresentar a viola como narradora, o samba criou uma ponte afetiva entre território, cultura material e memória: a história de Tereza seria “cantada” por um artefato de forte pertencimento regional. A Viola-de-Cocho, instrumento musical associado às tradições do *Cururu* e do *Siriri*, é produzida artesanalmente na região da bacia do rio Paraguai (baixada cuiabana e adjacências) com saberes vinculados ao manejo de matérias-primas locais e às práticas festivo-religiosas ribeirinhas e pantaneiras. O enredo acabou por trazer visibilidade para o instrumento também. Em 2009, o modo de fazer a Viola-de-Cocho foi reconhecido como patrimônio cultural pelo IPHAN, o que reforça o

¹³⁷ *Pantanal* foi uma telenovela brasileira exibida pela Rede Manchete, entre 27 de março e 11 de dezembro de 1990, totalizando 216 capítulos. Com roteiro de Benedito Ruy Barbosa e direção-geral de Jayme Monjardim, a produção realizou cerca de 70% de suas gravações em locações no Pantanal Sul-mato-grossense. A principal base de filmagem foi a Fazenda Rio Negro, com aproximadamente 20 mil hectares, situada em Aquidauana (MS), no final de 1989 (Francfort, 2008).

peso simbólico do instrumento como marcador de identidade e ancestralidade no enredo (Ver Anexo H).

Os versos finais da primeira estrofe sublinham a historicidade da Viola ao vinculá-la a uma genealogia europeia¹³⁸, em consonância com o texto orientativo da sinopse: “E a pesquisa relata a vinda desta viola para a região de Mato Grosso, trazida por espanhóis e portugueses. É considerada o único ‘alaúde’ brasileiro” (Trinta, 1994). Essa marca de “objeto com história” foi decisiva para o enredo: justamente porque a Viola-de-Cocho foi apresentada como portadora de memória e percurso, ela pôde, narrativamente, assumir a voz que fabula. Assim, a viagem improvável (Pérsia, Mongólia, Europa medieval) não precisava se sustentar como cronologia verificável: ela operou como um procedimento formal que suspendeu a linearidade do tempo e permitiu a montagem de referências heterogêneas sob uma mesma lógica de imaginação, em que deslocamento e excesso constituem parte do método.

Na edição 2180 (15 jan. 1994) da *Revista Manchete*, Joãozinho Trinta posou como caboclo, dedilhando a Viola-de-Cocho, enquanto ao fundo se impõe a máscara de uma mulher negra, identificada com Tereza de Benguela (ver Figura 5).

Figura 5 - Joãozinho Trinta posa para a *Revista Manchete* e explica o enredo



¹³⁸ Quanto às origens da viola-de-Cocho apresentadas na sinopse do enredo, não há um consenso. Em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou um dossiê como parte do processo de reconhecimento do bem como Patrimônio Cultural do Brasil. Nesse documento, encontra-se o registro das pesquisas sobre as origens do instrumento (IPHAN, 2009, p. 45).

Fonte: Revista *Manchete* – 1994 – Edição 2180 de 15 jan. 1994, p. 30-31¹³⁹.

A composição da cena encena, no próprio registro fotográfico, a mediação proposta pelo enredo: o carnavalesco “encarnou” o homem do Pantanal, que dedilha a Viola para cantar a saga de Tereza. Essa passagem também foi descrita na letra:

Nos meus acordes vou contar
A saga de Tereza de Benguela
Uma rainha africana
Escravizada em Vila Bela (Unidos do Viradouro, 1994).

Ao exaltar a história de Tereza como uma “saga”, o verso apresentou uma formulação que contribuiu para consolidar a narrativa de que Tereza teria nascido em Benguela e pertenceria a uma linhagem de nobreza africana. Como discuti no capítulo 1, trata-se de uma construção cuja verificabilidade é limitada diante do estado atual da documentação conhecida.

Na estrofe seguinte, o samba deslocou a cena para o “ciclo do ouro” e para o cotidiano do cativo na diáspora:

O ciclo do ouro iniciava
No cativo, sofrimento e agonia
A rebeldia, acendeu a chama da liberdade
No Quilombo, o sonho de felicidade (Unidos do Viradouro, 1994).

Aqui, a economia narrativa é deliberada: “ouro” e “cativo” aparecem como termos indissociáveis, condensando, em uma imagem rápida, a engrenagem colonial que sustentou tanto a exploração do território, quanto a intensificação do trabalho escravizado. O tom de lamento: “sofrimento e agonia”, marca a passagem do regime de violência cotidiana (trabalho forçado, privações, castigos físicos) para a emergência da rebeldia como princípio de ruptura. O quilombo entra, então, como uma possibilidade coletiva de (re)existência, na qual a liberdade foi narrada como projeto alternativo de vida.

Na estrofe seguinte, a narrativa deixa o vocabulário da economia colonial para operar com um léxico de pertencimento:

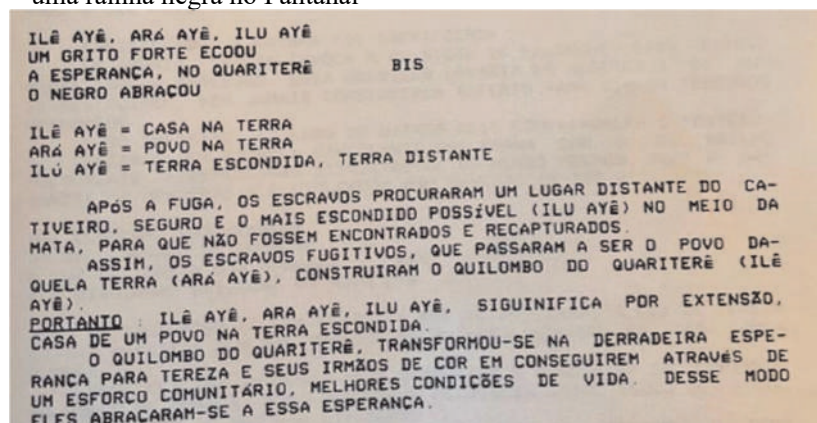
Ilê Ayê, Ara Ayê Ilu Ayê

¹³⁹ A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

Um grito forte ecoou
A esperança, no Quariterê
O negro abraçou (Unidos do Viradouro, 1994).

Aqui, mais uma vez, o samba-enredo cumpre uma função de história pública, ao mediar junto a públicos mais amplos, um vocabulário de resistência entre os afrodescendentes, sobretudo entre os praticantes de religiões de matrizes africanas. A escolha das expressões em Yorubá, *Ilê Ayê*, *Ara Ayê*, *Ilu Ayê*, acionou um repertório afro-referenciado que, no universo do samba, opera como um elemento de ancestralidade. A liberdade, aqui, não seria apenas romper com a escravidão, mas como possibilidade de recompor “casa”, “terra” e “mundo” perdidos a partir do tráfico transatlântico. No *release*¹⁴⁰ explicativo do enredo, documento preparado para orientar a leitura da imprensa e do público, consta uma tradução/justificativa para as expressões empregadas, isto é, produz um pequeno “manual de inteligibilidade”.

Figura 6 - Trecho do *release* da explicação do enredo Tereza de Benguela – uma rainha negra no Pantanal



Fonte: Acervo pessoal de Vera Baggetti e Zuleika Arruda (1993).

De acordo com o *Dicionário Português-Yorubá* (Beniste, 2021), *ilê* significa “casa” e *aiyê* significa “terra”. Por isso, a tradução pode ser entendida como “nossa casa” ou “nossa terra”. No *release*, *Ilu ayê* aparece associada à ideia de “terra da vida” e à saudade dos territórios de origem em África, evocada em cantos de lamento. Ainda que haja pequenas variações entre a explicação do *release* e as definições de Beniste (2021), o ponto relevante para esta pesquisa foi o sentido produzido: ao encontrar o quilombo e

¹⁴⁰ Tive acesso ao *release* a partir de uma cópia datilografada que faz parte do acervo pessoal de Vera Baggetti e Zuleika Arruda. O documento não possui data especificada, mas, de acordo com a cronologia de produção do enredo, deve ter sido entregue à imprensa na primeira metade de 1993 (Ver Figura 6).

reunir-se em comunidade, a experiência da liberdade foi narrada como possibilidade de recriar, nas matas do Guaporé, uma “casa” (*ilê*), uma vida partilhada (*ilu*) e uma “terra” (*ayê*). Essa experiência é reforçada nos versos seguintes:

No seio de Mato Grosso, a festança começava
Com o parlamento, a rainha negra governava
Índios, caboclos e mestiços, numa civilização
O sangue latino vem na miscigenação (Unidos do Viradouro, 1994).

Nessa passagem, o samba celebra a organização política no quilombo ao enfatizar a figura do “parlamento”. Esse termo, carregado de ressonâncias modernas¹⁴¹, funcionou como marcador de institucionalidade. Ao fazê-lo, o samba deslocou um vocabulário historicamente monopolizado pela autodefinição colonial (civilização) e o reinscreveu no interior de uma experiência construída a partir da resistência. O termo “civilização” aparece, aqui, não como um atributo europeu, mas, de maneira reapropriada, para nominar uma forma de vida comunitária insubmissa a ordem colonial. A imprensa da época ecoou e ampliou esse enquadramento ao traduzir o quilombo em termos de governo “progressista” e ao enfatizar o “parlamento” como marca de excepcionalidade política. Em matéria do *Jornal do Brasil*, Tereza foi apresentada como “a primeira rainha a criar uma espécie de parlamento para governar” (*Jornal do Brasil*, n.º 199, 24 out. 1993, p. 4).

Além disso, o verso “o sangue latino vem na miscigenação” introduz um segundo movimento de legitimação: depois de reivindicar o quilombo como “civilização” e “parlamento”, o samba desloca a coesão comunitária para uma chave conciliatória, na qual a mistura aparece como síntese positiva entre “índios, caboclos e mestiços”. Essa formulação dialoga com um repertório muito difundido de imaginação nacional, em que a mestiçagem foi vista como promessa de harmonia e como linguagem de integração.

O problema é que essa promessa, como lembra Kabengele Munanga (2024), não é neutra, pois a tolerância histórica à mistura foi atravessada por um projeto violento de apagamento das diversidades. Ao celebrar a miscigenação como origem “sangue latino” e como destino “raça síntese”, a letra reforça a narrativa “do mito da democracia racial”¹⁴².

A partir desse momento, o samba se volta para o destino trágico da heroína:

A invasão gananciosa, um ideal aniquilava

¹⁴¹ Falarei mais sobre o tema no capítulo 4 desta tese.

¹⁴² Sobre a crítica ao mito da democracia racial, vou me deter com mais vagar no capítulo 3 desta tese.

A rainha enlouqueceu, foi sacrificada
Quando a maldição, a opressão exterminou
No infinito uma estrela cintilou (Unidos do Viradouro, 1994).

Esses versos apresentaram o resumo do drama heroico de Tereza: revolta/loucura/sacrifício/redenção. A “invasão gananciosa”, como síntese da violência colonial, produz uma chave de leitura que se estenderia a outros territórios colonizados na América Latina¹⁴³. É interessante destacar que, no início dos anos de 1990, essa discussão transnacional era pouco conhecida do público brasileiro. O samba, aqui, não “antecipa” a discussão, no sentido de substituir a historiografia, mas evidencia sua capacidade de interpretação social: carnavaliza uma discussão geopolítica e histórica complexa que hoje se tornou central em debates sobre colonialismo/colonialidade, violência estrutural e agência negra.

A estrofe final faz o fechamento em tom profético e redentor:

Vai clarear, oi vai clarear
Um Sol dourado de Quimera
A luz de Tereza não apagará
E a Viradouro brilhará na nova era (Unidos do Viradouro, 1994).

A mensagem final da letra do samba-enredo era de que o espírito de Tereza, “um sol dourado de Quimera”, haveria de voltar à terra encarnando em uma mulher para fazer o Brasil e a própria Escola de Samba brilhar na nova era. Esse ponto fez menção à proximidade do ano 2000 e a virada para o século XXI. O vislumbre de uma “nova era” também cumpriu a função narrativa de transformar a tragédia em exaltação e continuidade. Se, no plano da trama, Tereza foi sacrificada, no plano da memória ela foi eternizada.

O texto de *release* (Trinta, 1993) do samba explicitou que a principal preocupação dos compositores foi tornar a letra o mais descritiva possível do enredo, capaz de orientar a leitura do desfile. Para favorecer a memorização e o rendimento do canto coletivo, a composição recorreu a encadeamentos sonoros e rimas de fácil apreensão, tanto no final de versos e início de outros (passei/atravessei; agonia/rebeldia; miscigenação/invasão), quanto em posições internas (maldição/opressão). Essa dimensão performativa aparece também na recepção registrada pela imprensa: segundo *O Globo* (24 de outubro de 1993),

¹⁴³ Retomarei essa articulação no capítulo 3, ao analisar como o nome de Tereza foi posteriormente conectado às pautas e redes de mulheres negras afro-latino-americanas e caribenhas.

o refrão já era entoado “a plenos pulmões” na quadra da agremiação (ver Anexo G), sinalizando a rápida incorporação da letra ao repertório da escola.

3.4.2 Entre pesquisa e o marketing: a comitiva da Viradouro em Mato Grosso

Em dezembro de 1993, uma comitiva liderada por Joãozinho Trinta esteve em Cuiabá já com o samba-enredo definido e com uma agenda de promoção do enredo *Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal*. A viagem tinha dois objetivos articulados: de um lado, buscava apresentar aos cuiabanos o universo que a Viradouro pretendia levar à Marquês de Sapucaí; de outro, funcionava como ação de *marketing* carnavalesco, um lançamento fora do Rio de Janeiro, desenhado para gerar notícia, imagens e legitimidade narrativa às vésperas do desfile.

A presença da comitiva - em torno de 150 pessoas - foi viabilizada a partir do apoio institucional que o carnavalesco conseguiu com o então prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira. A prefeitura custeou o fretamento de um voo da VASP para transportar do Rio de Janeiro a Cuiabá, integrantes da escola e jornalistas especializados na cobertura do carnaval. A operação foi concebida como um acontecimento midiático, o que ajuda a explicar a repercussão em jornais de grande circulação, como *O Globo* (ver Figura 7).

Figura 7 - Matéria do jornal *O Globo* sobre a vinda da comitiva da Viradouro a Cuiabá (dezembro de 1993)



Fonte: Jornal *O Globo*. Seção, Rio. Sexta-feira, 25 nov. 1993. p. 14.

O primeiro evento público da comitiva foi um show no Ginásio Poliesportivo da UFMT (ver Figura 8 e Anexo I), no qual componentes da Viradouro encenaram um “mini-desfile”, com mestre-sala e porta-bandeira, passistas e bateria. Joãozinho Trinta foi o apresentador da noite e, ao comentar cada quadro do espetáculo, também operou como mediador: explicitou ao público cuiabano aspectos do funcionamento de uma Escola de Samba e da lógica de um desfile no Grupo Especial. O efeito simbólico foi expressivo, tratava-se da primeira vez que uma escola do Grupo Especial carioca desenvolvia um enredo centrado em uma personagem vinculada a Mato Grosso.

Para reconstruir essa sequência de atividades e suas formas de encenação pública, utilizei como fontes o conjunto documental preservado pelo Arquivo Público de Mato Grosso (APMT): 242 fotografias realizadas por Edson Rodrigues, que registrou tanto o show de 11 de dezembro na UFMT (ver Figura 8 e Anexo I) quanto o deslocamento da comitiva pelo rio Cuiabá até Santo Antônio de Leverger, em 12 de dezembro de 1993. As imagens selecionadas neste tópico constituem evidências relevantes, para a análise da

dimensão performática e midiática do evento, bem como as estratégias de divulgação do enredo mobilizadas pela escola.

Figura 8 - Festa de apresentação do enredo no Ginásio da UFMT



Fonte: APMT - Lançamento do samba-enredo da G.R.E.S. Unidos do Viradouro “Tereza de Benguela, uma rainha negra do Pantanal”. Fotógrafo Edson Rodrigues. 11 de dezembro de 1993.

Na Figura 8 é possível visualizar a apresentação do casal de Mestre-Sala e Porta-Bandeira, com Joãozinho Trinta ao fundo, de microfone em mãos, desempenhando o papel de mestre de cerimônias. A memória desse evento reaparece na narrativa de Cláudio Vieira, um dos jornalistas que integrou a comitiva, em um relato que combina suas impressões sobre a recepção local e cenas dos bastidores da comitiva:

Glória Maria desceu de helicóptero no Rio Cuiabá, onde gravou matéria para o *Fantástico*; nós fomos no avião com a Escola, ao lado de Albeniza Garcia, Salete Lisboa, Solange Duarte, Denise Ribeiro, Jorge Marinho e outros colegas. O show na universidade pegou fogo. Ao final, o público invadiu a quadra para sambar ao lado de passistas e baianas, ao som da bateria. As socialites cuiabanas ficaram loucas com os integrantes da comissão de frente, formada por negros tipo NBA (Vieira, 2021).

O depoimento é particularmente revelador porque torna visível algumas dimensões sobre a vinda da comitiva. A menção a repórter Glória Maria e pauta para o *Fantástico* indicam que a viagem era pensada também como pauta nacional, ampliando a

propaganda do desfile para além do circuito carnavalesco. Quando ele menciona que “o público invadiu a quadra para sambar”, ressaltou um aspecto que ajuda a compreender o caráter pedagógico e performativo do encontro, que produziu adesão corporal e afetiva ao enredo. A referência à comissão de frente “formada por negros tipo NBA” revela tanto o vocabulário da época quanto um imaginário que interliga performatividade do carnaval com a exotização de corpos negros. A Figura 8, ao registrar Trinta como mediador da cena e o casal como núcleo ritual, oferece um contraponto visual a essa memória narrada, permitindo cotejar relato e imagem como fontes complementares.

Um dia após esse primeiro momento de “aula-espetáculo” no espaço universitário, ocorreu o segundo eixo performático do lançamento: o cortejo fluvial (ver Figuras 9, 10 e 11). As imagens do APMT registram dezenas de embarcações (lanchas e *jetskis*) transportando membros da Viradouro fantasiados, descendo cerca de 33 km rio abaixo rumo a Santo Antônio de Leverger, acompanhados por ribeirinhos, curiosos e pela imprensa.

Figura 9 - Cortejo fluvial da comitiva da Viradouro no rio Cuiabá



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso - Lançamento do samba-enredo da G.R.E.S. Unidos do Viradouro “Tereza de Benguela, uma rainha negra do Pantanal”. Fotografia Edson Rodrigues. 12 de dezembro de 1993.

A Figura 9 apresenta uma das chalanas utilizadas no cortejo fluvial, na qual passistas e parte da bateria realizaram o trajeto pelo rio Cuiabá. Tanto a Figura 9 quanto a Figura 10 evidenciam o núcleo propagandístico da ação: a chalana com a faixa “Tereza

de Benguela / Uma Rainha Negra no Pantanal / Viradouro”, ladeada pela logomarca da cervejaria patrocinadora.

Figura 10 - Detalhe da faixa promocional do enredo na chalana: *Tereza de Benguela - Uma Rainha Negra no Pantanal - Viradouro*



Fonte: APMT - Lançamento do samba-enredo da G.R.E.S. Unidos do Viradouro “Tereza de Benguela, uma rainha negra do Pantanal”. Fotógrafo Edson Rodrigues. 12 de dezembro de 1993.

Ao chegar a Santo Antônio de Leverger, o cortejo foi recebido com curiosidade e expectativa e a cidade experimentou uma espécie de “carnaval fora de época”, com passistas, foliões e percussionistas ocupando o espaço público.

Figura 11 - “Carnaval fora de época” em Santo Antônio de Leverger: ocupação da Rua 13 de Junho e recepção local da comitiva



Fonte: APMT - Lançamento do samba-enredo da G.R.E.S. Unidos do Viradouro “Tereza de Benguela, uma rainha negra do Pantanal”. Fotógrafo Edson Rodrigues. 12 de dezembro de 1993.

Na Figura 11, vê-se a Rua 13 de Junho tomada pelo cortejo, com os fundos da Paróquia Santo Antônio e a Praça das Bandeiras compondo o cenário. Em pleno 12 de dezembro, a cena lembra dias de folia de Momo. Embora muitas vezes descrita como cidade pacata no cotidiano, Santo Antônio de Leverger é reconhecida por seu carnaval, no qual blocos de rua reorganizam a sociabilidade e ativam um calendário festivo próprio. É por isso que o encontro com a Viradouro ganhou uma dimensão particular: não se tratou apenas de “levar” o carnaval do Rio, mas de produzir um encontro celebrativo entre as diferentes formas de celebrar a festa. O registro evidencia, ainda, a presença de blocos tradicionais de Cuiabá e de Santo Antônio de Leverger, como o *Seu... Que Brilha e o Pau Brilhoso*¹⁴⁴, reforçando o caráter de intercâmbio e de reconhecimento mútuo entre circuitos carnavalescos distintos, o do Rio de Janeiro e o da baixada cuiabana.

3.4.3 Joãosinho Trinta em Vila Bela e a “descoberta” das “herdeiras” de Tereza

O terceiro movimento da viagem concentra a dimensão especialmente sensível para esta tese: a ida de Joãosinho Trinta e parte da equipe à cidade de Vila Bela, com a finalidade de selecionar três moradoras locais que representariam Tereza de Benguela em setores distintos no desfile oficial. O carnavalesco buscava um perfil específico: mulheres negras, de pele escura, de alta estatura, bonitas, nascidas na cidade e com idades distintas.

Segundo a tradição oral com a qual tive contato nas várias visitas¹⁴⁵ ao município, a presença da comitiva da Viradouro agitou a pequena cidade. Para a escolha das “Terezas” foi realizado um concurso que teve a adesão de 50 candidatas, com inscrições, inclusive, de mulheres que já não residiam em Vila Bela. A logística do certame contou com o apoio da Secretaria de Cultura e turismo de Mato Grosso e da Secretaria de Cultura de Vila Bela. A seleção foi acompanhada de perto pelo então presidente da Viradouro, José Carlos Monassa. As eleitas foram: as irmãs Inês e Tereza Geraldês e Vitória Márcia Gonçalves, com idades de 24, 38 e 25 anos respectivamente.

¹⁴⁴ *Seu... Que Brilha e Pau Brilhoso* são blocos tradicionais em Santo Antônio de Leverger - MT.

¹⁴⁵ Embora utilize aqui a palavra “visitas”, trata-se, na verdade, de uma relação com a cidade construída desde 2010, marcada por respeito, afeto e diálogo contínuo. Em 2018, recebi o título de cidadã vilabelense em reconhecimento aos projetos e atividades educacionais que desenvolvi na cidade. Essa relação de longa duração também orienta o cuidado ético desta pesquisa.

Foi a partir desse episódio que se produziu um deslocamento decisivo na circulação pública do enredo: as “representantes” de Tereza passaram, em diversos registros jornalísticos, a ser nomeadas como suas “descendentes diretas”. A repetição dessa narrativa em veículos distintos construiu uma espécie de “verdade de imprensa”, um enunciado reiterado que ganhou estabilidade social e afetiva, mesmo sem apresentação de lastro documental demonstrável.

A intensificação midiática dessa narrativa foi reforçada por eventos de apresentação pública das representantes da “linhagem” de Tereza de Benguela às vésperas do desfile. Atuando como um dos principais palcos dessa repercussão, o jornal *O Globo* publicou, em 5 de fevereiro de 1994, uma reportagem de página inteira intitulada *De Mato Grosso para a Marquês de Sapucaí: Joãozinho Trinta apresenta suas três 'Terezas'*. Na matéria do *O Globo*, o carnavalesco se colocou à frente das “Terezas”, uma disposição cênica para a imprensa reafirmava sua postura de mediador e protagonista: era ele quem “apresentava” a herança histórica ao Brasil (ver Anexo J).

Na Figura 12, é possível as três “Terezas”: Inês Geraldês, Tereza Geraldês e Vitória Gonçalves posaram para a imprensa tendo o pavilhão da Viradouro ao fundo.

Figura 12 - Apresentação das “Terezas” de Vila Bela



Fonte: *Revista Veja* (Rio, fev. 1994)¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Optei por apresentar, nesta figura, o registro fotográfico veiculado pela revista *Veja* Rio (fev. 1994), em detrimento da imagem publicada pelo jornal *O Globo* (ver Anexo J), devido à precariedade da resolução

A mesma linha editorial foi seguida pela revista *Manchete* (12 de fevereiro de 1994, n. 2184) com a narrativa de que as “descendentes” foram “localizadas” pelo carnavalesco:

O homem que colocou o nu na passarela foi buscar os destaques da Unidos de Viradouro em Vila Bela da Santíssima Trindade, alto Guaporé, Mato Grosso. Tereza Geraldês, Inês e Vitória Márcia, os destaques principais dos três carros da escola são descendentes da personagem tema do enredo, Tereza de Benguela. Uma rainha negra no Pantanal. Localizadas por Joãozinho Trinta na cidade de Vila Bela, cuja população em sua maioria é negra e descendente do Quilombo do Quariterê, chefiado pela rainha negra. Tereza, Inês e Vitória Márcia vêm de rainha e princesas, com indumentárias trazidas de Benguela, África, pela pesquisadora Iracy Carise. É ou não é um luxo? (*Manchete*, 12 fev. 1994. n. 2184, p. 12, grifo próprio).

O trecho destacado é emblemático pelo modo como a revista organizou a narrativa. Primeiro, porque não mencionou que as “Terezas” foram escolhidas para compor o *casting*, e não “descobertas”. Segundo, porque a revista consolidou o “são descendentes” não como hipótese, mas como enunciado de fato. Terceiro, porque a afirmação foi ampliada por uma generalização “população em sua maioria é negra e descendente do quilombo”, usada para validar ainda mais a presença das vilabelenses no desfile. Por fim, a frase “vêm de rainha e princesas” demarcava as posições de cada uma no desfile. A citação do nome de Iracy Carise, pesquisadora da Escola de Belas Artes e estudiosa de máscaras africanas, também conferiu legitimidade à narrativa e à formulação dos adereços e adornos “à moda de Benguela”.

Já o *Jornal do Brasil* operou de modo semelhante, mas acionou outro mecanismo de credibilização: a precisão numérica e a linguagem de parentesco para produzir verossimilhança (“tetranelas”, idades, nomes), convertendo a matéria em uma espécie de reportagem sobre a linhagem real descoberta:

Meses atrás, quando Joãozinho Trinta esteve em Mato Grosso pesquisando o enredo, descobriu que as irmãs Tereza, 38 anos e Inês Geraldês, 24 anos, são tetranelas de Tereza de Benguela. E que Vitória Gonçalves, 25 anos, também descendente da rainha negra do enredo da Viradouro. Desde então, a vida dessas mulheres começou a mudar. Em vez de brincar o carnaval em Vila Bela, elas foram trazidas para o Rio e vão encarnar na Sapucaí, três das sete Terezas de Benguela que

desta última. A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

Joãosinho Trinta vai colocar na avenida (*Jornal do Brasil*, 13 fev. ed. 309, 1994, grifo próprio).

Aqui, a “descoberta” também foi reforçada por marcas de factualidade típicas do registro jornalístico: nomes completos, idades, categoria genealógica “tetranelas” e um antes/depois “desde então, a vida dessas mulheres começou a mudar”. O jornal construiu uma mini narrativa de transformação social, na qual a passagem de Vila Bela ao Rio aparece como um salto evolutivo na vida das mulheres. Além disso, o texto fixa o enunciado da descendência ao vinculá-lo diretamente à pesquisa do enredo “quando [...] pesquisando [...] descobriu que”, como se o procedimento de pesquisa implicasse automaticamente comprovação documental. O que se vê, portanto, é a constituição de um distorcionismo: um enunciado reiterado e sustentado por recursos de credibilidade para legitimar uma narrativa de que haveria uma continuidade consanguínea de Tereza de Benguela.

A escolha das três “descendentes” de Tereza agregou ao desfile uma camada de emoção e pertencimento, mas também favoreceu a consolidação de uma narrativa genealógica documentalmente problemática que passou a circular como se fosse evidência real. Cientificamente falando, esse é um ponto delicado que exige cuidado metodológico e ético. Como pesquisadora e mulher negra, vejo com alegria a consolidação de uma narrativa segundo a qual as mulheres que se insurgem contra sistemas de opressão tem se identificado como “herdeiras do legado” de Tereza de Benguela. No entanto, como historiadora que trabalha com evidências, considero importante pontuar que – até o momento em que esta tese foi escrita - não é conhecida a existência de documentos que comprovem a descendência sanguínea direta de Tereza de Benguela.

Assim como também não há registro de que os restos mortais de Tereza tenham sido preservados para que seja possível fazer coleta de amostras de DNA, de modo que não é possível afirmar que haja descendentes de Tereza, geneticamente falando. Embora sem lastro documental e científico, a narrativa da existência de descendentes de Tereza, segue sendo acionada em registros jornalísticos recentes (Arruda, 2024).

3.5 Análise do desfile: desenvolvimento do enredo e estrutura visual

A partir da análise das reportagens publicadas no período, é plausível inferir que a imprensa mostrou mais interesse no processo criativo do carnavalesco do que na história

de Tereza propriamente dita. Depois de um ano ausente dos desfiles, a expectativa em torno de como Joãozinho Trinta apresentaria o enredo na Marquês de Sapucaí era grande. Com a matéria intitulada *Delírio de uma rainha negra no enredo mágico*, o *Jornal do Brasil* (13 fev. 1994, p. 1) anunciou o desfile da Viradouro como uma promessa de revelação histórica e de grande impacto cênico. O texto defendeu o ineditismo da proposta ao afirmar que “pouca gente” conhecia Tereza e que isso mudaria quando a escola contasse “ao Brasil e ao mundo” a história da “rainha que virou escrava” (*Jornal do Brasil*, 13 fev. 1994, p. 2).

Ao mesmo tempo, a matéria deslocava o interesse do tema para o modo de narrá-lo: a “maior missão” do carnavalesco seria “mostrar a loucura de Tereza” e, por meio dela, “revelar o rico e desconhecido folclore” do Centro-Oeste (*Jornal do Brasil*, 13 fev. 1994, p. 1). A revista *Manchete* (19 fev. 1994, n.º 2.185) reforçou esse enquadramento ao definir o enredo como um “delírio histórico” que atravessaria a Pérsia, a Mongólia e a Europa medieval antes de chegar ao Pantanal.

Essa mesma chave de leitura, já apresentada na sinopse e na letra do samba, orientou o documento oficial da escola. No *Abre-Alas* consta que toda a concepção do enredo foi elaborada “sob o enfoque da loucura”, em um “plano de alucinação” no qual “o compromisso com o real fica livre” e restam apenas “algumas referências como pontos de lembrança” para guiar uma “louca viagem de 80 minutos” (LIESA, 1994, p. 89). Tratava-se de uma advertência que funcionou também como instrução de julgamento¹⁴⁷: o carnavalesco tentou legitimar a licença poética como regra interna do desfile, orientando o olhar do público e, sobretudo, dos avaliadores. Afinal, para além do entretenimento e da crítica à história oficial, o que estava em “jogo” era a disputa por um título inédito para a Viradouro.

Para compreender como essa narrativa se materializou na Marquês de Sapucaí, a plástica do desfile é analisada a seguir, organizada por setores. Este exame ampara-se em um *corpus* documental composto pelo roteiro oficial do *Abre-Alas*, por registros fotográficos¹⁴⁸ e pelos elementos visuais capturados nas transmissões televisivas originais do evento, realizadas à época pela TV Globo e pela extinta TV Manchete¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Em 1994, o regulamento dos desfiles das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro estabeleceu a avaliação de 10 quesitos: enredo, samba-enredo, comissão de frente, mestre-sala e porta-bandeira, alegorias e adereços, fantasias, bateria, harmonia, evolução e conjunto (LIESA, 1994).

¹⁴⁸ Refiro-me ao conjunto de 215 fotografias do desfile da Unidos do Viradouro de 1994, salvaguardadas no acervo do Centro de Memória do Carnaval da LIESA, as quais tive acesso para a pesquisa desta tese.

¹⁴⁹ Os registros audiovisuais das transmissões televisivas foram acessados por meio de repositórios digitais na plataforma *YouTube* e encontram-se integralmente listados nas referências deste trabalho.

A narrativa visual idealizada por Joãozinho Trinta começou a se materializar logo na abertura da escola. O carnavalesco assumiu a posição de apresentador do desfile, posicionando-se à frente do “Pede Passagem”. Na Figura 13 é possível visualizar Joãozinho de braços abertos e o letreiro: “O G.R.E.S Unidos do Viradouro saúda o povo, juízes, a imprensa escrita, falada e televisionada. Pede Passagem e apresenta: Tereza de Benguela uma rainha negra no Pantanal”.

Figura 13 - Joãozinho Trinta apresenta o desfile à frente do *Pede Passagem* da Viradouro



Fonte: Acervo pessoal de Wigder Frota (1994).

Ao se colocar fisicamente como o primeiro elemento visual da agremiação, Trinta instituiu a si mesmo como o grande mediador da narrativa. Essa performance inicial não é um detalhe fortuito, mas uma forte demarcação de autoria. Para reforçar a atmosfera de um cenário onírico e materializar o tom de delírio proposto pelo carnavalesco, o desfile contou com efeitos especiais¹⁵⁰. Acoplado à parte de baixo das alegorias, havia um dispositivo que aspergia gelo seco no sambódromo, gerando um efeito de nuvem na pista. A estratégia cênica que foi replicada em outros carros alegóricos, ao longo do desfile, a névoa branca tomou conta da Sapucaí.

¹⁵⁰ Viradouro invade a passarela com efeitos especiais. *Revista Manchete* – 19 de fevereiro de 1994. Revista Semanal. n.º 2.185, ano 42, p. 22.

A comissão de frente, formada por 15 bailarinos negros (ver Figura 14) representava “a cultura africana transposta para o Centro-Oeste”. O impacto visual ficou a cargo dos adereços de cabeça que tinham a forma de Tuiuiús - ave símbolo do Pantanal - como elemento central. Aqui, o quilombo do Quariterê foi deslocado de sua localização histórica no Vale do Guaporé, para o imaginário pantaneiro, mobilizando a visualidade de elementos do “folclore” regional de forma idílica, em detrimento da precisão geográfica e histórica do território onde Tereza viveu.

Figura 14 – Integrantes da Comissão de Frente representando a cultura africana no Pantanal cujo símbolo é o Tuiuiú



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994.

Logo em seguida, veio uma alegoria em formato de máquina do tempo, convidando os presentes a embarcarem em uma travessia histórica que, ao longo dos cinco primeiros setores, contaria a origem da Viola-de-Cocho, elemento assumido como o narrador da trajetória de Tereza. Visualmente, a alegoria (ver Figura 15) apresentava elementos de diferentes culturas (elementos da Pérsia, jacarés do Pantanal) em um mesmo conjunto. Um dos destaques vivos do carro foi Talita Monassa, mulher do presidente da Escola, e sua fantasia (em dourado e roxo) contrastava com o prateado predominante do conjunto.

No centro do carro, o elemento alegórico de maior destaque era uma imponente efígie prateada de Tereza. A composição distribuiu a representação do parlamento do Quariterê pelas laterais (ver Figura 16), formado por 72 componentes posicionados de modo a formar um “colar humano” em torno da escultura monumental. À frente deste parlamento cenográfico, personificando a líder quilombola, desfilou Inês Geraldês.

Figura 15 - Vista panorâmica do Abre-Alas do desfile da Viradouro - 1994



Fonte: Acervo *O Globo*. Fotografia de Cezar Loureiro, 13 fev. 1994.¹⁵¹

¹⁵¹ A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

Figura 16 - Vista lateral do carro *Abre-Alas* com a representação do *Parlamento do Quariterê*



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994.

A partir dessa introdução mítica, o setor 1 foi estruturado sob a premissa de apresentar as “imagens gravadas na memória de Tereza”. As 2 primeiras alas desse setor eram coreografadas e representaram a “realeza ancestral”. Os componentes dos grupos de dança *Força Negra* e *Ifê Ominirá* performaram gestualidades associadas a danças sagradas Yorubanas.

Neste mesmo setor, o tratamento visual conferido à ala das baianas (ver Figura 17) atuou como um elemento de forte impacto simbólico. Exigência obrigatória na estrutura das agremiações e reconhecidas como as grandes matriarcas que fundamentam o Carnaval, elas desfilaram fantasiadas como “o relicário das tradições do Quilombo do Quariterê” (LIESA, 1994, p. 89).

Figura 17 - Ala das baianas representando o *reliquário das tradições do Quilombo do Quariterê*



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994.

As baianas giraram na Avenida portando coroas em suas cabeças e pássaros tuiuiús fixados em suas amplas saias. Essa composição costurou, no próprio corpo das matriarcas do samba, a soberania atribuída a Tereza e a fauna símbolo do Pantanal. A bateria, por sua vez, assumiu o papel de âncora simbólica desse enquadramento. Ao se apresentar fantasiados como *Raízes Afros* (ver Figura 18), os músicos representaram, rítmica e corporalmente a presença ancestral dos batuques africanos.

A plástica geral do setor redirecionou a imagem da cultura negra, afastando-a das imagens de escravidão e sofrimento e reinscrevendo-a em um registro ancorado na opulência festiva.

Figura 18 - A bateria da Viradouro fantasiada de *Raízes Afro*



Fonte: Montagem elaborada pela autora a partir de fotografias do acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994.

Na lógica estrutural do desfile, cada carro alegórico marca o encerramento de um setor e inaugura o escopo narrativo do seguinte. Nessa transição, o carro intitulado *Das raças* explicitou uma operação narrativa central ao enredo: a positivação da miscigenação como ideal político (ver Figura 19):

Figura 19 – “Tereza” de Benguela em primeiro plano no carro *Das Raças*



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994¹⁵².

A mulher que representa Tereza nesse carro aparece fantasiada como “Tereza de Benguela no sonho”, formulação que reforça a atmosfera onírica proposta pelo enredo. Na fotografia, a alegoria se organiza em diferentes planos visuais: no alto, figuras

¹⁵² A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

monumentais em branco, dourado e vermelho, coroas, plumas, adereços solares e esculturas douradas constroem uma cena de exaltação, realeza e sacralização. A presença de Tereza em posição elevada reforça a estratégia de multiplicação da protagonista, transformando-a menos em indivíduo histórico singular e mais em imagem-símbolo de força, continuidade e poder feminino. Ao mesmo tempo, a base do carro é ocupada por componentes com fantasias de plumas, brilho e forte exposição corporal, associando povos indígenas, natureza, exuberância e festa.

Segundo a ótica apresentada na ficha técnica, a alegoria *Das Raças* representava “as etnias do branco, do índio e do negro”, sintetizando a formulação do carnavalesco de que “o grande sonho de Tereza foi a união das raças para criar, mais tarde, a raça síntese através da miscigenação” (LIESA, 1994, p. 89). Em termos de disputa narrativa sobre o passado, trata-se de uma escolha que traduziu o quilombo como espaço de integração e harmonia, aproximando a experiência do Quariterê de uma leitura conciliatória da formação nacional brasileira.

Para compreender os limites políticos dessa representação, o pensamento de Lélia Gonzalez (1984) oferece um contraponto incontornável. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a autora demonstra que a exaltação da miscigenação opera como uma das roupagens do mito da democracia racial, funcionando como mecanismo de negação da violência estrutural e do racismo. Assim, embora a alegoria exalte Tereza de Benguela como rainha e símbolo de resistência, sua gramática visual e narrativa também reinscreve a experiência quilombola em uma chave pacificada, na qual tensões coloniais, conflitos raciais e assimetrias de poder são suavizados em nome da “união das raças”.

A potência da homenagem convive, portanto, com os limites de uma representação que transforma o quilombo em imagem de conciliação nacional. Em vez da líder que orquestrou a resistência armada e política no Guaporé contra o Estado colonial, o delírio da Avenida reconfigurou Tereza como uma operadora mítica da paz, redirecionando a sua trajetória para que coubesse na narrativa “positiva” da miscigenação. A majestade concedida a Tereza no enredo de Joãozinho Trinta obedeceu, portanto, à mesma estrutura ilusória denunciada por Gonzalez (1984): exalta-se a “rainha” no tempo efêmero do espetáculo, desde que a sua verdadeira história de insubmissão permaneça silenciada.

No segundo setor, houve o deslocamento da história para a Pérsia, onde, de acordo com o delírio criativo do enredo, a Viola-de-Cocho teria surgido há 8.000 anos. Três alas compõem essa passagem, culminando no terceiro carro alegórico, com monumentos

persas e figuras híbridas, com destaque para animais antropomórficos. Essa odisséia ficcional intercontinental avançou pelo Setor 3, que encenou a presença do alaúde na Mongólia como um “instrumento sagrado tocado pelos deuses” (LIESA, 1994, p. 90). Três alas mobilizaram símbolos asiáticos para sustentar esse deslocamento, e o carro n.º 4 encerra o setor com a representação de um ritual sagrado, no qual o instrumento atua como elemento central.

Na sequência, o Setor 4 marcou a chegada do instrumento à Europa medieval, “tocado pelos trovadores” (LIESA, 1994, p. 90), e o quinto carro finalizou essa passagem com a representação de um palácio e sua corte. A análise dessa sequência revela como a estética eurocentrada se sobrepôs à história “amefricana”: para justificar a plástica grandiosa na Avenida, a trajetória quilombola de Tereza foi eclipsada por uma viagem em que as “raízes” europeias da Viola-de-Cocho assumiu o verdadeiro protagonismo. Do ponto de vista historiográfico, a operação foi produtiva como chave formal do “delírio”, mas tensionou o lugar do Quariterê e do Vale do Guaporé, que passaram a funcionar mais como destino simbólico da viagem do que como eixo histórico do enredo.

A partir do Setor 5, com a chegada do alaúde a Mato Grosso, o instrumento foi apropriado pelos caboclos pantaneiros e rebatizado com o nome que o consagraria: Viola-de-Cocho. Só, a partir de então, a narrativa assumiu com maior centralidade: a história de Tereza de Benguela. Para compor este setor, duas alas representaram a natureza do Pantanal e outras duas figuraram uma nobreza africana (identificada na ficha técnica pela expressão “comunidade Afro” (LIESA, 1994, p. 90).

Pela plástica apresentada, é possível compreender que, para o carnavalesco, a estética “afro” compreendeu a utilização de materiais como a ráfia e tecidos de padronagens geométricas, estampas coloridas, penteados trançados e artes corporais. As escolhas cromáticas priorizaram o branco, o vermelho, a prata e o dourado, denotando um caráter duplamente político: ao mesmo tempo em que reverenciavam o pavilhão da escola (vermelho e branco), impunham uma visualidade de luxo e riqueza ancestral.

O sexto carro alegórico representou o quilombo do Quariterê, mas repetiu os elementos do parlamento apresentados no carro Abre-Alas (ver Figura 16). A intencionalidade do carnavalesco, neste ponto, foi exaltar a existência do parlamento. O grande destaque da alegoria foi a presença de Tereza Geraldês, descrita como “descendente direta” e “sangue vivo” (LIESA, 1994, p. 90). É importante registrar que essas expressões de afirmação de consanguinidade constam no texto do Abre-Alas entregue aos jurados e foram lidas durante a transmissão televisiva do desfile.

No Setor 6, a narrativa voltou-se aos povos originários. Nota-se, na ficha técnica (Figura 20), o uso da palavra “índios”; trata-se de um termo cuja utilização era corrente à época, mas, contestado atualmente devido a sua carga colonial. Joãozinho Trinta os apresenta como “os senhores das terras de Mato Grosso”, mencionando especificamente os povos *Kadiwéu* e *Bororo*, descritos no roteiro como “protegidos por Tereza de Benguela” e participantes ativos de um “trabalho de integração das etnias” (LIESA, 1994, p. 90). Ao traduzir a presença indígena por meio de um léxico integracionista “proteção” e “integração”, o enredo mobilizou novamente a retórica da conciliação para suavizar a assimetria e a violência das relações coloniais. Duas alas representaram as nações mencionadas, acrescidas de uma ala infantil vinculada à lenda da criação do arco-íris na tradição *Kadiwéu*.

Figura 20 – Plano geral do carro alegórico “Índios”



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994¹⁵³.

¹⁵³ A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original. Nesta imagem específica, foi acrescentada uma tarja sobre a região dos seios, como escolha ética de apresentação, a fim de não reforçar a objetificação do corpo feminino negro no contexto da análise.

A alegoria dedicada aos povos indígenas fechou o setor com mais uma das “Terezas” à frente do carro, conduzindo a cena. A estrutura em cerâmica, os papagaios, tuiuiús, plumas, fumaça e efeitos de gelo seco compunham uma paisagem onírica, associada ao delírio proposto pelo enredo, ao mesmo tempo em que reforçavam a narrativa de uma celebração harmoniosa entre mulheres, crianças e povos indígenas.

No entanto, essa composição também revela uma tensão importante. A presença feminina é majoritária, mas as mulheres negras e “índias” aparecem com os seios à mostra, inscritas em uma estética carnavalesca que mobiliza a nudez feminina como recurso de espetáculo, prática comum nos desfiles da década de 1990. À luz das reflexões de Lélia Gonzalez (1984), é possível perceber como o carnaval brasileiro historicamente participa da fetichização do corpo feminino negro, convertendo a figura da “mulata” em objeto de desejo, consumo e exibição pública. Nesse regime de representação, a mulher negra é celebrada enquanto corpo disponível à fantasia nacional, mas segue desautorizada como sujeito político pleno.

Assim, embora o carro alegórico exalte Tereza de Benguela como rainha e símbolo de resistência, sua gramática visual também reinscreve mulheres negras e indígenas em códigos de erotização, exotização e disponibilidade corporal. A alegoria, portanto, não apenas celebra sua memória; ela também evidencia os limites e contradições de uma pedagogia pública produzida no interior do espetáculo carnavalesco, na qual a potência política da rainha quilombola convive com imagens que tensionam a própria homenagem que o enredo pretendia realizar. A ambivalência é central: o desfile amplia a visibilidade de Tereza e coloca uma mulher negra no centro da narrativa, mas o faz dentro de uma linguagem atravessada por padrões antigos de representação racializada e sexualizada.

O penúltimo movimento do desfile deslocou a atenção para uma grande homenagem ao folclore de Mato Grosso, organizada em três alas. A primeira representou a dança do *Boi à Serra*, em diálogo com a tradição do *Boi Bumbá*; a segunda trouxe a fantasia *Cavallhada*, remetendo às encenações de “mouros”¹⁵⁴ e cristãos na festa de Poconé; e a Ala da Paz apresentou a *Dança do Congo*, vinculada à *Festança* de Vila Bela e ao confronto simbólico entre os reinos africanos do Congo e de Bamba. O oitavo carro encerrou esse bloco sob o título *Arca de Noé no Pantanal* (Figura 21) e apresentou uma

¹⁵⁴ A expressão “mouros e cristãos” é uma categoria histórica e festiva de matriz ibérica, recorrente em cavalcadas brasileiras, que dramatiza conflitos associados às guerras de Reconquista. Seu uso aqui é descritivo, como termo nativo da festa, sem endosso de estereótipos religiosos ou étnicos.

síntese visual da ideia de Mato Grosso proposta pelo enredo: o Pantanal como reduto da natureza e da cultura popular.

Figura 21 – Plano geral do carro alegórico *Arca de Noé no Pantanal*



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Carnaval - LIESA. Desfile da Viradouro, 13 fev. 1994¹⁵⁵.

A alegoria construiu uma paisagem de “salvaguarda” da cultura mato-grossense ao reunir animais, girassóis e signos de devoção e tradição, como São Benedito e a Viola-de-Cocho como parte da “arca”. Nesse quadro, a presença de “Tereza” à frente do carro é decisiva, pois sua figura não apenas representa o passado, mas orienta simbolicamente o conjunto, conectando natureza e cultura, festa e memória.

O que este setor mobilizou foi um gesto complexo de tradução cultural. Ao converter práticas mato-grossenses em emblemas visualmente reconhecíveis, o enredo tornou possível uma leitura imediata para o público da avenida, mas, ao mesmo tempo, acabou por homogeneizar diferenças. Ao aglutinar manifestações culturais de regiões

¹⁵⁵ A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

distintas do estado - Vale do Guaporé, Pantanal e Baixada Cuiabana - em um mesmo plano estético, gerou uma ideia equivocada sobre manifestações que têm raízes em territorialidades específicas e circuitos próprios de transmissão.

Essa ambivalência fica ainda mais evidente no setor *Grand Bal Masqué*, referência às festas realizadas quando Vila Bela era capital, no século XVIII. O nono carro reproduziu o Palácio dos Capitães-Generais, apresentado “com a exuberância e suntuosidade do barroco” e “com muito ouro retirado com o sacrifício dos escravos” (LIESA, 1994, p. 91). Já o décimo carro, inteiramente construído em tons dourados, encenava a destruição do quilombo, descrita como tão violenta que teria levado Tereza à loucura. Ao dramatizar a “luxúria e ostentação” da Coroa portuguesa, o carnavalesco ensaia uma inflexão crítica, mas a realiza por meio da própria gramática visual da opulência barroca.

Há nesse ponto uma contradição performativa: a denúncia da ordem colonial predatória é apresentada com os mesmos códigos estéticos que a celebram. O resultado é que o luxo tende a capturar o olhar e, em parte, a deslocar a crítica política para a suntuosidade carnavalesca.

O último setor do desfile, sob o título *Loucura e Exaltação*, materializa o ápice do delírio criativo de Joãozinho Trinta. O desfecho do espetáculo apresentou uma espécie de revanche histórica: na imaginação do carnavalesco, os monarcas de impérios americanos dizimados pela ganância colonial - como Atahualpa, do Império Inca, e Montezuma, do Asteca - uniram-se a Tereza de Benguela em um pacto para amaldiçoar os colonizadores. A cenografia do setor foi composta por alas da comunidade que representaram as “diabladas bolivianas, demônios astecas, carrancas furiosas e fantasmagóricas do Pantanal” (LIESA, 1994, p. 92), personificando o tormento daqueles que pilharam o ouro.

Figura 22 - Carro alegórico *loucura e exaltação* de Tereza de Benguela



Fonte: Acervo *O Globo* (*Agência O Globo*). Foto: Cezar Loureiro, 13 fev. 1994¹⁵⁶.

A composição da última alegoria (Figura 22) trouxe Vitória, uma das “Terezas” de Vila Bela, emoldurada por tuiuiús a seus pés e ladeada por dois destaques masculinos representando os monarcas Atahualpa e Montezuma. A presença da efígie dourada no topo do carro simboliza a transfiguração da protagonista em divindade. O “delírio” final de Joãozinho Trinta culminou em uma promessa messiânica: tal como evocado no samba-enredo, a luz de Tereza jamais se apagaria, pois ela retornaria para promover a justiça social no Brasil e para sagrar a Viradouro campeã do carnaval.

Embora o tema do enredo tenha sido centrado em Tereza de Benguela, o desfile funcionou, na prática, como um dispositivo de articulação de temas mais amplos: história colonial, escravidão, América Latina, cultura popular e protagonismo negro. Nesse sentido, a personagem foi tomada como eixo simbólico a partir do qual diferentes culturas e temporalidades foram apresentadas em cena. A recorrência de sete mulheres negras “encarnando” a soberana, todas vestidas de branco e com adereços de cabeça que aludiam a coroas, reforçou essa operação. A multiplicação de “Terezas” na avenida evocou um protagonismo feminino de caráter exemplar e transversal ao longo de todo o cortejo.

¹⁵⁶ A imagem foi tratada digitalmente com auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial Gemini 2.5 Flash, em fevereiro de 2026, para aprimoramento de nitidez e melhor leitura dos detalhes. A intervenção limitou-se à restauração digital, sem alteração intencional do conteúdo histórico representado, preservando a composição, os elementos visuais e a integridade do registro original.

A recepção da imprensa após o desfile ressaltou a força plástica das alegorias e adereços, fato também mencionado nas transmissões televisivas das Tvs *Globo* e *Manchete*. Na crônica carnavalesca, o desfile foi descrito como “arreatador” (*O Globo*, 15 fev. 1994). Na apuração do Grupo Especial, a Viradouro obteve pontuação máxima em “alegorias e adereços e fantasias” (três notas 10 em ambos os quesitos), confirmando o impacto visual como um de seus trunfos centrais. Ainda assim, perdeu décimos justamente nos quesitos que aferem a consistência narrativa e musical do projeto - enredo e samba-enredo -, o que sinaliza, do ponto de vista dos jurados, um descompasso entre a exuberância estética e a amarração da história e de sua tradução cantada (ver Anexo K). Apesar disso, a escola alcançou o 3º lugar na classificação geral, sua melhor colocação até então no carnaval do Rio de Janeiro (ver Anexo L).

A partir do enredo da Viradouro, de 1994, o nome de Tereza de Benguela ganhou visibilidade nacional. A escola contribuiu significativamente para ampliar seu reconhecimento público, inclusive em Mato Grosso e em Vila Bela, onde sua história também passou a ganhar maior projeção a partir do desfile. Essa visibilidade, contudo, não pode ser lida como neutra. Ela foi construída a partir das gramáticas culturais e políticas disponíveis naquele momento, por meio de escolhas estéticas, recortes narrativos e traduções simbólicas que favoreceram simplificações, deslocamentos territoriais e mitificações, sobretudo quando a liderança quilombola foi reorganizada por chaves como conciliação racial, excepcionalidade heroica e monumentalização do Pantanal.

Essa operação produziu um efeito duplo: abriu possibilidades de identificação e reconhecimento, mas também fixou enunciados e imagens que passaram a operar como uma espécie de “biografia pública” de Tereza. Ao longo deste capítulo, busco evidenciar esse processo como construção, destacando a importância da mediação historiográfica diante de uma memória produzida no interior do espetáculo. A análise proposta, portanto, não se orienta pela desqualificação do desfile, mas pelo exame de seus efeitos: trata-se de compreender como essa memória espetacular pode ser lida criticamente sem retirar dela sua potência de invenção, visibilidade e disputa.

3.6 A Tereza da Sapucaí: figurações e sentidos de uma Rainha Negra no Pantanal

Quando a Viradouro levou Tereza de Benguela à Sapucaí, em 1994, sua história não foi apenas narrada: foi visualmente construída, traduzida e oferecida ao público por meio das gramáticas do espetáculo carnavalesco. A combinação entre o argumento do

enredo, a letra do samba, a plástica do desfile e a circulação midiática organizou um repertório que passou a orientar leituras públicas sobre Tereza. Nessa operação, a liderança quilombola foi figurada como personagem capaz de interpelar o presente, mas essa representação também foi atravessada pelos procedimentos próprios do carnaval: síntese, monumentalização, dramatização e produção de imagens de forte impacto visual.

Em 1998, ao rememorar o carnaval de 1994, Joãozinho Trinta recolocou em palavras a matriz interpretativa que já estruturava o enredo ao associar Tereza a uma promessa de “poder feminino” projetada sobre o novo milênio:

Deixa eu contar uma coisa. Em 1994 fiz um enredo para a Viradouro. Tereza de Benguela, uma Rainha Negra no Pantanal. Essa figura me fascinou: uma escrava africana levada para o Alto Pantanal, a Vila Santíssima Trindade, nobre de Benguela, de Angola. [...]O quilombo prosperou tanto, na agricultura e o no artesanato, que os portugueses decidiram acabar com aquilo senão todo mundo ia pra lá. Minha admiração por essa mulher se tornou tão forte! já havia lido livros da Chris Griscom, guru da Shirley McLaine, autora de *O Poder Feminino*, dizendo que no próximo milênio a energia vai se concentrar na Terra. É o poder da mulher que tem as dores do parto, que tem mais sensibilidade que o homem, que é muito mais honesta. Escrevi um texto para ser lido na avenida, mas na hora [do desfile] não deu, nele eu pedia a Teresa de Benguela que voltasse e impregnasse uma outra mulher com sua inteligência, com sua clarividência iluminada, e fizesse essa mulher governar o Brasil (Trinta, 1998, grifo próprio).

O excerto é revelador porque explicita a centralidade da autoria e da mediação na construção pública de Tereza de Benguela. Trinta não apenas escolheu um tema para a avenida: ele formulou uma chave de leitura que reorganizou a personagem em termos de soberania, profecia, poder feminino e exemplaridade. Em sua interpretação, Tereza aparece como mulher africana, nobre de Benguela, governante de um quilombo próspero e portadora de uma força capaz de atravessar o tempo. Essa leitura, embora marcada por imprecisões históricas já discutidas nesta tese, evidencia como o enredo operou a partir de uma lógica de encantamento e projeção simbólica.

Ao afirmar que desejava pedir a Tereza que “voltasse” e impregnasse outra mulher com sua “inteligência” e “clarividência iluminada”, Joãozinho desloca a personagem do século XVIII para o tempo presente, convertendo-a em orientação para o futuro. Tereza deixa de ser apenas tema histórico e passa a funcionar como força política imaginada, capaz de anunciar uma nova era de poder feminino.

Essa perspectiva reaparece em 2001, quando Joãozinho Trinta, ocupando o lugar de intelectual público, contribuiu com um capítulo na coletânea *Para entender o Brasil*¹⁵⁷. Ali, reafirmou a importância histórica de Tereza de Benguela e retomou uma das imagens centrais de sua leitura: a expectativa de que o terceiro milênio fosse governado por uma mulher¹⁵⁸ (Trinta, 2001, p. 141). A partir do conjunto documental mobilizado neste capítulo, incluindo sinopse, *Abre-Alas*, samba-enredo, plástica do desfile e circulação midiática, foi possível descrever, em camadas, os sentidos que o enredo de 1994 ajudou a construir e fazer circular.

Trinta apostou na estratégia da multiplicação da protagonista: as “sete Terezas” da Avenida ampliaram a identificação com a personagem e transformaram sua imagem em emblema coletivo, como se houvesse “muitas Terezas” em circulação. Ao mesmo tempo, essa operação também inseriu a liderança quilombola em uma chave de exemplaridade mitificada. Esse eixo foi reforçado pela genealogia performada no desfile: a escolha de mulheres de Vila Bela para “encarnar” Tereza acabou sendo reconfigurada nos documentos da própria escola e na repetição jornalística, como linguagem de consanguinidade. Expressões como “descendentes diretas” e “sangue vivo” produziram um efeito de factualidade pública, ainda que sem comprovação documental demonstrável.

Uma segunda camada, indissociável da primeira, diz respeito ao modo como o enredo reconfigurou o território e as formas de organização do Quariterê para torná-los legíveis na gramática do espetáculo. A operação central foi a reordenação territorial: o quilombo e o Vale do Guaporé foram deslocados para o imaginário pantaneiro. Nesse processo, o Pantanal funcionou como operador de legibilidade visual, midiático e turístico, tornando a narrativa comunicável em escala massiva, mas obscurecendo um elemento-chave para a compreensão histórica da experiência quilombola: sua territorialidade específica e a importância do rio Guaporé como rota de navegação.

¹⁵⁷ Em 2001, a publicação da coletânea *Para entender o Brasil*, organizada por Luiz Antonio de Aguiar, reuniu trinta expoentes de diversos campos para oferecerem leituras sínteses sobre a identidade nacional. A presença de Joãozinho Trinta entre os autores ratifica seu lugar não apenas como artista visual do espetáculo, mas como um intérprete do Brasil. Ao ocupar esse espaço, o carnavalesco é reconhecido por sua capacidade de articular uma visão de país que transborda a avenida e se consolida como pensamento social (Trinta, 2001).

¹⁵⁸ O desejo de Joãozinho de que Tereza “impregnasse uma outra mulher” que pudesse governar o Brasil no novo milênio se concretizou, embora com um desfecho histórico complexo. A experiência de uma mulher no topo do Poder Executivo brasileiro foi marcada por uma sistemática violência política de gênero. O alvo não foi apenas a gestão da presidenta Dilma Rousseff, mas a própria condição feminina da governante, evidenciando que a ocupação desses espaços por mulheres ainda enfrenta a resistência feroz de uma estrutura de poder misógina e excludente.

Esse deslocamento territorial se articula a uma tradução política. A monumentalização do “parlamento” do Quariterê aparece como marca condensada de institucionalidade e como prova de organização. Trata-se de um recurso eficaz para o tempo curto do desfile, mas atravessado pelo risco de anacronismo e de simplificação da experiência histórica do quilombo. No mesmo movimento, o enredo reinscreveu o Quariterê em uma gramática conciliatória: a resistência foi narrada como horizonte de harmonia racial, expressa em formulações como “união das raças” e “raça síntese”, enquanto a presença indígena foi incorporada por um léxico integracionista, baseado em ideias como “proteção” e “integração”. Com isso, tensões e assimetrias coloniais foram suavizadas em favor de uma síntese pacificada.

Em conjunto, essas operações produziram um Quariterê inteligível para a avenida: territorialmente deslocado, politicamente traduzido por categorias de rápida apreensão e orientado por uma narrativa de conciliação. É nesse ponto que o conceito de “mitopoética” ajuda a nomear o trabalho de mediação efetuado por Joãozinho Trinta. Em diálogo com Ana Maria Cardoso (2020), que discute a “mitopoética” como modo de produzir sentidos por meio de procedimentos de composição, transfiguração e imaginação estruturante nos estudos literários, proponho trazer essa chave para o debate historiográfico não para “licenciar” invenções, mas para descrever tecnicamente como certas narrativas públicas adquirem força social quando atravessam a forma de arte-espetáculo.

O carnavalesco operou “mitopoeticamente” porque selecionou elementos disponíveis, hierarquizou signos e fabricou molduras de inteligibilidade (majestade, saga, profecia, encarnação, patrimônio), convertendo uma história situada em uma narrativa pública capaz de circular. Onde a historiografia tradicional e os currículos escolares operaram, por décadas, um silenciamento sistemático sobre a agência das mulheres negras, a Unidos da Viradouro instaurou uma “Pedagogia da Avenida”¹⁵⁹.

A intencionalidade da “aula” ministrada pela Escola de Samba era mostrar ao país a existência de uma rainha negra que viveu em Mato Grosso, mas que não foi encerrada no passado e em um espaço geográfico específico. Tereza foi transmutada em liderança viva, cuja estratégia e dignidade real servem de paradigma para a luta por cidadania plena e contra o preconceito racial e de gênero no presente. A avenida, sob o brilho da efígie

¹⁵⁹ Chamo aqui de “Pedagogia da Avenida” o processo pelo qual a Escola de Samba, por meio do desfile, articula comunidade, canto, corpo, imagem, performance e circulação midiática, produzindo uma forma pública de aprendizagem histórica fora dos espaços escolares formais e acadêmicos.

dourada, provou que quando a História oficial se cala, a Escola de Samba assume o seu papel pedagógico de narrar o que o Brasil ainda precisa aprender sobre si mesmo.

A potência do enredo foi evidente: ampliou a visibilidade de Tereza, reorganizou repertórios e transmutou sua história em História Pública de grande circulação. A mesma engrenagem própria do espetáculo, porém, também deslocou sentidos e produziu simplificações. Tornar essa ambivalência legível foi o objetivo da operação historiográfica realizada neste capítulo. O percurso dessa memória, entretanto, não se encerrou na apoteose de 1994. Posteriormente, a criação do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, instituído pela Lei n.º 12.987/2014, marcou a entrada definitiva do nome da líder quilombola no calendário oficial. A historicização do processo que culminou nessa institucionalização, bem como suas confluências com redes transnacionais de mulheres negras, constitui o foco do próximo capítulo.

4 “SOMOS TODAS TEREZAS”: O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO 25 DE JULHO COMO DIA NACIONAL DE TEREZA DE BENGUELA E DA MULHER NEGRA (LEI Nº 12.987/2014)

O objetivo deste capítulo – a princípio - era historicizar, a partir da análise do projeto e da tramitação do processo legislativo, a Lei nº 12.987/2014, que instituiu o dia 25 de julho como *Dia Nacional Tereza de Benguela e da Mulher Negra*. Meu ponto de partida consistia em compreender como Tereza de Benguela - figura invisibilizada na historiografia oficial - foi alçada à condição de referência nacional para representar, simbolicamente, as mulheres negras do Brasil. Para isso, eu tomaria como fontes de análise, o conjunto de documentos e trâmites legislativos que compõem os Projetos de Lei nº 5.371/2009 (Brasil, 2009a) e nº 5.746/2009 (Brasil, 2009b), entre 2009 e 2014 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A minha hipótese inicial era a de que a escolha da data (25 de julho) acompanhava uma agenda transnacional construída por grupos organizados que participaram do *1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe*¹⁶⁰, realizado em Santo Domingo, República Dominicana. A hipótese se confirmou parcialmente, já que instituição da data, no Brasil, dialoga diretamente com uma demanda pactuada naquele encontro. Mas eu ainda precisava compreender como se deu a participação das brasileiras nesse processo e como o nome de Tereza de Benguela passou a operar como signo político dentro do contexto das lutas de mulheres negras por memória e reparação.

Inicialmente, meu escopo de análise estava concentrado nas fontes disponíveis no acervo digital da Câmara dos Deputados. No entanto, ao acompanhar os rastros da tramitação legislativa, compreendi que a criação do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra* não poderia ser explicada apenas a partir do texto legal ou de seus documentos parlamentares. Era necessário recuar e compreender a formação de coletivos, redes e organizações de mulheres negras que, ao longo da segunda metade do século XX, produziram diagnósticos, agendas políticas e formas próprias de nomear suas lutas.

Outra questão central foi compreender como se construiu a conexão entre o 25 de julho e a eleição do nome de Tereza de Benguela como referência-matriarca das mulheres

¹⁶⁰ A nomenclatura exata do evento varia entre as fontes documentais consultadas. Para fins de padronização, adota-se nesta tese a designação *1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe* para designar a conferência realizada entre 19 e 25 de julho de 1992, na República Dominicana. Tal escolha metodológica visa conferir unidade analítica ao texto, preservando-se as variações de grafia originais estritamente nas citações literais.

negras no Brasil, em vez de nomes que já possuíam maior circulação nacional, como Dandara dos Palmares e Luísa Mahin. Essa pergunta ampliou o escopo da investigação. Quando iniciei a construção da pesquisa, ainda não sabia da existência de um acervo que reunisse parte significativa dos documentos necessários para acompanhar esse processo. Diante dessas encruzilhadas interpretativas, passei a entender a lei não como ponto de partida, mas como resultado de um processo mais amplo de elaboração política, disputa de memória e construção de uma genealogia pública para as mulheres negras no Brasil.

Em julho de 2022, tomei conhecimento do *Projeto de Preservação da Memória Negra* (AEL/UNICAMP e Afro-CEBRAP) e, em outubro do mesmo ano, consegui me deslocar para Campinas-SP e consultar presencialmente o acervo. Na sede do AEL, me deparei com um robusto catálogo composto por fundos de ativistas, artistas e coletivos negros, ligados direta ou indiretamente ao *Movimento Negro Unificado* e Coletivos de Mulheres Negras (entre as décadas de 1970, 1980 e 1990).

Um documento específico (ver Anexo M) funcionou como o disparador analítico para a estruturação deste capítulo. Trata-se de um impresso, produzido em 1988, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)¹⁶¹, com o título *As mulheres na luta contra a escravidão*, no qual Tereza de Benguela (nomeada como Teresa do Quariterê) figura entre as referenciadas.

A análise dessa fonte me permitiu perceber a necessidade de observar com mais atenção a relação entre os movimentos organizados por mulheres negras, naquele período, e a articulação de estratégias de enfrentamento às desigualdades históricas marcadas por raça, gênero e classe no Brasil. Nesse processo, o direito à memória, isto é, o resgate, a preservação e a circulação de trajetórias de protagonistas negras apagadas pela história oficial, emergiu como política cultural e pedagógica fundamental. É nesse campo de disputa que o nome de Tereza de Benguela ganhou força e visibilidade.

Foram décadas de articulações, entre os anos 1980 e 2000, até que as pautas dos coletivos de mulheres negras chegassem ao Congresso Nacional na forma de projetos de lei passíveis de se converterem em políticas públicas. Estou falando de uma agenda ampla, construída a partir das experiências plurais de mulheres negras nos campos da

¹⁶¹ O documento se trata de uma folha de calendário dos meses de maio a dezembro de 1988 e janeiro a abril de 1989. Também há texto informativo sobre a atuação de figuras específicas como: Narcisa Amália, Luciana Abreu, Chiquinha Gonzaga, Josephina Durocher, Teresa de Quariterê e Maria Firmina dos Reis. O calendário fez parte das ações do CNDM, criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Os nomes Maria Lúcia de Barros Mott e Nilza Iraci Silva aparecem como organizadoras do calendário (ver Anexo M).

educação, da saúde pública, da economia e da cultura, em um contexto histórico marcado pelas críticas ao machismo no interior do movimento negro e ao racismo no interior do feminismo hegemônico.

Assim, este capítulo historiciza as confluências entre a organização coletiva de mulheres negras no Brasil, a articulação transnacional de mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas e a tramitação legislativa que culminou na Lei nº 12.987/2014. Defendo que foi a partir da formação e consolidação do movimento de mulheres negras, entre o final do século XX e o tempo presente, que se constituiu uma agenda de enfrentamento às múltiplas desigualdades, objetificações, apagamentos e silenciamentos que incidem sobre o protagonismo de mulheres negras na história do Brasil. Ao mesmo tempo, discuto como o legado de Tereza de Benguela foi sendo agenciado por intelectuais-ativistas negras, em discursos e práticas contra hegemônicas, até se converter em símbolo político formalizado pelo Estado.

O capítulo está organizado em três tópicos: no primeiro, apresento um panorama da emergência e consolidação de coletivos e organizações de mulheres negras e seus principais eixos de atuação; no segundo, analiso o contexto de produção do *1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe* com atenção para a formação da rede transnacional daí decorrente; no terceiro, descrevo e interpreto a tramitação legislativa que instituiu a efeméride¹⁶², discutindo sentidos, disputas e deslocamentos entre a “comemoração” e a noção de “rememoração crítica” da data.

Para a construção do capítulo, me ancorei em um *corpus* diversificado: documentação do *Projeto de Preservação da Memória Negra* (AEL/UNICAMP e Afro-CEBRAP), materiais digitalizados por coletivos e organizações de mulheres negras e registros oficiais do processo legislativo do acervo digital da Câmara dos Deputados e Senado, com especial atenção aos escritos da legislatura de Benedita da Silva¹⁶³.

¹⁶² A respeito da definição de efeméride: o termo designa uma data “marcada” no calendário (civil, cívico ou comemorativo) para fins de rememoração pública. No caso de datas oficializadas por lei, a efeméride opera como mecanismo de seleção e estabilização de sentidos, isto é, transforma uma demanda ou memória social em referência reconhecida pelo Estado, frequentemente mobilizada em ritos, celebrações e ações simbólicas (Houaiss, 2009).

¹⁶³ Benedita da Silva (Benedita Souza da Silva Sampaio) é uma política brasileira do Rio de Janeiro, com trajetória marcada pela atuação legislativa em diferentes esferas e pela centralidade do tema racial e de direitos sociais em sua agenda pública. Foi eleita deputada constituinte em 1986 e se tornou a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira no Senado Federal (1995-2003). Seu histórico de exercício parlamentar e de participação em funções públicas a tornaram uma referência relevante para análises de política racial e de gênero. Nesta pesquisa, a trajetória parlamentar de Benedita da Silva foi acompanhada por ela reunir, de modo particularmente expressivo, a dupla condição de ativista e legisladora, atuando justamente no intervalo histórico em que se intensificam disputas por memória, reparação e institucionalização de pautas antirracistas no Estado brasileiro.

Do ponto de vista teórico-metodológico, parto do reconhecimento de que a intelectualidade de mulheres negras ativistas constitui um campo legítimo de produção de categorias interpretativas no campo social e histórico.

Em diálogo com *Pensamento Feminista Negro*, de Patricia Hill Collins (2019), compreendo que os saberes produzidos por mulheres negras articulam teoria e prática política, operando tanto como ferramentas de interpretação das desigualdades quanto como práticas de ruptura epistemológica e projetos de transformação social. Para Collins (2019), o pensamento feminista negro não se limita à produção de conhecimento sobre mulheres negras; trata-se de uma teoria social crítica, vinculada ao ativismo intelectual, à autodefinição, ao empoderamento e à construção de condições mais amplas de justiça social. É nesse sentido que mobilizo sua reflexão: não apenas para reconhecer a legitimidade dos saberes produzidos por mulheres negras, mas para compreender como esses saberes organizam diagnósticos, formulam agendas coletivas e projetam mudanças nas estruturas que sustentam desigualdades de raça, gênero e classe.

Nesse horizonte, os escritos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são mobilizados ao longo do texto em dupla chave: como fontes, na medida em que suas produções intelectuais registram diagnósticos e intervenções situadas nas décadas de 1980 e 1990; e como ancoragens analíticas, pois oferecem chaves conceituais para ler a persistência contemporânea das hierarquias raciais e de gênero que permeiam o processo histórico aqui analisado.

Ao posicionar o movimento de mulheres negras das margens para o centro da análise, proponho uma inflexão historiográfica: trata-se de evidenciar como raça e gênero operam conjuntamente na produção de sujeitos políticos, repertórios de luta e regimes de memória e, ao mesmo tempo, de enfrentar a lógica do epistemicídio que historicamente deslegitima e apaga a produção intelectual negra (Carneiro, 2023). Essa postura fundamenta minha análise sobre a atuação política dos coletivos organizados de mulheres negras no processo de redemocratização e nas décadas seguintes, observando como o nome de Tereza de Benguela passa a operar, nesse percurso, como referência de articulação entre lutas de mulheres negras do passado e do presente.

Ainda no campo das escolhas teóricas, mobilizo Pollak (1989) para pensar memória, esquecimento e silêncio não como “falhas” individuais, mas como efeitos sociais produzidos em zonas de conflito, nas quais o dizível e o indizível são regulados. Essa chave é importante para compreender como determinadas trajetórias negras foram empurradas para as margens da narrabilidade histórica. Em diálogo com D’Alessio

(1998), considero também que a memória intervém na própria escrita da história, modulando perguntas, recortes, ênfases e legitimidades. Desse modo, a historiografia não está fora da disputa pela memória: ela também é uma de suas arenas.

4.1 Mulheres negras em movimento: das margens para o centro do debate público

Nas últimas duas décadas, tem crescido a produção acadêmica sobre o ativismo negro no Brasil (Alberti; Pereira, 2007; Pereira, 2013). Pesquisas também demonstram que há registros de organizações e movimentos sociais negros por melhores condições de vida desde o pós-abolição (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). No entanto, quando o recorte incide sobre gênero e raça, observo que a historiografia conferiu menor visibilidade aos processos organizativos protagonizados por mulheres negras. Essa lacuna contribuiu para a ideia equivocada de que a atuação das mulheres negras ocupou um lugar “periférico” dentro do ativismo negro contemporâneo.

Embora esse menor interesse da historiografia, somado às próprias condições de possibilidade da pesquisa histórica, tenha contribuído para invisibilizar a ação política das mulheres negras nas narrativas sobre o ativismo negro, tal invisibilização não corresponde à ausência de organização. Esse “desinteresse” do campo histórico pode ser lido, em diálogo com Maria Lugones (2020, p. 60), como efeito do “sistema moderno-colonial de gênero”, que, ao isolar categorias e tomar certos sujeitos como padrão, tornou menos legíveis as experiências construídas na articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade. Esse mesmo sistema também ergueu barreiras para o reconhecimento da produção teórica articulada às lutas das mulheres não brancas.

Contudo, essa lacuna na historiografia é parcialmente compensada por investigações realizadas em outros campos, como as Ciências Sociais, a Psicossociologia, os Estudos de Linguagem e os Estudos Culturais, que têm produzido análises importantes sobre memória, trajetórias biográficas e redes de ativismo de mulheres negras (Lemos¹⁶⁴, 1997; Moreira, 2007; Bispo, 2011; Cardoso¹⁶⁵, 2012; Zambrano, 2017; Brito, 2020;

¹⁶⁴ Rosália Lemos é assistente social, doutora em Política Social e pesquisadora dedicada à reconstrução da memória política das populações negras no Brasil. Sua dissertação de mestrado intitulada *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro* (Lemos, 1997), apresentada em 1997 ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFRJ, é uma referência pioneira para os estudos sobre gênero, raça e organização política de mulheres negras.

¹⁶⁵ A tese de Cláudia Pons Cardoso (2012), intitulada *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*, constitui uma referência importante para os estudos sobre feminismos negros no Brasil. O trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), espaço pioneiro na institucionalização acadêmica dos estudos feministas e de gênero na América Latina.

Botosso, 2021). É o caso da pesquisa de Rosália Lemos (1997, p. 68), que deu visibilidade à fundação do Conselho Nacional de Mulheres Negras¹⁶⁶ (CNMN), criado em 1950 e definido pela autora como a “primeira forma de organização autônoma de mulheres negras, originada no interior de uma instituição mista, contemplando questões específicas das mulheres negras”.

Nas décadas seguintes, especialmente no início dos anos 1970, enquanto o movimento negro contemporâneo denunciava o mito da democracia racial e reivindicava a construção de uma “autêntica democracia racial” (Pereira, 2013), o movimento feminista também ganhava força no Brasil. Apesar da importância incontestável de ambos, permanecia um silêncio incômodo diante de uma questão fundamental: onde estavam e quem eram as mulheres negras que também construíram a história deste país?

Esse processo de “outrização” (Kilomba, 2019) foi sistematicamente confrontado por intelectuais e ativistas negras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Mais do que separá-las entre “militantes” e “intelectuais”, distinção frequentemente mobilizada para deslegitimar suas interpretações, interessa-me reconhecer como suas atuações combinaram elaboração conceitual, posicionamento público e construção de estratégias coletivas de organização de mulheres negras.

Nos textos de Lélia Gonzalez analisados aqui (1981, 1982, 1983, 1988), a autora explicitou que as desigualdades raciais e de gênero foram, e seguem sendo, componentes estruturantes da sociedade brasileira. Em *Pesquisa: mulher negra*¹⁶⁷, ao mobilizar dados demográficos e padrões de união/casamento, Gonzalez (1981) desmontou, “pelo avesso estatístico”, a fantasia nacional de harmonia racial, evidenciando a persistência de fronteiras raciais e seus efeitos sobre a vida social.

¹⁶⁶ O Conselho Nacional de Mulheres Negras (CNMN) foi fundado em 18 de maio de 1950, a partir do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro (TEN). A iniciativa teve liderança da assistente social e jornalista Maria de Lourdes Vale Nascimento, que também assinava a coluna *Fala Mulher* no jornal *Quilombo*. Participaram do CNMN intelectuais e artistas como Ruth de Souza, Mercedes Baptista, Arinda Serafim, Elza de Souza, Marina Gonçalves, Ilena Teixeira, Neusa Paladino, Maria d’Aparecida e Agostinha Reis, articulando, na década de 1950, pautas de valorização da identidade negra e de organização autônoma de mulheres negras (Lemos, 1997).

¹⁶⁷ Texto originalmente publicado no periódico feminista *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 8-9, set./out. 1981. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 191-197). O *Mulherio* foi uma publicação feminista brasileira de grande relevância na década de 1980, na qual Lélia Gonzalez manteve intervenções fundamentais sobre raça, gênero e classe.

Em *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*¹⁶⁸, Gonzalez (1982) traçou um panorama de longa duração da resistência negra e dos efeitos do pós-escravismo. Ao articular a política de embranquecimento, as hierarquias sociais produzidas pela noção de raça e a fabricação de estereótipos, a autora demonstrou como a mulher negra passou a ocupar o nível mais alto de opressão no Brasil.

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*¹⁶⁹, Gonzalez (1983) radicalizou o argumento ao demonstrar que racismo e sexismo não operavam como sistemas separados, mas como engrenagens coproduzidas que atravessavam, e seguem atravessando, os corpos negros desde a infância. A violência simbólica institucionalizada na sociedade, estendida a espaços disciplinadores como a escola, o hospício e a prisão, produzia, e ainda produz, sofrimento psíquico, sobretudo em mulheres negras. A reflexão de Gonzalez (1983), contudo, não se limitava à denúncia: ao mostrar que os sistemas de opressão tinham, e têm, forma e método, a autora também propôs estratégias de enfrentamento. Em *Por um feminismo afro-latino-americano*¹⁷⁰, a autora apresentou uma contribuição teórico-analítica fundamental: a “amefricanidade” como categoria político-cultural e como método para ler continuidades e especificidades afrodiaspóricas nas Américas (Gonzalez, 1988).

Situada no mesmo período histórico e em movimento convergente, Sueli Carneiro (1985, 1989) também mobilizou o debate em torno da necessidade de organização coletiva para a superação da tríplice opressão. Em *Mulher negra*¹⁷¹ (1985), a autora analisou como raça, gênero e classe operavam, e seguem operando, conjuntamente na produção de desigualdades. Ao examinar dados estatísticos, Carneiro (1985) verificou

¹⁶⁸ Texto originalmente publicado em: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 49-64).

¹⁶⁹ Texto originalmente publicado em: SILVA, Luiz Antônio Machado da; *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 75-93). Na coletânea de 2020, o título aparece como “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, mantendo-se o texto integral da publicação de 1983.

¹⁷⁰ Texto originalmente publicado em espanhol, sob o título: *Por un feminismo afrolatinoamericano*, em *Isis Internacional: Mujeres por un Desarrollo Alternativo*, Santiago, v. 9, p. 133-141, jun. 1988, no dossiê *Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe*. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 139-150), com tradução de Catalina G. Zambrano.

¹⁷¹ Texto originalmente publicado em *Mulher negra: política governamental e a mulher*, volume que integrou a coleção *Década da Mulher (1975-1985)*, organizada pela Editora Nobel e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1985. O artigo é considerado uma contribuição pioneira para os estudos sobre desigualdades entre mulheres, ao evidenciar como raça, gênero e classe produzem posições sociais distintas. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Escritos de uma vida*, coletânea de textos de Sueli Carneiro, publicada pela Editora Polên, em 2019.

que a ausência do quesito cor nos recenseamentos e a baixa circulação de tabulações raciais, mesmo quando a variável era coletada, não constituíam apenas um problema técnico. Tratava-se de um conjunto de mecanismos que limitava a produção de diagnósticos sobre as condições de vida da população negra e bloqueava o acesso a políticas públicas específicas.

Em *Identidade feminina*¹⁷², em um momento de efervescência dos estudos feministas no Brasil, Sueli Carneiro (1989) apresentou um questionamento que se tornou central para a crítica à ideia universal de “mulher”. A pergunta disparadora “de que mulheres estamos falando?” operou como uma inflexão epistemológica nos limites de um discurso feminista hegemônico que universalizava trajetórias e pouco problematizava a experiência das mulheres negras, historicamente situadas no trabalho, na exploração sexual e na objetificação (Carneiro, 1989 [1993], p. 11). Ao nomear os mecanismos utilizados para cercear oportunidades de trabalho e dificultar o acesso das mulheres negras à saúde pública, a autora mostrou como racismo e sexismo se reproduziam, e seguem se reproduzindo, em dispositivos cotidianos e institucionais, produzindo desigualdades persistentes (Carneiro, 1989 [1993], p. 11-12).

Tanto Gonzalez quanto Carneiro aliaram teoria e prática para sustentar a tese de que não seria possível realizar uma leitura adequada da história social brasileira sem reconhecer que, embora as mulheres negras tenham sido apagadas enquanto sujeitas históricas, elas constituíram, e seguem constituindo, uma das bases de sustentação da sociedade. Daí decorre um eixo comum nos escritos das duas intelectuais e ativistas: a necessidade de produzir um ativismo negro e feminista, com linguagem, agenda e formas próprias de organização. muitas vezes organizado sob lideranças e pautas masculinas, deram conta, por si, de suas experiências e demandas.

As reflexões e os chamamentos de Gonzalez e Carneiro à organização articulam-se a um processo histórico mais amplo, do qual ambas participaram: a formação de coletivos, associações e, posteriormente, ONGs de mulheres negras. A partir da documentação acessada nesta pesquisa, construí um quadro (ver Quadro 1) com um panorama da formação de coletivos, institutos e organizações de mulheres negras entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990, em diferentes regiões do país. Trata-se de um levantamento parcial, pois um mapeamento mais amplo ultrapassaria o tema

¹⁷² Texto originalmente publicado em 1989 e republicado nos *Cadernos Geledés*, em 1993, mantendo-se o conteúdo da versão original. Neste trabalho, utilizo a versão republicada em *Cadernos Geledés* (Carneiro, 1989 [1993]).

específico desta tese, mas permite visualizar, de modo panorâmico, o avanço organizativo como estratégia política e epistêmica.

Quadro 1 - Coletivos de mulheres negras (1979 a 1992)¹⁷³

Nome do Coletivo	Local de Fundação	Ano	Tipo de Organização
Coletivo Aqualtune	Rio de Janeiro - RJ	1979	Coletivo
Coletivo Nzinga	Rio de Janeiro - RJ	1982	Coletivo
Coletivo de Mulheres Negras	São Paulo - SP	1983	Coletivo
Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista	Santos - SP	1986	Coletivo
Coletivo Mãe Andresa	São Luís - MA	1986	Coletivo
Centro de Favela e Periferia	Rio de Janeiro - RJ	1986	Grupo
Coletivo de Mulheres Negras do Espírito Santo	Vitória - ES	1987	Coletivo
Coletivo Maria Mulher	Porto Alegre - RS	1987	Coletivo
Comissão de Mulheres Negras	Campinas - SP	1987	Coletivo
Coletivo Mulheres Negras de Belo Horizonte	Belo Horizonte - MG	1987	Coletivo
Geledés — Instituto da Mulher Negra	São Paulo - SP	1988	Instituto/Coletivo
Coletivo de Mulheres Negras	Salvador - BA	1989/90	Coletivo
Coletivo de Mulheres Negras	Distrito Federal - DF	1990	Coletivo
ONG Mulheres Negras	Salvador - BA	1992	ONG
ONG Criola	Rio de Janeiro - RJ	1992	ONG

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Rios (2014, p. 145) e em levantamento realizado na imprensa negra e feminista (fontes consultadas no acervo do AEL).

A cartografia apresentada no Quadro 1, entendida aqui como mapeamento político e simbólico dessas experiências organizativas, dimensiona a emergência do Movimento de Mulheres Negras e torna visível uma tendência importante: a concentração inicial de experiências no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, seguida de progressiva capilarização para outros estados. A partir dos anos 1990, observa-se também a consolidação de formatos mais institucionalizados, como institutos e ONGs, que ampliaram as possibilidades de intervenção pública desses coletivos e favoreceram sua presença em espaços de formulação, deliberação e disputa de políticas públicas.

¹⁷³ Sobre uma análise mais ampla a respeito da formação de ONGs que tratam da questão negra, ver o artigo de Santos (2010, p. 275-288).

Destaco aqui dois desses grupos: o Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras (RJ, 1982), associado à presença fundadora de Lélia Gonzalez, e o Geledés, Instituto da Mulher Negra (SP, 1988), ligado à trajetória de Sueli Carneiro. No caso do Geledés, o próprio nome, ao remeter ao culto iorubá Geledê, dedicado às mães ancestrais e à manutenção do equilíbrio do mundo, já anunciava uma concepção de política que não separava luta, ancestralidade e produção de sentido. No plano institucional, o Geledés se autodefiniu como:

[...] uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira¹⁷⁴ (Geledés, 1993, p. 7).

Para além de sua intervenção pública, a sede do Geledés tornou-se abrigo de parte expressiva da memória documental do Movimento de Mulheres Negras, preservando registros de coletivos, articulações e experiências organizativas que, em muitos casos, já não existem mais em sua forma original. A consulta a esse acervo documental me possibilitou acessar relatórios de encontros estaduais realizados em diferentes unidades da federação, cartazes de atividades, documentos de circulação interna e ensaios produzidos por coordenadoras e integrantes do movimento, entre eles textos de Sueli Carneiro, alguns já apresentados neste capítulo.

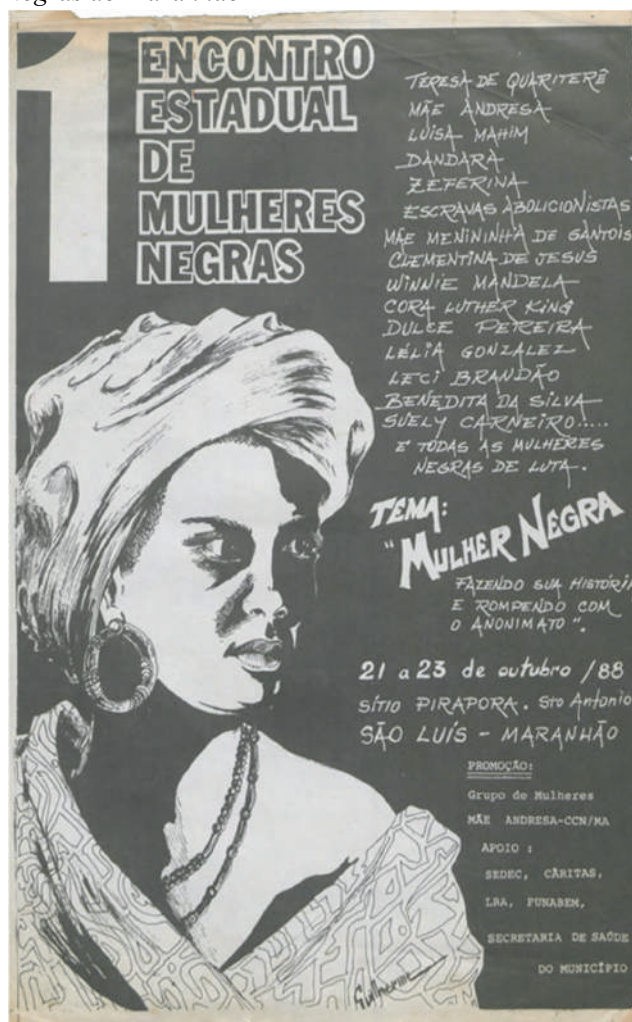
O conjunto das fontes me permitiu observar como, no interior dos coletivos, foi produzida uma reflexão política e analítica própria, capaz de formular diagnósticos sobre racismo e sexismo e, simultaneamente, sustentar uma disputa por memória e reconhecimento histórico. Nesse percurso, o ano de 1988 foi particularmente emblemático. A comemoração do centenário da abolição intensificou disputas públicas sobre o sentido da data e abriu um terreno propício para que os coletivos visibilizassem uma agenda de reivindicações que já vinha sendo gestada há anos.

Entre os documentos consultados, um dos que melhor condensam essa conjuntura é o cartaz do *1º Encontro Estadual de Mulheres Negras do Maranhão* (Figura 23), organizado pelo grupo Mãe Andresa. O evento ocorreu entre 21 e 23 de outubro de 1988 e teve como tema *Mulher negra: fazendo sua história e rompendo com o anonimato*. A formulação do tema é significativa porque explicita, em plena comemoração do centenário

¹⁷⁴ Conforme escrito em documento Institucional. Referência: Cadernos Geledés 5, 1993, p. 7.

da abolição, a reivindicação de autoria histórica e a recusa ao apagamento das mulheres negras.

Figura 23 - Cartaz do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras do Maranhão



Fonte: Fundo Geledés, AEL-Unicamp/Afro-CEBRAP, 1988.

O cartaz é particularmente significativo porque articula, na mesma peça de divulgação, estética, programa político e disputa de memória histórica. O enunciado explicita o objetivo central do encontro: deslocar as mulheres negras do lugar de invisibilidade para o de protagonistas do processo histórico. A imagem escolhida dialoga diretamente com essa proposta e mobiliza um repertório visual afro-referenciado: uma mulher negra de traços fortes, com turbante, argolas e colares de contas, vestida com tecido que remete à estética africana. Essa representação reivindica signos de

ancestralidade como marca de pertencimento e, ao mesmo tempo, afirma a presença das mulheres negras como força política no presente.

A lista de nomes presente no cartaz aprofunda essa operação: ela produz uma narrativa de continuidade histórica ao reunir mulheres de diferentes temporalidades e campos de atuação. No topo, aparece “Teresa de Quariterê”¹⁷⁵, grafia utilizada no documento, e a escolha de seu nome para “puxar a fila” das “mulheres de luta” que deveriam sair do anonimato não foi aleatória. O mesmo se observa na menção a Dandara, “Luisa Mahim” e Zeferina, mulheres associadas a revoltas, insurreições e experiências de resistência em diferentes contextos históricos. Já a referência às “escravas abolicionistas” reforça a intenção das organizadoras de evidenciar que as mulheres negras sempre participaram de projetos de resistência, apesar das tentativas de apagamento produzidas pelo arquivo colonial e pela memória histórica hegemônica.

A presença de Mãe Menininha do Gantois, Clementina de Jesus e Leci Brandão amplia o repertório para além da política institucional, incorporando o religioso e o cultural como arenas de produção de memória e legitimidade. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Benedita da Silva são citadas como referências do presente, leia-se 1988, articulando ativismo, debate teórico e disputa institucional. Já os nomes de Coretta Scott King e Winnie Mandela reposicionam essa agenda em chave transnacional, conectando-a a um campo ampliado de lutas antirracistas e antissexistas.

O documento, representado na Figura 23, dialoga diretamente com a leitura de Sueli Carneiro (1993, p. 13) sobre o período:

Assistimos em 1988 a uma ampla mobilização de mulheres negras em torno de suas questões específicas consubstanciadas nos diversos Encontros Estaduais de Mulheres Negras, realizados em estados como: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, sendo que onde não foi possível a realização de encontros estaduais ocorreram outras iniciativas sobre a questão da mulher negra na forma de debates, seminários, jornadas etc., como foi o caso do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Paraíba, Alagoas e Amazonas.

¹⁷⁵ Importa registrar que, nos impressos produzidos pela imprensa negra e por movimentos de mulheres negras da década de 1980 consultados nesta pesquisa, não aparece a forma “Tereza de Benguela”. Nesses materiais, a referência à personagem surge, com frequência, vinculada ao Quilombo do Quariterê, como no cartaz aqui analisado, em que se lê “Teresa do Quariterê”. A consolidação pública do nome “Tereza de Benguela” parece ganhar maior força após 1994, em razão da repercussão do enredo *Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal*, da Unidos do Viradouro, analisado no capítulo 2 desta tese. Também mantenho entre aspas a grafia “Luisa Mahim”, tal como aparece no cartaz, embora ao longo da tese utilize a forma Luisa Mahin, mais recorrente na historiografia e nos materiais contemporâneos consultados.

Essa capilaridade e conectividade dos eventos ajudam a compreender as articulações que prepararam o terreno para o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* (IENMN), realizado de 2 a 4 de dezembro de 1988, em Valença, no Rio de Janeiro. A reunião, que teve como tema *A mulher negra*, contou com a presença de cerca de 450 mulheres negras, representantes de 17 estados do país, e registrou também a participação de representantes de outros países, como Estados Unidos, Equador e Canadá (Gonçalves, 2019).

O IENMN teve como objetivo consolidar, em escala nacional, uma articulação política autônoma de mulheres negras, capaz de transformar experiências históricas de racismo e sexismo em agenda pública, diagnóstico coletivo e estratégia de incidência. Devido à abrangência das participações, o encontro tornou-se espaço de troca de repertórios e de construção de uma linguagem comum, articulando pautas como desigualdades no trabalho, violência, direitos, memória e reconhecimento histórico. Ao mesmo tempo, afirmava a necessidade de organização própria diante das assimetrias vividas tanto no feminismo hegemônico quanto no movimento negro atravessado por hierarquias de gênero.

Lélia Gonzalez comentou a importância do IENMN no artigo *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, publicado em 1988 no periódico do MNU:

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras demonstrou - em diversos aspectos e mais do que nunca - o quanto é fundamental a nossa organização, sobretudo quando se trata de um projeto de transformação social. [...] Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (Gonzalez, 1988 [2020], p. 270).

A formulação de Gonzalez é decisiva porque vincula organização coletiva, diferença política e transformação social. Ao reivindicar as mulheres negras como amefricanas, a autora desloca a discussão do plano identitário restrito para uma leitura histórica mais ampla, na qual exploração econômica, subordinação racial e opressão sexual aparecem como dimensões articuladas de uma mesma estrutura de dominação. A resposta a essa estrutura, para Gonzalez (1988), passava pela organização autônoma das mulheres negras como condição de enfrentamento e de produção de liberdade coletiva.

Em chave convergente, a ativista Lúcia Dutra¹⁷⁶, do grupo Mãe Andresa, do Maranhão, ao rememorar¹⁷⁷ o evento, afirmou que a autonomia e a estrutura política do movimento de mulheres negras brasileiras nasceram, de fato, com a realização do IENMN. Entre as pautas debatidas à época, destacou a denúncia das desigualdades sexuais, sociais e raciais, bem como a necessidade de fazer emergir formas locais de luta e autodeterminação diante das discriminações existentes.

Lúcia Dutra também enfatizou a centralidade das religiões de matriz africana na diáspora e afirmou que a organização das mulheres negras se alimentava da força ancestral. Ao chamar atenção para a resistência do matriarcado africano durante a escravidão, exaltou a presença de mulheres negras na organização de revoltas quilombolas e outros levantes. Entre as matriarcas “guerreiras”, termo usado por ela, cujo legado deveria ser lembrado, citou nominalmente: “Dandara, Tereza de Benguela, Luiza Mahin e, do Maranhão, Ana Sílvia Cantanhede, Lúcia Regina, Marta Andrade, Jovanira da Luz, Además Galvão, Andreza Janina, Raimundinha Araújo, Sílvia Leite, Cátia Barros, Lúcia Gato, mulheres negras do campo, da cidade, das organizações e quilombolas” (AMNB, 2018, p. 11).

Essa enumeração construída por Dutra opera, no próprio discurso, como um gesto de inscrição histórica: ao transformar nomes em memória pública, ela apresenta uma genealogia de resistência. Nesse movimento, o nome de Tereza de Benguela foi sendo consolidado como ancestral de luta mobilizável no presente, um nome-ponte entre a história quilombola e as agendas contemporâneas, capaz de condensar passado, pertença e horizonte político. É por isso que, em seu conjunto, os encontros estaduais e o IENMN podem ser lidos como operações de produção e circulação de repertórios de memória. Neles, nomes como o de Tereza são reiterados, compartilhados e fixados como referência comum, ao mesmo tempo em que se elaboram categorias, diagnósticos e posicionamentos que inserem a mulher negra no debate público como sujeito político.

¹⁷⁶ Lúcia Dutra é advogada previdenciarista, fundadora da Rede de Mulheres Negras do Maranhão e militante do movimento negro e do movimento de mulheres negras.

¹⁷⁷ O relato de Lúcia Dutra encontra-se nas páginas 10 e 11 do relatório *Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, produzido no âmbito do Fórum Permanente de Mulheres Negras. O evento foi realizado nos dias 14 e 15 de março de 2018, durante o *13º Fórum Social Mundial*, em Salvador, Bahia, com apoio da ONU Mulheres Brasil, da Embaixada do Reino dos Países Baixos, da Fundação Ford e da Fundação Heinrich Böll (AMNB, 2018, p. 10-11).

As discussões sobre apagamentos e silenciamentos da atuação política de mulheres negras, ao longo da história e, de modo correlato, sobre o acesso às memórias negras como dimensão de reparação, também compuseram a agenda pública do período constituinte (1987-1988). No interior desse debate, Benedita da Silva¹⁷⁸ assumiu papel relevante ao denunciar a forma como o protagonismo de mulheres negras permanecia pouco visível, inclusive em capítulos consagrados da resistência negra, como as narrativas sobre os quilombos. Em discurso proferido no contexto das rememorações dos “100 anos da abolição”, Benedita afirmou que:

Temos muitos outros nomes que a história oficial omitiu assim como atitudes heróicas conquistadas com a própria vida. A força de trabalho da mulher nestes quatrocentos anos foi praticamente esquecida, até mesmo pelos grandes pesquisadores da causa negra. Sua atuação nos quilombos, pouco diz a respeito da força de trabalho da mulher nos quilombos. Afirmo que um povo sem história fica sem memória e não é povo. Os quilombos foram significativos para a luta de libertação não apenas dos negros. O quilombo incorporava outras etnias quais dos Imbangalas, povo bantu, indígena etc. Numa demonstração de convivência igual na pluralidade étnica no combate às forças coloniais e na produção de sobrevivência que ia desde alimentação até artefatos diversos, a mulher desempenhava um papel extremamente importante, tão importante quanto foi o mais conhecido quilombo N'gola Janga, conhecido também como Quilombo dos Palmares; como o da Comarca do Rio das Mortes, conhecido como Quilombo Ambrósio, onde grande parte do trabalho de garimpagem e extração do minério cabia às mulheres, além da agricultura. Como podemos observar, apesar da discriminação sexual, o papel de subordinada fica desmascarado, extrapola seu papel, extrapola o de produtora e trabalhadora, exercendo um papel também de chefia e comando como no exemplo de Teresa, Rainha do Quilombo de Quariterê durante duas décadas, no século XVIII que foi uma grande ameaça. As mulheres desempenharam também no processo de emancipação, rebeliões, fugas, reação contundente ao regime que as oprimia, influenciaram na adoção de novo comportamento pelos escravos (Silva, 1988, p. 14-15, grifo próprio).

A intervenção de Benedita da Silva evidencia que a disputa pela memória das mulheres negras já atravessava o debate público no contexto da Constituinte e das rememorações do centenário da abolição. Ao afirmar que “um povo sem história fica sem memória e não é povo”, Benedita vinculou em seu discurso, questões de memória histórica, identidade coletiva e reparação política. Sua fala também deslocou a narrativa

¹⁷⁸ Benedita da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1942. Eleita deputada federal pelo PT-RJ, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, sendo a primeira mulher negra a ocupar esse posto. Sobre sua trajetória e atuação política, ver a tese *Benedita da Silva: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por direitos humanos no Brasil* (Gomes, 2023).

quilombola de uma leitura centrada apenas em lideranças masculinas, ressaltando a presença das mulheres negras no trabalho, na organização produtiva, nas rebeliões, nas fugas e nas formas de chefia e comando. Nesse enquadramento, Tereza, nomeada como “Rainha do Quilombo de Quariterê”, aparece como exemplo histórico capaz de desconstruir a imagem da mulher negra como sujeito subordinado e de afirmar sua participação ativa nas lutas de libertação.

A potência específica dessa fala também se dá pelo lugar de onde ela foi enunciada: Benedita ocupou aquela tribuna como mulher negra e a utilizou para transformar em problema público aquilo que era vivido, mas nem sempre reconhecido como conhecimento legítimo. Quando afirmou que “a força de trabalho da mulher nestes quatrocentos anos foi praticamente esquecida, até mesmo pelos grandes pesquisadores da causa negra” (Silva, 1988, p. 14-15), Benedita não apenas denunciou um “vazio” historiográfico¹⁷⁹, como também expôs os critérios que regulavam o que poderia ser lembrado, pesquisado e consagrado como “história” e, portanto, quem poderia aparecer como sujeito histórico.

Essa chave ajuda a compreender por que é difícil não conectar a intervenção de Benedita ao percurso de Beatriz Nascimento. Embora a historiadora já investigasse, naquele mesmo período, a continuidade histórica dos quilombos e seus desdobramentos no presente, esse interesse de pesquisa não foi amplamente validado no circuito acadêmico hegemônico, o que contribuiu para a circulação restrita de sua produção e para seu reconhecimento tardio. Assim, o diagnóstico formulado por Benedita, em 1988, ilumina uma tensão central desta tese: a distância entre o que mulheres negras produziam como interpretação histórica e aquilo que as instituições acadêmicas e estatais estavam dispostas a reconhecer como saber autorizado.

Não por acaso, ao citar Tereza, Rainha do Quilombo de Quariterê, como exemplo de “chefia e comando” exercidos por mulheres negras, a deputada constituinte também operou um gesto de reinscrição. Transformou um nome historicamente marginalizado em referência pública, deslocando Tereza do lugar de presença episódica na memória da resistência negra para o estatuto de ancestral política mobilizável no presente. Esse movimento vai ao encontro da dinâmica que venho discutindo ao longo do capítulo: a

¹⁷⁹ Sobre como a renovação historiográfica dos estudos da escravidão e do pós-abolição ampliou temas, fontes e abordagens, mas nem sempre deslocou com a mesma intensidade o lugar analítico das mulheres negras, contribuindo para a permanência de lacunas e silenciamentos, ver Silva (2025, p. 170-171).

produção de memória, em contextos de disputa, não é apenas lembrança do passado, mas intervenção sobre o que conta como história e sobre quem tem o direito de nomeá-la.

O que quero destacar nas fontes aqui apresentadas é que, já na década de 1980, mulheres negras se articularam para enfrentar um problema ao mesmo tempo político e epistêmico: a ausência do protagonismo negro nos currículos da História ensinada e a marginalização das experiências negras nas pesquisas acadêmicas no Brasil. É nesse terreno que se insere a atuação do movimento de mulheres negras, que integrou, tensionou e ampliou o Movimento Negro e, mais tarde, participou das lutas pela implementação da Lei n.º 10.639/2003, posteriormente alterada pela Lei n.º 11.645/2008.

Ao longo desse processo, intelectuais negras vêm ampliando, de modo decisivo, as possibilidades de compreensão da história africana, afro-brasileira e indígena no país. Para os objetivos desta tese, importa notar a recorrência do nome de Tereza de Benguela nos documentos: ela aparece como uma figura que “deveria ser lembrada”, isto é, como elemento de disputa memorial e como ponte entre luta histórica e mobilização no presente. Ao reivindicar a discussão da questão racial de forma ampla e, em particular, das condições históricas das mulheres negras, esses coletivos produziram materiais de caráter pedagógico como estratégia de enfrentamento à ausência de materiais didáticos que abordassem a história do Brasil para além da matriz eurocêntrica.

Um exemplo pioneiro dessa agenda foi a produção de três cartilhas¹⁸⁰ pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em 1987, sob coordenação da intelectual-ativista Alzira Rufino¹⁸¹. A primeira, intitulada *Mulher negra tem história*, reunia a biografia de 30 mulheres negras, entre as quais estava Tereza de Benguela. A segunda, *Mulher negra: uma perspectiva histórica*, apresentava uma análise da situação da mulher negra no Brasil ao longo da história. A terceira, *Articulando*, reunia artigos de imprensa escritos por Rufino sobre as ações do coletivo. Tereza foi novamente evocada

¹⁸⁰ Na documentação consultada no Fundo AEL/Afro-CEBRAP, Pasta Mulheres Negras, não localizei as cartilhas em si, mas um relatório que registra a existência dos três livretos e apresenta um breve resumo do conteúdo de cada um. A referência às cartilhas, neste capítulo, justifica-se pela presença do nome de Tereza de Benguela em duas das três publicações produzidas pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista.

¹⁸¹ Alzira dos Santos Rufino (1949-2023) foi escritora, poeta, contista, enfermeira e uma das principais intelectuais-ativistas do movimento de mulheres negras no Brasil. Fundou, em 1986, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista e, durante anos, coordenou a Casa de Cultura da Mulher Negra, organização não governamental criada em Santos, em 1990, voltada à defesa dos direitos das mulheres negras, com atuação em assistência jurídica, apoio psicossocial e enfrentamento à violência doméstica e racial. A instituição também publicou a revista semestral *Eparrei*, editada por Alzira Rufino, e desenvolveu iniciativas culturais como o coral de crianças negras Omó Oyá e o Grupo de Dança Afro Ajaina. Ver: Literafro (2024).

pelo grupo quando da fundação da Casa de Cultura da Mulher Negra (CCMN), em 30 de junho de 1990 (ver Anexos N e O), em uma formulação que explicita a intenção de produzir genealogias de luta e continuidade histórica:

Casa de Cultura da Mulher Negra
 Continua a tradição de luta da mulher africana no Brasil: de Nzinga, Luiza Mahin, Teresa de Quariterê, Carolina de Jesus, Clementina de Jesus, Benedita da Silva, movimento de mulheres negras e tantas outras guerreiras anônimas. Da raiz da África ao fruto maduro de uma raça bamba. Nagôs, Geges, Minas, Fons, Congos, Bantus. Orixás, Eremins, Ialôs, Iás, Ialodês. Raça que tem mania de ter fé na vida: abrimos espaço com os nossos próprios passos (CCMN, 1990. Folder de divulgação: Fonte: AEL AFRO-CEBRAP).

A CCMN assumia como um de seus objetivos resgatar, preservar e divulgar a história e a cultura dos africanos no Brasil e no mundo, reafirmando tanto a centralidade das mulheres negras na resistência, quanto a diversidade étnica dos grupos africanos que constituíram o país, dimensão pouco exaltada nos currículos escolares antes da obrigatoriedade inaugurada pela Lei nº 10.639/2003. Ao analisar a documentação reunida, constatei que o movimento de mulheres negras, em sua diversidade organizativa e regional, atuou como voz ativa na formulação e consolidação de pautas voltadas à plena cidadania negra.

Nesse percurso, a produção de materiais pedagógicos, a construção de genealogias negras, nas quais se insere a recorrência do nome de Tereza de Benguela, e a realização de encontros estaduais e nacionais, indicam que a organização de mulheres negras não operava apenas no plano local. Ela produzia redes, vocabulários comuns e formas próprias de circulação política, criando as condições para que, ao final dos anos 1980, essas agendas se projetassem em escala latino-americana e caribenha.

4.2 Mulheres Negras da América Latina e do Caribe em rede: a construção do 25 de julho e as disputas de sentido no Brasil

Se, no plano nacional, a organização de mulheres negras se expressou por meio de coletivos, encontros e produção de materiais político-pedagógicos, entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, essa experiência também se consolidou como articulação transnacional, produzindo repertórios comuns entre a América Latina e o Caribe. O gesto de repensar o lugar da mulher negra na diáspora e, ao mesmo tempo, erguer a voz (hooks, 2019a), foi compartilhado por mulheres de diferentes países latino-

americanos e caribenhos, reorganizando repertórios de memória, vocabulários de luta e estratégias de incidência política.

Nessa direção, a socióloga Catalina González Zambrano (2017) sustentou, em sua tese, que o ativismo de mulheres negras assumiu, desde os anos 1980, um caráter transnacional, fruto de articulações contínuas entre intelectuais-ativistas brasileiras e movimentos internacionais de mulheres negras. Esse enquadramento foi reforçado pela pesquisa de Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso (2021), que analisou o campo discursivo do feminismo negro latino-americano e caribenho e mapeou a construção das redes de mulheres negras, bem como suas metodologias de ação.

A articulação transnacional de mulheres negras ganhou novo impulso com o *I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe*, realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, entre 19 e 25 de julho de 1992. O evento teve como propósito reunir diferentes grupos de mulheres negras americanas em torno da denúncia do racismo e do sexismo como estruturas produtoras de desigualdades e violências. Em escala transnacional, a escolha do momento histórico conferiu ao encontro um caráter explicitamente contestatório: sua realização funcionou como contraponto às celebrações do quinto centenário do chamado “Descobrimento das Américas”.

Essa disputa aparece de modo explícito na formulação da intelectual-ativista dominicana Sergia Galván Ortega¹⁸², que nomeou a “comemoração” dos 500 anos de “descobrimento” como “invasão e colonização do continente”. A República Dominicana foi escolhida como sede justamente por ter sido o primeiro território americano ocupado pelos europeus, o que reforçava a dimensão simbólica do encontro como disputa de sentido histórico. Além disso, o período era atravessado por outro marco político significativo: os processos de redemocratização em países latino-americanos que haviam vivido ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980. Tratava-se, portanto, de um momento propício para articular as pautas das mulheres negras ao fortalecimento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos.

No caso brasileiro, a vigência prolongada da ditadura militar (1964-1985) não significou apenas repressão política em sentido estrito, mas também controle sobre a produção, a circulação e a legitimação pública de diagnósticos sociais. A divulgação de

¹⁸² Sergia Galván Ortega coordenou a primeira convenção de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Ela foi cofundadora da Rede de Mulheres Afrodescendentes da América Latina e do Caribe (La Red de Mujeres Afrodescendientes de América Latina y Caribe), bem como do Movimento pela Identidade das Mulheres Negras (Movimiento por la identidad de la Mujer Negra) na República Dominicana.

dados sobre desigualdades raciais e, de modo particular, sobre violências praticadas contra mulheres negras foi atravessada por silenciamentos, distorções e interdições. A censura funcionou, nesse sentido, como um dos dispositivos de manutenção do mito da democracia racial como narrativa de Estado. Com a redemocratização, informações antes bloqueadas ou deslegitimadas vieram à tona. Foi nesse contexto que os diagnósticos construídos por coletivos, associações e ONGs de mulheres negras ganharam maior visibilidade: ao denunciar as condições precárias no mercado de trabalho, os altos índices de violência doméstica e a hiperssexualização de seus corpos, esses grupos tornaram legíveis dimensões estruturais do racismo e do sexismo.

Entre os eixos que permitiram converter experiências nacionais em agenda transnacional, os direitos reprodutivos ocuparam lugar central. Nesse horizonte, a pauta da esterilização em massa de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que, em recorte interseccional, incidia de modo particular sobre mulheres negras e periféricas, emergiu como tema articulador de crítica social e denúncia pública. Ao analisar os dados da PNAD de 1986, Edna Roland¹⁸³ destacou que 44,4% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas, evidenciando a altíssima prevalência da esterilização feminina no país. A autora observou, ainda, que os maiores índices se concentravam nas regiões Norte e Nordeste, onde a presença da população negra, preta e parda, era expressiva (Roland, 1995). Esses dados, sobre o controle da natalidade de mulheres negras e indígenas, eram alarmantes e passaram a compor uma agenda de denúncia pública sobre racismo, sexismo e direitos reprodutivos. Essa discussão foi levada ao encontro da República Dominicana, cuja articulação da comitiva brasileira ficou a cargo do Geledés, por meio da atuação de Maria Lúcia da Silva (ver Figura 24 e Anexo P).

¹⁸³ Edna Maria Santos Roland (1951-) nasceu em Codó-MA é psicóloga, pesquisadora, gestora pública e militante histórica do movimento negro e do movimento de mulheres negras. Foi uma das fundadoras do Geledés, Instituto da Mulher Negra, e da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, tendo atuação destacada nos debates sobre saúde, direitos reprodutivos, racismo e políticas públicas. Em 2001, foi relatora-geral da *III Conferência Mundial contra o Racismo*, realizada em Durban, na África do Sul. Ver: Ancestralidades (2023).

Figura 24 - *Folder* - Convocatória de articulação brasileira para o 1º Encontro Latino-Americano e Caribenho de mulheres negras

História do Encontro	Objetivos do Encontro	Como você pode colaborar?
Durante a realização do 5º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em São Bernardo, Argentina, em 1990, 35 mulheres negras de 12 países aproveitaram para refletir a respeito de sua situação social e étnica.  Discutimos sobre nossa situação como mulheres negras, nossas experiências organizativas e sobre o projeto político, cultural e ideológico que engloba as comemorações do 5º Centenário e suas repercussões raciais e étnicas. Como fruto de nossas reflexões decidimos impulsionar a criação de uma rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Criou-se, nesta ocasião, uma comissão responsável pelo encaminhamento, com representantes do Brasil, República Dominicana, Haiti e Uruguai. Esta comissão se reuniu no Uruguai, de 4 a 7 de abril de 1991, a fim de viabilizar o Encontro. O Encontro será realizado de 19 a 25 de julho de 1992, em Santo Domingo, República Dominicana.	• Criar uma Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Negras • Analisar a problemática da mulher negra na Região, e refletir sobre nossas experiências organizativas, bem como definir estratégias de ação. • Analisar o projeto político e ideológico existente na comemoração do 5º Centenário e suas implicações. • Refletir sobre a problemática da identidade racial na Região 	• Difundindo esta informação • Enviando-nos sugestões de conteúdos e metodologia • Enviando-nos contatos e endereços de pessoas e organizações de Mulheres Negras no Brasil e no Exterior. • Enviando-nos contatos e endereços de pessoas e instituições que possam dar apoio financeiro ao Encontro e à ida de participantes. • Enviando-nos propostas sobre o funcionamento da Rede (objetivo, estrutura, estratégias etc.) 

Fonte: AEL-Unicamp/Afro-CEBRAP - Pasta Mulheres (1991).

O panfleto de convocatória é um documento importante porque torna visível o trabalho de infraestrutura política que sustentou a transnacionalidade do movimento: antes do “grande encontro”, houve convocação, seleção de pautas, construção de representatividade e definição de formas de participação. Em termos historiográficos, ele permite observar como se produziram escalas de articulação, do local ao regional e do nacional ao transnacional, e como se negociou a passagem de uma pluralidade de experiências para uma agenda comum, sem apagar diferenças nacionais e contextuais.

A pauta da esterilização em massa, discutida em Santo Domingo, também integrou a construção de denúncias e reivindicações que ganhariam desdobramentos em conferências posteriores, como a *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, realizada no Cairo, em 1994, e a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, realizada em Beijing, em 1995. Esses eventos, organizados pela ONU, produziram recomendações e parâmetros de políticas públicas sobre direitos reprodutivos para os dois decênios seguintes. Assim, a articulação em torno do 25 de julho deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção de agendas transnacionais de mulheres negras, no qual memória, direitos, denúncia do racismo e incidência institucional caminharam juntas. É nesse percurso que se tornam mais compreensíveis, no caso brasileiro, as condições políticas que permitiram associar posteriormente a data ao nome de Tereza de Benguela.

A partir desse contexto político favorável, articularam-se a construção e o fortalecimento de organizações de mulheres negras da diáspora na América Latina e no Caribe (Botosso, 2021). Embora compartilhassem diagnósticos sobre desigualdades interseccionais, cada país apresentava especificidades histórico-políticas; por isso, havia preocupação com o respeito às diversidades étnicas e às trajetórias nacionais. De acordo com a intelectual-ativista Valdecir Nascimento¹⁸⁴ (2023), o encontro marcou a autonomia do movimento de mulheres negras em relação ao feminismo hegemônico branco e ao movimento negro atravessado por hierarquias de gênero, ao criar um território político transnacional de fala e decisão, com múltiplas vozes e direção comum. Para Nascimento (2023, grifo próprio), a vivência dessa experiência foi um acontecimento político singular:

A experiência de estar na República Dominicana foi única. Já havia experimentado encontros gigantes com muitas mulheres negras no meu país, mas o que estava acontecendo naquele lugar foi único e, certamente, não poderemos repetir, pois aquele encontro foi um desaguar de possibilidades, histórias e o reconhecimento da construção de um território negro, feminino, transnacional, com muitas vozes e uma só direção.

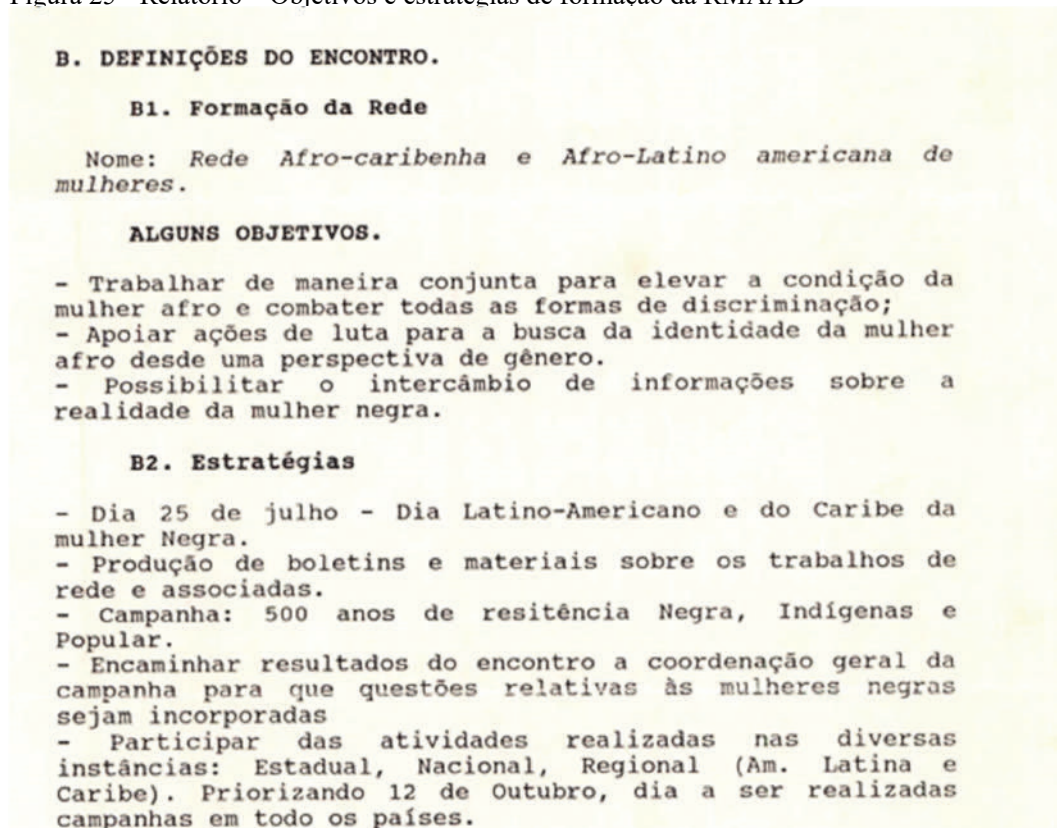
A criação do 25 de Julho como o dia Internacional das Mulheres Afro-latino-americana, Afro-caribenha e da Diáspora está entre algumas das principais proposições do Encontro da Dominicana (1992), além do compromisso em promover a participação de mulheres negras em diferentes espaços políticos e de decisão.

O dia 25 de julho de 1992 marcou a fundação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (RMAAD). Naquele momento, organizações de 25 países da América Latina e do Caribe pactuaram a criação de uma rede transnacional voltada à articulação política, à denúncia do racismo e do sexismo e à ampliação da participação de mulheres negras em espaços de decisão (Reis, 2011).

Para esta pesquisa tive acesso ao relatório onde constam os objetivos e as estratégias de atuação da RMAAD (Figura 25):

¹⁸⁴ Valdecir Pedreira do Nascimento é historiadora, mestra em Educação e intelectual-ativista do movimento de mulheres negras. Fundadora do Odara, Instituto da Mulher Negra, atua na Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e na Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora. Sua trajetória está vinculada à construção do Julho das Pretas e às agendas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à ampliação da participação política de mulheres negras.

Figura 25 - Relatório – Objetivos e estratégias de formação da RMAAD



Fonte Relatório do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Fundo Geledés, AEL-Unicamp/Afro-CEBRAP (1992).

O documento cujo trecho foi reproduzido aqui é especialmente interessante porque permite enxergar a rede como uma tecnologia política: indica as aspirações (combate à discriminação, fortalecimento identitário, incidência pública) e as estratégias operacionais (campanhas, datas, formas de articulação). Em termos de método, o documento mostra que a “organização” em rede foi também uma gramática de ação e um modo de produzir continuidade.

O 25 de julho não nasceu como marca celebrativa, mas como dispositivo de luta para dar visibilidade à agenda compartilhada entre mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas para o enfrentamento do racismo, do sexismo e outras formas de opressão e o movimento de mulheres negras brasileiras é parte desse processo. No Brasil, o 25 de julho entrou na agenda de organizações de mulheres negras desde 1993, por meio de ações e debates pontuais. Entre 1993 e 2007, até onde foi possível identificar nesta pesquisa, não encontrei nenhuma uma articulação nacional coordenada, nem registros sistematizados que pudessem reconstituir um panorama integrado dessas iniciativas.

No campo das celebrações, identifique que, desde 2008, acontece, em Brasília - DF, o *Festival Latinidades*¹⁸⁵, com objetivo de comemorar o dia 25 de julho e reunir mulheres negras de diversos países da América Latina, Caribe e Estados Unidos. Com foco nas atividades culturais, o evento também conta com a participação de intelectuais, artistas, lideranças políticas e ativistas. Além de dar destaque à intelectualidade negra, a reunião oportuniza a troca de experiências transgeracionais e a reflexão sobre a conjuntura dos países envolvidos.

Contudo, Valdecir Nascimento (2023) observa que a data passou por um processo de descaracterização, em razão de tentativas de apropriação por agentes políticos, pelo Estado e por empresas, que tenderam a deslocar o eixo da denúncia estrutural para homenagens e certificações pontuais. A esse respeito, a intelectual-ativista afirma:

Na contramão do movimento de mulheres negras brasileiras, políticos, Estado e empresas passaram a se apropriar da data. E começaram a fazer homenagens pontuais e entregas de certificados para mulheres negras, desviando o foco dos problemas quem as afetavam. Certificados e homenagens não alteram a nossa realidade, não reverterem as desigualdades e violências causadas pelo Estado e pela omissão de muitos! Por tudo que havia sido proposto na Dominicana, em 1992, não poderíamos permitir que o dia 25 de Julho no Brasil fosse descolado dos fatos políticos que o originou. Portanto, o motivador central da criação do Julho das Pretas foi o sentimento de revolta e indignação por conta da tentativa de cooptação da data (Nascimento, 2023).

Como estratégia de retomada do sentido político pactuado em Santo Domingo, em 1992, o Odara, Instituto da Mulher Negra, criou, em 2013, o *Julho das Pretas*¹⁸⁶. A iniciativa buscou recolocar a data no eixo da denúncia das violações de direitos que atingem as mulheres negras e, simultaneamente, fortalecer a construção coletiva de estratégias de enfrentamento às opressões.

O Julho das Pretas foi sendo forjado como tática fundamental da incidência política dos Movimentos de Mulheres Negras, que inicia na Bahia, se expande na região Nordeste e deságua no Brasil. [...]. A articulação se conecta, ainda, com intelectuais e ativistas brasileiras e estrangeiras, como, por exemplo, Ângela Davis, Ângela Figueiredo, Patrícia Hill Collins, Terlúcia Silva, Kimberly Crenshaw, Rosane Borges, Sueli Carneiro, Luiza Bairos, Nilma Bentes, Maria Lúcia, artistas e cineastas, jovens, como, Jaqueline Fernandes, Viviane Ferreira, Larissa Fulana de Tal. Um mundo de mulheres negras com suas artes e histórias (Nascimento, 2023).

¹⁸⁵ O histórico das edições do evento de 2008 a 2025 está disponível em: <https://www.latinidades.com.br/>.

¹⁸⁶ Sobre a criação do Julho das Pretas e sua consolidação como agenda de mobilização política articulada pelo Odara, Instituto da Mulher Negra, ver: ONU Mulheres Brasil (2023).

Ao enumerar essa constelação de referências e práticas, Valdecir Nascimento, uma das idealizadoras do *Julho das Pretas* e representante da RMAAD no Brasil, explicita que, mais do que “celebrar” uma data pontual, o *Julho das Pretas* reafirma uma infraestrutura organizativa e epistêmica. A atuação conjunta de redes, a circulação transgeracional de ideias, a produção cultural e a formulação política coletiva aparecem como dimensões inseparáveis de uma mesma estratégia de incidência pública.

A partir de 2014, com a aprovação da Lei n.º 12.987/2014, que instituiu o 25 de julho como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, a data passou também a operar sob um novo regime de visibilidade e disputa, ao ingressar no repertório estatal das efemérides. Esse deslocamento, que associou oficialmente o 25 de julho ao nome de Tereza de Benguela, será discutido no tópico seguinte.

Longe de pretender esgotar a experiência dos movimentos de mulheres negras, este tópico buscou evidenciar um acúmulo de experiências, saberes e métodos de fazer política coletiva. Em diferentes escalas, do local ao transnacional, mulheres negras construíram, de modo articulado, uma agenda de reivindicações voltada ao enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero. Essa leitura dialoga com a tese de Flávia Rios (2014), que, ao analisar a gênese do que denomina “elite política negra” no Brasil, demonstrou como a organização coletiva operou como estratégia de ocupação de espaços decisórios em instâncias municipais, estaduais e federais. Nesse sentido, a combinação entre militância, produção intelectual e atuação institucional constituiu um dos vetores que viabilizaram, entre os anos 1990 e 2000, a consolidação de uma agenda de políticas públicas antirracistas no país.

4.3 A construção da Lei nº 12.987/2014 e a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

A mobilização dos movimentos sociais foi decisiva para denunciar o racismo e o sexismo como estruturas produtoras de desigualdades e para reivindicar medidas reparatórias e afirmativas no Brasil. Na década de 1990, o conjunto de experiências políticas, passou a produzir efeitos mais visíveis no campo institucional, especialmente na esfera legislativa, com vistas à construção de políticas públicas. Entre as mobilizações emblemáticas do período, destaco a *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida*, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília, que reuniu cerca de 30 mil pessoas de diferentes regiões do país (Memorial da Democracia, [20--]).

Articulada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), com participação expressiva do movimento de mulheres negras e de outras entidades do movimento negro, a Marcha culminou na entrega ao então presidente Fernando Henrique Cardoso do *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial*¹⁸⁷, documento que sistematizou demandas históricas e contribuiu para orientar formulações posteriores.

Na mesma direção, a participação brasileira na *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, realizada em Durban - África do Sul (2001), operou como novo marco de legitimação internacional da agenda antirracista e apontou diretrizes para a promoção de políticas reparatórias para países que viveram experiências de escravidão africana e colonialismo. (Carneiro, 2002). No início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esse cenário se desdobrou em instrumentos institucionais de aproximação entre Estado e sociedade civil. Em 2003, foi criada, por lei, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Lei nº 10.678/2003 (Brasil, 2003b) e, no mesmo marco normativo, previu-se o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 4.885/2003 (Brasil, 2003c). Mais adiante, o Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009 (Brasil, 2009), aprovou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), sistematizando objetivos e diretrizes coerentes com essa trajetória de construção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo.

É nesse contexto histórico de institucionalização da pauta racial que se torna relevante acompanhar como a demanda pelo 25 de julho atravessou o processo legislativo. A partir daqui, minha base documental passa a ser os projetos de lei e seus registros de tramitação - despachos, pareceres, apensamentos, votações e atos de sanção, porque é nesses materiais que se tornam visíveis as mediações do Estado: traduções, hierarquizações e enquadramentos de sentido que raramente aparecem no texto final da lei. Conhecer o processo legislativo é, portanto, parte do método, onde, a partir da própria produção documental do parlamento, observei os deslocamentos de sentido que acompanham a institucionalização da pauta.

¹⁸⁷ O documento *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial*: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, teve a coordenação editorial de Edson Lopes Cardoso. O texto foi sistematizado por Hédio Silva Júnior e Sueli Carneiro. O texto, na íntegra, pode ser acessado pelo link: <https://memoriafeminista.com.br/documentos/livreto-por-uma-politica-nacional-de-combate-ao-racismo-e-a-desigualdade-racial-marcha-zumbi-contra-o-racismo-pela-cidadania-e-a-vida-brasil/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

4.3.1 O processo legislativo ordinário: da apresentação da proposta a sanção

Este subtópico apresenta, de forma sintética, o percurso institucional de tramitação de projetos de lei ordinária, com a finalidade de mapear o caminho documental que estrutura a análise da Lei n.º 12.987/2014 (Brasil, 2014). Meu objetivo é situar as etapas em que se produzem registros decisivos para esta pesquisa, especialmente despachos, pareceres, apensamentos, registros de votação e atos de sanção, pois é no interior desses documentos que emergem e ganham força enquadramentos de sentido como “homenagem”, “data comemorativa”, “resgate da memória” e “cidadania”, examinados adiante. Para um esquema resumido do fluxo de tramitação, ver Anexo Q. A síntese apresentada, a seguir, segue a sistematização proposta por Pacheco (2025, p. 28-62).

O processo legislativo envolve a elaboração, análise e deliberação de diferentes espécies normativas (leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais, decretos legislativos, resoluções, entre outras), cada uma com rito próprio. No caso específico do projeto de lei ordinária, como o que culmina na Lei nº 12.987/2014, a tramitação pode ser descrita, em linhas gerais, pelas seguintes etapas - destacando, em cada uma, os registros documentais que interessam a esta pesquisa:

1. apresentação, recebimento e encaminhamento: o projeto é formalmente apresentado e publicado, podendo ter iniciativa de parlamentares, comissões, Presidente da República e demais sujeitos constitucionalmente legitimados, conforme as regras de iniciativa legislativa;
2. distribuição às comissões e análise de mérito: após a apresentação, o projeto é distribuído às comissões temáticas, e nessa etapa, a relatoria elabora parecer, pode acolher ou rejeitar emendas e submete sua posição à deliberação da comissão; além disso, esta etapa é particularmente relevante para o capítulo, pois é nela que justificativas e enquadramentos políticos do texto ganham forma documental;
3. exame de constitucionalidade e técnica legislativa: em regra, o projeto passa por instâncias responsáveis por avaliar sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, quando for o caso, sua adequação financeira e orçamentária, podendo haver rejeição, alteração ou arquivamento;
4. apreciação conclusiva em comissões ou votação em Plenário: conforme a forma de apreciação, o projeto pode ter sua tramitação decidida nas comissões, em regime de apreciação conclusiva, ou seguir ao Plenário; na Câmara dos Deputados, a apreciação conclusiva é prevista no Regimento Interno, art. 24, II,

para determinadas proposições, o que torna ainda mais decisivo observar o que se produz nos pareceres e relatórios (Câmara dos Deputados, 2023);

5. apreciação pela outra Casa e retorno, se houver alterações: quando o projeto se inicia em uma das Casas Legislativas, Câmara ou Senado, após aprovação segue para a outra, e caso haja alterações, retorna à Casa de origem para apreciação das mudanças (Pacheco, 2025, p. 57);

6. sanção ou veto e publicação: aprovado no Congresso Nacional, o projeto segue para sanção ou veto presidencial, e se sancionado, converte-se em lei e é publicado; se houver veto, este pode ser apreciado posteriormente pelo Congresso (Pacheco, 2025, p. 83).

Do ponto de vista analítico, interessa-me destacar que, embora cumpra os ritos constitucionais, o processo de tramitação de um projeto de lei não é neutro. Ao passar do campo do ativismo para o calendário oficial do Estado, a pauta do 25 de julho foi mediada por instâncias e linguagens institucionais que reorientaram os sentidos em disputa. É a partir dessa chave que, no subtópico seguinte, acompanho a tramitação dos projetos que culminaram na criação do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*.

4.3.2 Projetos de Lei nº 5371/2009 e nº 5746/2009

A primeira proposta de criação de um dia nacional em homenagem às mulheres negras foi apresentada pela Deputada Fátima Pelaes¹⁸⁸ (PMDB-AP). O PL nº 5.371/2009, apresentado em 4 de junho de 2009, propunha inserir no calendário oficial de efemérides nacionais o *Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha*, a ser comemorado, anualmente, em 25 de julho (Câmara dos Deputados, 2009a). Na justificativa, a deputada argumentou que a instituição da data tinha por “finalidade básica resgatar o papel de luta em prol da conquista da cidadania de determinados segmentos da sociedade que, no decorrer de nosso processo histórico, foram marginalizados e excluídos” (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 1). Sustentou, ainda, que o 25 de julho deveria funcionar como data de rememoração da luta das mulheres negras, tal como já havia ocorrido com o 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, escolhido pelo movimento negro contemporâneo em oposição ao 13 de maio.

¹⁸⁸ Fátima Lúcia Pelaes (1959-) nasceu em Macapá (AP), é socióloga e política, exerceu mandatos como deputada federal pelo Amapá nas legislaturas de 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2007-2011 e 2011-2015. Também atuou como Secretária Especial de Políticas para as Mulheres entre 2016 e 2018.

Pelaes assinalou que a data remetia a uma articulação transnacional consolidada durante o *I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Caribenhas*, em Santo Domingo, na República Dominicana, quando se deliberou que 25 de julho seria o marco internacional de luta e resistência das mulheres negras (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 2). No texto de justificativa, registrou que “vários setores da sociedade têm atuado para consolidar e dar visibilidade a esta data, tendo em conta a condição de opressão de gênero, raça e etnia vivida pelas mulheres latino-americanas e caribenhas” (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 2). Essa formulação é significativa porque confirma uma dinâmica de construção social na qual a pauta apresentada ao parlamento resultava de articulações coletivas já em curso.

Esse vínculo aparece de modo ainda mais direto quando a autora afirma que a proposta “foi construída em parceria com o *Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro* (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 2). A referência nominal à participação do Fórum na elaboração do PL é analisada aqui como corroboração de uma hipótese desenvolvida nos tópicos anteriores: a de que, desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, organizações de mulheres negras produziram repertórios político-pedagógicos e operaram estratégias de incidência institucional, tensionando o Estado e disputando a inscrição pública de suas agendas.

A justificativa do PL n.º 5.371/2009 explicita que a proposta não surgiu de uma iniciativa parlamentar isolada, porém, ao mesmo tempo, o texto permite observar como a linguagem legislativa traduziu a pauta do movimento de mulheres negras para o repertório institucional das efemérides, da comemoração e da reflexão pública. Nos termos da deputada:

Essa proposta atende, pois, ao anseio do movimento feminista brasileiro e foi construída em parceria com o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro, que vem pleitear o reconhecimento e a inclusão desta importante data no calendário das efemérides nacionais. O objetivo da instituição dessa data é que a comemoração do dia 25 de julho passe a marcar esta luta e a garantir a reflexão e o debate pela inserção de temáticas voltadas para o enfrentamento do racismo, sexismo, discriminação, preconceito e demais desigualdades raciais e sociais ainda presentes na sociedade brasileira. Historicamente, a mulher negra foi vítima da escravidão e da exploração sexual durante quase três séculos. Historiadores, antropólogos e cientistas sociais consideram que a mulher negra é, ainda hoje, duplamente discriminada em nossa sociedade de padrões eurocêntricos – por pertencer ao sexo feminino e ser de uma etnia considerada inferior (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 2).

Mesmo sem mobilizar de forma explícita a categoria de “interseccionalidade”, a justificativa organiza o problema no cruzamento entre raça, gênero e desigualdades sociais, projetando uma continuidade histórica das formas de subalternização que incidem de modo particular sobre mulheres negras. Para sustentar a argumentação, a deputada recorre a evidências quantitativas referentes a marcadores sociais que atravessam a condição da mulher negra:

Essa discriminação não é mera figura de retórica, mas se evidencia através de números e estatísticas que mostram a perversa realidade social brasileira. Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de 2007 e divulgados no ano passado, revelam que a situação da mulher negra é mais desfavorável no que se refere às condições de vida e trabalho. Essa pesquisa revela que 26% dos domicílios são chefiados por mulheres negras, mas são elas que tem as piores condições de renda. Apesar de maior nível de escolaridade do que os homens negros (7,4 anos de estudo contra 6,3, em média), as negras tem o maior índice de desemprego da sociedade (cerca de 12,2%), atrás das mulheres brancas (9,2%), dos homens negros (6,4%) e dos homens brancos (5,3%). Esses dados refutam o mito da democracia racial, ao mostrar, de forma contundente, a dura realidade da mulher negra em nosso país (Câmara dos Deputados, 2009a, p. 3, grifo próprio).

No excerto selecionado, a deputada mobiliza estatísticas para reforçar a legitimidade pública do projeto. Esse recurso dialoga com um repertório político mais amplo, no qual a produção de dados desagregados por cor/raça aparece como condição para evidenciar desigualdades e disputar políticas públicas, tema presente tanto em campanhas do movimento negro no contexto dos recenseamentos quanto em intervenções de intelectuais-ativistas negras, como Sueli Carneiro, ao discutir autodeclaração racial e leitura pública dos dados censitários (Ibase, 2003; Carneiro, 1985 [2019]). O mesmo movimento é perceptível na justificativa do PL, ao associar a instituição da efeméride à demonstração empírica das desigualdades, articulando reconhecimento simbólico e denúncia material do racismo (Câmara dos Deputados, 2009a). Ao ingressar no fluxo regimental, essa formulação passou a compor o arquivo parlamentar do projeto, registrada em despachos, pareceres e encaminhamentos que permitem acompanhar como a pauta foi traduzida pelas instâncias legislativas (Câmara dos Deputados, 2009a).

Na Câmara dos Deputados, a tramitação do PL n.º 5.371/2009 seguiu o rito regimental sob a relatoria da deputada Alice Portugal¹⁸⁹ (PCdoB-BA), designada pela

¹⁸⁹ Alice Mazzuco Portugal (1959-) nasceu em Salvador, Bahia. Farmacêutica, química e política, exerceu mandatos como deputada federal pelo PCdoB-BA. No processo analisado nesta tese, atuou como relatora do PL n.º 5.371/2009 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Comissão de Educação e Cultura (CEC) em 16 de julho de 2009. Encerrado o prazo em 12 de agosto de 2009, não houve proposição de emendas, o que sugere, no plano documental, baixa intensidade de disputa em torno do mérito da iniciativa naquele momento (Câmara dos Deputados, 2009a).

Poucos dias depois, chegou à Câmara dos Deputados uma proposição oriunda do Senado Federal, de autoria da então senadora Serys Slhessarenko¹⁹⁰ (PT-MT), representante de Mato Grosso. No Senado, a matéria havia tramitado como PLS n.º 23/2009; na Câmara, passou a tramitar como PL n.º 5.746/2009, dispondo sobre a criação do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra* (Câmara dos Deputados, 2009b). Embora as duas proposições convergissem na fixação do 25 de julho como marco de visibilização e luta das mulheres negras, o texto, vindo do Senado, operou um deslocamento relevante: ao nomear Tereza de Benguela, liderança quilombola vinculada à história de Mato Grosso, transformou a data, até então formulada em chave mais ampla, em uma efeméride ancorada também em uma referência histórica específica.

Esse deslocamento ajuda a compreender a alteração do curso legislativo. O PL n.º 5.371/2009, de autoria de Fátima Pelaes, propunha incluir no calendário nacional o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Já o PL n.º 5.746/2009 associava essa agenda transnacional ao nome de Tereza de Benguela, condensando, em uma mesma formulação, memória quilombola, reconhecimento da mulher negra e institucionalização do 25 de julho. Por isso, no despacho de tramitação, a Câmara determinou o apensamento do PL n.º 5.371/2009 ao PL n.º 5.746/2009, fazendo com que a proposição originária do Senado passasse a orientar o curso legislativo que culminaria na Lei n.º 12.987/2014.

Do ponto de vista regimental, o PL n.º 5.746/2009 foi distribuído às Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, recebendo despacho que determinou o apensamento do PL n.º 5.371/2009. Esse ato registrou formalmente a convergência temática entre as proposições. O apensamento, contudo, não foi apenas um gesto administrativo: ao reunir os projetos em uma mesma tramitação, fez com que o PL n.º 5.746/2009 assumisse a posição principal no processo, enquanto o PL n.º 5.371/2009 passou a acompanhá-lo como proposição apensada, conforme as regras regimentais de tramitação conjunta.

¹⁹⁰ Serys Marly Slhessarenko (1945-) nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Professora e política, exerceu mandato como senadora pelo Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso durante a 52ª Legislatura (2003-2007) e a 53ª Legislatura (2007-2011). É autora do PLS n.º 23/2009, que, ao tramitar na Câmara dos Deputados como PL n.º 5.746/2009, deu origem à Lei n.º 12.987/2014, instituindo o *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*.

Esse desenho se reforçou porque a matéria foi submetida à apreciação conclusiva pelas comissões (Câmara dos Deputados, 2009c), isto é, um rito em que os colegiados assumem poder decisório sobre o projeto. Com isso, o foco da tramitação deslocou-se para a produção de consenso técnico-político no interior das comissões, precisamente o espaço em que os sentidos da data passaram a ser enquadrados pela linguagem institucional.

A relatoria do PL n.º 5.746/2009 foi atribuída à deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), na Comissão de Educação e Cultura, em 28 de agosto de 2009. O parecer, contudo, só foi apresentado em 30 de junho de 2010, após um intervalo de cerca de dez meses. Esse lapso evidencia a temporalidade própria do trabalho legislativo, atravessada por prioridades institucionais, calendários políticos e disputas de pauta.

No parecer apresentado à Comissão de Educação e Cultura, a relatora formulou uma proposição no sentido de validar a agregação da agenda internacional do 25 de julho ao “resgate” de uma personagem histórica brasileira. O parecer registra:

O projeto de lei em pauta, oriundo do Senado Federal, onde foi proposto, inicialmente, pela Senadora Serys Slhessarenko, propõe a instituição do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, tendo como referência o dia 25 de julho- data em que é celebrado o Dia Internacional de Luta da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. Na justificação de sua proposição, a nobre Senadora ressalta o nome da heroína negra Tereza de Benguela que, a exemplo de Zumbi dos Palmares, liderou o Quilombo de Quariterê, no estado de Mato Grosso, em pleno século XVIII. Vale a pena conhecer um pouco mais dessa mulher negra, cujo papel de luta e resistência foi omitido pela historiografia oficial de caráter eurocêntrico, ao privilegiar apenas a ação de homens brancos em detrimento das mulheres negras e mestiças, que também fizeram a história desse País (Câmara dos Deputados, 2010, p. 1).

Esse trecho é especialmente relevante porque explicita um padrão recorrente na institucionalização de memórias negras: a crítica à “historiografia oficial” aparece como argumento de legitimação pública da proposição, mas não se desdobra, no próprio parecer, em uma interlocução historiográfica sistemática. O documento reconhece o apagamento de Tereza de Benguela e de outras mulheres negras e mestiças, mas enfrenta esse problema sobretudo por meio de um expediente de visibilização simbólica, isto é, a criação de uma efeméride. Nesse movimento, a memória de Tereza ingressa no repertório estatal, não pela via de uma revisão historiográfica aprofundada, mas pela linguagem do reconhecimento público, da homenagem e do “resgate”. Trata-se de um procedimento

típico da forma como o Estado traduz disputas políticas e demandas por reparação simbólica para o calendário cívico.

O parecer inclui, ainda, uma citação do verbete sobre Tereza no *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (Moura, 2022), no qual a personagem aparece como “Tereza de Quariterê”. Essa referência é incorporada como lastro histórico para a justificativa do projeto (Câmara dos Deputados, 2010, p. 2):

[...] líder quilombola, rainha do quilombo de Quariterê, que existiu no século XVIII. Foi por duas décadas a chefe incontestável desse ajuntamento de negros fugidos. Segundo se supõe, era procedente de Benguela, como também pode ter nascido no Brasil. O grupo tinha 79 escravos e trinta índios, instalados próximo ao rio Galera, não muito distante da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Impôs tal organização ao grupo que o quilombo sobreviveu até 1770. Organizou um parlamento, um conselho da rainha e um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas às vilas e povoados das redondezas. O controle de Teresa sobre os habitantes do quilombo era absoluto. Temendo deserções, que certamente culminariam em delações, punia severamente aqueles que tentassem abandonar o reduto. Pessoalmente, era vaidosa e se fazia assistir por um bom número de negras e índias. Durante o seu longo governo, Quariterê pôde contar com uma agricultura bem desenvolvida, que produzia algodão e alimentos, e com duas tendas de ferreiro e teares. Os tecidos ali fabricados eram vendidos fora do quilombo, do mesmo modo que os excedentes agrícolas. Em 1770, moradores da capitania de Mato Grosso, prejudicados com o número cada vez maior de deserções de escravos, organizaram uma expedição para atacar o quilombo, na qual prenderam 44 dos 79 negros, mataram o conselheiro e levaram a rainha Teresa como prisioneira. Esta, sentindo-se vencida, ingeriu ervas venenosas e, talvez pela ação do veneno, morreu “enfurecida” quando era conduzida para Vila Bela (Moura, 2004, p. 389 *apud* Câmara dos Deputados, 2010, p. 2).

No trecho mobilizado, o verbete apresenta Tereza como “líder quilombola” e “rainha do quilombo de Quariterê”, enfatizando elementos de organização interna, economia, autoridade política e desfecho do quilombo (Moura, 2004, p. 389 *apud* Câmara dos Deputados, 2010, p. 2). Aqui, o ponto analítico não é negar a importância da referência, mas observar como ela foi acionada no processo legislativo. No parecer, a citação funciona como uma síntese autorizada da personagem, oferecendo uma narrativa pronta e adequada à lógica da homenagem pública.

Ao mesmo tempo, essa incorporação ocorre sem debate explícito sobre o lastro documental, as camadas de mediação histórica e as controvérsias que envolvem a trajetória de Tereza, conforme discutido no capítulo 1 desta tese. É justamente nessa

passagem, entre a complexidade do arquivo colonial e a necessidade institucional de produzir reconhecimento, que emerge um problema historiográfico com efeitos políticos.

Como esta pesquisa observa, traços narrativos específicos, como descrições de personalidade, formas de controle interno e circunstâncias da morte, não foram discutidos criticamente no parecer nem confrontados com a documentação colonial ou com debates historiográficos mais amplos. Ainda assim, passaram a compor o enredo legislativo sobre Tereza, indicando como a institucionalização tende a absorver narrativas disponíveis e convertê-las em uma espécie de “biografia oficial” da efeméride.

O fato de essa ser, no interior da tramitação, a única menção direta a um texto de referência historiográfica, reforça a assimetria do procedimento. Ao mesmo tempo em que se denuncia o apagamento “eurocêntrico”, não se constrói, no rito legislativo, um espaço de interlocução historiográfica capaz de qualificar a referência, explicitar seus limites e discutir suas implicações. Esse dado ajuda a pensar os sentidos que o Legislativo atribui à “data comemorativa”, frequentemente orientados por uma gramática estatal de reconhecimento, homenagem e citação pública, em tensão com o sentido de crítica e rememoração mobilizado pelos movimentos de mulheres negras.

Na sequência, o voto da relatora justifica a efeméride pela gramática estatal da memória, ancorada nas ideias de cidadania e identidade nacional: “A instituição de datas comemorativas e homenagens a determinadas figuras da história do país tem por finalidade precípua o resgate de nossa memória como instrumento de afirmação da cidadania e de valorização da identidade nacional” (Câmara dos Deputados, 2010, p. 3). O parecer mobiliza, ainda, a base constitucional: “a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais” (Brasil, 1988, art. 215, § 1º).

Esse enquadramento evidencia como o Estado traduz uma reivindicação política em um dispositivo administrável: a efeméride. Nesse processo, a memória mobilizada pelos movimentos sociais como rememoração crítica pode ser reconfigurada, na gramática legislativa, como homenagem e comemoração. Esse deslocamento não é neutro: ele altera as formas de circulação, apropriação e disputa dos sentidos do 25 de julho.

A relatora também reforçou o argumento por meio de um espelhamento simbólico com o 20 de novembro, aproximando Tereza de Benguela de Zumbi dos Palmares e situando a nova efeméride no campo das políticas de memória negra:

[...] ao instituir uma data comemorativa que exalta o papel da mulher negra em nosso País, ao mesmo tempo em que resgata, dos porões da História Oficial, o nome de Tereza de Benguela. Da mesma forma que já dispomos do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra que é comemorado anualmente no dia 20 de novembro, nada mais justo do que incluirmos, também, no calendário de nossas efemérides cívicas, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A instituição dessa data comemorativa constitui, portanto, o reconhecimento de nossa rica diversidade étnico-cultural, além de resgatar o nome de uma mulher negra, símbolo da luta e resistência contra a escravidão em nosso País (Câmara dos Deputados, 2010, p. 3, grifo próprio).

Na conclusão de sua relatoria, Alice Portugal votou pela aprovação do PL n.º 5.746/2009 e pela rejeição de seu apenso, o PL n.º 5.371/2009. O parecer foi aprovado por unanimidade na reunião deliberativa ordinária da Comissão de Educação e Cultura (CEC), em 1º de dezembro de 2010, e posteriormente encaminhado para publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*, em 17 de dezembro de 2010 (Câmara dos Deputados, 2009c).

Em seguida, a matéria foi remetida à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Embora o recebimento pela CCJC conste em dezembro de 2010, a designação do relator ocorreu apenas em 28 de setembro de 2011, quando foi escolhido o deputado Evandro Milhomen¹⁹¹ (PCdoB-AP). O intervalo de cerca de nove meses evidencia, novamente, o ritmo descontínuo da tramitação legislativa e sua dependência de calendários, prioridades institucionais e disputas de pauta (Câmara dos Deputados, 2009c).

Em 9 de novembro de 2011, Evandro Milhomen apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL n.º 5.746/2009 e do PL n.º 5.371/2009, apensado ao primeiro (Câmara dos Deputados, 2009c). O texto é revelador não apenas pelo juízo formal, mas pela forma como enquadra politicamente a criação da data: ao reafirmar o 25 de julho como marco internacional, o parecer acrescenta a necessidade de produzir, no plano nacional, um emblema identitário, isto é, “um símbolo para a mulher negra”:

Acrescenta que embora no dia 25 de julho seja comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, no Brasil “é preciso criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito ZUMBI do Palmares, as mulheres carecem de heroínas negras”

¹⁹¹ Seguindo o trâmite legal, em 30 de setembro de 2011, a CCJC informou a abertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 03 de outubro de 2011). Em 10 de outubro de 2011, foi encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

que reforcem o orgulho de sua raça e de sua história de mulheres que sirvam de espelho para as batalhas cotidianas de cada mulher negra". Nesse sentido, homenageia Tereza de Benguela que "viveu na histórica cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi primeira capital de Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé." Foi líder quilombola, implacável e obstinada, valente e guerreira e comandou uma comunidade de três mil pessoas. Sob sua liderança o Quilombo Quariterê resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770. Acrescenta que "o objetivo da instituição dessa data é que a comemoração do dia 25 de julho passe a marcar esta luta e a garantir a reflexão e o debate pela inserção de temáticas voltadas para o enfrentamento do racismo, sexismo, discriminação, preconceito e demais desigualdades raciais e sociais ainda presentes na sociedade brasileira" (Câmara dos Deputados, 2011, p. 1-2, grifo próprio).

Destaco para análise alguns trechos presentes no parecer assinado pelo deputado Evandro Milhomen. Embora o 25 de julho já fosse reconhecido como *Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe*, o relator afirmou que, no Brasil, "é preciso criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito Zumbi dos Palmares", pois "as mulheres carecem de heroínas negras" que "sirvam de espelho para as batalhas cotidianas de cada mulher negra" (Câmara dos Deputados, 2011, p. 1). Em seguida, descreveu Tereza de Benguela por meio de uma sequência de atributos e números questionáveis, como "implacável", "obstinada", "comandou uma comunidade de três mil pessoas" e "resistiu [...] por duas décadas", compondo uma narrativa que reforça a vocação exemplar da personagem na lógica da homenagem (Câmara dos Deputados, 2011, p. 2).

O ponto historiograficamente sensível aqui não é a intenção de valorização, mas o modo como essa biografia foi construída no interior do parecer. As caracterizações e os números são apresentados como informações consolidadas, sem explicitação de lastro documental ou referência às fontes utilizadas para sustentar o discurso. Com isso, o rito legislativo favorece a circulação de enunciados como se fossem dados sólidos. Nesse movimento, produz-se uma "versão pronta" da personagem, eficiente para a função cívica do símbolo, mas frágil do ponto de vista da crítica historiográfica.

Essa forma de narrar se combina, no mesmo parecer, com a incorporação de uma linguagem programática que retoma quase literalmente formulações já presentes nas justificativas anteriores dos projetos, especialmente no que se refere à finalidade pedagógica da data. Quando o relator afirma que "o objetivo da instituição dessa data é que a comemoração do dia 25 de julho passe a marcar esta luta e a garantir a reflexão e o debate pela inserção de temáticas voltadas para o enfrentamento do racismo, sexismo,

discriminação, preconceito e demais desigualdades raciais e sociais ainda presentes na sociedade brasileira” (Câmara dos Deputados, 2011, p. 2), observa-se uma operação de montagem textual.

De um lado, a gramática do enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades aparece como eco de um repertório político e legislativo já previamente formulado; de outro, ela é acoplada a uma biografia monumentalizada, marcada por adjetivações e quantificações sem referencial documental. O efeito é uma combinação entre enunciados normativos reiterados, sobre o que a data deve “garantir”, e afirmações biográficas, sobre o que Tereza “foi” e “comandou”, na qual a densidade política da pauta “convive” com distorções históricas.

Duas operações ficam condensadas nessa passagem. A primeira é a equiparação Zumbi/Tereza como forma de constituir uma genealogia cívica, em que a memória funciona como espelho identitário e pedagógico. A segunda é a passagem do registro político da denúncia para o registro institucional da comemoração, como se observa na formulação “que a comemoração [...] passe a marcar esta luta”. Essa passagem antecipa a tensão analítica entre rememoração crítica e comemoração cívica: ao falar em “símbolo” e “comemoração”. A escolha do termo “mito” para Zumbi é sintomática desse movimento, pois sugere um tratamento da história como repertório de figuras exemplares, mais orientado à função celebrativa do que à qualificação historiográfica das narrativas mobilizadas (Câmara dos Deputados, 2011).

Do ponto de vista jurídico, o parecer também explicita a gramática institucional que regula a produção de efemérides. Ao mencionar a Lei n.º 12.345/2010, que estabelece critérios para instituição de datas comemorativas, e defender sua não incidência sobre projetos apresentados antes de sua vigência, o relator reforça como a admissibilidade formal pode contornar exigências procedimentais mais recentes, mantendo o reconhecimento no formato de “data comemorativa” (Brasil, 2010; Câmara dos Deputados, 2011).

Apesar do parecer favorável, a proposição só teve avanço decisivo na CCJC em 2014, o que sugere que, mesmo admitida formalmente, a criação da efeméride não ocupava lugar prioritário no calendário de votações da comissão (Câmara dos Deputados, 2009c). O destravamento ocorreu quando a CCJC passou a organizar votações por pautas temáticas, em uma estratégia que associava estratégias de dar visibilidade pública ao trabalho legislativo e, ao mesmo tempo, mostrar “eficiência” do trabalho dos legisladores. Após uma primeira rodada voltada a proposições relacionadas aos direitos das mulheres,

em torno do *Dia Internacional da Mulher*, 8 de março, a presidência da comissão selecionou proposições em alusão ao *Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial*, 21 de março, apostando na visibilidade global da data como gatilho para intensificar o debate público sobre desigualdade racial e políticas de reparação (Câmara dos Deputados, 2014a).

Na reunião da CCJC de 1º de abril de 2014, a pauta temática reuniu cinco proposições associadas ao combate à discriminação racial: o PL n.º 6.738/2013, sobre cotas em concursos federais; o PL n.º 6.763/2002, sobre representação da Fundação Palmares e de comunidades quilombolas em comitês de bacia hidrográfica; o PL n.º 2.882/2011, sobre declaração raça/cor no registro de candidatura; o PL n.º 5.746/2009, sobre a criação do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*; e o PL n.º 803/2011, sobre modificação do registro civil de afrodescendentes e indígenas (Câmara dos Deputados, 2014a).

Na mesma sessão, a CCJC aprovou, em caráter conclusivo, o PL n.º 5.746/2009, proposição oriunda do Senado que instituiu o 25 de julho como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*. Na matéria jornalística da *Agência Câmara*, o relator Evandro Milhomen destacou a liderança de Tereza e a resistência do Quilombo do Quariterê (Câmara dos Deputados, 2014b). A notícia também registrou declaração da autora do texto, a ex-senadora Serys Slhessarenko, retomando quase literalmente a gramática do “símbolo” e da “heroína” já evidenciada nos pareceres: “É preciso criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito Zumbi dos Palmares. As mulheres carecem de heroínas negras que reforcem o orgulho de sua raça e de sua história” (Câmara dos Deputados, 2014b).

A recorrência desse vocabulário, “símbolo”, “mito” e “heroínas”, reforça um ponto decisivo para esta análise: a tramitação legislativa não apenas acolheu uma demanda histórica por visibilização e direito à memória, mas o fez a partir de um modelo específico de reconhecimento, centrado na produção de figuras exemplares e na monumentalização de narrativas. O problema não é o símbolo em si, mas o fato de que, no circuito estatal, a simbolização enquadrando Tereza em uma chave que deslocou parte da ênfase do campo da reflexão, da denúncia e da reparação para a lógica da celebração. É justamente esse mecanismo que permite sustentar, com lastro empírico, a crítica à conversão do 25 de julho em efeméride, sem perder de vista que a própria lei também constituiu uma conquista importante dentro da arena pública.

Após a aprovação na CCJC, o PL seguiu o transcurso regimental até a sanção presidencial, em 2 de junho de 2014.

Figura 26 - Mensagem da presidenta Dilma Rousseff ao Congresso Nacional

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014.

Brasília, 2 de junho de 2014.



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Mensagens n.º 143, 6 jun. 2014.

A Lei n.º 12.987/2014, que “dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”, foi sancionada em 2 de junho de 2014 e publicada no *Diário Oficial da União* em 3 de junho de 2014, entrando em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2014). No texto oficial, além da assinatura da presidenta Dilma Rousseff¹⁹², constam as assinaturas ministeriais de Marta Suplicy¹⁹³, Luiza Helena de Bairros¹⁹⁴, Eleonora Menicucci de Oliveira¹⁹⁵ e Ideli Salvatti¹⁹⁶, compondo um registro

¹⁹² Dilma Vana Rousseff (1947-) nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Economista e política, foi a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil, cargo que exerceu entre 2011 e 2016.

¹⁹³ Marta Teresa Suplicy (1945-) nasceu em São Paulo, São Paulo. Psicóloga e política, exerceu mandato como deputada federal e senadora por São Paulo, além de ter sido prefeita da capital paulista e ministra da Cultura no governo Dilma Rousseff.

¹⁹⁴ Luiza Helena de Bairros (1953-2016) nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Socióloga, intelectual e militante histórica do movimento negro brasileiro, foi ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre 2011 e 2014. Ver: Fundação Cultural Palmares, (2025).

¹⁹⁵ Eleonora Menicucci de Oliveira (1944-) nasceu em Lavras, Minas Gerais. Socióloga, professora e militante feminista, foi ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres no governo Dilma Rousseff, com trajetória vinculada aos debates sobre saúde coletiva, direitos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero.

¹⁹⁶ Ideli Salvatti (1952-) nasceu em São Paulo, São Paulo. Professora, sindicalista e política, foi senadora por Santa Catarina durante a 52ª e a 53ª Legislaturas e integrou o governo Dilma Rousseff, tendo atuado em pastas como Pesca e Aquicultura, Relações Institucionais e Direitos Humanos.

que situa o ato no interior de um arranjo governamental voltado à cultura, à igualdade racial, às políticas para as mulheres e aos direitos humanos.

Essa assinatura adquire densidade política adicional quando lida retrospectivamente, à luz dos acontecimentos que se desenrolaram nos anos seguintes. Em 31 de agosto de 2016, o Senado Federal aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff, primeira mulher democraticamente eleita presidenta do Brasil. O processo que depôs Dilma foi atravessado por violências políticas de gênero e marcou o crescimento dos ataques ao Estado democrático de Direito no país. Nesse contexto, destaco alguns trechos de seu pronunciamento:

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. [...] Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar (Rousseff, 2016).

Os trechos destacados são mobilizados aqui como fonte histórica: trata-se de um registro em primeira pessoa, produzido e publicizado em um momento de crise institucional, no qual a então presidenta nomeou a experiência do processo e seus efeitos, incluindo referências explícitas a marcadores de gênero, raça, sexualidade e direitos sociais. Ao concluir seu pronunciamento, Dilma Rousseff (2016) afirmou que “não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores”, citando Darcy Ribeiro, e completou: “a história será implacável com eles”.

Para os fins desta pesquisa, o interesse não está em tomar esse enunciado como veredito sobre o *impeachment*, mas em tratá-lo como autointerpretação de um episódio crítico, no qual se explicitam disputas de legitimidade democrática e a presença de assimetrias de gênero na cena institucional. Nessa chave, o fato de a Lei n.º 12.987/2014

ter sido sancionada por uma presidenta mulher pode ser lido como dado significativo do arquivo político da efeméride. A institucionalização de uma data voltada à memória e aos direitos das mulheres negras inscreve-se, assim, em um campo de tensões no qual a ampliação de direitos convive com reações, resistências e tentativas de deslegitimação de mulheres em posições de poder.

Desnudar as condições políticas de produção, circulação e reconhecimento da Lei n.º 12.987/2014 permite compreender o momento histórico em que sua construção foi mediada por ritmos institucionais, enquadramentos de sentido e disputas de legitimidade no interior do Estado. Nesse horizonte, a sanção por uma presidenta mulher integra um mesmo campo de tensões em que políticas de memória, igualdade racial, direitos das mulheres e projeto democrático aparecem articulados. Essa leitura reforça a necessidade de compreender o 25 de julho não apenas como efeméride, mas como arena de disputa de sentidos, memória e democracia, questão que será retomada no subtópico seguinte.

4.3.3 Sentidos em disputa: efeméride, memória e rememoração crítica

A instituição do *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, a partir da tramitação dos projetos de lei analisados, evidencia um mecanismo recorrente de produção pública da memória: reconhece-se o apagamento histórico e mobiliza-se a linguagem do “resgate” e da “cidadania”, mas o processo legislativo tende a fixar um nome-símbolo a ser celebrado, convertendo conflito em representatividade administrável. Em outras palavras, a lei amplia a circulação de Tereza, mas, ao mesmo tempo, reconfigura o modo social de lembrar, deslocando o eixo da denúncia e da reparação para a “comemoração”.

Nesse percurso, é importante notar que a escolha da data “25 de julho” resulta do cruzamento entre diferentes camadas que não se equivalem, embora se atravessem: a consolidação de coletivos e organizações de mulheres negras no Brasil; a articulação transnacional de mulheres negras afro-latino-americanas e caribenhas; e a tradução institucional dessa agenda no processo legislativo que culminou na Lei n.º 12.987/2014. De um lado, o 25 de julho se forjou como marco político de denúncia, articulação e incidência, vinculado ao *Encontro de Santo Domingo* (1992) e às redes que, no Brasil, passaram a mobilizar a data como momento de reflexão crítica e visibilização de pautas históricas. De outro, quando institucionalizada como efeméride, a data passou a operar

sob uma gramática estatal de “comemoração” e “homenagem” que, quando problematizada tende a “forjar” uma ideia de consenso e ritualização.

A pesquisa evidenciou que o que está em disputa, portanto, não é apenas a lembrança, mas os enquadramentos e os efeitos políticos da lembrança: quais memórias ganham estatuto público e quais permanecem subterrâneas (Pollak, 1989). Esse tensionamento aparece de modo explícito na linguagem mobilizada durante a tramitação do PL. Nos pareceres das comissões, a instituição do 25 de julho é justificada como “resgate de nossa memória”, afirmação de cidadania e valorização de uma identidade nacional plural. O vocabulário confere legitimidade constitucional e cívica à proposição, aproximando-a de outras datas do calendário oficial. Entretanto, ao enquadrar o 25 de julho como “data comemorativa”, o Legislativo desloca o centro do debate: aquilo que, no movimento transnacional de mulheres negras, operava como rememoração crítica, com risco de convertê-la em rito celebrativo.

Esse reenquadramento torna-se ainda mais nítido quando observamos como a figura histórica de Tereza de Benguela foi incorporada ao debate legislativo. Durante a tramitação do PL, apenas uma referência historiográfica foi mobilizada de forma explícita: o verbete do *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (Moura, 2004). No parecer, esse texto passa a funcionar como uma síntese autorizada da personagem. Tereza, ali referida como “Teresa de Quariterê”, é apresentada como liderança quilombola, com destaque para a organização política e econômica do quilombo. Entretanto, a mesma síntese incorpora traços e episódios sem lastro documental suficientemente explicitado, como o “controle absoluto”, a “ vaidade” e a morte por ingestão de “ervas venenosas”. Ao ser absorvida sem problematização, essa narrativa evidencia um traço recorrente da institucionalização da memória: a preferência por versões prontas, capazes de cumprir a função pública da homenagem, ainda que frágeis do ponto de vista da crítica historiográfica.

Nesse movimento, o processo legislativo operou com sínteses ajustadas à função simbólica de Tereza como emblema de “resgate” e “homenagem”, em detrimento de um diálogo mais aprofundado com debates historiográficos críticos. Essa operação reaparece na declaração de Serys Slhessarenko, autora da proposição originária no Senado, quando afirma ser necessário “criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito Zumbi dos Palmares” (Câmara dos Deputados, 2014b). A formulação evidencia uma tensão importante: de um lado, a urgência real de referências femininas negras no imaginário público e na memória nacional; de outro, o risco de que a história seja tratada

como repertório de emblemas exemplares, deslocando disputas históricas e políticas para uma chave de representatividade abstrata.

Ao acionar Zumbi como “mito” e Tereza como “símbolo”, o discurso legislativo revela os limites da linguagem da homenagem, que tende a privilegiar figuras capazes de condensar pertencimento, orgulho e reconhecimento público. Nessa economia simbólica, a complexidade histórica foi comprimida para caber no formato administrável da efeméride: o nome de Tereza ganhou destaque, mas sem que se abrissem, no mesmo movimento, espaços mais densos para as pautas de reivindicação dos movimentos de mulheres negras e para sua conexão com as lutas quilombolas do presente.

Nesse ponto, o diálogo com D’Alessio (1998) ajuda a compreender que a memória não apenas registra o passado, mas intervém na forma como ele é narrado, autorizado e reconhecido publicamente. Ao ingressar no circuito institucional, a memória de Tereza passa a ser organizada por uma linguagem própria do Estado, marcada por termos como “resgate”, “homenagem”, “cidadania” e “data comemorativa”. Essa tradução não elimina a potência política da conquista, mas reorienta seus sentidos: aquilo que, nos movimentos de mulheres negras, estava vinculado à denúncia, à reparação e à rememoração crítica passa a circular, no texto legislativo, como símbolo cívico.

A lei, portanto, não apenas reconhece Tereza de Benguela. Ela também oficializa uma forma de narrá-la. Nesse processo, sínteses já disponíveis, como verbetes e formulações repetidas em pareceres, passam a funcionar como lastro suficiente para a construção da personagem pública. O efeito é a produção de uma evidência aparentemente consolidada, mas nem sempre acompanhada da crítica historiográfica necessária.

A ampliação da circulação do nome de Tereza de Benguela, impulsionada pela lei, abre uma nova camada dessa disputa no tempo presente. Ao converter-se em efeméride e em símbolo público, Tereza também se converte em palavra-chave, passando a ser mobilizada em escala ampliada no ambiente digital. Nesse circuito, proliferam textos, imagens e produtos midiáticos que acionam seu nome em registros diversos e, muitas vezes, sem a devida mediação ética e sem critérios metodológicos explícitos, favorecendo descontextualizações, simplificações e distorções. O deslocamento, portanto, não é apenas do “resgate” para a “comemoração”, mas da homenagem para os modos de narração: quem enuncia, a partir de quais referências, com que regimes de prova e com quais efeitos de sentido. É a partir dessa chave que o capítulo seguinte examina a circulação de imagens e narrativas sobre Tereza na internet e os mecanismos pelos quais

determinadas versões se fabricam, se naturalizam e se tornam socialmente críveis no ambiente digital.

5 CARTOGRAFIA DAS *FAKE HISTORIES* SOBRE TEREZA DE BENGUELA NA ERA DIGITAL: DESAFIOS PARA A HISTORIOGRAFIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo objetiva analisar as dinâmicas de difusão de representações imagéticas e narrativas associadas a Tereza de Benguela que circulam na internet. Mobilizo aqui três questões geradoras que nortearam a construção do texto: as imagens e narrativas sobre Tereza, disponíveis na *web*, estão pautadas em que tipo de referências? Os conteúdos dispostos na rede mundial de computadores têm contribuído para diminuir o apagamento histórico ou, ao contrário, têm produzido e retroalimentado distorcionismos? Qual o papel da comunidade historiadora no debate público sobre a proliferação de informações históricas no ambiente digital?

Com o objetivo de responder a essas questões, o capítulo foi sistematizado em três seções. Na primeira, reflito sobre como uma pintura a óleo produzida na França, em 1911, passou a circular na internet como o “retrato” de Tereza de Benguela e, em diálogo com a historiografia e com o campo das artes visuais (Paula, 2022; Lafont, 2023), historicizo o processo de “rostificação”¹⁹⁷ da personagem (Flausino, 2019).

A partir do caso de Tereza, opero um debate interseccional sobre como a estruturalidade do racismo, do sexismo e as permanências da colonialidade do poder (Quijano, 2009) e de gênero (Lugones, 2020) afetam os modos de perceber, legitimar e naturalizar representações de mulheres negras. É nesse ponto que mobilizo o conceito de “*fake history*”¹⁹⁸, a partir de Jason Steinhauer (2017), para pensar narrativas sobre o passado que circulam como conhecimento histórico, mas sem mediação documental suficiente, sem explicitação de fontes, sem confronto de versões e, muitas vezes, marcadas por anacronismos, distorções e apagamentos.

¹⁹⁷ Neste capítulo, utilizo “rostificação” para nomear o processo pelo qual personagens negras historicamente desprovidas de registro iconográfico passam a receber, no tempo presente, um “rosto” estabilizado por imagens deslocadas de seus contextos de produção e circuladas como se fossem retratos autênticos. Trata-se de uma operação de visibilidade ambivalente: ao mesmo tempo em que responde à demanda social por reconhecimento e direito à memória, pode produzir anacronismos, naturalizar estereótipos e converter lacunas documentais em “provas visuais” pela repetição algorítmica. Desenvolvo essa discussão no item 5.1.2, a partir do caso da tela de Vallotton atribuída a Tereza de Benguela.

¹⁹⁸ Utilizo o termo “*fake history*” a partir da formulação de Jason Steinhauer (2017), para quem a crise contemporânea da desinformação não se limita às *fake news*, mas alcança também os modos como o passado é apresentado, simplificado, distorcido e consumido no espaço público. O autor distingue “passado” e “História”: enquanto o passado corresponde ao conjunto de acontecimentos ocorridos, a História implica interpretação crítica, uso de evidências, contextualização e construção argumentativa.

Nesta tese, direciono esse debate também para o campo das imagens e proponho a noção de *fake history* visual para analisar o caso específico da tela de Félix Vallotton atribuída a Tereza de Benguela. Chamo de *fake history* visual o processo pelo qual uma imagem sem vínculo documental com determinada personagem histórica passa a circular como prova visual de sua existência, adquirindo autoridade pública pela repetição algorítmica, pela recorrência nos mecanismos de busca e pela chancela de *sites*, instituições e materiais pedagógicos. Assim, a imagem não apenas “ilustra” uma narrativa: ela participa da produção de uma aparência de verdade histórica.

Na segunda seção, apresento os dados do levantamento em que quantifiquei e comparei as informações sobre Tereza de Benguela em 20 *sites*, com textos publicados entre 2014 e 2025. Ao mapear as principais *fake histories* e observar como elas são retroalimentadas, ao longo do tempo, pelos circuitos de circulação e pelos algoritmos de visibilidade, discuto de que modo esses distorcionismos reencenam imagens de controle (Collins, 2019) sobre a personagem e impactam negativamente o ensino de História.

Na terceira seção, abordo o imperativo do letramento histórico digital e a necessidade de que a comunidade historiadora reconheça seu papel de mediação ética diante da história que vem sendo construída no tempo presente. As memórias sobre Tereza de Benguela que circulam na *web* estão em disputa; por isso, esse campo não pode se furtar à responsabilidade social de ocupar espaços no debate público de enfrentamento às *fake histories* e de contribuir para uma historiografia mais plural, comprometida com um ensino de História anticolonial e feminista.

Quanto ao termo “cartografia”, eu o mobilizo aqui como procedimento metodológico de rastreamento da circulação e da estabilização de narrativas e imagens no espaço público digital. “Cartografar” significa seguir rastros: observar como uma imagem ou uma narrativa se desloca entre plataformas (buscadores, *sites*, redes), atravessa diferentes regimes de autoridade (mídia, escola, instituições do Estado, projetos culturais), e, por repetição, adquire estatuto de verdade pública. A cartografia proposta não procura identificar uma “autoria original” da *fake history* - objetivo muitas vezes inviável em ecologias digitais -, busca reconstruir o percurso pelo qual determinados conteúdos se estabilizam como “prova”. Trata-se, portanto da descrição dos fluxos, conexões e disputas de sentido no ambiente virtual.

Corroborando a noção de tempo espiralar (Martins, 2023), que atravessa a construção desta tese, é importante pontuar que, embora este seja o capítulo de fechamento, ele foi também o primeiro a ser gestado. As inquietações que mobilizam a

análise aqui apresentada antecedeu meu ingresso no doutorado e emergiram de uma experiência no chão da escola quando, em 2019, ao desenvolver uma atividade de pesquisa com estudantes, comecei a sistematizar as primeiras questões sobre as relações entre lacunas historiográficas e as narrativas disponíveis na internet sobre a protagonista desta pesquisa.

5.1 Da rainha “excluída da história” ao processo de “rostificação” de Tereza de Benguela

Em 2021, quando os historiadores Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz publicaram a *Enciclopédia Negra*, cujo objetivo, segundo os organizadores, foi chamar à reflexão a respeito de “um grande e constrangedor silêncio [que] habita a maior parte dos arquivos brasileiros e coloniais e, sobretudo, dos nossos manuais e livros didáticos” (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021, p. 9). Tal silêncio foi produzido, em grande medida, pela violência do arquivo colonial, que não teve como foco a produção de registros detalhados sobre pessoas escravizadas. Tereza de Benguela foi uma das 416 pessoas incluídas na Enciclopédia, e sobre ela, os organizadores afirmam que: “Depois das guerreiras dos mocambos de Palmares no século XVII, a liderança feminina mais conhecida dos quilombos coloniais no Brasil foi Tereza de Benguela, a rainha Tereza do Quariterê. Sabemos, porém, muito pouco sobre ela” (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021, p. 539).

Esta tese se insere nesse esforço de enfrentar o silêncio historiográfico e pedagógico que ainda recai sobre Tereza de Benguela, sobretudo no circuito escolar. Conforme historicizado nos capítulos anteriores, desde, pelo menos, os anos 1970/1980, movimentos sociais afro-brasileiros e, em especial, organizações de mulheres negras, vêm disputando a memória pública ao reinterpretar a história brasileira a partir de perspectivas negras e feministas. A promulgação da Lei n.º 12.987/2014, que instituiu o *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, intensificou esse processo ao ampliar a circulação do nome de Tereza em escala nacional. Ainda assim, permanece uma lacuna iconográfica decisiva: não há evidências da produção de retratos setecentistas de Tereza, nem descrições físicas consistentes produzidas pelos registros coloniais que tenham chegado aos dias atuais. É nesse vácuo imagético, produzido pela violência do arquivo e tensionado pelo imperativo contemporâneo de visibilidade, que se abriu o terreno para processos de “rostificação” e para a consolidação de uma *fake history* visual em torno da personagem.

O desenvolvimento e utilização das tecnologias digitais (plataformas, redes e portais) têm impactado de forma significativa a maneira como a sociedade consome e compartilha informações, fazendo circular, em larga escala, conteúdos históricos em formatos diversos. Contudo, com o advento da internet, a intensificação das plataformas digitais e do hiper compartilhamento de dados, a comunidade historiadora já não têm mais o monopólio da produção e difusão de informações históricas. Parafraseando a obra organizada por Jaime e Carla Pinsky (2021), vivemos a época de *Novos combates pela História*, cujas questões recaem diretamente em novos desafios para a escrita (historiografia) e para o ensino. Nesse cenário, a disputa por “verdades públicas” do passado se intensifica e adquire formas específicas no ambiente digital, onde a quantidade de reproduções e compartilhamentos de um enunciado, pode operar como critério de legitimação.

Historiadores, como Motta e Napolitano (2020), chamaram a atenção para abusos que classificam como “atentados” contra a história - revisionismos e negacionismos - e que se multiplicam com a mesma rapidez dos avanços tecnológicos. Em um artigo sobre pesquisa histórica no “ciberespaço”, o historiador André Lemos (2018, p. 156) defende que vivemos um momento de “virada digital”:

A cultura digital, portanto, faz os documentos tornarem-se “potencialmente fluidos”. Documentos digitais, além de modificados pela leitura, são extremamente simples de serem alterados: diversos programas (processadores de texto, editores de imagens, vídeo e áudio) permitem modificações radicais nos conteúdos - apagamentos, substituições, amálgamas, cortar e colar- o que faz com que a audiência tome, ao mesmo tempo, as posições de leitor e de autor.

No “ciberespaço”, documentos históricos podem sofrer transformações contínuas, o que tem gerado a necessidade de construção de novas ferramentas metodológicas e de diálogo com outras áreas do conhecimento. É nesse regime de circulação, fluidez e validação por recorrência que o caso da “rostificação” de Tereza de Benguela, ancorada em uma imagem falsa, se torna particularmente emblemático para pensar os impasses da história no tempo presente.

A primeira vez que enfrentei, de modo mais direto, o desafio de lidar com a fluidez e as ambivalências das narrativas/imagens atribuídas a Tereza de Benguela foi em 2019, quando fui professora orientadora de estudantes do ensino médio participantes da 11ª

*Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB)*¹⁹⁹. A edição propunha a construção de uma tarefa sobre os “Excluídos da História”²⁰⁰. A ideia era que, a partir de um *template* criado na plataforma da prova, as equipes de estudantes escrevessem quatro páginas de um livro didático imaginário, contando a história de uma figura histórica importante para sua região, mas que não tinha destaque nos livros didáticos, nem tampouco monumentos em sua homenagem. As orientações da tarefa indicavam, ainda, que as equipes participantes deveriam fornecer uma imagem da personagem (fotografia, gravura ou desenho), preparar um esboço biográfico e explicar por que a consideravam relevante para a história do Brasil.

Naquele momento, o meu interesse principal, enquanto professora orientadora, era levar o debate para sala de aula sobre o que significava ser um “excluído da história” e trabalhar as noções apagamentos/silenciamentos de determinados grupos nas narrativas históricas oficiais. Devido ao tempo restrito para a execução da tarefa - seis dias²⁰¹ -, discutimos sobre como as escolhas curriculares, pautadas por relações assimétricas de poder, raciais e de gênero, constroem invisibilizações que se refletem em ausências nos livros didáticos que eles usavam. Depois do debate teórico, as equipes ficaram livres para escolher sobre quem gostariam de pesquisar. As equipes compreenderam que os grupos mais excluídos da História oficial eram povos originários e pessoas negras, sobretudo as mulheres negras. Ao fazerem a autorreflexão sobre como esse processo ocorreu na história do estado de Mato Grosso, a história do Quilombo do Quariterê veio à tona.

¹⁹⁹ A ONHB é um projeto que iniciou no ano de 2009, no âmbito do Museu Exploratório de Ciências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e que prossegue sendo elaborado por docentes e pós-graduandos do Departamento de História da mesma universidade, enquanto extensão universitária, com o objetivo de fomentar a popularização da ciência histórica juntos aos jovens da educação básica, por meio de uma olimpíada de conhecimentos a respeito da história do Brasil. A Olimpíada possui seis fases online e uma fase presencial, nas quais os participantes respondem a questões de múltipla escolha e realizam diferentes tarefas e desafios. A prova percorre diferentes aspectos e períodos da história do Brasil, com questões necessariamente amparadas em documentos históricos (textuais ou imagéticos).

²⁰⁰ A inspiração do tema dialoga com duas camadas de repercussão pública. De um lado, a visibilidade do samba-enredo *Histórias para ninar gente grande* (Escola de Samba Mangueira, 2019), que propôs outros olhares para a história do Brasil a partir das “páginas ausentes”. De outro, a circulação da expressão “excluídos da história”, difundida no Brasil com a tradução, em 1988, da coletânea de textos de Michelle Perrot (1988), *Os Excluídos da História*, na qual a autora desloca o foco para sujeitos historicamente marginalizados, como a classe operária, as mulheres e os prisioneiros.

²⁰¹ Entre os dias 3 e 8 de junho de 2019, 6.753 alunos de todo o Brasil criaram o dicionário biográfico *Excluídos da História*. Os trabalhos dos estudantes ficaram tão ricos que a organização da ONHB decidiu publicar os verbetes em forma de exposição virtual intitulada *Excluídos da História* onde é possível acessar os 2.251 verbetes sobre personagens, de todos os estados brasileiros, raramente estudadas na historiografia tradicional. Os textos sobre Tereza de Benguela produzidos pelas equipes de Mato Grosso podem ser acessados no *site* do projeto.

Disponível em: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia>.

Assim, das sete equipes que estavam sob minha orientação, duas, escolheram falar sobre Tereza de Benguela.

A experiência evidenciou a centralidade do *Google*²⁰² como primeira estratégia de investigação para aquele grupo de jovens: “pesquisar” equivalia, quase automaticamente, a “buscar no *Google*”. Como o trabalho deveria ser produzido pelos estudantes, meu papel como orientadora era auxiliá-los na curadoria das informações coletadas. Por se tratar de uma olimpíada do conhecimento, falei sobre a importância de reunir dados baseados em referências e dar preferência a conteúdos de *sites* oficiais e de universidades. Todas as imagens escolhidas pelos estudantes tinham que ter “referência”, de acordo com o edital da ONHB.

Um dado me chamou a atenção: nos *sites* consultados pelos estudantes havia um retrato recorrente, apresentado como sendo Tereza de Benguela. (ver Figura 27). Ora, se sua trajetória foi historicamente “excluída”, como se produziu e se estabilizou, na *web*, um rosto para representá-la? Guardei essa inquietação para aprofundá-la em momento oportuno. Não cabia naquela ocasião questionar a fundo as possibilidades de veracidade da imagem, enquanto “retrato fiel” da personagem, pois isso ia além das diretrizes propostas para os estudantes, mas eu, enquanto professora-pesquisadora, fiquei com a questão na cabeça ao perceber o resultado das tarefas.

O processo de orientação dos estudantes, na construção desse material didático imaginário, a partir de narrativas e imagens disponíveis em meios digitais sobre uma “excluída da História”, foi uma experiência rica, pois permitiu refletir sobre limites e possibilidades da pesquisa histórica na educação básica. Para a construção deste capítulo, voltei ao *site* da *Exposição Virtual* e filtrei quantos verbetes foram produzidos sobre Tereza de Benguela. De forma unânime, as quatro equipes - incluindo as que não foram orientadas por mim - escolheram a mesma imagem para ilustrar seus livros.

²⁰² O *Google* foi lançado em 1998 como uma ferramenta de buscas online e, atualmente, detém praticamente um monopólio da procura por informação na internet (Lemos Lopes, 2018).

Figura 27 - Trabalhos desenvolvidos pelas 4 equipes que escolheram verbetar Tereza de Benguela para o dicionário *Excluídos da História*



Fonte: Exposição Virtual *Excluídos da História*. Montagem de autoria própria realizada em novembro de 2025. A partir dos trabalhos produzidos pelos estudantes em 2019.

Em sentido horário, estão representadas na Figura 27, as equipes: 1. *Defensores da história*²⁰³; 2. *As herdeiras de Mahin*²⁰⁴; 3. *Os bits da Fronteira Oeste*²⁰⁵; 4. *Quebradores de correntes*²⁰⁶. É possível ler os textos produzidos pelos estudantes, na íntegra, no *site* da exposição virtual; aqui, porém, interessa sobretudo analisar a figura.

²⁰³ DEFENSORES DA HISTÓRIA (Equipe). Trabalho desenvolvido pela equipe “Defensores da História”, formada pelos estudantes Matheus Henrique, Ana Vitória e Joyce Brito. Sob a orientação de Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva. *Excluídos da História – Verbete*. Disponível em: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia/verbetes/611>. Acesso em: 16 nov. 2025.

²⁰⁴ AS HERDEIRAS DE MAHIN (Equipe). Trabalho desenvolvido pela equipe “As herdeiras de Mahin”, formada pelas estudantes Amanda Namy Eguchi, Giovana Garcia Tavares Oliveira e Laura Emília de Macedo Lima. Sob a orientação de Leonam Lauro Nunes da Silva. *Excluídos da História – Verbete*. Disponível em: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia/verbetes/249>. Acesso em: 8 out. 2025.

²⁰⁵ OS BITS DA FRONTEIRA OESTE (Equipe). Trabalho desenvolvido pela equipe “Os bits da Fronteira Oeste”, formada pelos estudantes Izileide Cristina Conceição, Jhenifer Rocha Jesus e Marcos Bento Silva. Sob a orientação de Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva. *Excluídos da História – Verbete*. Disponível em: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia/verbetes/1536>. Acesso em: 8 out. 2025.

²⁰⁶ QUEBRADORES DE CORRENTES (Equipe). Trabalho desenvolvido pela equipe *Quebradores de Correntes*, formada pelos estudantes Bianca Bianco de Rezende, João Victor Leite Madeira, Jhenifer Ferreira da Rocha, Matheus Henrique, Ana Vitória e Joyce Brito. Sob a orientação de Alencar Cardoso da Costa. *Excluídos da História – Verbete*. Disponível em: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia/verbetes/1772>. Acesso em: 8 out. 2025.

A recorrência da mesma pintura nos trabalhos das equipes fez ecoar uma questão que permaneceu comigo: quem produziu aquela imagem e com base em quais evidências ela passou a circular como retrato de Tereza de Benguela? Ainda que esta pesquisa não se filie exclusivamente ao campo da História da Arte, parto do princípio de que imagens não são neutras: ao relacionar um rosto a um nome, operam-se escolhas, deslocamentos e relações de poder. Tomo essa experiência como cena inicial da investigação porque ela evidencia um mecanismo central da cultura digital: a repetição produz autoridade. Quando uma mesma imagem aparece em múltiplas páginas, retorna nas primeiras posições dos buscadores e é reutilizada em materiais escolares, institucionais e midiáticos, tende a funcionar como “prova”, mesmo sem lastro documental.

De 2019 para cá, venho refletindo sobre como as tecnologias digitais, e a cultura visual que as atravessa, reconfiguram a produção, a circulação e os regimes de credibilidade das narrativas sobre Tereza de Benguela, dentro e fora das redes. No campo do ensino de História, esse deslocamento não é abstrato: ao investigar os “usos da *web*” por estudantes da Rede Federal de Ensino, os historiadores Karina Brito e Oswaldo Rodrigues Júnior (2022) mostram a centralidade do consumo audiovisual na pesquisa escolar, com predominância da busca por vídeos (73 respostas) e resumos (61 respostas), além da presença recorrente de buscadores como o *Google* e de portais de “conteúdo escolar” (como *Brasil Escola*, *Infoescola* e *Toda Matéria*) na rotina de consulta.

Esse padrão ajuda a compreender por que, no ambiente digital, a imagem tende a operar como atalho de sentido e como efeito de prova - frequentemente antes (e às vezes no lugar) da leitura e da crítica documental. Trata-se, portanto, de um desafio relativamente novo para a comunidade historiadora, formada sob regimes de prova ancorados em fontes analógicas, e agora convocada a lidar com a escala massiva de dados, com a arquitetura relacional do hipertexto, com a instabilidade autoral e das validações no “ciberespaço” (Brito; Rodrigues Júnior, 2022).

5.1.1 A cartografia de uma imagem: como uma pintura do século XX virou o retrato de Tereza de Benguela dentro e fora do ciberespaço

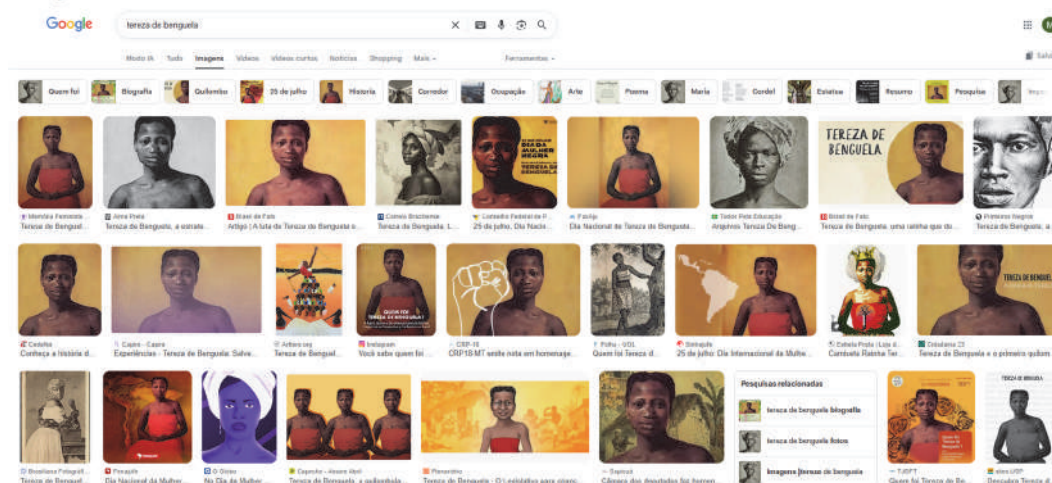
Ao longo dos últimos quatro anos, período de gestação desta tese, tenho prestado especial atenção a como a pintura da mulher negra vestida de vermelho segue se consolidando como representação visual da rainha do Quilombo Grande/Quariterê. Para cartografar esse processo, repeti o exercício de busca no *Google* com os termos “Tereza

de Benguela” e “Teresa de Benguela”. Em um primeiro momento, refinei a consulta para a aba “imagens”. Na busca que gerou o *print* (ver Figura 28), realizada em 7 de novembro de 2025, o mecanismo retornou aproximadamente 113.000 resultados em 23 segundos²⁰⁷.

Registre-se que essa contagem é volátil e varia conforme localização, histórico de navegação, idioma e atualizações do algoritmo. Por isso, o dado mobilizado aqui não é uma cifra absoluta, mas evidencia a hierarquia visual: a recorrência da mesma imagem nas primeiras posições do buscador e na “aba” de imagens, tomada como indício do processo de estabilização de um ícone e de sua capacidade de orientar percepções antes mesmo da leitura textual. Esse resultado evidencia como os sistemas de classificação do *Google* organizam centenas de bilhões de páginas da *web* e outros tipos de conteúdo digital para apresentar respostas com rapidez, por meio de algoritmos de ranqueamento que consideram “vários fatores e indicadores, inclusive palavras da consulta, relevância e usabilidade das páginas, conhecimento das fontes e dados como seu local e suas configurações” (Google, 2025b).

²⁰⁷ GOOGLE. Tereza de Benguela. [S. l.], 2025. Resultados da pesquisa. Disponível em: https://www.google.com/search?sca_esv=f428b6d1b594cc50&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR982BR982&sxsrf=AE3TifPCecWpRavJuO5I_9T2s82Q_vwM1w:1762546150583&udm=2&fbs=AIJpHydJdUtNKRm02hj0s4nbm4yAFb4PvhjIUcDtaFHkK_tyspyDJg0-Y4Ji8bGEtEDNJElN5giDuPCfRsSET1KCv03uShb3IBsgCyN07eNfdFpl0RG2Iqz3cc4P70V8iJchYY6s6oAAQ12Qrd8Y1BvKP2LkQnlT0o1tn9JzY8RtPP7-oUMkJedTwlkrMqpOwEGAw4aeTKpsZw1GLHDtSmZ3KUTfCUkyw&q=tereza+de+benguela&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjbdKJ7OCQAxXNpJUCHcxgAb8QtKgLegQIFxAB&biw=1397&bih=655&dp_r=1.38. Acesso em: 7 nov. 2025.

Figura 28 - Print da página inicial da pesquisa realizada no *Google* com o buscador “Tereza de Benguela”



Fonte: Print produzido pela autora, a partir da pesquisa no *Google* com o buscador “Tereza de Benguela” Acesso em: 7 nov. 2025.

A primeira conclusão, ainda que visualmente óbvia, é a recorrência da mesma pintura da mulher negra vestida de vermelho entre os resultados do *Google*. A partir dessa recorrência, passei a rastrear a imagem em diferentes páginas até localizar uma reprodução integral. Em seguida, tratei a pintura como fonte e mobilizei, como ponto de partida, a metodologia de Erwin Panofsky²⁰⁸ (1991), tomando seus níveis de leitura como chave para descrever o objeto e evidenciar o desencaixe entre contexto de produção e seus usos contemporâneos.

No nível pré-iconográfico, me atentei ao que é visível por meio de formas, cores e composição, sem atribuir, de início, significados culturais profundos (ver Figura 29). Trata-se de uma pintura do subgênero retrato²⁰⁹: uma figura feminina negra, de pele escura, sentada frontalmente, com postura ereta e estática, vestida de vermelho, com colo

²⁰⁸ A metodologia de análise artística proposta por Erwin Panofsky (1991) estrutura-se em uma progressão de três níveis interpretativos que partem da forma para o contexto cultural. O processo inicia-se com a descrição pré-iconográfica, que se limita à identificação de formas, objetos e expressões baseada na experiência sensorial cotidiana. Em seguida, a análise avança para o estágio iconográfico, no qual essas imagens são associadas a temas e conceitos específicos, permitindo o reconhecimento de narrativas literárias, alegorias e tradições culturais. Por fim, atinge-se a interpretação iconológica, o nível mais profundo da análise, que busca compreender o significado intrínseco da obra como um sintoma da mentalidade e dos valores de uma época, revelando o papel da arte enquanto documento histórico e filosófico.

²⁰⁹ Entendo o retrato como gênero visual historicamente vinculado à produção de presença, distinção social e reconhecimento público. Em diferentes tradições artísticas, especialmente nas europeias, a composição do retrato mobiliza pose, postura, gestos, vestimenta, enquadramento e fundo como elementos produtores de sentido, capazes de sugerir autoridade, decoro, respeitabilidade, hierarquia ou pertencimento social. Nesta análise, não tomo o retrato como simples reprodução fisionômica, mas como construção visual situada, atravessada por códigos estéticos, políticos e raciais. Sobre a relação entre retrato, iconografia pública e produção visual da autoridade, ver Schwarcz (1998).

e braços à mostra; as mãos estão encontradas e repousam sobre o colo. O cabelo preto e crespo aparece dividido ao meio de forma simétrica, trançado e preso. A face, projetada para frente, exhibe três marcas lineares nas bochechas, semelhantes a escarificações. O olhar é fixo e direto; o sorriso não se afirma plenamente, e os lábios permanecem cerrados.

No nível iconográfico, passei a considerar como certos atributos formais, como pose, frontalidade, disposição das mãos, marcas faciais e neutralidade do fundo, são historicamente codificados no repertório do retrato e contribuem para produzir efeitos de leitura. Em retratos, mãos, gestos e postura não são neutros: operam como recursos de composição e como índices de atitude, decoro e controle corporal. No caso desta pintura, as mãos encontradas e repousadas sobre o colo podem ser lidas como uma pose vinculada à contenção e ao disciplinamento do corpo no regime do retrato. Importa registrar que, sem informações sobre autoria, data e contexto, essa imagem poderia circular como representação de “uma mulher negra” genérica, o que ajuda a compreender sua apropriação no ambiente digital.

Ocorre que a tela tem nome e assinatura. Ao localizar a reprodução integral do quadro, identifiquei no canto inferior direito a assinatura “F. Vallotton 11” (ver Figura 29). Essa marca autoral foi decisiva porque deslocou a investigação do circuito de circulação digital para a materialidade e a proveniência da obra: em vez de perguntar apenas “por que essa imagem foi atribuída a Tereza?”, passei a rastrear quem a produziu, quando, em que contexto e com quais convenções formais.

Figura 29 - Reprodução da tela *Portrait de femme drapée de rouge* de Félix Vallotton (1911) com destaque para a assinatura do pintor



Fonte: VALLOTTON, Felix Edouard. *Portrait de femme drapée de rouge*. 1911. Reprodução digital. Disponível em: <https://www.christies.com/en/lot/lot-6499152> Acesso em: 4 dez. 2025.

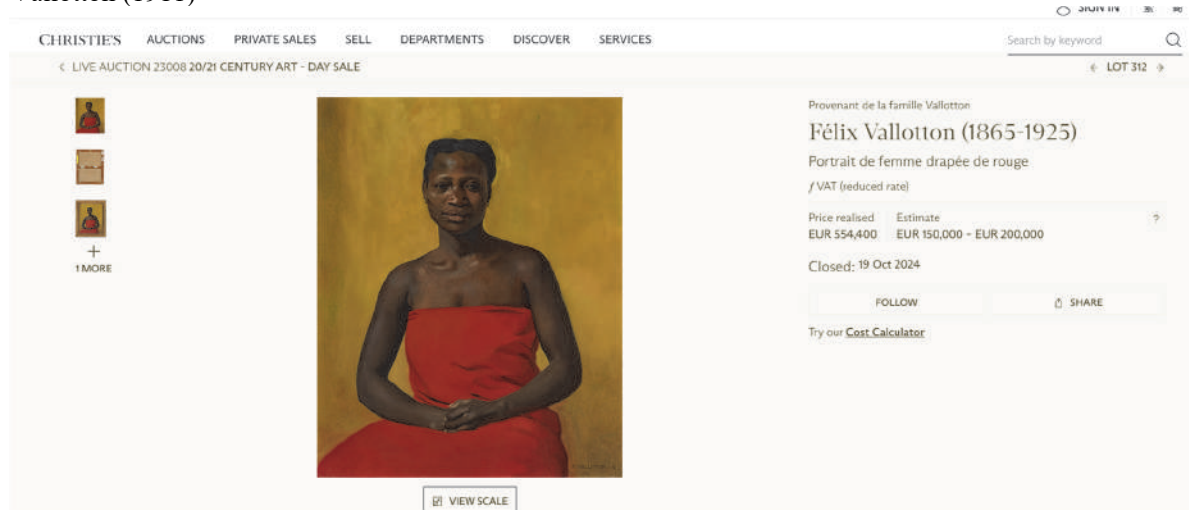
Após seguir a pista da assinatura, não foi difícil chegar a mais informações sobre a tela e seu autor: Félix Vallotton²¹⁰. Vallotton foi um pintor, gravurista e xilogravurista, nascido em Lausanne, Suíça e radicado em Paris, cuja formação e trajetória se desenvolveram no circuito artístico francês desde os anos 1880. Conhecido internacionalmente por suas xilogravuras, Vallotton deslocou progressivamente seu foco para a pintura a óleo no início do século XX, produzindo, de modo recorrente, nus, interiores e retratos. A partir dessa identificação, foi possível construir a arqueologia da imagem, examinando, além da autoria e datação, a circulação e recepção da obra, com vistas a aferir se haveria alguma relação histórica plausível entre a pintura e o nome de Tereza de Benguela.

Em vez de tomar a imagem como “ilustração” intercambiável, a assinatura impôs uma mudança de escala: localizar a obra no repertório do artista e no contexto parisiense em que foi produzida. No rastreamento da obra original, encontrei o registro no *site* da casa de

²¹⁰ Sobre os dados biográficos a respeito da vida e obra do pintor, vide o *site* da *Felix Vallotton Fondation* que reúne um centro de documentação e pesquisa sobre a vida e obra do pintor, gravador, ilustrador e escritor franco-suíço Félix Vallotton (1865–1925). Disponível em: <https://felixvallotton.ch/fondation/>. Acesso em: 11 out. 2025.

leilões *Christies*²¹¹ (ver Figura 30), onde consta que o quadro esteve disponível para venda em 19 de outubro de 2024. Apesar da tela ter sido vendida, no momento da escrita deste texto, na página da casa de leilões ainda estavam visíveis as informações detalhadas sobre o histórico do quadro, registros de exposições públicas e lista de compradores desde 1911.

Figura 30 - Anúncio de venda da tela original *Portrait de femme drapée de rouge* de Félix Vallotton (1911)



Fonte: VALLOTTON, Félix. *Portrait de femme drapée de rouge*. 1911. 1 óleo sobre tela, 80,9 x 65 cm. In: CHRISTIE'S. 20/21 Century Art - Day Sale: live auction 23008. Paris, 19 out. 2024. Lote 312. Disponível em: <https://www.christies.com/en/lot/lot-6499152>. Acesso em: 08 nov. 2025.

A pesquisa sobre a tela revelou, ainda, a existência de uma instituição dedicada à preservação, documentação e estudo da obra de seu autor: a *Fondation Félix Vallotton*²¹². Criada em 1998, atua vinculada ao *Musée cantonal des Beaux-Arts (MCBA)*, em Lausanne (Suíça), que reúne a maior coleção de obras de Vallotton. Desde 2019, a fundação concentra em sua plataforma de pesquisa, a consulta documental e a difusão do acervo relacionado à vida e à produção do artista.

²¹¹ CHRISTIE'S. Félix Vallotton (1865-1925): Portrait de femme drapée de rouge. Paris, 2024. Lote 312. Disponível em: <https://www.christies.com/en/lot/lot-6499152>. Acesso em: 8 dez. 2025.

²¹² A *Fondation Félix Vallotton* (Lausanne, Suíça) é um centro de documentação e pesquisa dedicado à vida e à obra do pintor, gravurista e escritor franco-suíço Félix Vallotton (1865–1925). Entre seus objetivos institucionais estão a conservação, gestão e enriquecimento dos arquivos do artista, o apoio a pesquisas e exposições, e a produção de instrumentos de referência, como o catálogo *Raisonné* de sua obra pictórica. Atualmente, a *Fondation* encontra-se sediada junto ao *Musée Cantonal des Beaux-Arts de Lausanne (MCBA/Plateforme 10)*, compondo com o museu um polo de competência sobre a obra do pintor (Fondation Félix Vallotton, 2026).

Ao tomar conhecimento desse centro de referência, considerei necessário acionar, além de fontes abertas, um procedimento de verificação por meio de correspondência institucional. Assim, enviei um e-mail à *Fondation Félix Vallotton* solicitando informações sobre o contexto de produção da obra, se eles tinham conhecimento da identidade da modelo e se a instituição tinha ciência da circulação da imagem no Brasil como suposto “retrato” de Tereza de Benguela. Para situar o problema, anexeí o *print* da busca no *Google* com os resultados associados ao nome de Tereza (ver Figura 28).

Eu já havia finalizado a escrita deste tópico quando recebi a resposta. Em retorno as minhas solicitações, a curadora Katia Poletti²¹³ informou que a trajetória do artista indica que Félix Vallotton nunca esteve no Brasil, não havendo registro de que tenha pintado - por interesse próprio ou sob encomenda - um “retrato” de Tereza de Benguela. Acrescentou, ainda, que a fundação desconhecia as apropriações da tela em *sites* brasileiros.

Quanto à modelo retratada na pintura de 1911, é referida no catálogo e na circulação internacional como *Nègresse drapée de rouge / Portrait de femme drapée de rouge* (também encontrada *online* como *Femme noire assise de face*), uma jovem africana de etnia *Bambara*²¹⁴, conhecida nos círculos artísticos parisienses da época por posar como modelo viva. Conforme indicado por Poletti e confirmado pelos registros do *Museu Cantonal de Belas Artes de Lausanne*, a modelo retratada tinha por nome Masséida e foi companheira e modelo predileta do artista Théophile-Alexandre Steinlen, compatriota de Vallotton. Ao posar para este último, na obra de 1911, as suas feições foram registradas com um detalhamento minucioso, no qual o pintor conferiu notável ênfase às escarificações faciais da modelo. Estas marcas, registradas com precisão técnica por Vallotton, funcionam como índices de uma identidade étnica africana, específica do início do século XX, distanciando a obra de qualquer correspondência biográfica com a líder quilombola do século XVIII.

As informações reportadas pela *Fondation Félix Vallotton* foram fundamentais para o argumento deste capítulo, justamente porque redirecionam a tela em sua

²¹³ POLETTI, Katia. Informações sobre a modelo retratada em *Nègresse drapée de rouge* (1911), de Félix Vallotton. Correspondência eletrônica enviada à autora em resposta a consulta realizada em 2 dez. 2025; mensagem recebida em 28 jan. 2026, 08:06. Curadora da Fondation Félix Vallotton.

²¹⁴ Os *Bambara* (ou *Bamana*) constituem um dos principais grupos etnolinguísticos da África Ocidental, historicamente associados à região do atual Mali e falantes de uma língua do ramo *Mandê*. A menção à etnia, neste contexto, é relevante porque as escarificações faciais no retrato remetem a práticas corporais situadas historicamente e regionalmente, frequentemente reapropriadas na arte europeia sob chaves exotizantes (Lafont, 2022).

proveniência e confirmam o ponto central da análise: trata-se de um retrato produzido na França, nas primeiras décadas do século XX, sem qualquer vínculo com a biografia de Tereza de Benguela. A obra se insere, assim, em um período produtivo em que Vallotton explorou a figura humana e, em particular, a representação de modelos negras, um tema recorrente na pintura parisiense do período, em um contexto em que a França se afirmava como potência colonial em territórios africanos e em que a cultura visual europeia participava ativamente da fabricação do racial como diferença sensível.

Nesse sentido, o diálogo com Anne Lafont (2022) é fundamental: ao discutir a produção artística francesa, a autora evidencia como a pintura contribuiu para instituir regimes de visualidade racializados, “ensinando” o olhar ocidental a ver corpos negros como “outro”. A representação pictórica de “tipos” africanos, especialmente de mulheres, foi atravessada por um olhar colonial que oscilou entre exotização, animalização e hipersexualização, naturalizando hierarquias raciais no plano do sensível e tornando a diferença corporal um operador de classificação social. Ao reinscrever Masséida em um repertório visual que a identifica pelo signo da diferença, a obra participa dessas tensões, mesmo quando lhe concede centralidade compositiva.

Compreendida nesse contexto, *Portrait de femme drapée de rouge* (1911) torna-se uma obra complexa porque encena as contradições de sua época: ao mesmo tempo em que centraliza uma modelo negra como protagonista do quadro, o faz por meio de códigos visuais disponíveis no interior da modernidade europeia e de seu horizonte colonial. O isolamento da figura sobre um fundo neutro desloca-a de um contexto social específico e faz a imagem oscilar entre um registro tipológico, próximo de um interesse classificatório e, em certos usos, etnográfico e um retrato individualizado.

A roupa em cor viva rompe com a nudez gratuita frequentemente associada à representação de mulheres não brancas vinculadas ao imaginário colonial; ainda assim, as escarificações faciais funcionam como marcador de diferença e podem ser lidas, naquele repertório, como signo de “exotismo” ou “primitivismo”, reinscrevendo uma assimetria racial por meio da própria forma de ver.

A paleta cromática reforça esse jogo: a pele, em tons profundos, dialoga com o vermelho do vestuário e com o fundo amarelado, produzindo um efeito simultâneo de presença e distanciamento, uma presença que se oferece ao olhar, mas é enquadrada por signos de alteridade. As escarificações faciais registradas por Vallotton não são um detalhe neutro: elas acionam uma gramática de marcação corporal que remete a pertencas específicas na África Ocidental e, no caso, dialoga com repertórios associados aos

Bambara/Bamana. Ao trazê-las para o primeiro plano no retrato de Masséida, Vallotton cristaliza um signo de identidade que, no contexto parisiense do início do século XX, também operava como marcador racializado de “diferença”.

Por isso, quando a tela passa a circular como “retrato” de Tereza de Benguela, produz-se um duplo anacronismo. O primeiro é temporal: uma obra de 1911 é deslocada para representar uma liderança quilombola do século XVIII. O segundo é etno-histórico: ao colar em Tereza um corpo marcado por códigos situados em outra geografia, e em outra temporalidade, apagam-se diferenças regionais, culturais e diaspóricas. O problema, portanto, não está na relevância da obra em seu próprio circuito artístico, mas em seu uso deslocado na *web*.

Não busco produzir aqui uma análise exaustiva da obra de Vallotton. O objetivo é contextualizar a interseção entre essa tela e a construção de uma *fake history* visual que a reinscreveu como “rosto” de Tereza de Benguela. É a partir desse deslocamento que se torna possível compreender a circulação contemporânea da imagem: reiterada em buscadores, *sites* e materiais de referência, a tela passa a funcionar como prova visual e “cai na rede” como “verdade”, mesmo sem lastro documental. É esse movimento que analiso a seguir.

5.1.2 Caiu na rede como “verdade”, mas é fake: a pintura de Vallotton se espalha como o retrato de Tereza nas redes

Até a década de 1970 (como foi mostrado no capítulo 3 desta tese), a trajetória de Tereza de Benguela esteve no limbo da História oficial e, infelizmente, a violência dos arquivos coloniais também foi exercida pela ausência de registro visual de sua imagem e de outras/os escravizadas/os que desafiaram a ordem colonial. A dificuldade de criar e/ou recriar imagens verossímeis de mulheres negras, cujas atuações se deram em temporalidades mais recuadas, decorre do fato de que, durante séculos, não houve interesse em registrar esses corpos, o que reforçou a marginalização e a invisibilidade.

A promulgação da Lei n.º 12.987/2014, ao instituir o *Dia Nacional de Tereza de Benguela*, deflagrou não apenas um marco de memória institucional, mas também uma crise de representação iconográfica. O súbito imperativo de visibilidade para compor materiais didáticos, peças publicitárias e discursos nas redes sociais colidiu com o vácuo imagético deixado pela violência do arquivo colonial. É nesse ponto que desloco o conceito de “*fake history*” para o campo visual: se a “*fake history*” opera pela difusão de

enunciados históricos distorcidos, sobretudo em ambientes digitais, chamo de *fake history* visual o processo pelo qual uma imagem, sem vínculo documental com determinada personagem, passa a circular como evidência de sua existência, adquirindo autoridade pública pela repetição, pela indexação algorítmica e pela chancela de *sites* e instituições.

Até onde esta pesquisa conseguiu mapear, foi esse o processo ocorrido com a pintura de Vallotton. A apropriação acrítica da tela parece ter ganhado força nos ambientes digitais na primeira década do século XXI e se intensificado após 2014, quando a institucionalização do 25 de julho ampliou a demanda por imagens de Tereza. A figura reconhecível e facilmente “reinscrevível” no imaginário, vestida à moda do século XX e capturada pelo olhar modernista europeu, foi transposta para ocupar o lugar da liderança política do Quilombo do Quariterê. Nessa operação, a imagem não funcionou como homenagem, mas como apagamento: substituiu a historicidade situada de uma líder quilombola setecentista por um rosto produzido em outro tempo, outro território e outro regime de visualidade.

Defendo a hipótese de que a disseminação viral dessa imagem se sustenta sobre um tripé semiótico e tecnológico. Primeiramente, a obra de Vallotton evoca uma “pose régia”: a postura frontal e sentada da modelo mimetiza, aos olhos do presente, certa iconografia oficial de monarcas e retratos de autoridade, o que ressoou no imaginário coletivo com a narrativa da “Rainha Tereza” e de sua liderança no Quilombo do Quariterê. No entanto, esse reconhecimento visual operou por uma via paradoxal: aceitou-se como “rainha” uma figura destituída de território, de comunidade, de parlamento e de qualquer indício material do mundo quilombola que teria sustentado sua autoridade política.

O fundo neutro da pintura, eficaz no repertório do retrato moderno europeu, contribuiu para esse esvaziamento, pois isolou o corpo negro de qualquer historicidade situada. Em segundo lugar, a solidez da figura e as escarificações faciais foram lidas, de forma anacrônica, como significantes de uma “África tribal” genérica, apagando diferenças temporais, territoriais e diaspóricas. Por fim, esse equívoco foi catalisado pela economia de verificação própria da cultura digital: a repetição massiva pelos mecanismos de busca gerou uma “verdade algorítmica”, pela qual a recorrência da imagem passou a validar sua autenticidade, a despeito das incongruências de temporalidade, estilo, indumentária e contexto histórico.

O movimento de “rostificação” de pessoas negras cujos registros iconográficos foram negados emerge, no tempo presente, como tentativa de apaziguar a ausência de rostos para personagens do passado e como parte das reivindicações em torno do direito

à memória. O problema é que, quando essa demanda por visibilidade é respondida por imagens que associam corpos e rostos de mulheres negras a signos genéricos de uma visualidade colonial, como pouca roupa, turbantes, marcas “tribais” e outros elementos deslocados de contexto, o que se produz não é reparação, mas a reencenação de um repertório de violência e apagamento.

A construção visual de Tereza de Benguela não é um caso isolado. Ela se inscreve em um circuito mais amplo de iconizações de mulheres negras no espaço público digital, em que uma mesma imagem passa a funcionar como “rosto” para biografias distintas. No artigo *Produção, usos e apropriações de uma imagem: o processo de iconização da fotografia da mulher de turbante*, de Alberto Henschel, as historiadoras Aline Montenegro Magalhães e Maria do Carmo Teixeira (2020) problematizam como a fotografia de uma mulher negra de turbante²¹⁵ (ver Figura 31) foi amplamente utilizada para retratar Luísa Mahin. As autoras perguntam, em chave metodológica, por que determinadas imagens se sobressaem e passam a circular como evidências autoexplicativas no ambiente digital:

Num mundo em que as imagens se reproduzem e circulam tão amplamente nos meios digitais, o que explica que algumas delas se sobressaem, se tornem recorrentes e, mais do que isso, sejam consumidas e apropriadas de formas diversas por diferentes sujeitos e mídias? Por que estas imagens e não outras? O que faz com que elas ganhem uma espécie de vida própria?” (Magalhães; Teixeira, 2020, p. 1).

A partir da análise da fotografia de 1870, as autoras indagam sobre os sentidos e efeitos que a imagem produz e apontam que seu reaproveitamento recorre, com frequência, a marcadores visuais associados ao repertório da escravidão, o que facilita sua “aderência” a diferentes narrativas biográficas. Nesse debate, a historiadora Ana Maria Mauad (2018) oferece uma chave conceitual produtiva ao definir os “foto-ícones” como imagens que circulam na imprensa e em mídias eletrônicas/digitais, amplamente reconhecidas e lembradas, capazes de condensar significados históricos e mobilizar respostas afetivas, sendo reproduzidas por um conjunto variado de veículos.

Essa definição permite ler a tela de Vallotton como um ícone anacrônico que, ao circular de forma reiterada, passa a operar como “prova” da biografia de Tereza. Em vez

²¹⁵ Fotografia de autoria de Alberto Henschel, intitulada “*Mulher negra escravizada de turbante*” ([ca. 1870], 9,2 x 5,7 cm). A obra pertence à coleção Gilberto Ferrez, adquirida pelo Instituto Moreira Salles em 1998. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6847>. Acesso em: 10 dez. 2025.

de funcionar como ilustração contingente, a imagem passa a organizar a leitura: ela antecipa o texto e estabiliza uma versão do passado por repetição. O efeito é a padronização: diferenças históricas e diaspóricas são achatadas em uma “África” genérica e mulheres negras distintas tornam-se intercambiáveis no repertório visual. Nesse ponto, retomo a distinção entre “rostificação” como efeito de circulação acrítica - quando uma imagem disponível é deslocada e naturalizada como “retrato” por recorrência - e “rostificação” como operação assumidamente crítica, em que a produção do rosto vem acompanhada de mediação, contexto e transparência sobre seu processo constitutivo.

Um contraponto produtivo está na discussão proposta pelo artista visual Dalton Paula²¹⁶ (2022), ao tratar o retrato como gênero historicamente vinculado a regimes de poder e visibilidade. Em sua reflexão, a produção de “rostos” pode operar como gesto de disputa do arquivo e do imaginário, sem se confundir com prova documental. Com Dalton Paula (2022), o retrato deixa de ser lido apenas como “imagem de alguém” e passa a ser compreendido como operação política sobre quem merece aparecer, sob quais códigos e a partir de quais mediações. Essa comparação ajuda a precisar o argumento deste subtópico: o problema não está na demanda contemporânea por visualidade, mas no modo como a lacuna iconográfica é preenchida sem protocolo de atribuição, sem contextualização histórica e sem mediação sobre o estatuto da imagem.

Nesse sentido, Dalton Paula (2022) oferece um contraponto importante porque sua produção de retratos não reivindica a condição de prova documental, mas explicita o gesto artístico-político de dar rosto a personagens negras historicamente privadas de representação visual. A diferença, portanto, está na mediação: enquanto a *fake history* visual transforma uma imagem deslocada em evidência histórica, o retrato crítico assume a lacuna, explicita seu procedimento e disputa o imaginário sem apagar a ausência documental.

A pintura de 1911 foi apropriada e descontextualizada para ancorar uma nova narrativa que, até onde esta pesquisa conseguiu mapear, ganhou força em ambientes digitais a partir da primeira década do século XXI, tornando-se uma espécie de “rosto

²¹⁶ Mobilizo Dalton Paula (2022) como contraponto porque sua reflexão sobre o retrato desloca o gênero do campo da “ilustração” para o da política de visibilidade: produzir rostos pode operar como gesto crítico de disputa do arquivo e do imaginário, sem reivindicar estatuto de documento probatório ou de “reconstituição fiel” de uma fisionomia histórica. Esse procedimento aparece na exposição *Dalton Paula: retratos brasileiros*, realizada no MASP em 2022, na qual o artista apresentou retratos de personagens negras da história brasileira desprovidas de representação visual consolidada. Entre essas obras está *Tereza de Benguela* (2022). A diferença em relação à *fake history* visual está justamente na mediação: para Dalton Paula, a produção do rosto é assumida como gesto artístico-político de reparação simbólica e disputa de memória, não como prova documental de uma aparência histórica.

pronto” para Tereza. Não foi possível identificar quem iniciou essa atribuição equivocada, mas o percurso posterior é legível: a imagem legendada como “Tereza de Benguela” passou a circular em diferentes plataformas e públicos, atravessando *sites* escolares, páginas institucionais, materiais de divulgação e redes sociais. Em outras palavras, alguém, em algum momento, pegou a pintura, legendou como “Tereza de Benguela” e a imagem “viralizou”.

A naturalização dessa pintura como suposto retrato de Tereza de Benguela ultrapassa o erro cronológico e constitui um problema simbólico mais complexo. Ao atribuir a uma liderança quilombola do século XVIII, a imagem de uma modelo africana retratada em Paris, no início do século XX, produz-se um achatamento histórico que dificulta o acesso à cultura material específica do Quariterê, espaço marcado pela articulação entre tradições africanas, presenças indígenas e apropriações coloniais. Além disso, o deslocamento reinscreve Tereza em um repertório visual europeu, substituindo a busca por historicidade por uma imagem “convincente” aos olhos do presente. O resultado é a perpetuação de um olhar eurocêntrico: a agência histórica de Tereza, como sujeito político situado, é encoberta pela circulação estética de uma imagem produzida sob a ótica de um homem branco europeu, em outro tempo, outro território e outro regime de visualidade.

Esse fenômeno, que venho nomeando como *fake history* visual, não atravessou apenas a minha pesquisa. Ele também tem sido objeto de reflexão de intelectuais negras que assumem a tarefa, difícil e muitas vezes solitária, de confrontar a estrutura do racismo que “educa” o olhar a naturalizar certas visualidades como se fossem evidências históricas. Em 2022, a artista visual Elidayana Alexandrino²¹⁷ e a historiadora Lorrane Rodrigues²¹⁸ levaram essa discussão ao público por meio do curso *Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras*²¹⁹, realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. A proposta do curso era discutir a circulação, nas redes sociais, de imagens de mulheres negras produzidas em contextos coloniais e/ou racializados, posteriormente associadas a personagens históricas latino-americanas, como Tereza de

²¹⁷ Elidayana Alexandrino é artista visual, educadora e pesquisadora, com atuação voltada às relações entre imagem, memória, corpo, cotidiano e visualidades negras (SESC São Paulo, 2022).

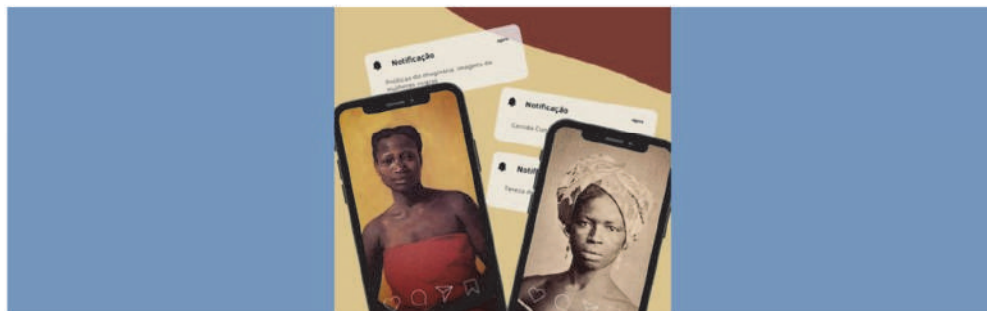
²¹⁸ Lorrane Rodrigues é historiadora, mestra em História e educadora, com atuação em projetos de educação, comunicação, direitos humanos e memória social (SESC São Paulo, 2022).

²¹⁹ O Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo é uma unidade voltada à reflexão crítica e à produção de conhecimentos nos campos da educação, arte, gestão e mediação cultural. O curso *Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras*, realizado em 2022, discutiu a circulação contemporânea de imagens de mulheres negras produzidas em contextos racializados e posteriormente associadas a personagens históricas latino-americanas (SESC São Paulo, 2022).

Benguela e Casilda Cundumí. Ao problematizarem esses deslocamentos, Alexandrino e Rodrigues evidenciam que a questão não se limita ao “erro” de identificação, mas envolve disputas sobre memória, imaginário, representação e os modos pelos quais corpos de mulheres negras são tornados intercambiáveis na cultura visual contemporânea.

Figura 31 – Print da página de divulgação do curso *Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras*

Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras



Fonte: SESC São Paulo. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/politicas-do-imaginario-imagens-de-mulheres-negras>. Acesso em: 8 dez. 2025.

De acordo com o programa do curso:

O curso discute a circulação de duas imagens de mulheres negras nas redes sociais: A fotografia “Mulher negra escravizada de turbante”, (Alberto Henschel, 1870) e a pintura “Femme noire assise de face”, (Félix Vallotton, 1911) que comumente são associadas a personalidades importantes da história latino-americana, como a brasileira, Tereza de Benguela, e a colombiana, Casilda Cundumí (SESC São Paulo, 2022).

As propositoras partem do princípio de que a apropriação contemporânea de imagens, originalmente produzidas em contextos coloniais e de escravidão, tende a reencenar e a reforçar estereótipos negativos, sobretudo quando essas imagens passam a funcionar como “rosto” ou “prova” de biografias para as quais não possuem vínculo histórico. Apesar de o curso ter tido sua primeira edição, em 2022, presencialmente em São Paulo, só tomei conhecimento de sua existência em 2025, a partir de uma publicação no perfil do *Instagram As Mina da História*²²⁰. Ao perceber a proximidade entre os temas tratados no curso e parte desta tese, especialmente no que se refere à pintura atribuída a Tereza de Benguela, considerei eticamente necessário registrar e referenciar o trabalho

²²⁰ Iniciado no *Facebook*, o projeto tem como objetivo recuperar a memória de mulheres que transformaram o Brasil e o mundo. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/sobre-nos/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

dessas duas intelectuais negras. A menção a suas reflexões integra a política de citacionalidade desta pesquisa, comprometida em reconhecer a produção intelectual de mulheres negras que vêm disputando os sentidos da memória, da imagem e da história pública.

Sobre o caso específico da pintura de Vallotton, em entrevista concedida ao canal de divulgação histórica *As Mina na História*, Alexandrino e Rodrigues (2024) argumentam que tentar convencer as pessoas de que essa imagem não representa Tereza de Benguela tornou-se uma “batalha perdida”, tendo em vista sua ampla disseminação e o imaginário já estabelecido em torno dela. A formulação não deve ser lida como renúncia à crítica, mas como diagnóstico da força adquirida pela imagem no ambiente digital. De fato, a reprodução da pintura de Félix Vallotton, assim como as montagens digitais dela derivadas, circula em múltiplos registros, de materiais produzidos por coletivos feministas a espaços de validação institucional.

5.1.3 *A invenção visual de Tereza de Benguela: mapeamento da apropriação e institucionalização da obra de Vallotton*

Nesta seção, apresento exemplos de páginas e *sites* que contribuíram para legitimar a pintura de Vallotton (1911) como parte da iconografia hegemônica de Tereza de Benguela. Ao analisar seis espaços digitais vinculados a instituições ou projetos com autoridade simbólica nas esferas legislativa, acadêmica, governamental e educacional, busco evidenciar como veículos criados para informar e difundir conhecimento também podem operar como agentes ampliadores da *fake history* visual.

O mapeamento a seguir demonstra que a recorrência dessa atribuição equivocada em espaços de poder simbólico não apenas difunde a desinformação, mas também lhe confere estatuto de verdade pública, tornando a *fake history* visual um monumento visual difícil de desconstruir. Essa dimensão visual antecede e prepara a análise das demais distorções biográficas examinadas adiante, pois, antes mesmo da leitura dos textos, a imagem já organiza uma forma de ver e reconhecer Tereza.

Um exemplo emblemático desse fenômeno foi a exposição promovida pela Câmara dos Deputados, em 2016²²¹, intitulada *Mulheres pioneiras que fizeram história*

²²¹ A exposição *Mulheres Pioneiras: Elas Fizeram História* foi aberta à visitação pública entre os 8 de março a 11 de abril de 2016, no Corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães - Câmara dos Deputados - Brasília/DF. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/atividades-antteriores/exposicoes-historicas-e-culturais/mulheres-pioneiras-elas-fizeram-historia>. Acesso em: 12 ago. 2025.

(ver Figura 32). Tereza de Benguela foi referenciada na seção intitulada: “mulheres guerreiras” e, sobre ela, constam as seguintes informações no catálogo:

Teresa de Benguela (sec. XVIII): Negra conhecida também como Rainha Teresa, foi líder do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, assumindo o comando do quilombo após a morte de seu marido, José Piolho. Em Quariterê, desenvolvia-se a agricultura de algodão e a produção de alimentos excedentes, fabricava-se e comercializava-se tecidos, além da criação de instrumentos de trabalho com o domínio da forja. Em 1770 o quilombo foi destruído e Teresa suicidou-se preferindo a morte do que voltar à condição de escrava (Brasil, 2016, p. 47, grifo próprio).

Embora a homenagem a Tereza de Benguela seja imprescindível e justa, a iniciativa institucional acabou por reiterar distorções, validando não apenas uma representação visual anacrônica e equivocada, mas também dados biográficos imprecisos que obscurecem a real trajetória da líder quilombola²²². Além da legenda do livro (ver Figura 32) afirmar erroneamente que a imagem é “Tereza de Benguela”, a autoria da tela do Vallotton foi omitida, declarando-a como sendo de “autor desconhecido”.

Figura 32 - Destaque da página 47 do livro *Mulheres pioneiras: elas fizeram história* onde aparece a imagem atribuída a Tereza de Benguela



Montagem própria, a partir da fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Mulheres pioneiras: elas fizeram história*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1101/1/catalogo_web_final.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.

²²² Sobre o conteúdo das informações que afirmam que Tereza foi casada com José Piolho e que ela teria se suicidado, vou tratar no item 5.2 desta tese.

A pesquisa identificou, ainda, a reprodução desse fenômeno em espaços acadêmicos de formação e difusão, o que amplia seus efeitos de legitimação. Um caso emblemático é o projeto *Ocupação Intelectual Preta*²²³, vinculado ao PET História da Universidade de São Paulo, iniciativa voltada à formação discente e à produção de ações de extensão e divulgação, ancorada em um curso reconhecido como referência na área. Na exposição virtual *Mulheridades negras na História*, concebida para celebrar personalidades que desempenharam papéis sociais cruciais, observei uma dissonância entre o propósito educativo e a curadoria visual: sob a chamada imperativa “Descubra Tereza de Benguela”, a identidade visual da seção mobiliza a tela de Vallotton sem legenda, sem crédito de autoria e sem problematização crítica (Figura 33).

O efeito é paradoxal e, ao mesmo tempo, revelador: em uma iniciativa que se apresenta como ação de combate à desinformação, a ausência de mediação histórica transforma a imagem em evidência silenciosa, reforçando o erro por um mecanismo típico da cultura digital, isto é, a repetição que produz verossimilhança. Quando esse deslocamento ocorre em um ambiente universitário, o problema ganha maior densidade, pois a autoridade simbólica da instituição contribui para legitimar a imagem como se ela pudesse operar como rosto de Tereza. Ao prometer a “descoberta” da personagem, a página oferece ao público um rosto anacrônico sem explicitar a lacuna iconográfica existente, produzindo mais aderência à *fake history* visual do que à crítica do arquivo.

²²³ *Ocupação Intelectual Preta* é uma iniciativa vinculada ao PET História da USP, voltada à valorização da cultura negra e à aproximação entre universidade e sociedade por meio de eventos, exposições e ações de divulgação. A exposição virtual *Mulheridades negras na História* integra esse conjunto de atividades e é apresentada pelo projeto como parte de seu compromisso com a ampliação do acesso à cultura e o enfrentamento da desinformação. Disponível em: <https://sites.usp.br/pet/destaques/exposicao-mulheridades/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

Figura 33 - Print da capa do site PET História USP com a exposição virtual *Mulheridades Negras Na História* que homenageou Tereza de Benguela



Fonte: Site PET História USP. Disponível em: <https://sites.usp.br/pet/ocupa/corponegro9/>. Acesso em: 08 dez. 2025.

A disseminação da tela de Vallotton como efígie de Tereza de Benguela não ocorre de forma linear: ela apresenta uma sazonalidade própria, intensificando-se no contexto das mobilizações em torno do 25 de julho, data central para o movimento de mulheres negras na amefricanas. A análise de publicações da Fundação Cultural Palmares (Figuras 34 e 35) permite observar como a efeméride atua como um “gatilho” de visibilidade. Tanto na matéria alusiva ao *Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha* quanto na divulgação do projeto institucional *Somos Tereza de Benguela*, a obra de Vallotton é mobilizada como imagem de referência para a personagem, sem nenhuma mediação crítica.

Do ponto de vista da ecologia informacional, a presença dessa atribuição em domínio governamental é particularmente relevante, pois *sites* institucionais tendem a operar, para públicos amplos, como instâncias de confiabilidade. Assim, mais do que sugerir intenção, o que se evidencia é um efeito de autoridade: quando a imagem aparece em canais oficiais, ela ganha lastro simbólico e passa a ser reutilizada como fonte “segura” por escolas, coletivos, imprensa e produtores de conteúdo, sobretudo em períodos de maior visibilidade da data. Nesse sentido, a Fundação Cultural Palmares, pela centralidade que ocupa na preservação e difusão da cultura afro-brasileira, torna-se um “nó” de alta autoridade na rede de referências. Ao adotar a tela sem contextualização, contribui involuntariamente para um efeito de verdade que dificulta a correção posterior e consolida a circulação da *fake history* visual.

Figura 34 - *Print* da capa do site Fundação Cultural Palmares sobre o dia 25 de julho



Fonte: BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/25-de-julho-2013-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Figura 35 - *Print* da capa do site Fundação Cultural Palmares *Somos todas Tereza de Benguela*



BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Fundação Cultural Palmares lança projeto Somos Tereza de Benguela*. Brasília, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-cultural-palmares-lanca-projeto-somos-tereza-de-benguela>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Esse efeito de autoridade não permanece restrito aos canais governamentais ou institucionais: ele alcança também o ambiente educacional, onde materiais de consulta rápida circulam como apoio para professoras, professores e estudantes. Nesse circuito, a *fake history* visual ganha capilaridade pedagógica, pois imagens e narrativas passam a ser incorporadas a práticas de ensino sem que sua proveniência seja necessariamente interrogada. É o que se observa em portais de divulgação histórica, como o blog *Ensinar História*, de Joelza Ester Domingues.

O *site*, que se apresenta com a missão de apoiar a prática docente em consonância com “pesquisas historiográficas recentes”²²⁴, possui métricas impressionantes: na data em que realizei a consulta, ele já tinha recebido 7.727.199 de acessos, o que demonstra o seu alcance e lhe confere um ar de legitimidade, dentro da lógica da internet. Dentre os conteúdos apresentados no *site*, há um *post* sobre o “dia nacional Tereza de Benguela e da mulher negra”²²⁵ (Figura 36). Na data em que realizei a pesquisa (09 de novembro de 2025), a postagem tinha 9.339 e 20 compartilhamentos.

²²⁴ DOMINGUES, Joelza Ester. Objetivo do Blog. **Blog Ensinar História**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/objetivo-do-blog/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

²²⁵ DOMINGUES, Joelza Ester. Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. **Blog Ensinar História**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/dia-nacional-tereza-de-benguela-mulher-negra/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

Figura 36 - *Print* post sobre Tereza de Benguela página do Blog *Ensinar História*



DOMINGUES, Joelza Ester. Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. In: *Blog Ensinar História*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/dia-nacional-tereza-de-benguela-mulher-negra/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

O ponto decisivo, neste caso, está na própria legenda explicativa, que afirma textualmente:

Não existe registro iconográfico nem descrição sobre a aparência de Tereza de Benguela. A pintura a óleo “Mulher negra sentada” é do artista suíço Félix Edouard Vallotton, 1911. O artista pintou as mulheres negras em pé de igualdade com as outras, numa época em que os preconceitos sociais ainda eram dominantes (Domingues, 2025, grifo próprio).

A legenda, portanto, reconhece a inexistência de registros iconográficos de Tereza e, ao mesmo tempo, mantém a tela de Vallotton como referência visual. Esse gesto produz uma ambivalência: por um lado, explicita a lacuna do arquivo; por outro, a preenche com uma obra europeia de 1911, deslocando o problema do apagamento para uma solução imagética que tende a se impor pela força da visualidade. Além disso, ao atribuir ao pintor a intenção de retratar mulheres negras “em pé de igualdade”, a legenda introduz uma interpretação valorativa sobre o sentido social da obra.

É justamente nesse ponto que a dimensão estrutural do racismo se torna perceptível. A justificativa da “boa intenção” desloca a pergunta central: já não se interroga porque uma imagem sem lastro documental foi usada como rosto de Tereza, mas se busca atenuar o problema por meio da suposta intenção igualitária de um pintor branco europeu. O foco sai da violência da atribuição e recai sobre a intenção do autor da obra, como se a boa disposição estética fosse suficiente para autorizar o deslocamento histórico. Esse procedimento reencena uma lógica colonial de visualidade: corpos e rostos

de mulheres negras passam a ser tratados como substituíveis, desde que pareçam cumprir uma função representativa. Assim, uma modelo africana, retratada em Paris no início do século XX, pode ser convertida, sem mediação adequada, em imagem de uma liderança quilombola setecentista no Brasil.

O caso é revelador porque evidencia uma tensão recorrente na cultura digital: a ideia de que a biografia precisa ser “ancorada” por uma imagem, mesmo quando essa imagem não possui estatuto documental. Em vez de tratar a ausência de retrato como dado histórico e como oportunidade pedagógica para discutir violência do arquivo, regimes de prova e limites da representação, a solução editorial acaba por normalizar o anacronismo como recurso didático. O resultado não é apenas um “erro” de ilustração, mas um modo específico de produzir inteligibilidade histórica que participa da lógica do epistemicídio visual: ao invés de enfrentar a ausência documental como efeito do apagamento colonial, a imagem deslocada oferece uma solução rápida, anacrônica e aparentemente suficiente, reconfigurando a relação entre memória, evidência e ensino.

O circuito de apropriação e naturalização da imagem de Vallotton alcança maior capilaridade ao atravessar o universo da cultura de massa e do imaginário infantil, por meio do projeto *Donas da Rua*, da Mauricio de Sousa Produções. A iniciativa, que conta com apoio institucional da ONU Mulheres, apresenta Tereza de Benguela com uma identidade visual construída por transposição direta da tela *Portrait de femme drapée de rouge* para os traços característicos dos quadrinhos (ver Figura 37). Do ponto de vista da História Pública e do ensino de História, esse deslocamento é relevante porque mobiliza um regime específico de autoridade: o traço de Mauricio de Sousa carrega legitimidade editorial e reconhecimento afetivo, articulando a memória cultural consolidada em gerações mais velhas à formação de repertórios visuais nas novas gerações.

Nesse contexto, a imagem não atua apenas como “ilustração”: ela tende a fixar uma associação visual e a funcionar como referência para usos escolares e extraescolares, sobretudo quando combinada à linguagem lúdica e à chancela de um organismo internacional. O efeito é a intensificação da *fake history* visual em chave pedagógica, pois sua circulação em produtos culturais de amplo alcance transforma uma atribuição anacrônica em aparência “natural” da personagem histórica. Com isso, torna-se mais difícil reintroduzir, posteriormente, a discussão sobre lacuna iconográfica, regimes de prova e mediação crítica da imagem.

Figura 37 – Print do post sobre Tereza de Benguela na página *Donas da Rua*



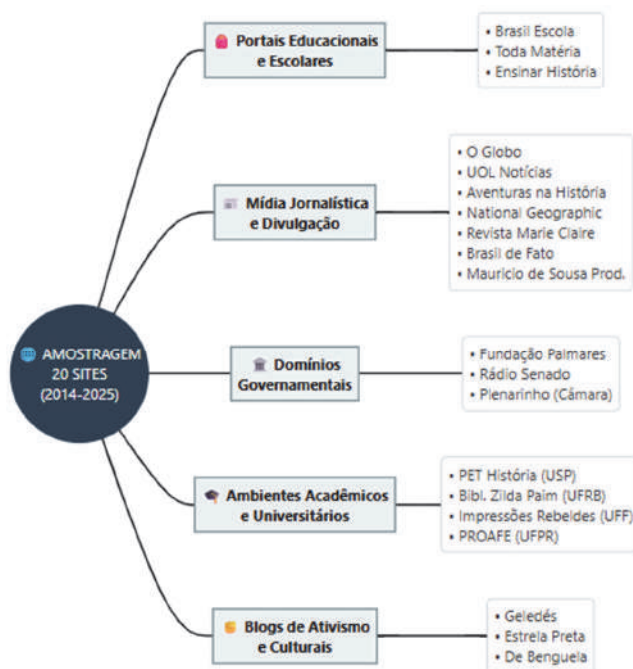
MAURICIO DE SOUSA PRODUÇÕES. Tereza de Benguela: A Rainha do Quilombo. In: *Donas da Rua*. Disponível em: <https://turmadamonica.uol.com.br/donasdarua/perfil/terezadebenguela/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

5.2 É fato ou *fake*? Análise da memória de Tereza de Benguela na *web* a partir da amostragem de 20 sites (2014-2025)

Neste tópico, analiso como a biografia de Tereza de Benguela tem sido narrada e, muitas vezes, ficcionalizada no ambiente digital. Sob a provocação “é fato ou *fake*?”, examino uma amostragem de 20 sites, mapeados no arco temporal de 2014 a 2025. A escolha do marco inicial não foi aleatória: 2014 é o ano de promulgação da Lei n.º 12.987/2014, que instituiu o *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*. Esse dispositivo legal atuou como catalisador de buscas e de produção de conteúdo online, intensificando a demanda por informações que nem sempre encontraram respaldo em fontes primárias ou em mediação historiográfica consistente.

A constituição do *corpus* documental desta seção expande a análise do tópico anterior, no qual focalizei a iconografia recorrentemente atribuída a Tereza. A amostra foi organizada em cinco tipologias discursivas principais (ver Figura 38), de modo a contemplar a heterogeneidade de agentes de memória que operam na *web*: portais educativos, imprensa, instituições de Estado, iniciativas acadêmicas e páginas autorais/ativistas. Os sites foram nomeados conforme essa classificação e encontram-se detalhados no Apêndice A, que reúne a tabela completa com metadados, *links* e variáveis analíticas.

Figura 38 - Tipologia das Fontes Consultadas - Classificação dos 20 *sites* analisados por natureza institucional e editorial



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Defendo que essa diversidade tipológica foi fundamental, pois permitiu verificar a transversalidade das narrativas e observar se os distorcionismos constituem um fenômeno restrito a nichos informais ou se atravessam também instâncias acadêmicas e governamentais. Ressalto que o objetivo não foi “rankear” *sites* entre acertos e erros, mas compreender as condições de permeabilidade, circulação e legitimação de dados biográficos no ecossistema²²⁶ digital. Quanto à estratégia metodológica, o exame desse conjunto documental foi estruturado em quatro eixos hermenêuticos interconectados. Essa abordagem buscou não apenas catalogar distorções factuais, mas compreender as dinâmicas de produção, circulação e validação da memória digital de Tereza de Benguela. Para isso, organizei a análise em quatro eixos interconectados:

²²⁶ Neste trabalho, utilizo “ecossistema digital” para designar o conjunto de infraestruturas, plataformas e práticas sociotécnicas que estruturam a produção, a circulação e a validação pública de conteúdos no ambiente on-line. Trata-se de um sistema relacional composto por buscadores, redes sociais, *sites*, bancos de dados, mecanismos de recomendação, métricas de engajamento e protocolos de visibilidade, no qual informações e memórias são conectadas por hiperlinks, reordenadas por algoritmos e legitimadas, ou deslegitimadas, por repetição e por regimes de autoridade institucional, midiática, escolar e comunitária. Nesse sentido, “ecossistema” enfatiza que o digital não é apenas suporte, mas ambiente que condiciona formas de atenção, prova, autoria e disputa de sentidos. Sobre essa discussão, ver Monteiro (2008).

1. rastreabilidade das fontes e economia da citação: investiguei a genealogia das informações mobilizadas nos *sites*, observando a presença ou ausência de referências, a origem dos dados apresentados e as práticas de circularidade narrativa. O foco recaiu sobre os mecanismos de “validação de fachada”²²⁷, isto é, situações em que nomes de autoridades acadêmicas, obras historiográficas ou instituições são acionados para conferir credibilidade a conteúdos distorcidos, sem que haja lastro verificável em fontes primárias ou mediação historiográfica consistente;

2. regimes de visualidade e anacronismo: analisei a função da imagem na construção de uma aparência de verdade histórica. Nesse eixo, a tela de Félix Vallotton foi tomada como caso exemplar de *fake history* visual, pois sua circulação como suposto retrato de Tereza evidencia como uma escolha iconográfica anacrônica pode operar como dispositivo legitimador, orientando a leitura da personagem antes mesmo do contato com o texto;

3. semântica do poder, tradução colonial e epistemicídio: por meio de análise lexical crítica, mapeei estratégias discursivas que esvaziam ou reconfiguram a agência política de Tereza. Examinei, em especial, a reprodução acrítica de categorias coloniais e a circulação de termos como “Rainha” e “Parlamento”, presentes nos *Anais de Vila Bela* de 1770, observando como sua repetição literal pode produzir anacronismos e reforçar o “epistemicídio”, ao reconhecer a governança quilombola apenas quando traduzida pela gramática política europeia.

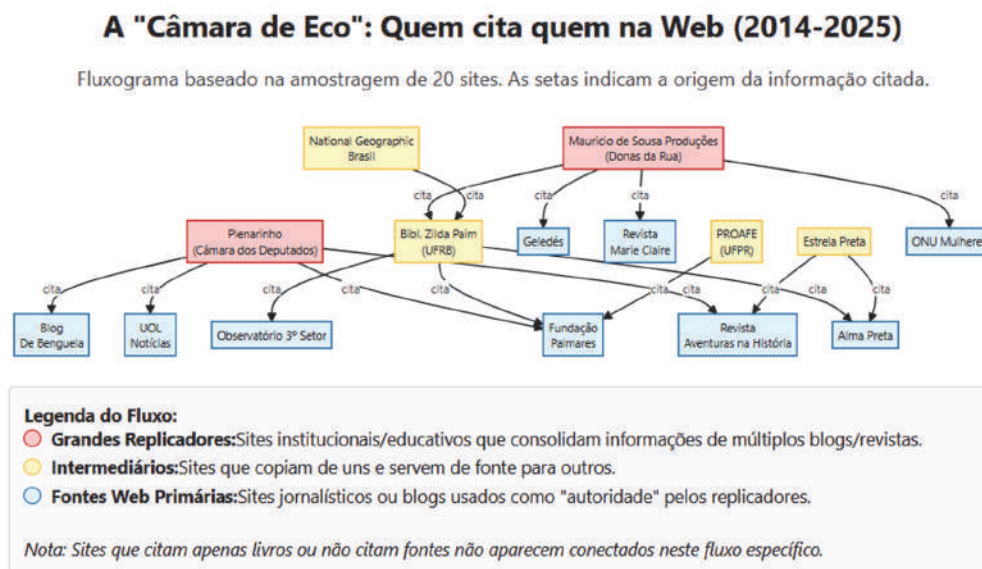
4. temporalidade e sedimentação das *fake histories* (2014-2025): a partir do recorte de uma década, busquei diagnosticar a evolução da desinformação histórica sobre Tereza na *web*, verificando a incidência, as mutações, as permanências e eventuais retificações dos equívocos historiográficos. Esse eixo permitiu observar como determinadas narrativas se consolidam, se adaptam ou se deslocam no ecossistema digital, sobretudo quando passam a circular entre *sites* educativos, institucionais, midiáticos e autorais.

5.2.1 Análise dos dados obtidos a partir da amostragem de 20 sites na Web (2014-2025)

²²⁷ A expressão “validação de fachada” é utilizada aqui como categoria operacional da pesquisa para designar usos ornamentais ou incompletos da autoridade acadêmica, institucional ou documental. Refere-se a situações em que nomes de pesquisadoras/es, obras ou documentos são mobilizados como sinais de credibilidade, mas sem mediação historiográfica suficiente para sustentar criticamente as informações apresentadas.

A leitura do *corpus* sistematizado indica um padrão recorrente na circulação digital de narrativas históricas: a formação de uma “câmara de eco”²²⁸ (ver Figura 39). Em vez de divergirem substantivamente por linha editorial, natureza institucional ou finalidade pedagógica, os textos tendem a reproduzir uma mesma arquitetura biográfica sobre Tereza de Benguela. Essa arquitetura se organiza em torno de enunciados recorrentes: a associação de Tereza a José Piolho como esposa ou companheira; a sucessão da liderança após a morte dele; a descrição do Quilombo do Quariterê como espaço governado por “rainha” e “parlamento”; a repetição de números populacionais pouco estáveis; e a multiplicação de versões sobre sua morte, frequentemente apresentadas sem reabertura crítica do problema documental.

Figura 39 – Fluxograma efeito “câmara de eco”: quem cita quem na *web* (2014-2025)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

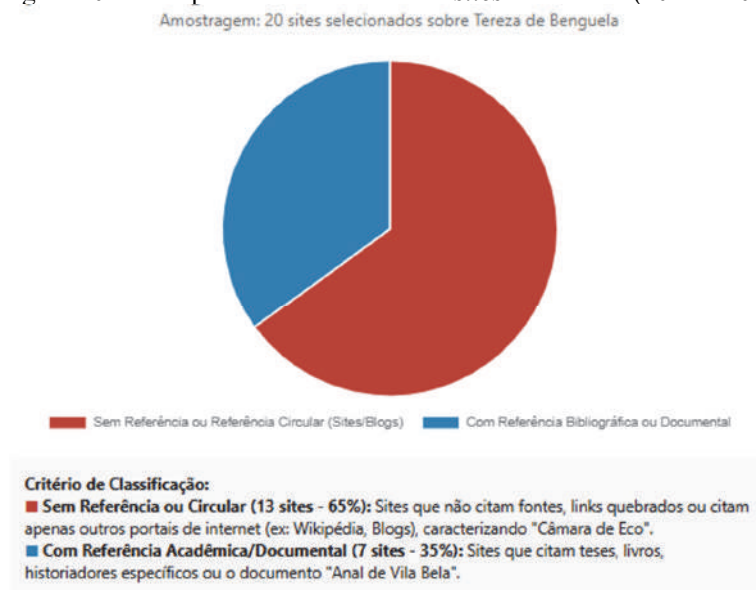
No arco temporal de 2014 a 2025, essa homogeneidade atravessa diferentes esferas de produção e difusão do conhecimento histórico: imprensa, portais educativos, iniciativas acadêmicas, páginas autorais, projetos culturais e instâncias estatais. O traço

²²⁸ Emprego a expressão “câmara de eco” (*echo chamber*), a partir dos estudos de Jamieson e Capella (2008), para designar um padrão de circulação informacional em que enunciados semelhantes se reforçam por repetição e por intertextualidade, com baixa exposição a contrapontos e baixa rastreabilidade de fontes primárias. No ambiente digital, a câmara de eco não depende apenas de “opiniões iguais”: ela pode se constituir por mecanismos de curadoria algorítmica, por reuso de textos entre *sites*, por citações circulares e por regimes de autoridade (midiático, escolar, institucional), produzindo a impressão de consenso e estabilizando versões como se fossem evidência.

dominante é a circularidade. A tabela do Apêndice A evidencia que muitos textos não retornam às fontes primárias nem explicitam com precisão o percurso de pesquisa que sustenta suas afirmações. Em vários casos, as referências aparecem de modo incompleto, remetem a *links* indisponíveis no momento da consulta ou são substituídas por menções genéricas a outros *sites*, matérias jornalísticas e portais institucionais.

Esse funcionamento é particularmente visível quando observamos a migração de informações entre páginas. O *Plenarinho*, portal infantil da Câmara dos Deputados, indica como fontes a *Revista Aventuras na História*, o *UOL*, a Fundação Cultural Palmares e o *site De Benguela*; o projeto *Donas da Rua* cita Geledés, UFRB, *Marie Claire* e ONU Mulheres; a *National Geographic Brasil* remete a um artigo da UFRB, sem apresentar a referência completa; e o *site Estrela Preta* reproduz trechos e enquadramentos da *Aventuras na História*. Esse encadeamento revela que a autoridade de um texto frequentemente não deriva de sua relação direta com o arquivo, mas de sua inserção em uma cadeia de reuso, na qual uma informação já publicada passa a funcionar como lastro para outra.

A repetição de dados sem lastro primário, reforçada por mecanismos de visibilidade, pela autoridade simbólica de instituições e pelo reuso intertextual, tende a converter versões frágeis em consensos aparentes. Dessa forma, a “câmara de eco” vai sendo construída a partir da articulação de textos, imagens, *links* e credenciais institucionais. É nesse cruzamento que a memória digital de Tereza de Benguela vai sendo produzida em meio à sedimentação de pequenos deslocamentos, simplificações e anacronismos que se reforçam mutuamente no ecossistema digital.

Figura 40 - Transparência das fontes nos *sites* analisados (2014 – 2025)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

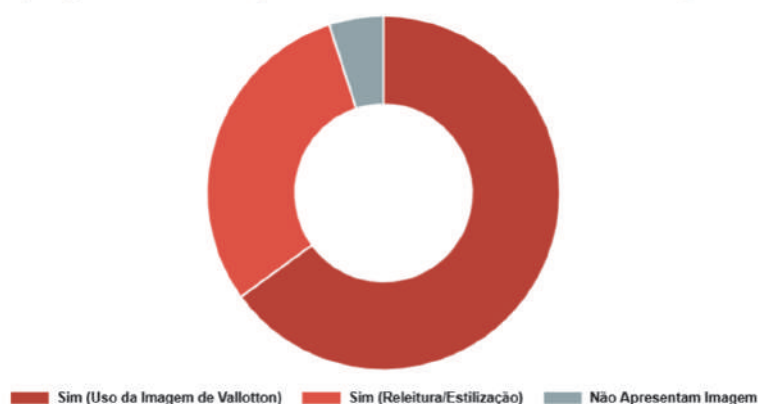
Um segundo padrão, complementar ao anterior, diz respeito aos modos de legitimação da informação histórica na *web*. A distorção não se concentra apenas em *sites* periféricos; ela aparece também em portais de ampla circulação escolar, jornalística, institucional e acadêmica. Isso sugere que a autoridade, no ambiente digital, pode ser produzida por marcadores formais de credibilidade, como tom didático, linguagem institucional, diagramação, marca editorial, domínio governamental ou vínculo universitário, independentemente da consistência das referências mobilizadas. É nesse ponto que proponho a noção de *validação de fachada*: situações em que a menção nominal a historiadoras e historiadores, universidades, obras acadêmicas ou documentos, como os registros de 1770 dos *Anais de Vila Bela*, funciona como “selo de autoridade”, ainda que não venha acompanhada de contextualização, indicação precisa das fontes ou explicitação metodológica.

O caso da revista *Aventuras na História* (Apêndice A, *site* 03), por exemplo, mobiliza falas de pesquisadores/as, mas mantém descritores como “loucura” e utiliza iconografia anacrônica sem discutir suas condições de produção e seus limites, reduzindo a função da referência acadêmica a um efeito de credencial. De modo geral, entre os seis *sites* da amostra que mencionam fontes acadêmicas (ver Apêndice A), cinco não preservam as ressalvas, as incertezas e os condicionantes presentes nas pesquisas que citam.

Quando frases isoladas são pinçadas ou quando se recorre a fórmulas vagas, como “pesquisas indicam”, “alguns historiadores afirmam” ou “segundo artigo da universidade”, sem especificação de obra, página ou critério de inferência, a referência tende a funcionar como credencial, não como lastro verificável. O resultado é um mosaico de informações simplificadas, no qual nomes de pesquisadores, instituições e fragmentos de pesquisa são mobilizados para sustentar versões já sedimentadas, como viuvez, sucessão política por casamento, suicídio ou governo nos moldes de “rainha” e “parlamento”. Nesse processo, a natureza conjectural de certos dados e as disputas interpretativas são atenuadas em favor de narrativas de consumo rápido.

Essa dinâmica ajuda a compreender por que as *fake histories* sobre Tereza de Benguela não se sustentam apenas pela ausência de fontes, mas também pelo uso frágil, seletivo ou ornamental da autoridade historiográfica.

Figura 41 - *Sites* que apresentam a imagem de Vallotton erroneamente atribuída a Tereza de Benguela



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A onipresença da pintura de Vallotton, presente em 95% da amostra, inclusive em canais oficiais, como a Rádio Senado (*site* 18) e a Fundação Cultural Palmares (*site* 2), ajuda a compreender como a *fake history* visual se consolida no ambiente digital. Pela repetição, a imagem passa a funcionar como uma espécie de acordo silencioso com a/o leitor/a: antes mesmo do texto, antecipa o reconhecimento, afirma “este é o rosto” e orienta a leitura do que vem depois. Quando não há mediação historiográfica, isto é, crédito, data, autoria, contexto e, sobretudo, a afirmação explícita de que não existe retrato setecentista de Tereza, a recorrência se converte em prova, e o que era lacuna do arquivo passa a parecer evidência.

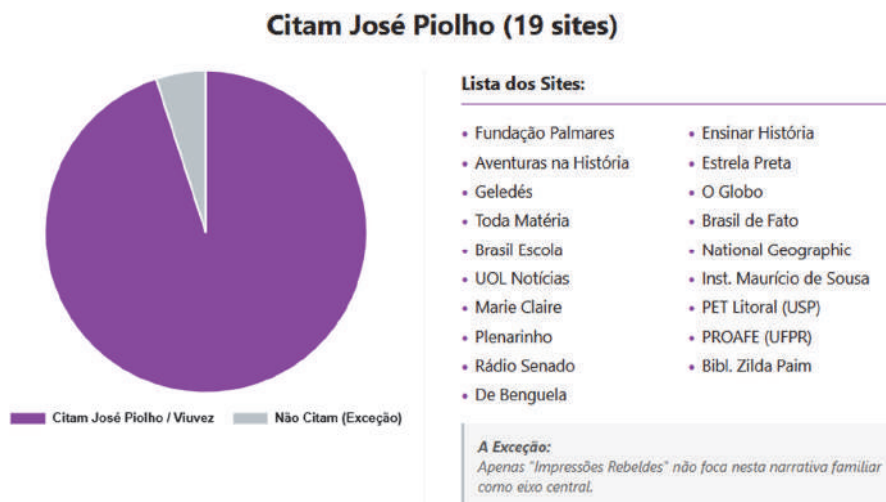
Ao cruzar a presença da imagem com as narrativas sobre o óbito, o *corpus* sugere uma associação recorrente: os textos que mobilizam Vallotton de forma descontextualizada tendem, com maior frequência, a aderir à versão do suicídio, em detrimento da execução ou da morte sob captura descrita nas fontes coloniais. Não se trata de estabelecer uma causalidade automática, mas de observar um encaixe narrativo: a pintura oferece uma chave afetiva, marcada por solidão, melancolia e recolhimento, que torna o “fim trágico” mais facilmente narrável e reconhecível no presente.

Nesse enquadramento, a violência política colonial tende a ser deslocada. A morte deixa de aparecer como tecnologia de terror do Estado colonial, com sua pedagogia do medo e do exemplo público, e passa a ser recontada como drama individual, psicologizado. O contraste com o *Anual de Vila Bela* de 1770 é eloquente: a informação sobre a exposição da cabeça no poste, como forma de intimidação e memória pelo medo, perde centralidade quando o “rosto” que circula é o de uma mulher sentada, isolada e fora do acontecimento.

Esse deslocamento também se observa no léxico. Em 19 dos 20 *sites* analisados, a presença da pintura de Vallotton aparece combinada à menção ao casamento ou companheirismo de Tereza com José Piolho, geralmente por meio de expressões como “esposa de José Piolho”, “companheira de José Piolho”, “viúva de Piolho” ou “rainha” que teria herdado o comando após sua morte. Quando essa gramática sucessória se combina ao pacto iconográfico de uma figura solitária, fora do conflito e fora da política, o resultado é uma biografia de baixa densidade histórica: a líder aparece menos como estrategista e mais como personagem trágica.

É nessa combinação - imagem anacrônica + vocabulário androcêntrico + falta de mediação - que o suicídio ganha terreno como desfecho verossímil, enquanto a leitura do conflito colonial e de sua violência estruturante vai sendo empurrada para a “borda” do relato. E é justamente por isso que eu não separo imagem de palavra. A mesma *web* que dá a Tereza um “rosto” que não é dela, também insiste em explicar sua liderança pela via do parentesco e, nesse ponto, José Piolho vira fiador narrativo de uma mulher que, historicamente, não precisava de fiador para existir.

Figura 42 - Sites que citam que Tereza foi “casada” com José Piolho



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise qualitativa dos 20 *sites* mapeados expõe uma constante discursiva inquietante: a legitimação do poder de Tereza de Benguela aparece, recorrentemente, condicionada à figura masculina. Em praticamente todos os textos analisados, a fórmula segundo a qual ela “assumiu o comando após a morte de seu marido, José Piolho” funciona mais do que como marcador cronológico: atua como operador de gênero. A repetição reinscreve a liderança feminina em uma gramática patriarcal de autorização, na qual o poder da mulher só se torna inteligível quando mediado pelo matrimônio, pela viuvez e pela sucessão masculina.

A insistência na morte do companheiro como pré-requisito para sua ascensão expõe uma dificuldade estrutural: conceber a liderança feminina negra como dado político autônomo. Nesse regime narrativo, a autoridade de Tereza não deriva de competência estratégica, articulações comunitárias, alianças interétnicas ou tecnologias de governo, mas do “vácuo” deixado por um homem. Com isso, ela é deslocada da posição de sujeita de poder para a de substituta contingente.

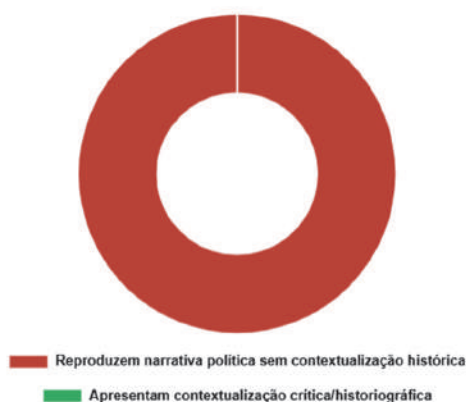
O ápice dessa leitura androcêntrica aparece no *site De Benguela* (Apêndice A, *site* 19), que justifica sua liderança pela ausência masculina: “Tenha em conta que os líderes quilombolas sempre eram homens. Quem nunca ouviu falar de Zumbi dos Palmares? Sendo assim, o cargo para Tereza de Benguela veio por conta da morte do seu marido, Zé Piolho” (De Benguela, 2025). A menção a Zumbi não é um detalhe retórico inocente: ela

opera como atalho de inteligibilidade que aproxima Palmares e Quariterê como se fossem experiências equivalentes e contemporâneas. Ao tomar Zumbi como referência universal do que seria “liderança quilombola”, o texto produz um duplo achatamento, temporal e regional, e reinscreve a história de Tereza sob o padrão canônico masculino.

Ao afirmar que lideranças eram “sempre homens”, o enunciado constrói um enquadramento em que o poder político exercido por Tereza aparece como uma exceção tolerada, pela ausência masculina. Trata-se de um gesto simultaneamente de gênero e de raça: reconhece-se a existência de uma “rainha”, mas esvaziam-se as condições de possibilidade de sua agência, traduzindo-a como derivação conjugal da “viúva”. A sombra de José Piolho, figura sobre a qual também pairam imprecisões e distorcionismos, funciona como garantia simbólica para que a narrativa aceite uma mulher negra no comando de um sistema político e militar complexo como o Quariterê.

Esse enquadramento de gênero articula-se a um segundo mecanismo: a validação do político negro por tradução eurocêntrica. A totalidade da amostragem tende a reproduzir terminologia política europeia, como “parlamento”, “reinado” e “conselho”, sem crítica à origem e à função desses termos no registro colonial (ver Figura 43). O efeito combinado é significativo: quando a agência feminina é domesticada pela viuvez e a governança quilombola é “legitimada” por analogias europeias, a memória digital produz uma Tereza simultaneamente celebrada e neutralizada.

Figura 43 – *Sites* que citam o “Parlamento” do Quariterê: a reprodução acrítica do olhar colonial

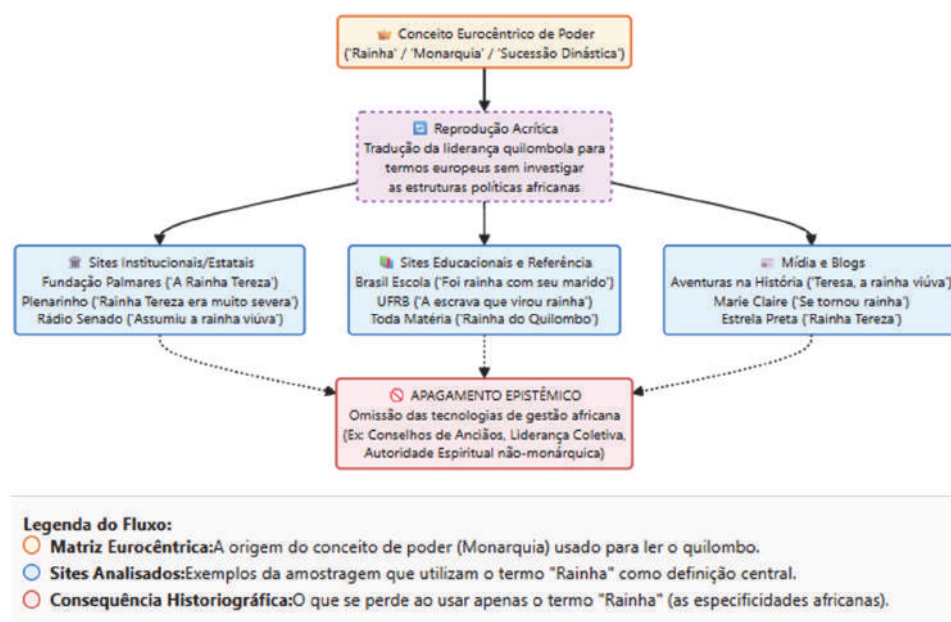


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao analisar o gráfico da Figura 43, nota-se que a totalidade da amostragem reproduz termos da gramática política colonial e europeia, como “parlamento”, “reinado” e “conselho”, de forma literal. Essa repetição reitera, na *web*, uma operação de tradução colonial que, como discuti no capítulo 1, não deve ser lida como descrição neutra, mas como enquadramento linguístico produzido pelo cronista para tornar inteligível o “outro” em seu próprio vocabulário político. *Sites* jornalísticos e institucionais, como *Marie Claire* e Rádio Senado, tomam essa analogia como fato e afirmam que Tereza “criou um parlamento”. Com isso, a complexidade da governança quilombola é reconhecida apenas quando traduzida por categorias que não necessariamente correspondem às suas próprias lógicas políticas, territoriais e comunitárias.

Um ponto particularmente sensível aparece quando essa operação também atravessa portais ligados à esfera acadêmica, como o *Impressões Rebeldes* (UFF). Embora o texto cite o documento e utilize termos mais sóbrios, como “conselho”, não chega a explicitar a função dessa linguagem como dispositivo de enquadramento colonial, deixando em aberto a crítica sobre como se narram experiências políticas negras. Em vez de recolocar a pergunta historiográfica: “que formas de deliberação, autoridade e legitimidade estavam em jogo no Quariterê?”, parte do *corpus* trata o vocabulário colonial como se ele fosse transparência da realidade.

Figura 44 - Apropriação do título de “Rainha” e o apagamento das epistemologias africanas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

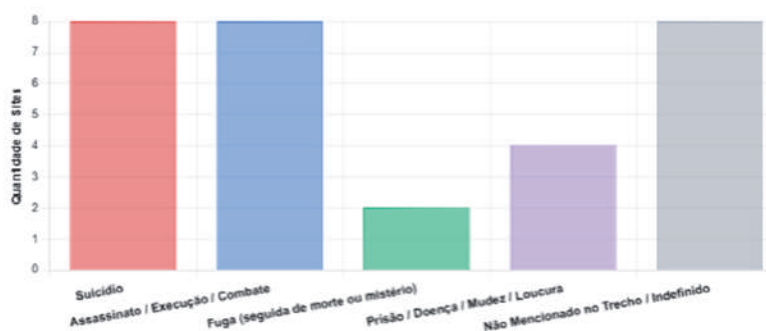
Como demonstrei no capítulo 1, termos como “rainha”, “senado” e “parlamento” operam, na fonte colonial, como tradução e apagamento de formas políticas africanas e afrodiaspóricas. Na *web*, quando essa tradução é repetida sem mediação, ela deixa de ser percebida como tradução e passa a funcionar como se fosse a própria realidade histórica do Quariterê. Como sugere a Figura 44, celebra-se a “rainha” e seu “parlamento”, ao mesmo tempo em que a liderança negra é revestida pela gramática política do colonizador. Com isso, a leitura pública do Quariterê é reconfigurada: a governança quilombola passa a ser validada principalmente por semelhança com modelos europeus, e não por sua historicidade própria. Esse movimento também se articula ao viés de gênero já observado, pois desloca a liderança “ameficana” de Tereza para categorias que o arquivo colonial reconhece e que a *web* reproduz como se fossem naturais.

No plano narrativo, a figura da “rainha viúva” reforça a dependência do poder feminino em relação a uma mediação masculina e a um repertório de excepcionalidade, como se Tereza tivesse governado “apesar” de ser mulher. Quando gênero e tradução colonial se combinam, a liderança de Tereza tende a ser narrada menos como tecnologia política coletiva e mais como trajetória individual reconhecível ao senso comum. Nesse quadro, a morte funciona como fecho decisivo do enredo biográfico: é ela que organiza o sentido final do que foi “ser Tereza” e, por isso, é também nesse ponto que a

desinformação se torna mais reveladora, como indica o gráfico com o resultado da análise comparativa das causas de morte citadas nos *sites* da amostra (ver Figura 45).

Figura 45 - Análise comparativa dos dados sobre as “possíveis” causa de morte de Tereza citadas nos *sites*

O gráfico abaixo contabiliza quantas vezes cada versão da morte é citada nos textos analisados. Nota: Um único site pode apresentar múltiplas versões (ex: “suicídio ou execução”).



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A leitura dos dados evidencia uma sobreposição significativa de versões, na qual o somatório das ocorrências ultrapassa o número total de *sites* analisados. Isso se explica porque parte considerável das páginas não assume um veredito: acumula hipóteses, como “suicídio” e “execução”, como se fossem variações equivalentes de um mesmo enredo. O problema não está em reconhecer a incerteza, mas em apresentá-la sem hierarquização documental, sem confronto com a fonte colonial e sem explicitar os limites de cada versão. Nesse procedimento, a dúvida deixa de operar como motor da crítica historiográfica e passa a produzir um efeito de completude narrativa. Mais do que ausência de consenso, o gráfico revela uma dinâmica típica da memória digital: a coexistência de versões funciona como estratégia de circulação. Quanto mais “redonda”, dramática e replicável a história, maior sua capacidade de se fixar no ecossistema digital.

Nesse sentido, chama atenção a força do suicídio como hipótese concorrente: ele funciona como solução narrativa “limpa”, psychologizante e compatível com um regime de sensibilidade contemporâneo que prefere o drama individual à descrição material da violência colonial. O suicídio desloca a morte do campo da repressão política (captura, humilhação pública, punição exemplar) para uma decisão íntima, gesto que, embora possa soar como “ato de dignidade”, tende a despolitizar o conflito e a transformar a derrota do quilombo em tragédia pessoal. Em termos historiográficos, trata-se de uma forma de

domesticação do acontecimento: a violência de Estado aparece como pano de fundo e não como estrutura. O distanciamento em relação ao relato da fonte primária, os *Anais de Vila Bela de 1770* é, portanto, decisivo.

No documento, a sequência é outra e mais dura: durante a fuga, Tereza teria se ferido, “estrepou o pé” e, capturada, foi alvo de “palavras injuriosas”, entrando em estado de mudez/“amuada”; poucos dias depois, “expirou de pasmo”. Na lógica do registro colonial, o que se descreve não é um “ato voluntário” de encerramento da vida, mas uma morte ligada ao choque, à captura e ao esmagamento simbólico. A passagem seguinte radicaliza esse regime de punição exemplar: “Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para a memória e exemplo dos que a vissem” (*Anais de Vila Bela do ano de 1770 apud Amado; Anzai, 2006, p. 140*).

A cartografia informacional de Tereza de Benguela, no arco temporal de 2014 a 2025, conduz a um diagnóstico paradoxal: a ampliação de sua visibilidade não garantiu a restituição de sua densidade histórica. O que se observa na *web* é a cristalização do que denomino presença ausente: o nome de Tereza ecoa em múltiplas URLs, é celebrado em datas oficiais e reproduzido em materiais didáticos, mas essa presença nominal vem acompanhada do esvaziamento de sua trajetória política e humana. A análise do *corpus* digital demonstra que, no século XXI, as narrativas masculinas e coloniais não desapareceram; elas foram “algoritmizadas”, isto é, reorganizadas pelos mecanismos de indexação, repetição, ranqueamento e visibilidade próprios da *web*. Ao repetir exaustivamente a iconografia de Vallotton, a viuvez como condição de poder e a morte trágica como fecho narrativo, o ambiente digital atualiza velhas camadas de apagamento, convertendo analogias coloniais e lacunas documentais em versões de fácil consumo, sem explicitar seus regimes de prova, suas incertezas e seus limites.

5.3 Da presença ausente à atitude historiadora: estratégias de letramento digital e racial contra as *fake histories*

O diagnóstico traçado nas seções anteriores deste capítulo revela um cenário paradoxal: a imagem e o nome de Tereza de Benguela circulam amplamente na *web*, impulsionados por mecanismos de busca, lógicas de engajamento e reuso intertextual, mas sua historicidade permanece soterrada sob camadas de distorções, anacronismos e simplificações. É nesse sentido que proponho compreendê-la como uma presença

ausente: há presença porque seu nome se multiplica em datas oficiais, materiais didáticos, posts, projetos culturais e produtos midiáticos; há ausência porque essa circulação, muitas vezes, não restitui sua densidade política, territorial e humana. Ao contrário, pode reiterar traduções coloniais, imagens deslocadas e fórmulas narrativas que impedem a aproximação crítica de sua agência a frente da liderança do Quariterê.

Essa presença ausente evidencia que o enfrentamento das *fake histories* não pode se limitar ao desmentido pontual. Dizer que a pintura de Vallotton não é Tereza é necessário, mas insuficiente. O desafio é disputar os regimes de visibilidade, autoridade e prova que organizam o “verdadeiro” no ambiente digital. É aqui que a reflexão de Marta Rovai (2018) sobre o historiador como mediador ético se torna especialmente produtiva: publicizar o passado não significa simplificá-lo para torná-lo consumível, mas construir formas responsáveis de circulação do conhecimento histórico, capazes de manter a complexidade, explicitar fontes, indicar incertezas e sustentar a crítica.

O ambiente digital impõe novos desafios ao ofício historiográfico e ao ensino de História. Como aponta Aldair Rodrigues (2018), a era digital criou uma ilusão de acesso total, em que a abundância de dados é frequentemente confundida com conhecimento. “Navegar”, entretanto, não é sinônimo de conhecer. No contexto da plataformização da educação, em que motores de busca e redes sociais atuam como mediadores não neutros, torna-se necessário letrar estudantes e a comunidade historiadora para que não confundam circulação com evidência. Aprender a perguntar “como isso foi produzido?”, “com que lastro?”, “a partir de que tradução?” e “a quem serve esta versão?” passa a ser parte fundamental da formação histórica.

Nessa chave, a mediação ética se articula à atitude historiadora, conforme discutida por Ana Maria Mauad (2018), não como um protocolo técnico fechado, mas como postura pública diante das fontes, das imagens e das narrativas que circulam socialmente. No caso de Tereza de Benguela, essa atitude exige perguntar: quem produziu determinada informação? Com base em quais documentos? Que traduções coloniais foram naturalizadas? Que imagens passaram a funcionar como prova? Que ausências estão sendo preenchidas e com quais efeitos políticos?

No caso de mulheres afrodiáspóricas, como Tereza de Benguela, essa atitude historiadora precisa caminhar junto ao letramento racial. Como alerta Patricia Hill Collins (2019), é preciso identificar as imagens de controle que naturalizam a subalternidade, a excepcionalidade ou a tragédia negra. No *corpus* analisado, essas imagens operam em dupla camada: no plano visual, pela consolidação de um retrato anacrônico que enquadra

a liderança quilombola em uma figura isolada e melancólica; no plano narrativo, pela reiteração de chaves patriarcais, como viuvez, herança e excepcionalidade, que tornam uma mulher no poder inteligível apenas quando mediada por um homem.

Por isso, o enfrentamento das *fake histories* não se resolve apenas por correção pontual: envolve também disputar o imaginário. Nesse sentido, o diálogo com Rosane Borges (2025) permite avançar para a construção de imaginários emergentes de mulheres negras, capazes de romper com estereótipos coloniais e reinstalar Tereza como estrategista política, liderança coletiva e sujeito histórico. O combate à desinformação, aqui, é também uma luta contra o epistemicídio e pela ampliação das condições de reconhecimento da agência negra feminina. A partir do *corpus* analisado, proponho quatro estratégias de atitude historiadora, compreendidas não como procedimentos técnicos isolados, mas como operações articuladas:

1. heurística da desconfiância e rastreabilidade da fonte: a primeira estratégia é deslocar o eixo da credibilidade do “*site* que afirma” para a cadeia de produção do enunciado. A análise dos 20 *sites* demonstrou uma circularidade autorreferente, em que textos se alimentam mutuamente e fixam enunciados por reuso. O letramento histórico digital crítico deve ensinar a identificar a genealogia da informação. Diante da afirmação “Tereza se suicidou”, a atitude historiadora pergunta: quem diz isso? Com base em qual documento? Por que essa versão circula mais do que outras?;

2. crítica do regime de visualidade e das imagens de controle: a segunda estratégia consiste em romper com a imagem de controle que enquadra a liderança de Tereza em uma estética que reencena o olhar colonial. Ferramentas digitais, como a busca reversa, ajudam a identificar autoria, data, circulação original e contexto da obra. Mas a procedência não esgota o problema historiográfico: não basta demonstrar que a pintura de Vallotton não é Tereza; é preciso analisar como e por que ela opera, no ambiente digital, como evidência. A imagem não aparece apenas para “ilustrar” uma biografia já pronta: ela antecipa e organiza a leitura;

3. crítica da tradução colonial: ensinar a história de Tereza é também ensinar sobre a permanência de tecnologias políticas africanas e afrodiaspóricas, recusando a narrativa colonial que encerra a história com a destruição do território. A atitude historiadora deve ler os *Anais de Vila Bela* não para encontrar um “espelho” europeu da biografia de Tereza, mas para compreender como a fonte traduz e enquadra uma experiência política afrodiaspórica por meio de categorias

reconhecíveis ao cronista, como “senado”, “parlamento” e “rainha”. No *corpus* digital, a tradução vira essência: a analogia colonial passa a funcionar como se fosse a própria realidade histórica. A relação entre corpo, território e quilombo, como permite pensar Beatriz Nascimento (2021), não se reduz a uma moldura institucional europeia; trata-se de uma experiência comunitária de governança, defesa, economia e territorialidade, cuja compreensão histórica exige crítica de linguagem e crítica de fonte;

4. produção de história densa: a contestação pública só se sustenta se houver substituição epistemologicamente responsável das *fake histories* por narrativas com lastro e densidade contextual. A superficialidade dos textos na web também reflete lacunas de pesquisa sobre conexões transatlânticas e repertórios políticos africanos. Para compreender a liderança de Tereza, é necessário investigar as dinâmicas de poder das mulheres em Benguela e na África Central, como evidenciam as pesquisas de Mariana Candido (2019). Ao demonstrar que mulheres dessas regiões detinham poder político e econômico antes e durante os impactos do tráfico atlântico, Candido tensiona a tese da “viúva herdeira” e amplia o horizonte interpretativo sobre as formas de autoridade feminina na diáspora.

Em suma, disputar narrativas históricas em tempos de *fake histories* exige fomentar uma cultura de letramento histórico digital que caminhe junto à descolonização epistêmica. É preciso instrumentalizar professoras/es e estudantes para que compreendam que a tela do computador não é uma janela transparente, mas um suporte atravessado por disputas de memória e relações de poder. A atitude historiadora que proponho é, portanto, um gesto de recomposição: reencaixar a evidência onde houve repetição, reintroduzir a crítica onde houve tradução literal, disputar a visualidade onde houve iconização e devolver complexidade onde o algoritmo direcionou a validação de uma *fake* “simplificada”.

Essas operações funcionam como ferramentas de intervenção e mediação ética, necessárias para que historiadoras e historiadores disputem narrativas no espaço público e desloquem os regimes de autoridade que sustentam a “verdade” na *web*. Não se trata de “superar” definitivamente a desinformação, mas de desestabilizar suas validações, reduzir seus efeitos e sustentar, no debate público, uma presença histórica densa, situada e de/contra/anticolonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TEREZA NAS ENCRUZILHADAS COMO UMA CONSTRUÇÃO NARRATIVA POLIFÔNICA

*Os mortos nos conclamam a lembrar
(bell hooks)*

Chego a este ponto da tese com a palavra “travessia” saltando da mente para o papel: não apenas pelo volume de fontes, leituras e escolhas metodológicas, mas porque, ao buscar os vestígios de Tereza de Benguela, também revisei minha jornada acadêmica. Tereza me atravessou e eu também fui, de muitas maneiras, atravessada por ela. Entre arquivo colonial, carnaval, institucionalização legislativa e circulação digital, Tereza de Benguela apareceu como um nome que atravessa tempos, suportes e disputas. Foi exatamente esse movimento espiralar que me permitiu sustentar a hipótese central desta pesquisa: no tempo presente, Tereza não “retorna” como simples resgate, mas como memória em disputa, continuamente produzida por narrativas públicas.

Nesse processo, memória, poder e linguagem se entrelaçam e recolocam uma questão incontornável para a historiografia e para o ensino de História: quem pode aparecer, como pode aparecer e sob quais regimes de prova uma narrativa se torna “verdade” no tempo presente?

Embora a personagem histórica tenha vivido no século XVIII, o argumento desenvolvido ao longo da tese se insere no campo da História do Tempo Presente: é o presente que interroga o passado, redefine a relevância das fontes, decide quais lacunas importam e aciona as arenas em que Tereza passa a circular. Escrevi esta tese como professora-historiadora, sem separar essas dimensões, porque foi a partir do chão da escola que as perguntas respondidas nesta tese ganharam urgência. As Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, fruto de décadas de lutas do movimento negro e de povos indígenas, deslocaram o “centro” do currículo e colocaram a comunidade historiadora diante de uma tarefa epistemológica e pedagógica: recontar capítulos da história do Brasil em chave transatlântica, afrodiaspórica e anticolonial, sem fetichizar a violência e sem reproduzir imagens de controle que “empurram” a população negra, especialmente as mulheres negras, para a passividade, a excepcionalidade ou a tragédia.

Foi nesse horizonte que Tereza se tornou, para mim, um portal: lançar luz sobre sua trajetória evidencia os silêncios e as violências do arquivo colonial e, ao mesmo tempo, ilumina as disputas contemporâneas por direito à memória negra, reparação e bem

viver. Retomo, nestas considerações finais, os principais achados da pesquisa, as fontes mobilizadas, as categorias conceituais construídas ao longo da tese e suas contribuições para o campo historiográfico, para a História das Mulheres, para a História Pública e para o Ensino de História.

No capítulo 1, retornei aos vestígios coloniais para reconstituir as condições de possibilidade de se escrever sobre Tereza de Benguela a partir de fontes lacunares, parciais e atravessadas pela violência do poder colonial. Ao discutir a colonização do Vale do Guaporé, a formação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a presença africana e indígena na Fronteira Oeste, procurei mostrar que o arquivo colonial não é um repositório neutro: ele é também tecnologia de poder.

A leitura crítica dos *Anais de Vila Bela* de 1770, pensada entre textos, intertextos e subtextos, evidenciou como o vocabulário do colonizador opera por tradução e enquadramento. Termos como “rainha”, “senado” e “parlamento” não podem ser lidos como espelhos transparentes da realidade quilombola. Eles tornam inteligível o “outro” por meio de categorias políticas europeias e, ao fazê-lo, definem o que pode ser reconhecido como política, governança e legitimidade. Um dos achados centrais do capítulo foi, portanto, a necessidade de deslocar a pergunta: não se trata apenas de saber se Tereza era “rainha” ou se havia um “parlamento” no Quariterê, mas de compreender que formas de deliberação, autoridade, defesa, economia, territorialidade e legitimidade foram traduzidas pelo cronista colonial nesse vocabulário.

Nesse capítulo, também sustentei que a invisibilização de Tereza não decorre simplesmente da ausência de fontes, mas dos modos coloniais, androcêntricos e eurocentrados de ler as fontes disponíveis. Ao dialogar com os estudos críticos das colonialidades, com feminismos negros, com o pensamento afrodiaspórico e com a historiografia sobre a Fronteira Oeste, assumi uma aposta pluriepistêmica (Portela, 2024): articular crítica documental, epistemologias negras e estudos da diáspora para enfrentar o silêncio e a violência do arquivo. O capítulo abriu, assim, uma agenda necessária: recolocar a África Centro-Ocidental e as conexões afro-atlânticas não como pano de fundo, mas como matriz de historicidade para compreender Tereza e o Quilombo Grande/Quariterê.

No capítulo 2, acompanhei a reemergência de Tereza na arena do carnaval carioca, tratando as Escolas de Samba como fazedoras de História Pública, isto é, como espaços em que o passado é narrado, performado e disputado para públicos heterogêneos. Ao analisar o enredo *Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal*, apresentado pela

Unidos do Viradouro, em 1994, trabalhei com um *corpus* de dentro da gramática das Escolas de Samba: sinopse, roteiro, *Abre-Alas*, materiais de apresentação do enredo, fotografias, registros audiovisuais, entrevistas e documentos ligados à produção do desfile.

O objetivo não foi verificar se o enredo “acertou” ou “errou” a história, mas compreender que passado foi selecionado, como foi mediado e quais efeitos públicos essa narrativa produziu. Um dos principais achados desse capítulo foi demonstrar que o desfile de 1994 não apenas divulgou Tereza: ele reorganizou sentidos sobre sua memória. Ao transformá-la em “rainha negra no Pantanal”, o enredo ampliou a circulação pública de seu nome e produziu uma imagem potente de orgulho e representatividade negra. Ao mesmo tempo, a operação carnavalesca deslocou geograficamente o Quilombo Grande/Quariterê para uma chave pantaneira e consolidou repertórios que continuaram a circular depois do desfile da Sapucaí.

A análise da fabricação do espetáculo, das escolhas de Joãozinho Trinta, da mediação televisiva, da imprensa e da visualidade do desfile permitiu compreender que as Escolas de Samba não aparecem, nesta tese, como fontes secundárias ou simples ilustrações da história, mas como espaços nos quais comunidades negras, artistas, carnavalescos, compositores, mídia, jurados e público participam da fabricação de narrativas históricas. O capítulo tensionou, assim, dois riscos: a celebração acrítica, que toma o samba como verdade automática, e a redução factual, que ignora a lógica estética, política e cultural do desfile. Entre esses polos, defendi que a análise historiográfica sobre a produção carnavalesca precisa considerar seus efeitos de visibilidade e a pedagogia cultural própria das Escolas de Samba.

No capítulo 3, desloquei o foco para o campo político e para a institucionalização do 25 de julho como *Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra*, por meio da Lei n.º 12.987/2014. Inicialmente, a hipótese era a de que a escolha da data dialogava com a agenda transnacional construída no *I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe*, realizado em Santo Domingo, em 1992. A pesquisa confirmou parcialmente essa hipótese, mas mostrou que era necessário recuar ainda mais: a lei não poderia ser compreendida apenas pelo processo legislativo. Era preciso acompanhar a formação de coletivos, redes e organizações de mulheres negras que, desde os anos 1970 e 1980, produziram diagnósticos, materiais pedagógicos, encontros, repertórios de memória e formas próprias de nomear suas lutas.

O *corpus* mobilizado nesse capítulo incluiu documentos do Projeto de Preservação da Memória Negra, do AEL/Unicamp e Afro-CEBRAP, materiais de coletivos e organizações de mulheres negras, cartazes, relatórios, folders, registros do CNDM, documentos da Casa de Cultura da Mulher Negra, fontes sobre o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, documentos da articulação latino-americana e caribenha, além dos Projetos de Lei n.º 5.371/2009 e n.º 5.746/2009 e seus pareceres, despachos e registros de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O principal achado do capítulo foi mostrar que Tereza não foi simplesmente escolhida pelo Estado em 2014: seu nome já circulava como referência de memória e luta no interior de redes de mulheres negras. A presença de Tereza, em materiais produzidos por movimentos e coletivos, revela a construção de uma genealogia política que vinculava mulheres negras do passado e do presente. Nesse percurso, intelectuais-ativistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Benedita da Silva, Lúcia Dutra, Alzira Rufino, Edna Roland e Valdecir Nascimento aparecem não apenas como personagens da história do movimento de mulheres negras, mas como produtoras de categorias, diagnósticos e práticas de intervenção pública.

Ao analisar a tramitação legislativa, sustentei que a lei é, simultaneamente, conquista e arena de disputa. Ela ampliou a circulação do nome de Tereza e produziu reconhecimento institucional, mas também traduziu uma pauta de rememoração crítica para a gramática estatal da efeméride, da homenagem e da data comemorativa. A distinção entre comemoração e rememoração crítica tornou-se, assim, uma chave analítica importante: não basta incluir o nome de Tereza no calendário de efemérides; é preciso perguntar que tipo de lembrança se produz, quais repertórios são acionados, quais pautas permanecem pouco desenvolvidas e quais apagamentos continuam operando, inclusive pela via da “representatividade”.

No capítulo 4, a tese atingiu seu ponto mais sensível para o presente: ao identificar a *web* como ecologia de memória. Ao cartografar a circulação de imagens e narrativas sobre Tereza de Benguela, mostrei como a visibilidade pode coexistir com apagamento. O caso da pintura de Félix Vallotton, produzida em 1911 e apropriada como “retrato” de Tereza, condensou o argumento do capítulo: no ambiente digital, a repetição pode substituir a “prova”, e certos conteúdos se estabilizam por circuitos de autoridade, indexação algorítmica e chancela de instituições, imprensa, escola, cultura pop e projetos pedagógicos.

O *corpus* do capítulo incluiu a experiência com estudantes da ONHB, em 2019, buscas no *Google*, *prints* de páginas, registros da Christie's, consulta à Fondation Félix Vallotton, análise da tela *Portrait de femme drapée de rouge*, diálogo com o campo das artes visuais, além de uma amostragem de 20 *sites* analisados entre 2014 e 2025. A investigação permitiu demonstrar que a tela de Vallotton não possui qualquer vínculo documental com Tereza de Benguela: trata-se de uma obra produzida na França, no início do século XX, retratando Masséida, modelo africana vinculada ao circuito artístico parisiense. Ao ser deslocada para representar uma liderança quilombola setecentista no Brasil colonial, a pintura produz um duplo anacronismo: temporal e etno-histórico.

Nesse capítulo, formulei e operacionalizei categorias centrais para a análise da circulação digital de Tereza de Benguela. A primeira é *fake history* visual, entendida como o processo pelo qual uma imagem sem vínculo documental com determinada personagem histórica passa a circular como prova visual de sua existência, adquirindo autoridade pública pela repetição, pela recorrência nos mecanismos de busca e pela chancela de *sites*, instituições e materiais pedagógicos.

A segunda é presença ausente: condição paradoxal em que o nome de Tereza circula amplamente, mas sua densidade histórica, política e humana permanece soterrada sob camadas de distorções e anacronismos. A análise dos 20 *sites* permitiu ainda nomear dinâmicas como câmara de eco e validação de fachada, utilizadas para compreender, respectivamente, a repetição circular de narrativas frágeis e o uso ornamental de autoridades acadêmicas, institucionais ou documentais como selo de confiabilidade. Em diálogo com a produção historiográfica sobre “rostificação”, analisei também os limites éticos e metodológicos de atribuir rostos a personagens negras cuja imagem não foi preservada pelo arquivo colonial.

Nesse caso, o problema não está no desejo de reparar a ausência iconográfica, mas nos modos pelos quais essa lacuna é preenchida: quando imagens deslocadas de seus contextos passam a operar como retratos autênticos, a reparação prometida pode se converter em nova forma de apagamento. O resultado é que Tereza se torna muito visível, mas nem sempre mais compreensível. A *web*, ao repetir exaustivamente a iconografia de Vallotton, a viuvez como condição de poder e a morte trágica como fecho narrativo, algoritmizou velhas narrativas coloniais e patriarcais.

Ao longo da pesquisa, ficou cada vez mais nítido para mim que a disputa não é apenas sobre “corrigir erros”, mas sobre reorganizar as condições de reconhecimento. Por isso, a presença ausente de Tereza pode ser lida como efeito do “dispositivo de

racialidade”, tal como teorizado por Sueli Carneiro (2023): um regime que administra o que pode aparecer e como pode aparecer, permitindo a circulação de narrativas sob formas controladas e inteligíveis ao senso comum racializado e patriarcal. A manutenção de Tereza como ícone celebrável, mas com biografia simplificada, rosto anacrônico e agência domesticada, mostra que o apagamento não se dá só pelo silêncio: ele também se atualiza por saturação de imagens e narrativas frágeis, que produzem familiaridade e, com isso, credibilidade.

Os resultados da pesquisa confluem para a necessidade de descolonizar a produção do conhecimento histórico. Nesse movimento, História Pública e Ensino de História aparecem como dimensões indissociáveis: não há historiografia viva sem disputa de circulação e sem responsabilidade pedagógica. O trabalho com Tereza de Benguela demonstrou que a implementação efetiva das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 exige mais do que inserir nomes negros e indígenas no currículo. Exige mediação ética, crítica de fonte, letramento histórico digital, letramento racial e atenção aos regimes de visibilidade que moldam o modo como estudantes, docentes e o público amplo reconhecem ou naturalizam certas narrativas.

Do ponto de vista teórico, a tese mobilizou um repertório plural, com centralidade para intelectuais negras e epistemologias anticoloniais, feministas e afrodiaspóricas. Conceição Evaristo orientou a dimensão da escrevivência; Leda Maria Martins permitiu pensar o tempo espiralar como chave para compreender retornos, permanências e disputas de memória; Grada Kilomba, Saidiya Hartman, Patricia Hill Collins, María Lugones e Oyèrónkẹ Oyěwùmí ajudaram a tensionar o arquivo colonial, a violência epistêmica, a noção de gênero, imagens de controle e produção de saber autorizado.

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro foram mobilizadas como referências historiográficas centrais para pensar a experiência histórica de Tereza, pois suas formulações permitiram compreender que é possível historicizar uma mulher “amefricana”, a partir de categorias negras, feministas e diaspóricas. Em diálogo com essas autoras, a intelectualidade afro-referenciada, mobilizada ao longo da tese, sustentou o esforço de pensar quilombo, diáspora, território e historicidade negra para além das gramáticas coloniais. Isso não significou recusar outras correntes historiográficas, mas estabelecer com elas um diálogo crítico e respeitoso, sem deslocar do centro da análise as epistemologias negras que orientam esta pesquisa.

As principais contribuições desta tese podem ser sintetizadas em cinco dimensões. A primeira é reposicionar Tereza de Benguela como um problema historiográfico do

tempo presente. Em vez de tratá-la apenas como personagem do século XVIII, esta tese analisou os regimes de memória que a produzem, disputam, estabilizam e distorcem entre o arquivo colonial, o carnaval, o movimento de mulheres negras, o Estado e a *web*.

A segunda contribuição é metodológica: ao articular fontes coloniais, documentação carnavalesca, arquivos de movimentos sociais, documentos legislativos e fontes digitais, a tese propôs uma cartografia pluriepistêmica da memória pública de Tereza. Esse procedimento permitiu compreender que o rigor historiográfico se sustenta menos na hierarquia prévia entre tipos de fonte e mais na explicitação dos caminhos metodológicos, dos limites, das mediações e das perguntas dirigidas a cada documento.

A terceira contribuição é conceitual. Ao formular categorias operacionais, como *fake history* visual, presença ausente e validação de fachada, e ao mobilizar criticamente noções como “câmara de eco”, “verdade algorítmica” e “rostificação”, a tese oferece ferramentas para pensar outros casos em que personagens negras e indígenas, especialmente mulheres, circulam no espaço público por meio de imagens e narrativas sem lastro documental suficiente. Mais do que propor um vocabulário fechado, o trabalho buscou construir uma gramática analítica capaz de compreender como a visibilidade contemporânea pode conviver com apagamentos, anacronismos e novas formas de violência simbólica.

A quarta contribuição situa-se no campo da História Pública e do Ensino de História. A pesquisa demonstra que disputar a memória pública de Tereza exige publicizar sem simplificar, assumindo a mediação ética como parte do ofício historiográfico. Nesse sentido, a “atitude historiadora” aparece como prática de recomposição: reencaixar a evidência onde houve repetição, reintroduzir a crítica onde houve tradução literal, disputar a visualidade onde houve iconização e devolver complexidade onde o algoritmo premiou a simplificação.

A quinta contribuição é política e epistemológica. Ao escolher intelectuais mulheres, com centralidade para intelectuais negras como eixo do referencial teórico-analítico, esta tese assume uma posição historiográfica. Trata-se de um gesto de justiça epistêmica e de uma oferta analítica que reconhece nessas autoras ferramentas decisivas para interpretar Tereza de Benguela e, ao mesmo tempo, tensiona os regimes tradicionais de legitimação do conhecimento.

Como toda tese, esta também deixa “portas” abertas. Entre os desdobramentos mais urgentes, destaco a necessidade de aprofundar as conexões centro-africanas, especialmente com Benguela, Angola e regiões vizinhas, e suas tecnologias políticas,

articulando arquivos em Angola e Portugal, e bibliografias africanas ainda pouco mobilizadas no debate brasileiro. Também considero fundamental ampliar estudos sobre mulheres negras em experiências quilombolas, sobre circulação digital de memórias negras e sobre os efeitos pedagógicos das imagens que chegam às salas de aula sem mediação crítica.

Esta pesquisa não pretende encerrar Tereza de Benguela em uma biografia definitiva. Ao contrário, ela recusa a tentação de preencher todas as lacunas com certezas fáceis. O que procurei fazer foi interrogar as fontes, explicitar incertezas, historicizar traduções coloniais, desconfiar das imagens prontas e disputar os modos pelos quais a memória se transforma em verdade pública.

Se os mortos nos conclamam a lembrar, como ensina bell hooks, lembrar também exige método, cuidado e responsabilidade. Tereza de Benguela nos convoca a lembrar não apenas seu nome, mas os mundos políticos, territoriais, comunitários e afrodiaspóricos que sua presença sugere. Lembrá-la exige recusar tanto o silêncio quanto a simplificação.

Ao final desta travessia, compreendo que Tereza de Benguela não foi apenas objeto desta pesquisa. Ela foi fio condutor, ponto de encontro e chave de leitura para atravessar arquivos coloniais, sambas-enredo, documentos legislativos, cartazes de movimentos sociais, imagens digitais, experiências escolares e debates historiográficos. Como afirmei na introdução, esta tese não teve como objetivo oferecer uma “biografia” definitiva de Tereza, mas sustentar a possibilidade de, a partir de sua história, enfrentar tanto o silêncio quanto a simplificação. Que sua memória não seja apenas celebrada, mas respeitada, disputada e ensinada com a complexidade que sua trajetória exige.

Por fim, retorno ao ponto em que esta tese também se ancora: escrever é um gesto de disputa. Defendida a tese e findos os ritos, serei Doutora em História. Esse título não é pouca coisa para uma mulher que vem de onde eu vim. Só consegui nomear a profundidade desse atravessamento depois de ler Conceição Evaristo e compreender, com ela, que, para mulheres negras, escrever e publicar também é um ato político.

Na introdução, contei que, quando eu era pequena, meu pai me chamava de “Dotôra Manuela”. Eu ria, meio incrédula. Na minha cabeça, pensava: se meu pai, o homem mais inteligente que eu já conheci, que aprendeu a construir casa, fazer encanamento, instalação elétrica, e ainda foi autodidata no saxofone, não tinha esse título, como eu poderia ter? Hoje, com o letramento racial que venho construindo, reconheço o grande intelectual que é o Sr. Eriberto, meu pai. Saúdo sua potência e persistência: um

homem preto retinto que sobreviveu ao projeto de extermínio do povo negro e que, do alto dos seus 85 anos, segue me ensinando que “a fruta só dá no tempo”. O tempo da colheita chegou, painho!

Tenho orgulho de ser filha mais nova de Maria do Carmo, a Dona Carminha, uma intelectual alfabetizada pela pronúncia do próprio nome, titulada na arte da (re)existência, com *honoris causa* em resiliência. Mainha nunca leu Patrícia Hill Collins, não teoriza sobre interseccionalidade, mas sentiu na pele as camadas de opressões que interditam o bem viver de mulheres como ela neste país. *Sankofa*²²⁹ me lembra que, para onde quer que o futuro me leve, minha base está fincada nos ensinamentos de Dona Carminha e Sr. Eriberto.

Sou grata por ter meus pais ainda neste plano. Eles vibram a cada conquista minha, e eu fecho esta escrevivência lembrando que esta tese tem assinatura, mas nunca foi obra de uma só. Ela é também herança, aquilombamento e continuidade. Tereza de Benguela, presente!

²²⁹ Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan, “se wo were fi na wosan kofa a yenki”, que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALEXANDRINO, Elidayana; RODRIGUES, Lorrane. **Tereza de Benguela e imagens de mulheres negras**. Entrevistadora: Bia Varanis. [S.l.]: As Mina na História, 23 dez. 2024. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/zlQ45Job7FE>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Amélia. **Memórias Kilombolas**: os Kilombos angolanos nos Quilombos do Brasil. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial; EduUFMT, 2017.
- AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (org.). **Anais de Vila Bela**: 1734-1789. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniatio, 2006.
- ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.
- ARAUJO, Marlene G. (transc.). Diário da Diligência que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários Quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro. *In*: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. **A terra da conquista**: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003. p. 212-223.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.
- ARRUDA, João. Descendentes de Tereza de Benguela festejam vitória da Viradouro que já a homenageou. **Portal Mato Grosso**. [S. l.], 16 fev. 2024. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/descendentes-de-tereza-de-benguela-festejam-vitoria-da-viradouro-que-ja-a-homenageou/>. Acesso em: 27 maio 2026.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS.

Relatório final: Fórum Permanente de Mulheres Negras: avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Salvador: AMNB, 2018. Disponível em: https://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Final_FPermanente_30-anos_e_Anexos.pdf. Acesso em: 7 fev. 2026.

ASSIS, Edvaldo de. Felipe José Nogueira Coelho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, v. 1, n. 57, p. 194-202, dez. 1999. Disponível em: <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/525>. Acesso em: 23 jan. 2026.

ASSIS JÚNIOR, António de. **Dicionário kimbundu-português**: linguístico, botânico, histórico e corográfico. Luanda: Argente, Santos & C.ia, [1941?]. Disponível em: <https://www.acbantu.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Assis-Ju%CC%81nior-Diciona%CC%81rio-Kimbundu-Portugue%CC%82s.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: uma comunidade negra em Mato Grosso. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARROCA ZONA SUL. A Barroca clama a ti, Tereza! Intérprete: Pixulé. Compositores: Sukata et al. São Paulo: Liga-SP, 2020. 1 vídeo (5 min 23 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Kwt2bE6TuM>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BARROS, José D'Assunção (org.). **História digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis: Vozes, 2022.

BENISTE, José. **Dicionário português-Yorubá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Luiz Anselmo. **As transformações nas redes de financiamento das grandes Escolas de Samba do Rio de Janeiro (1984-2015)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BISPO, Silvana de. **Feminismo em debate**: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979). 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau**. Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Na Officina

de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BORGES, Rosane. **Imaginários emergentes e mulheres negras**: representação, visibilidade e formas de gestar o impossível. São Paulo: Instante, 2025.

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Vozes insurgentes**: o discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe. 2021. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BRANDÃO, Marcelo. Influência de Angola é vista em vários traços culturais do brasileiro. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 17 dez. 2014. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/influencia-de-angola-e-vista-em-varios-tracos-culturais-do-brasileiro>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. [Assembleia Nacional Constituinte (1987)]. Pronunciamentos na 7ª Reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias realizada no Anexo II do Senado Federal, em 28 abr. 1987. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, DF, ano 1, suplemento 62, p. 120, 20 maio 1987. Disponível em:
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup62anc20mai1987.pdf#page=120>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 248, p. 1, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003**. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.678.htm. Acesso em: 8 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003c**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003c. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4885.htm. Acesso em: 8 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da

rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2009. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. (Tramitação e dados da norma gerada). Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/89384>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009a. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm. Acesso em: 8 fev. 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.371, de 2009**. Inclui, no calendário das efemérides nacionais, o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=667198&file name=Avulso+PL+5371%2F2009. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.371/2009: ficha de tramitação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437490>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.746-B, de 2009**. Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=681236&file name=Avulso+-PL+5746%2F2009. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Parecer do Relator (PRL 1 CE) ao Projeto de Lei nº 5.746/2009. Relatora: Alice Portugal. Apresentação: 30 jun. 2010. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=482150>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Parecer de Comissão (PAR 1 CE) ao Projeto de Lei nº 5.746/2009. Aprovado em 1 dez. 2010. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=488464>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Fixa critério para instituição de datas comemorativas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 236, p. 1, 10 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12345.htm. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Parecer do Relator (PRL 1 CCJC) ao Projeto de Lei nº 5.746/2009. Relator: Evandro Milhomen. Apresentação: 9 nov. 2011. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=526809>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 104, p. 4, 3 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Memória e Verdade da Escravidão**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/memoria-e-verdade-da-escravidao>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados: atualizado até a Resolução nº 16, de 2025. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2016-2025.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Senadores**: Benedita da Silva (perfil). Brasília, DF: Senado Federal, [20--]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/7>. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL, Pêrsio Gomyde. **Da Candelária à Apoteose**: quatro décadas de paixão. 3. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BRITO, Bianca Maria Santana de. **A escrita de si de mulheres negras**: memória e resistência ao racismo. 2020. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BRITO, Karina Oliveira; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. Ensino de história e internet: os usos da web por estudantes da Rede Federal de Educação Profissional Técnica (EPT). In: PASSOS, Pâmella; MORGAN, Evelyn; BRITO, Karina Oliveira (org.). **Ensino de história na rede EPT**. João Pessoa: IFPB, 2022. p. 174-208.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. **Diáporas imaginadas**: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CADERNOS AFRO-MEMÓRIA. **Acervo Geledés**. São Paulo: Geledés; CEBRAP, v. 2, n. 2, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Cadernos-Afro-Memoria-Geldes.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2026.

CÂMARA aprova Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, DF, 3 abr. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/430469-CAMARA-APROVA-DIA-NACIONAL-DE-TEREZA-DE-BENGUELA-E-DA-MULHER-NEGRA>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Entenda o processo legislativo das comissões temáticas. Brasília, 15 ago. 2023. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://youtu.be/emv8-tDyB0Y>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Benedita da Silva**: biografia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [20--]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam (org.). **African women in the Atlantic world: property, vulnerability and mobility, 1660–1880**. Woodbridge: James Currey, 2019.

CARDOSO, Ana Maria Leal. Mitodologia, mitopoesia e sua contribuição com a teoria literária. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 46–56, jan./jun. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARISE, Iracy. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1438/iracy-carise>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CARNAVALESCO. Disponível em: <https://carnavalesco.com.br/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CARNAVALIZE. Disponível em: <https://carnavalize.com/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CARNEIRO, Natalia; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (org.). **Insumo para a ancoragem de memórias negras**. 1. ed. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo; Casa Sueli Carneiro, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Identidade feminina**. CACE Informativo (Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial), [s. l.], ano II, n. 6, p. 11, 1989.

CARNEIRO, Sueli. Identidade feminina. In: GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Mulher negra**. São Paulo: Geledés, 1993. p. 9–12.

CARNEIRO, Sueli. Mulher negra. **Cadernos Geledés**, São Paulo, n. 4, nov. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2026.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser: novas abordagens sobre o racismo no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 169-180.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CASTRO, Giovana de Carvalho. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Maracanã, v. 19, n. 47, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56086>. Acesso em: 31 dez. 2023.

CCJ deve votar na terça-feira propostas de combate ao racismo. **Rádio Câmara – Radioagência**. Brasília, DF, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/429343-ccj-deve-votar-na-terca-feira-propostas-de-combate-ao-racismo/>. Acesso em: 9 fev. 2026

CCJ reúne-se hoje para votar temas de combate ao racismo. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, DF, 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/429408-CCJ-REUNE-SE-HOJE-PARA-VOTAR-TEMAS-DE-COMBATE-AO-RACISMO>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, 2010.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século**

XVIII. 2008. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

COELHO, Filipe José Nogueira. Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro. **Revista Trimestral de História e Geographia**, Rio de Janeiro, t. 13, p. 137-199, 1850.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20185&pesq=Felipe&pagfis=6775>. Acesso em: 23 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081>. Acesso em: 23 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 23 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 23 abr. 2024.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de História e historiografia escolar digital**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos, 1999.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos. **As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar**: memórias e esquecimentos. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA JUNIOR, Milton Reis. **Paraísos e infernos**: na poética do enredo escrito de Joãozinho Trinta. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA JUNIOR, Milton Reis. **Rapsódia brasileira de Joãozinho Trinta**: um grande leitor do Brasil! 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11150>. Acesso em: 23 jan. 2026.

D’ÁUSTRIA, Mariana. Instruções dadas pela Rainha D. Mariana D’Áustria, mulher de D. João V, ao Governador da Nova Capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 jan. 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.). **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. v. 1, p. 55-80.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELÍRIO de uma rainha negra no enredo mágico. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 103, n. 309, 13 fev. 1994, p. 1-2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=Tereza%20de%20Benguela&pagfis=136380. Acesso em: 20 ago. 2024.

DESFILE da Viradouro – 1994. Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal. Transmissão da TV Globo. Comentaristas: Fátima Bernardes e Fernando Vanucci. Disponível em: <https://youtu.be/PAwObGs4LuM?si=Hn1ZgxdW0vC4QefQ>. Acesso em: 20 jul. 2024.

DESFILE da Viradouro – 1994. Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal. Transmissão da TV Manchete. Comentaristas: Fernando Pamplona, Haroldo Costa, Paulo Stein e José Carlos Rego. Disponível em: <https://youtu.be/i9Iy-cB6j34?si=xwFwNUZfOCHsO024>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DOMINGUES, Joelza Ester. Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. **Blog Ensinar História**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/dia-nacional-tereza-de-benguela-mulher-negra/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

DOMINGUES, Joelza Ester. Objetivo do Blog. **Blog Ensinar História**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/objetivo-do-blog/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre

a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FABRINO, Cláudio *et al.* Tereza de Benguela: uma rainha negra no Pantanal. [Rio de Janeiro: s. n.], 1994. Samba-enredo. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-do-viradouro/1994/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (org.). **Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo: Editora Cantagalo, 2021.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. **Ruris**, Campinas, v. 5, n. 2, set. 2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16854>. Acesso em: 25 maio 2024.

FERNANDES, Fernanda. Dona Ivone Lara: a trajetória da Dama do Samba. **MultiRio**. Rio de Janeiro, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/17170-dona-ivone-lara-a-trajet%C3%B3ria-da-dama-do-samba>. Acesso em: 22 set. 2024.

FERREIRA, Débora Cristina dos Santos. **“Eu como general do mato já não estranho viver a sertanista”**: a trajetória de D. Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso através de suas cartas (1751-1764). 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

FERREIRA JUNIOR, Jair Messias. Tereza de Benguela. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/tereza-de-benguela.htm>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, Marília, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 203-222.

FLAUSINO, Cristina Valéria. **Rosto e rostificação: os modos de operar da máquina abstrata da rostidade**. 2019. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FLORES, Joana. **Mulheres negras e museus de Salvador: diálogo em branco e preto**. Salvador: Ed. da Autora, 2017.

FONDATION FÉLIX VALLOTTON. **La Fondation. Lausanne**, [20--]. Disponível em: <https://felixvallotton.ch/fondation/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola: século XVII**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola: século XVII**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANCFORT, Elmo. **Rede Manchete: aconteceu, virou história**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 143-160, 2014.

FUAH, Wilson. As primeiras escolas de samba de Cuiabá. **MídiaNews**. Cuiabá, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/opiniaio/as-primeiras-escolas-de-samba-de-cuiaba/289521>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acessos: entre março de 2023 a janeiro de 2026.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GALERIA DO SAMBA. Disponível em: <https://www.galeriadosamba.com.br/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: EdUFMT: Entrelinhas, 2012.

GANCHÓ, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Januário. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil, concepção, organização e fotografia de Januário Garcia**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GELEDÉS. **Brasil e Durban: 20 anos depois**. Pesquisa: Iradj Eghrari. São Paulo: Geledés – Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; EUGÊNIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, Marília, v. 7, n.

13, p. 139-159, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/430>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos S.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (coord.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 419-442.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 223-246.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. **Benedita da Silva**: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por direitos humanos no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 9-22, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46646. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46646>. Acesso em: 1 fev. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64. (Texto originalmente publicado em 1982).

GONZALEZ, Lélia. Pesquisa: mulher negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 191-196. (Publicado originalmente em *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 8-9, set./out. 1981)

GOOGLE. Tereza de Benguela: resultados de pesquisa. [s. l.]: Google, [20--].

Disponível em:

https://www.google.com/search?sca_esv=f428b6d1b594cc50&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR982BR982&sxsrf=AE3TifPCecWpRavJuO5I_9T2s82Q_vwM1w:1762546150583&udm=2&fbs=AlljpHydJdUtNKrM02hj0s4nbm4yAFb4PvhjIUcDtaFHkK_tyspyDJg0-Y4Ji8bGEtEDNJEIn5giDuPCfRsSET1KCv03uShb3IBsgCyN07eNfdFpl0RG2Iqz3cc4P70V8iJchYY6s6oAAQ12Qrd8Y1BvKP2LkQnlT0o1tn9JzY8RtPP7-oUMkJedTwlkrMqpOwEGAw4aeTKpsZw1GLHDtSmZ3KUTfCUkyw&q=tereza+de+benguela&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjbdKJ7OCQAxXNpJUCHcxgAb8QtKgLegQIFxAB&biw=1397&bih=655&dpr=1.38. Acesso em: 7 nov. 2025a.

GOOGLE. Classificação dos resultados: como funciona a Pesquisa Google. [s. l.]:

Google, [20--]. Disponível em: <https://www.google.com/search/howsearchworks/how-search-works/ranking-results/>. Acesso em: 15 nov. 2025b.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 23 abr. 2024.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em:

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 2 jun. 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão.

Tradução José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola**: a rainha guerreira da África. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2019.

HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson e Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2008.

HIRSCH, Lorena Araujo. **Tereza de Benguela**: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e índios. Biblioteca do CECULT/UFRB. Cruz das Almas, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios>. Acesso em: 15 nov. 2025.

HISTÓRIA 2.0: ensino a distância, redes sociais e recursos educacionais abertos.

Revista História Hoje, Marília, v. 3, n. 5, 2014. Disponível em:

<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/RHHJ%2C%20v.%203%2C%20n.%205>.

Acesso em: 15 jul. 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Verbete: efeméride. **Dicionário**

Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em:

<https://houaiss.online/houaission/apps/www2/v9-1/html/index.php>. Acesso em: 6 fev. 2026.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 83-107.

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_1993/estimativa_populacao_1993.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Sonhar o futuro, mudar o presente: diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. Disponível em: https://ibase.br/wp-content/uploads/2023/04/Sonhar-o-futuro-mudar-o-presente_2003.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê**

IPHAN 8: modo de fazer viola-de-cocho. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_viola_cocho.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

JAMIESON, Kathleen Hall; CAPELLA, Joseph N. **Echo chamber: Rush Limbaugh and the conservative media establishment**. New York: Oxford University Press, 2008.

JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniatto, 2011.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

JESUS, Nauk Maria de (org.). **Cenários da fronteira oeste**: história e historiografia de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). Cuiabá: EdUFMT, 2020.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro: Jornal dos Sports Comunicações Ltda, 1993.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro: Jornal dos Sports Comunicações Ltda, 1994.

JORNAL O FLUMINENSE. Niterói: Jornal O Fluminense, 1993.

JORNAL O FLUMINENSE. Niterói: Jornal O Fluminense, 1994.

KAENEL, Philippe; LEPDOR, Catherine. **Théophile-Alexandre Steinlen**: l'œil de la rue. Catálogo de exposição. Lausanne: Musée cantonal des Beaux-Arts; Milan: 5 Continents Editions, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Marina Basso; ESTEBAN, Carlos Alberto Plastino. **Colonização dos corpos**: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAFONT, Anne. **Uma africana no Louvre**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

LEME LOPES, André Pereira. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 136-169, 2018. DOI: 10.5965/2175180310242018136.

LE MOS, Rosália de Oliveira. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

LE MOS, Rosalia de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 208-385, out./dez. 1949.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO. **Revista Abre-Alas**: domingo - Grupo Especial, Rio de Janeiro, Nova Letra, ano 8, n. 6, p. 82-105, 1994.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO.

Centro de Memória LIESA. Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://liesa.org.br/memoria/centro-de-memoria-liesa.html>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO.

Disponível em: <http://www.liesa.globo.com/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO.

Manual do Julgador: Carnaval 2025. Rio de Janeiro: LIESA, 2025. Disponível em:

<https://liesa.org.br/downloads/carnaval/Manual-do-Julgador-Carnaval-2025.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LIMA, José Leonildo. **Vila Bela da Santíssima Trindade – MT: sua fala, seus cantos.**

2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

LITERAFRO. **Alzira dos Santos Rufino.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da

UFMG, 2024. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/528-alzira-](http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/528-alzira-dos-santos-rufino)

[dos-santos-rufino](http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/528-alzira-dos-santos-rufino). Acesso em: 25 jul. 2024.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. **Dicionário de história da África:** séculos VII a

XVI. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da história social do samba.** 2. ed.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LOPES, Geraldo. A passarela dos sonhos dos carnavalescos. Fotos de Ana Paula

Oliveira. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 2180, p. 30-37, 15 jan. 1994. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20199&pesq=Revista%20Manchete%20%E2%80%93%201994%20%E2%80%93%20Edi%C3%A7%C3%A3o%202180.&pagfis=282029>. Acesso em: 26 fev. 2026.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Indígenas, escravizados negros e homens**

livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e

resistência (1750-1850). 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da**

Capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796).

2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais,

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos**

Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de

(org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LOUREIRO, Cezar. Pedindo passagem. Comissão de frente e carro abre-alas do desfile da Viradouro, com o enredo “Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal” (fotografia). **Agência O Globo**. Rio de Janeiro, 13 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/viradouro-de-niteroi-ao-rio-20952839>. Acesso em: 26 fev. 2026.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, 2006.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; RAINHO, Maria do Carmo. A mulher negra de turbante, de Alberto Henschel. **Revista de História da UEG**, Anápolis, v. 9, n. 2, e-922002, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10514>. Acesso em: 6 nov. 2025.

MARQUES, Ana Maria. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, p. 6-19, 2015.

MARQUES, Ana Maria. Havia uma Rosa e uma Vitória na representação pictórica da história de Mato Grosso. **Fronteiras**: revista catarinense de história, Santa Catarina, n. 29, p. 63-79, fev. 2017.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário no Jatobá. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MATA, Inocência (org.). **A Rainha Nzinga Mbandi**: história, memória e mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MATOS, Maria Aparecida de. Se Ligue Erê no Congo e Chorado do Quariterê: Literatura Oral em Mato Grosso. **Uniciências**, Cuiabá, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <https://uniciencias.pgsscogna.com.br/uniciencias/article/view/1344>. Acesso em: 9 maio 2025.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Martha Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na história, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 33-48, 2016.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Imagens em fuga: considerações sobre espaço público visual no tempo presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 252-285, 2018.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **Historia Crítica**, Bogotá, n. 68, p. 27-45, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172018000200027. Acesso em: 14 fev. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Marcha Zumbi reúne 30 mil em Brasília**. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>. Acesso em: 8 fev. 2026.

MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL. **Lélia Gonzalez**. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/lelia-gonzalez/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/6989>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MOREIRA, Adilson José. **Letramento racial**: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOTTA, Rodrigo; NAPOLITANO, Marcos. Desafios para uma história do tempo presente no Brasil. 2020. 1 vídeo (60 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1yCNRA1U1qg>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 3. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira**: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudi Editorial, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. Minha vó foi pega a laço. 2 nov. 2017. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 10 jun. 2024.

MUSÉE D'ORSAY. **Le modèle noir de Géricault à Matisse**. Paris: Flammarion, 2019. Catálogo de exposição.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Dia Internacional em memória das vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos**. Brasília, DF, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175849-dia-internacional-em-mem%C3%B3ria-das-v%C3%ADtimas-da-escravid%C3%A3o-e-do-com%C3%A9rcio-transatl%C3%A2ntico-de>. Acesso em: 15 jan. 2026.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTs, Alex (org.). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza, 2006. p. 117-125.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Organização: Coletivo Diáspora Africana. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTs, Alex. **Eu sou atlântica: lugares e rotas de Beatriz Nascimento**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2025.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval. *In*: COLETIVO DIÁSPORA AFRICANA (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Diáspora Africana; Editora Filhos da África, 2018. p. 189-194.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTs, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 152-167.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Valdecir. Julho das Pretas: a maior agenda coletiva de mulheres negras da América Latina. **Fundação Rosa Luxemburgo**. São Paulo, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://rosalux.org.br/julho-das-pretas-a-maior-agenda-coletiva-de-mulheres-negras-da-america-latina/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição**. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

O SAMBA desce o rio. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 21.908, Seção Rio, p. 14, 25 nov. 1993. Acervo Memória O Globo. Acesso em: 26 fev. 2026.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735–761, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/XsH4RvSyCmxJzydsfgTgvKS/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jun. 2024.

OLIVEIRA, Dorit Kolling. **Grupo Musical Sarã: a canção cuiabana como documento histórico (1971–2001)**. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ONU MULHERES BRASIL. **A história do Julho das Pretas: maior agenda conjunta e propositiva de incidência política de organizações e movimento de mulheres negras do Brasil nasceu na Bahia**. [S. l.], 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-historia-do-julho-das-pretas-maior-agenda-conjunta-e-propositiva-de-incidencia-politica-de-organizacoes-e-movimento-de-mulheres-negras-do-brasil-nasceu-na-bahia/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

PACHECO, Luciana Botelho. **Como se fazem as leis**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2025.

PANOFISKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução Maria Clara F. Kneese; J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 47-87.

PANTOJA, Selma. **Uma antiga civilização africana: história da África Central Ocidental**. Brasília: Editora UnB, 2011.

PAULA, Dalton. **Dalton Paula: retratos brasileiros**. São Paulo: MASP; Martins&Montero, 2022.

PAULINO, Rosana. **Rosana Paulino: a costura da memória**. Curadoria: Valéria Piccoli; Pedro Nery. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12191.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PLANO da Capital de Villa Bella do Mato Grosso. [17--]. 1 mapa. In: AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (org.). **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniatto, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88–114, 2018.

Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>. Acesso em: 6 maio 2024.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os Bakongo de Angola**: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSANHA, Andréa Braga. De Isabel a Zumbi: para uma análise do universo cultural e simbólico afro-brasileiro através de sambas-enredo de 1986 a 1996. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 9, p. 1-9, abr./jul. 2006. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/009/09pessanha.htm>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (org.). **Novos combates pela história**: desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

PINTO, Neusa Baptista. **Ativismo de mulheres negras em Cuiabá**: práticas de comunicação e vinculação social. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 6 fev. 2025.

PONSO, Fabio; ESPERANÇA, Nivaldo. Carnaval e poder: do nacionalismo na Era Vargas até o império dos bicheiros. **O Globo**. Rio de Janeiro, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/carnaval-poder-do-nacionalismo-na-era-vargas-ate-imperio-dos-bicheiros-20972662>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por um ensino de história pluriepistêmico. In: MACENA, Fabiana Francisca; PORTELA, Cristiane de Assis (org.). **Do chão da escola**: raízes pluriepistêmicas do ensino de história. Salvador: Sagga, 2024. p. 13-20.

PORTUGAL. Conselho Ultramarino. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. Lisboa, 29 jan. 1748. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso, AHU_ACL_CU_010, Cx. 4, Doc. 222(1). Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=010_MT&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=1771. Acesso em: 27 jan. 2026.

POTIGUARA, Andriele Mendes. Quebrar correntes. In: GRAÚNA, Graça. **O ser da poesia indígena Potiguara – RN**. [s. l.], 17 dez. 2020. Disponível em:

<https://gracagrauna.com/2020/12/17/o-ser-da-poesia-indigena-potiguara-rn/>. Acesso em: 10 maio 2024.

PRADO, Suelen Girotte do. **Caminhos que levam a Geledés**: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo. São Paulo: Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RABÊLO DE ALMEIDA, Juniele (org.). **História Oral e movimento social**: narrativas públicas. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMOS, Aline Silva. **Sambas-enredo como ferramentas para o Ensino de História afro-brasileira**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REDE BRASILEIRA DE HISTÓRIA PÚBLICA. **A Rede**: carta de fundação. [S. l.]. [20--]. Disponível em: http://historiapublica.com.br/?page_id=520. Acesso em: 15 nov. 2025.

REDE BRASILEIRA DE HISTÓRIA PÚBLICA. Muito além da escola: as disputas em torno do passado no debate público. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 181-186.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimento transnacional afrodiaspórico. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. 12, n. 23, p. 119-144, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/661>. Acesso em: 3 fev. 2026.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1993.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1994.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Aldair. O ensino de História na era digital: potencialidades e desafios. *In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Pensar com método***. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 145-175.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “**Homens de Ferro, Mulheres de Pedra**”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados: do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Homens de ferro, mulheres de pedra**: o itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África Centro-Occidental e América espanhola. Curitiba: Appris, 2019.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 506-514, 1995.

ROLAND, Edna. **Edna Roland**. *In: ANCESTRALIDADES*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, [20--]. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/edna-roland>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ROUSSEFF, Dilma. **História será implacável com os golpistas**. [S. l.]. 17 maio 2016. Disponível em: <https://dilma.com.br/historia-sera-implacavel-com-os-golpistas/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. *In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate***: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 119-140.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública, comunicação e educação histórica. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira et al. (org.). **Ensino de História***: sujeitos, saberes e práticas. 2. ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 27-44.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo; SOUZA, Fabíula Sevilha. História pública, tempo presente e o futuro da esperança. **Boletim do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 4, p. 1-8, maio/ago. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22374>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ROZENWEIG, Roy. **Clio Conectada**: o futuro do passado na era digital. Tradução Luís Reyes Gil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RUFINO, Luiz. Epistemologia na encruzilhada: política do conhecimento por Exu. **Abatirá**: revista de ciências humanas e linguagens, Alagoinhas, v. 2, n. 4, p. 19-30, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13339>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SALLES, Silvana. Como artistas negros e intelectuais brancos moldaram a história oficial do samba no Rio e em SP. **Jornal da USP**. São Paulo, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/como-artistas-negros-e-intelectuais-brancos-moldaram-a-historia-oficial-do-samba-no-rio-e-em-sp/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SAMBARIO. **Sambario Carnaval**. Disponível em: <https://sambariocarnaval.com/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT/Inclusão, 2015.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SESC SÃO PAULO. **Políticas do imaginário: imagens de mulheres negras**. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação, 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/centro-de-pesquisa-e-formacao/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SHARPE, Christina. **No vestígio: negridade e existência**. Tradução Jess Oliveira. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, Ana Lúcia da. **Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca (2000-2013): a história da África e a cultura afro-brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SILVA, Benedita da. Cem anos de abolição. *In*: BRASIL. **Mulher negra: discursos pronunciados pela deputada constituinte Benedita da Silva**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1988. p. 13-17.

SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luis de Albuquerque: (1772-1789)**. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso século XVIII**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SILVA, Leonam Lauro Nunes da. O gênero literário samba-enredo e a narrativa histórica: diálogos e conexões oxigenando o ensino de história. *In*: MACENA, Fabiana Francisca; PORTELA, Cristiane de Assis (org.). **Do chão da escola: raízes pluriépistêmicas do ensino de história**. Salvador: Sagga, 2024. p. 126-136.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Escrevivências no Grupo “História e Estudos de Gênero” e notas de pesquisa sobre Tereza de Benguela. *In*: MARQUES, Ana Maria; BORGES, Ana Carolina da Silva; FREITAS, Talitta Tatiane Martins (org.). **Mulheres escrevem histórias de e em Mato Grosso**. São Paulo: Paruna Editora, 2025. p. 207-228.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Notas sobre o campo da história das mulheres no Brasil: Tereza de Benguela e a urgência da Lei 14.986/2024. *In*: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; FARIA, Aurélio Inácio; COSTA, Leandro Garcia (org.). **Mapas do sensível: gênero, ensino e outras intersecções na História**. São Paulo: Paruna Editora, 2025. p. 162-186.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Roda de conversa sobre Tereza de Benguela e o ensino de história contracolônial. *In*: JORNADA DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O BRASIL TAMBÉM É QUILOMBOLA, 18., 2024, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: UFMT/Nepre, 2025. p. 25.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Teresa de Benguela - Rainha Teresa do Quariterê - Tereza de Benguela. *In*: MARINHO, Thais Alves; SIMONI, Rosinalda Olaceni C. da Silva (org.). **Dicionário biográfico: histórias entrelaçadas de mulheres afrodiáspóricas**. 1. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2025. p. 591-595.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Tereza de Benguela: uma história do tempo presente (1994 - 2014). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 33., 2025, Belo Horizonte. **Anais [...]**: os (des)confortos da história e os futuros do ensino de história. Belo Horizonte: ANPUH-Brasil, 2025.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Tereza de Benguela: presença ausente na historiografia brasileira. *In*: PEREIRA, Ana Carolina Barbosa; VEIGA, Ana Maria; OLIVEIRA, Maria da Glória de (org.). **(in)dependências: perspectivas anticolônias**. Serra: Milfontes, 2025. p. 177-196.

SILVA, Maria Lucia da. **Maria Lucia da Silva**. *In*: ANCESTRALIDADES. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, [20--]. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/maria-lucia-da-silva>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Silvine Lopes Ramos da. **Pérolas Negras: as mulheres de Vila Bela na luta pela afirmação da identidade étnica, 1970-2000**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

SILVA, Silvine Lopes Ramos da. **Mulheres negras e seus universos: comunidade de Vila Bela, terra, conflitos e memórias nos (des)caminhos da identidade étnica: (1960-2018)**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SILVA, Vagner Gonçalves da; DAMASCENO, Waldir; OLIVEIRA, Rosenilton Silva de; SILVA NETO, João Pedro da (org.). **Através das águas: os bantus na formação do Brasil**. São Paulo: FEUSP, 2023.

SIMAS, Luiz Antonio; MUSSA, Alberto. **Samba de enredo**: história e arte. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SOUZA, Marina de Mello e. Bantos na África e no Brasil. *In*: SILVA, Vagner Gonçalves da *et al.* (org.). **Através das águas**: os bantu na formação do Brasil. São Paulo: FEUSP, 2023. p. 29-42.

STEINHAUER, Jason. **Of Fake News and Fake History**. Foreign Policy Research Institute, Philadelphia, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>. Acesso em: 17 fev. 2026.

TEIXEIRA, Marco Antônio Diegues. **Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé**: identidade e sustentabilidade. 2004. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Fragmentos de um discurso sobre afetividade. *In*: BRANDÃO, Ana Paula (coord.). **Saberes e fazeres**, v. 1: modos de ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p. 101-112.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso metodológico. *In*: BRANDÃO, Ana (org.). **Saberes e fazeres**: caderno de metodologia. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015.

TRINTA, Joãozinho. **Tereza de Benguela - uma rainha negra no Pantanal**: release do enredo. Niterói, 1993. 1 release de imprensa. Assinado pelo autor. Acervo pessoal Vera Baggetti e Zuleika Arruda.

TRINTA, Joãozinho. **Tereza de Benguela**: uma rainha negra no Pantanal. Rio de Janeiro: Galeria do Samba, 1994. Sinopse de enredo. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-do-viradouro/1994/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TRINTA, Joãozinho. Playboy entrevista Joãozinho Trinta. **Playboy**. São Paulo, ano 23, n. 271, p. 29-45, fev. 1998.

TRINTA, Joãozinho. O Brasil é uma escola de samba. *In*: AGUIAR, Luiz Antonio; SOBRAL, Marisa (org.). **Para entender o Brasil**. São Paulo: Alegro, 2001. p. 135-142.

UNIDOS DO VIRADOURO. **Samba-enredo 1994**: Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal. Intérprete: Rico Medeiros. Compositores: Cláudio Fabrino, Paulo César Portugal, Jorge Baiano e Rico Medeiros. Niterói: Galeria do Samba, 2024. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-do-viradouro/1994/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

VANSINA, Jan. **How societies are born**: governance in West Central Africa before 1600. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. *In*: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 641-682.

VARANIS, Bia. Políticas do imaginário e as imagens de mulheres negras: Tereza de Benguela. **As Mina na História**. [s. l.], 8 ago. 2025. Disponível em: <https://asminanahistoria.substack.com/p/1-politicas-do-imaginario-e-as-imagens>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Feminismos aprendentes: saberes, afetos e rebeldias. *In*: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). **Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 29-46.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>. Acesso em: 28 dez. 2023.

VEJA RIO. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1994.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Cláudio. Passarela do samba: retrato falado. **Carnavalesco**. [s. l.], 7 jan. 2021. Disponível em: <https://carnavalesco.com.br/passarela-do-samba-retrato-falado/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

VIEIRA, Daniela. Geledés: por um antirracismo feminista e negro. **Cadernos Afro-Memória**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-9, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Cadernos-Afro-Memoria-Geldes.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VIEIRA, Fabiolla Falconi. **O samba pede passagem: o uso de sambas-enredo no ensino de história**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIEIRA, Fabiolla Falconi. **“Eu quero um país que não está no retrato”**: tensões sociais, memória e história no desfile da Estação Primeira de Mangueira - 2019. 2025. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

VIRADOURO quer trazer o brilho da nova era. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 199, p. 4, 24 out. 1993. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Tereza%20de%20Benguela&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126158. Acesso em: 25 ago. 2024.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819**. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 243-273.

VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 22 jan. 2026.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 17 maio 2026.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.

XAVIER, Giovana (org.). **Catálogo Intelectuais Negras Visíveis**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, Marília, v. 11, n. 22, p. 349–365, 2022. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/849>. Acesso em: 22 set. 2024.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ZAMBRANO, Catalina González. **Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

APÊNDICE A – Informações sobre as principais *fake history* sobre Tereza de Benguela contidas em 20 sites (2014 a 2025)

	Nome do site; Título do texto; data da postagem (se houver)	<i>Fake History</i> sobre Tereza	Link da página e Data de acesso da pesquisa	Apresenta a imagem de Felix Vallotton erroneamente atribuída a Tereza?	Aponta referências de onde tirou as informações?
1.	Nome do site: <i>Geledés</i> ; Título do texto: <i>Tereza de Benguela, uma heroína negra</i> ; Data da publicação: 02/08/14; Texto assinado por: Viva Favela.	“Ela liderou o Quilombo de Quariterê <u>após a morte de seu companheiro, José Piolho, morto por soldados</u> ”. “O quilombo resistiu da década de 1730 ao final do século. Tereza foi morta após ser capturada por soldados em 1770 – <u>alguns dizem que a causa foi suicídio; outros, execução ou doença</u> ”.	https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroína-negra/ Acesso em: 2 dez. 2025.	Sim. A imagem aparece cortada, sem assinatura de Vallotton. E com a seguinte legenda: “Tereza de Benguela (Imagem: Wikimedia Commons)”	CRUZ, Tereza Almeida. Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980 – 2010 . 2012. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. Revista do Centro de Estudos Rurais , Campinas, v. 5, n. 2, set. 2011.
2.	Nome do site: <i>Fundação Cultural Palmares</i> ;	“Tereza de Benguela liderou entre 1750 e 1770, <u>após a morte de seu companheiro, José Piolho, o Quilombo do Quariterê, situado entre o rio Guaporé e a atual cidade de Cuiabá,</u>	https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/t	Não apresenta a imagem na versão atualizada do texto. Mas	Não apresenta as referências, mas cita o Anal de Vila Bela do ano de 1770.

	Título do texto: <i>Tereza de Benguela, a Rainha Tereza</i>; Data de publicação: 25/07/2017 - 09h00 - Atualizado em 20/10/2023 08h54. Text	<u>capita de Mato Grosso. O lugar abrigava mais de 100 pessoas</u>".	ereza-de-benguela-a-rainha-tereza Acesso em: 2 dez. 2025.	aparece em outra postagem da Fundação Palmares, disponível no link: https://www.gov.br/palmares/p/t-br/assuntos/noticias/fundacao-cultural-palmares-lanca-projeto-somos-tereza-de-benguela	
3.	Nome do site: Revista Aventuras na História; Título do Texto: <i>Teresa de Benguela: a heroica Rainha do quilombo Quariterê</i>; Data da publicação: 20/11/2019, às 10h00; Texto assinado por: Dimalice Nunes.	"A história do Quariterê precede Teresa. <u>Ele foi fundado na década de 1740 pelo líder negro José Piolho, seu marido.</u> Na gestão Piolho, o quilombo tinha uma dinâmica parecida com a de outros núcleos de resistência de negros fugidos da escravidão: agricultura de subsistência com pequenas trocas com comunidades vizinhas e um sistema de defesa simples, que apenas respondia a ataques pontuais, mais <u>baseado na força física da capoeira do que em estratégia e armas</u>". <u>"A população chegou a 300 pessoas, incluindo também índios e mestiços"</u>. <u>"Por volta de 1750 José Piolho morreu. Teresa, a rainha viúva, assume seu lugar. Não só uma</u>	https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-consciencia-negra-teresa-de-benguela.phtml Acesso em: 2 dez. 2025.	Sim. A legenda da imagem apresenta: "Por razões óbvias, nenhum retrato foi feito de Teresa. Esta ilustração do século 19 foi adotada por organizações do movimento negro para representá-la -	A matéria não referencia o artigo, apenas apresenta as citações de falas de : Emmanuel de Almeida Farias Júnior, professor da Universidade Estadual do Maranhão e pesquisador da questão dos quilombos no Brasil. Trechos do artigo de Edir Pina de Barros (doutora em antropologia e especialista em populações indígenas e quilombolas): <i>Quilombos: Resistência Negra em Mato Grosso</i>.

		<u>mudança de monarca como de regime de governo</u>". <u>"Ante a destruição do quilombo que liderava, a rainha capturada enlouqueceu"</u>.		Wikimedia Commons"	Cita o Anal de Vila de 1770. Ao final do texto, não há referencias completas dos textos mencionados na matéria, mas uma propaganda de livros sobre o tema dos quilombos vendidos no site da Amazon.
4.	Nome do site: Plenarinho – O jeito criança de ser cidadão. – Portal da Câmara dos Deputados; Nome do texto: Tereza de Benguela; Data da publicação: 24/07/2020; Texto assinado por: sem assinatura especificada.	<u>"O que se sabe é que ela se casou com José Piolho, líder e fundador do Quilombo do Quariterê, que ficava na região do Vale do Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde hoje é o Estado do Mato Grosso."</u> <u>"E ai do quilombola que saísse da linha e colocasse em risco a segurança do Quariterê! Rainha Tereza era muito severa e ordenava castigos terríveis."</u> A vida no quilombo era próspera. A produção agrícola era muito farta, e o excedente era trocado na vila por outras mercadorias. <u>Em seu auge, a população chegou a 300 pessoas, incluindo também índios e mestiços</u>".	https://plenarinho.leg.br/index.php/2020/07/tereza-de-benguela/ Acesso em: 06 dez. 2025.	Sim. Trata-se de uma estilização da pintura do Vallontton em estilo <i>cartoon</i> .	Consta como referências: "Com informações de Aventuras na História, do portal UOL, Fundação Cultural Palmares e site De Benguela."
5.	Nome do site: Oglobo; Título do texto: Quem foi Tereza de Benguela, escravizada que virou rainha no Brasil;	"Embora a trajetória e construção do quilombo sejam marcadas pela existência de lacunas na história, Maria diz que existem duas narrativas principais sobre a liderança de Tereza. <u>A primeira seria a de que ela teria comandado o Quariterê ao lado de um companheiro, conhecido como Piolho. Já outros documentos</u>	https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/quem-foi-tereza-de-benguela-escravizada-que-virou-rainha-no-brasil.ghml	Sim. Legenda da imagem diz: "Tereza de Benguela viveu no Brasil do século 18 e, por 20 anos, chefiou o Quilombo do	O Texto não cita referências de textos e/ou documentos, mas apresenta citações de falas de 3 historiadoras: Crislayne Alfagali - professora da PUC-Rio;

	Subtítulo: Líder do Quilombo do Quariterê, composto por negros e indígenas, é símbolo de resistência feminina contra a colonização e inspiração no Dia da Mulher Negra no Brasil; Data da publicação: 25/07/2022 09h25 (Informa que o texto foi atualização há 3 anos); Texto assinado por: Letícia Messias.	<u>afirmam que Tereza assume o papel quando ele é assassinado pelos colonos.</u> <u>Apesar de ser definida como rainha em alguns manuscritos, a existência de Tereza também é mencionada de maneira despótica em outros escritos, como se ela tivesse sido uma mulher de hábitos maquiavélicos”.</u> “Segundo a professora da PUC-Rio, a <u>primeira investida na destruição do quilombo ocorreu em 1770, e, na ocasião, ela teria tentado fugir a cavalo, provavelmente ao lado de um soldado, mas caiu no rio e foi pega por soldados coloniais. Uma outra versão diz que ela teria tirado a própria vida ao perder o embate com os portugueses”.</u>	Acesso em: 5 dez. 2025.	Quariterê — Foto: Divulgação”	Maria Cláudia Cardoso - professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Idalina Freitas - professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
6.	Nome do site: <i>Revista Marie Claire</i>; Título do texto: <i>O que é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha - Comemorado em 25 de julho a data também celebra nacionalmente o Dia da Mulher Negra e Dia de Tereza de Benguela</i>;	<u>“Esposa de José Piolho, ela se tornou rainha do quilombo do Quariterê, no Mato Grosso, quando o marido morreu, e acabou se mostrando uma líder nata: criou um parlamento local, organizou a produção de armas, a colheita e o plantio de alimentos e chefiou a fabricação de tecidos que eram vendidos nas vilas próximas”.</u>	https://revistamarielclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/07/o-que-e-o-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha.html Acesso em: 2 dez. 2025	Sim. Tereza de Benguela (Foto: Reprodução)	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.

	Data da publicação: 25 Jul 2020 - 06h03. Atualizado em 25 Jul 2020 - 09h21; Texto assinado por: Priscilla Geremias.				
7.	Nome do site: Brasil de Fato; Título do texto: Artigo - <i>A luta de Tereza de Benguela e as mulheres da resistência</i>. Subtítulo: Na semana em que se comemora o Dia da Mulher Negra, latino-americana e caribenha, recordemos Benguela.; Data da Publicação: 28 jul. 2020; Texto assinado por: Edilene Cenourinha e editado por: Antônia Sampaio e Rodrigo Chagas.	<u>“Ela liderou o Quilombo de Quariterê, após a morte de seu companheiro, José Piolho, morto por soldados”.</u> <u>“Segundo os registros históricos, ela comandou uma comunidade de três mil pessoas. Uniu negros, brancos e indígenas para defender o território onde viviam, resistindo bravamente à escravidão por mais de 20 anos”.</u> <u>“A Rainha Tereza criou uma espécie de parlamento e reforçou a defesa do Quilombo com armas adquiridas a partir de trocas ou deixadas após conflitos”.</u>	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/28/artigo-a-luta-de-tereza-de-benguela-e-as-mulheres-da-resistencia/ Acesso em: 2 dez. 2025.	Sim. Na legenda da imagem aparece o seguinte texto: “O Quilombo de Quariterê existiu de 1730 a 1795, e a liderança de Tereza de Benguela resistiu até 1770, quando foi presa e morta pelo Estado” Crédito: Reprodução	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.
8.	Nome do site: <i>Biblioteca Universitária Zilda Paim – CECULT</i>;	<u>“Tereza viveu no século XVIII e foi casada com José Piolho, que chefiava o Quilombo do</u>	http://ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-	Sim. Informa que a legenda da imagem foi editada. E	Fontes:

	<i>Localizada - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);</i> Título do texto: <i>Tereza de Benguela: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e indígenas;</i> Data da publicação: Sem data de publicação especificada. Texto assinado por: sem assinatura especificada.	<u>Piolho até ser assassinado por soldados do Estado.</u>”[...] “<u>Com a morte de José Piolho, Tereza se tornou a líder do quilombo</u>, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.” “<u>Tereza navegava com barcos imponentes pelos rios do pantanal.</u>” [...] “Tereza comandou a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo, mantendo um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas das vilas próximas”. “<u>Não se tem registros de como Tereza morreu.</u> Uma versão é que ela se suicidou depois de ser capturada por bandeirantes a mando da capitania do Mato Grosso, por volta de 1770, e outra afirma que Tereza foi assassinada e teve a cabeça exposta no centro do Quilombo.”	que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios Acesso em: 2 dez. 2025.	passou a ter a seguinte redação: “Edição - Reprodução de quadro assinado por F. Vallouton I.”	https://www.almapreta.com/editorias/ http://www.palmares.gov.br/?p=46450 https://observatorio3setor.org.br/ Todos os links citados na matéria não estavam válidos na data de acesso.
9.	Nome do site: <i>Maurício de Sousa Produções;</i> Título do texto: <i>Donas da Rua - Tereza de Benguela;</i> Data da publicação: Sem data de publicação especificada.	“<u>Depois que José Piolho, com quem era casada, foi morto por soldados</u>, Tereza assumiu a liderança do Quilombo do Piolho”[...] <u>Não há registros precisos de como Tereza morreu.</u> Uma versão diz que ela se suicidou, depois de ser capturada por bandeirantes, a mando da capitania do Mato Grosso, por volta	https://turmadamonic.a.uol.com.br/donasda-rua/perfil/terezadebenguela/ Acesso em: 2 de dez. 2025	Sim	Fontes: https://www.geledes.org.br/ter... https://www.ufrb.edu.br/biblio... https://revistamarieclaire.glo... https://www.onumulheres.org.br...

	Texto assinado por: sem assinatura especificada.	de 1770. <u>Mas há outra teoria que afirma que ela foi morta.</u>			
10.	Nome do site: <i>Revista National Geographic Brasil</i>; Título do texto: <i>Quem foi Tereza de Benguela e qual a sua importância para a história das mulheres negras?</i> Data da publicação: 24 jul. 2024, 15:38 BRT, Atualizado 20 nov. 2025, 11:00 BRT.; Texto assinado por: Redação National Geographic Brasil.	<u>“Tereza foi casada com um homem conhecido como José Piolho, que também viveu em condição de escravidão, e chefiava o Quilombo de Quariterê (ou “Quilombo Grande”). Quando ele foi assassinado por soldados do Estado brasileiro, Tereza assumiu o posto de líder da comunidade quilombola, que tinha cerca de 100 pessoas”. [...]</u> <u>“Já segundo o artigo da Universidade da Bahia, não existe registro oficial de como Tereza de Benguela morreu. Suspeita-se que ela possa ter se suicidado depois de ser capturada por bandeirantes a mando da capitania do Mato Grosso ou assassinada ainda no quilombo”.</u> <u>“Um terceiro artigo, por sua vez, defende que Benguela teria sido capturada e levada para a prisão, onde teria definhado até morrer.”</u>	https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2024/07/que-m-foi-tereza-de-benguela-e-qual-a-sua-importancia-para-a-historia-das-mulheres-negras Acesso em: 30 de nov. 2025	Sim. A pintura de uma mulher negra feita pelo artista francês Félix Vallotton (<i>“Femme noire assise de face”</i>), foi feita em 1911 e é associada, no Brasil, à figura de Tereza de Benguela. Trata-se de uma arte de óleo sobre tela e de uma coleção privada. Domínio Público.	O texto não apresenta as referências completas. Apenas apresenta que: “Segundo um artigo do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”.
11.	Nome do site: <i>Impressões rebeldes</i>; Título do texto: <i>Tereza de Benguela</i>;	“Capitania de Mato Grosso (1748 – 1821)” Conforme a tradição de alguns povos africanos, replicada no Novo Mundo, a liderança comunitária possuía o título de Rei, condição que Tereza herda com a morte de	https://www.historia.uff.br/impressoesrebelde/pessoa/tereza-de-benguela/	Sim. Pintura de mulher feita pelo artista francês Félix Vallotton (<i>Femme noire</i>)	Fontes de pesquisa para esse texto: FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. Negros do Guaporé: O

	Data da publicação: Sem data de publicação especificada. Assina o texto: Bianca Novais Cambruzzi (graduanda do curso de História da Universidade Federal Fluminense e bolsista do Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico) Revisão: Luciano Figueiredo.	<u>José Piolho, homem considerado o “maior oráculo” da comunidade e conselheiro do “parlamento” que lá havia. Alguns pesquisadores julgam que havia sido marido de Tereza.</u>	Acesso em: 30 de nov. 2025.	assise de face), feita em 1911, passou a ser associada no Brasil à figura de Tereza de Benguela. Óleo sobre tela, coleção privada. Domínio Público. Fonte: Wikimedia Commons.	Sistema Escravista e as Territorialidades Específicas. Revista Ruris, v. 5, n. 2, 2011. p. 85-116. RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de Ferro, Mulheres de Pedra”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados: do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Fonte impressa: AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. Anais de Vila Bela 1734 - 1789. Cuiabá. EdUFMT, 2006. Coleção documentos preciosos.
12.	Nome do site: Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) da Universidade Federal do Paraná;	<u>Depois da morte do companheiro José Piolho, Tereza se tornou a rainha do quilombo, e através de sua liderança resistiram à escravidão por duas décadas até 1770, quando o quilombo foi destruído pelas forças do governador da</u>	https://proafe.ufpr.br/25-de-julho-dia-nacional-de-tereza-de-benguela-e-da-mulher-negra-e-dia-internacional-da-	Sim. Trata-se de uma colagem com imagens de 3 mulheres	Fonte: Fundação Cultural Palmares. http://www.palmares.gov.br/?p=54714

	Título do texto: 25 de julho – Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra e Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha; Data da publicação: Sem data de publicação especificada; Assina o texto: Victória Rodrigues.	capitania do Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho.	mulher-negra-latino-americana-e-caribenha/ Acesso em: 30 de nov. 2025.	negras, sendo a imagem de Felix ao centro. O crédito das ilustrações: Pinterest.	O link citado na matéria não estava válido na data de acesso.
13.	Nome do site: <i>Brasil Escola</i>; Título do texto: <i>Tereza de Benguela</i>. Subtítulo: <u>Tereza de Benguela foi uma mulher que liderou por cerca de 20 anos o Quilombo do Piolho</u>, no Mato Grosso, no século XVIII. Transformou-se em um símbolo de resistência. Data de publicação: Sem data de publicação especificada; Assina o texto: Jair Messias Ferreira Junior Conta os seguintes dados sobre o autor: “Pós-graduado em História pela Unicamp e professor da Educação Básica	“Tereza de Benguela foi uma mulher que liderou, por cerca de 20 anos, <u>o Quilombo do Piolho</u>. Inicialmente, ela foi rainha com seu marido, o rei José Piolho. Por volta de 1750, José Piolho foi assassinado e Tereza de Benguela passou a governar o quilombo sozinha”. “Não conhecemos o fim de Tereza, alguns historiadores afirmam que ela morreu nos combates em 1770, outros, que ela escapou do ataque e viveu mais alguns anos.” “As poucas fontes que citam Tereza no século XVIII são do período no qual ela já se encontrava no Quilombo do Piolho, sendo esposa do rei José Piolho. Tereza de Benguela foi rainha do Quilombo do Piolho	https://brasilescola.uol.com.br/historia/tereza-de-benguela.htm Acesso em: 30 de nov. 2025.	Sim. Pintura a óleo “Mullher negra sentada”, de Félix Vallotton. <u>Não há fotos de Tereza de Benguela</u>.	<i>ANAIIS do Senado da Câmara do Cuiabá: 1719-1830</i>. Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá, MT: Entrelinhas / Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. FIABINI, Adelmir. Mato, palhoça, pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes, 1532-2004. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. MOURA, Clóvis. Quilombos – Resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

	há mais de 20 anos. Também é formador de professores e produtor de materiais didáticos há mais de 10 anos.”	<u>junto de seu marido, mas passou a governar sozinha após ele ter sido assassinado”.</u> “A fonte demonstra que o quilombo já era antigo em 1770 e que, após a morte de José Piolho, <u>que se acredita ter ocorrido por volta de 1750, a rainha centralizou o poder na comunidade. Essa rainha era justamente Tereza de Benguela, que governou contando com o auxílio de um conselho.</u>” “<u>Não se sabe o fim de Tereza de Benguela, alguns pesquisadores afirmam que ela morreu nesse ataque, outros, que ela conseguiu fugir e morreu, de forma misteriosa, anos depois</u>”.			
14.	Nome do site: <i>Toda matéria</i>; 25 personalidades negras do Brasil que marcaram a história – 5. Tereza de Benguela (?-1770) - rainha do Quilombo de Quariterê Data da publicação: Assina o texto: Juliana Bezerra - Professora de História.	“Foi a rainha do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso. Após a morte do companheiro, <u>liderou a luta do quilombo contra os soldados portugueses</u>”. “<u>Dia 25 de julho, data de sua morte, é celebrado o Dia da Mulher Negra no Brasil</u>”.	https://www.todamatéria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/ Acesso em: 30 de nov. 2025.	Sim	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.
15.	Nome do site:	“<u>Nascida em circunstâncias ainda incertas, Tereza foi escravizada e, após o assassinato de seu marido José Piolho, assumiu a liderança do quilombo, onde resistiu por aproximadamente 20 anos.</u>	https://sites.usp.br/pe/ocupacorporonegro9/ Acesso em: 2 dez. 2025.	Sim. A imagem do Vallontton está em preto e branco e aparece repetida	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.

	Programa de educação Tutorial – PET – História²³⁰ – USP. - <i>Exposição: Memória Histórica do Corpo Negro</i> Título do texto: <i>Descubra Tereza de Benguela</i>; Data de publicação: 25/11/2024; Texto Assinado por: Leonardo Alves de Oliveira.			cinco vezes. Não há legenda nem referência a autoria da imagem.	
16.	Nome do site: UOL notícias Título do texto: Tereza de Benguela: como a líder quilombola virou ícone do “Julho das Pretas”; Data da publicação: 15/07/2022 Assinado por: Do Núcleo de Diversidade – Coletivo Nós Negros.	<u>“Tereza desafiou o sistema escravocrata no século 17 como líder do Quilombo Quariterê, a maior comunidade que acolhia negros e indígenas escravizados no Mato Grosso”.</u>	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2022/07/15/tereza-de-benguela-como-a-lider-quilombola-virou-icone-do-julho-das-pretas.htm?cmpid=co-piaecola	Sim. Trata-se de uma montagem feita a partir da projeção da pintura de Vallontton, sobre a entrada de uma igreja. Na legenda consta o texto: “A imagem da líder	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.

²³⁰ O PET é um programa do governo federal desenvolvido por um grupo de estudantes universitários com a tutoria de um docente. O objetivo desse programa é organizar projetos baseados na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Sobre.** Disponível em: <https://sites.usp.br/pet/sobre/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

				quilombola Tereza de Benguela projetada na Igreja Rosário dos Homens Pretos da Penha, construída por negros escravizados em São Paulo. Divulgação/Coletivo Coletores”	
17.	Nome do site: Estrela Preta; Título do texto: Tereza de Benguela – Guerreira, líder quilombola e Heroína da Pátria Data de publicação: 12/03/2021; Texto assinado por: Black Blog/Estrela Preta.	“Rainha Tereza”, como ficou conhecida em seu tempo, liderou o Quilombo de Quariterê após a morte de seu companheiro, José Piolho, morto por soldados”. “O Quilombo do Quariterê fundado pelo líder negro José Piolho, seu marido. Na gestão Piolho, o quilombo tinha uma dinâmica parecida com a de outros núcleos de resistência de negros fugidos da escravidão: agricultura de subsistência com pequenas trocas com comunidades vizinhas e um sistema de defesa simples, que apenas respondia a ataques pontuais, mais baseado na força física da capoeira do que em estratégia e armas”. “Segundo matéria do site Aventuras na História, a população chegou a 300 pessoas,	https://estrelapreta.com.br/tereza-de-benguela/ Acesso em: 06 dez. 2025.	Sim. A pintura de Vallontton serve de base para uma montagem em estilo pop art onde a modelo aparece com uma coroa.	Tereza de Benguela, a liderança negra brasileira. Alma preta. Disponível em: https://bit.ly/3a2f8Hg (O link informado não dá acesso a página) Tereza de Benguela: a heróica rainha do Quariterê. Aventura na História. Disponível em: https://bit.ly/3cbrAXG <i>*Embora o nosso texto seja elaborado a partir de referências e fontes explicitadas abaixo, alertamos que poderá conter simplificações a fim de resumir narrativas e adequar ao espaço</i>

		incluindo também índios e mestiços. Em sua primeira década, enquanto o governo não conhecia sua localização, o esquema tradicional foi suficiente para a comunidade resistir. “A Amazônia proporcionou condições para a existência dos quilombos, dificultando, inclusive, a retaliação por parte do sistema escravista”, explica o professor da Universidade Estadual do Maranhão e pesquisador da questão dos quilombos no Brasil, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. Nessa região de fronteira, ele lembra, os escravos fugidos podiam também se refugiar no lado espanhol.” “Por volta de 1750 José Piolho morreu. Teresa, a rainha viúva, assume seu lugar. Não só uma mudança de monarca como de regime de governo. O aumento da exploração mineral na região eleva o fluxo de negros escravizados – e fugitivos – na área, algo que chama a atenção da Coroa. O cerco português se intensifica”. “Sua morte também é envolta de mistério. Uma versão diz que ante a destruição do quilombo que liderava, a rainha se suicidou por volta de 1770 , e outra afirma que Tereza foi assassinada e teve a cabeça exposta no centro do Quilombo. Há também o que descreve o documento colonial Anal de Vila Bela. “Posta aí em prisão, à vista de todos aqueles a quem governou naquele reino, lhe diziam estas palavras injuriosas, de forma que,			<i>proposto pelo blog. Att.: Black Blog/Estrela Preta)</i>
--	--	--	--	--	---

		envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem”.			
18.	Nome do site: Senado Federal/ Rádio Senado. Título do texto: <i>Tereza de Benguela: líder quilombola celebrada em 25 de julho tinha seu próprio parlamento</i> Data de publicação: 24/07/2025 18h36- atualizado em 24/07/2025, 18h38; Texto assinado por: Marcela Diniz.	“São de 1748 os primeiros registros da existência desse quilombo e relatos da época <u>revelam que, após a morte do rei que o governava, assumiu a "rainha viúva Tereza”</u>. “O reinado de Tereza no Quariterê durou cerca de duas décadas. Em 1770, uma expedição de colonizadores atacou o quilombo e prendeu uma centena de habitantes, entre pessoas <u>negras e indígenas. Dizem que após ter sido presa, Tereza tirou a própria vida. Ninguém sabe ao certo”</u>.	https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/07/24/terezadebenguela-lider-quilombola-celebrada-em-25-de-julho-tinha-seu-proprio-parlamento Acesso em: 06 dez. 2025.	Sim. Com legenda: “Félix Vallotton, Public domain, via Wikimedia Commons”	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.
19.	Nome do site: <i>De Benguela</i>. Título do texto: <i>Quem foi Tereza De Benguela?</i> Data de publicação: 22/09/2025 Texto assinado por: Marcos Paulo.	“<u>Tenha em conta que os líderes quilombolas sempre eram homens</u>. Quem nunca ouviu falar de Zumbi dos Palmares? <u>Sendo assim, o cargo para Tereza de Benguela veio por conta da morte do seu marido, Zé Piolho</u>. A Tereza de Benguela teve que assumir o comando do Quilombo do Quariterê (no Mato Grosso), <u>revelando-se uma líder ainda mais implacável que o seu marido”</u>.	https://www.debenguela.com.br/blogs/news/quem-foi-terezadebenguela?srsId=AfmBOorOK5HCjiAlX2FCGfOjR44amCQPAKo8QoRHJituToHF_C3yllrF Acesso em: 06 dez. 2025.	Sim. Mas não identificação da origem e nem legenda da imagem.	Sem referências de onde tirou as informações citadas no texto.

20.	Nome do site: Ensinar História - Joelza Ester Domingues; Título do texto: Dia Nacional Tereza de Benguela e da Mulher Negra; Data da publicação: Sem data de publicação especificada.	<u>“Há registros de 1748 sobre o quilombo do Quariterê. Seu crescimento atraiu expedições punitivas das autoridades coloniais, mas sempre ressurgia. Um desses registros revelariam a figura de Tereza que passou a comandar o quilombo como “rainha viúva” depois da morte do rei, seu companheiro”.</u> <u>“Relatos dizem que Tereza foi assassinada pelo Exército e outros apontam que ela preferiu se suicidar a submeter-se ao domínio dos brancos. Os capturados foram torturados em praça pública para servir de exemplo. Mais tarde, em 1791, uma segunda bandeira foi organizada para capturar os fugitivos”.</u>	https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/dia-nacional-tereza-de-benguela-mulher-negra/ Acesso em: 6 dez. 2025.	Sim. Na legenda da imagem há o texto: “Não existe registro iconográfico nem descrição sobre a aparência de Tereza de Benguela. A pintura a óleo “Mulher negra sentada” é do artista suíço Félix Edouard Vallotton, 1911. O artista pintou as mulheres negras em pé de igualdade com as outras, numa época em que os preconceitos sociais ainda eram dominantes”.	Fonte: SHUMAHHER, Schuma; BRAZIL, érico Vital (org.). Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Enciclopedia Negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
-----	--	--	---	---	--

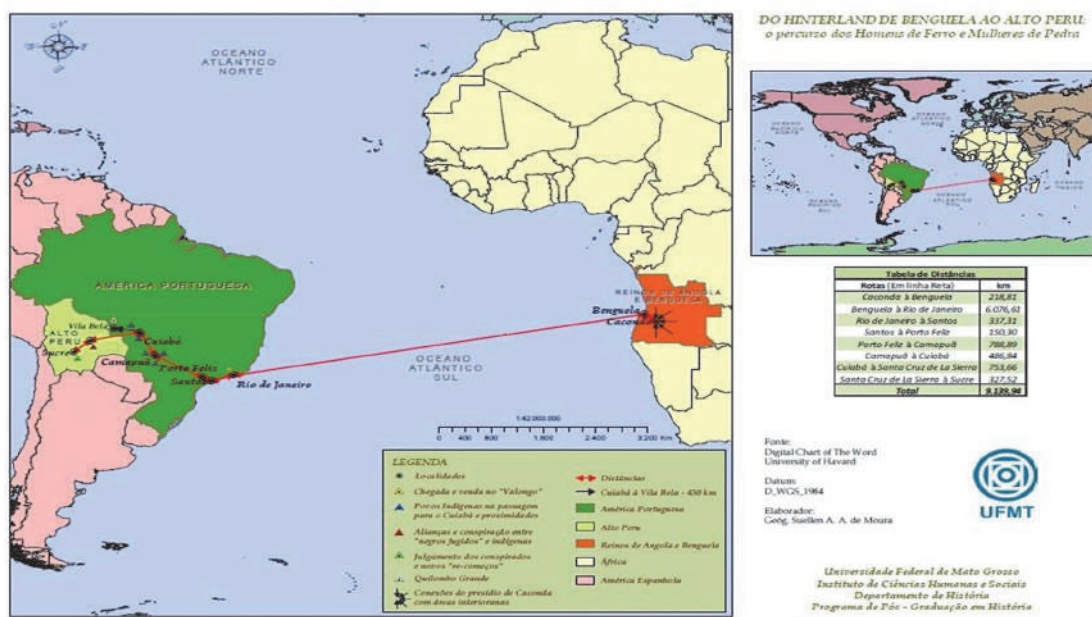
Fonte: Elaboração da autora partir dos dados coletados nos 20 sites descritos no quadro. As informações descritas foram checadas com acessos entre os dias 30 de novembro a 6 de dezembro de 2025.

**ANEXO A – Rotas do tráfico de escravos na África Central do século XVIII
(segundo J. Vansina)**



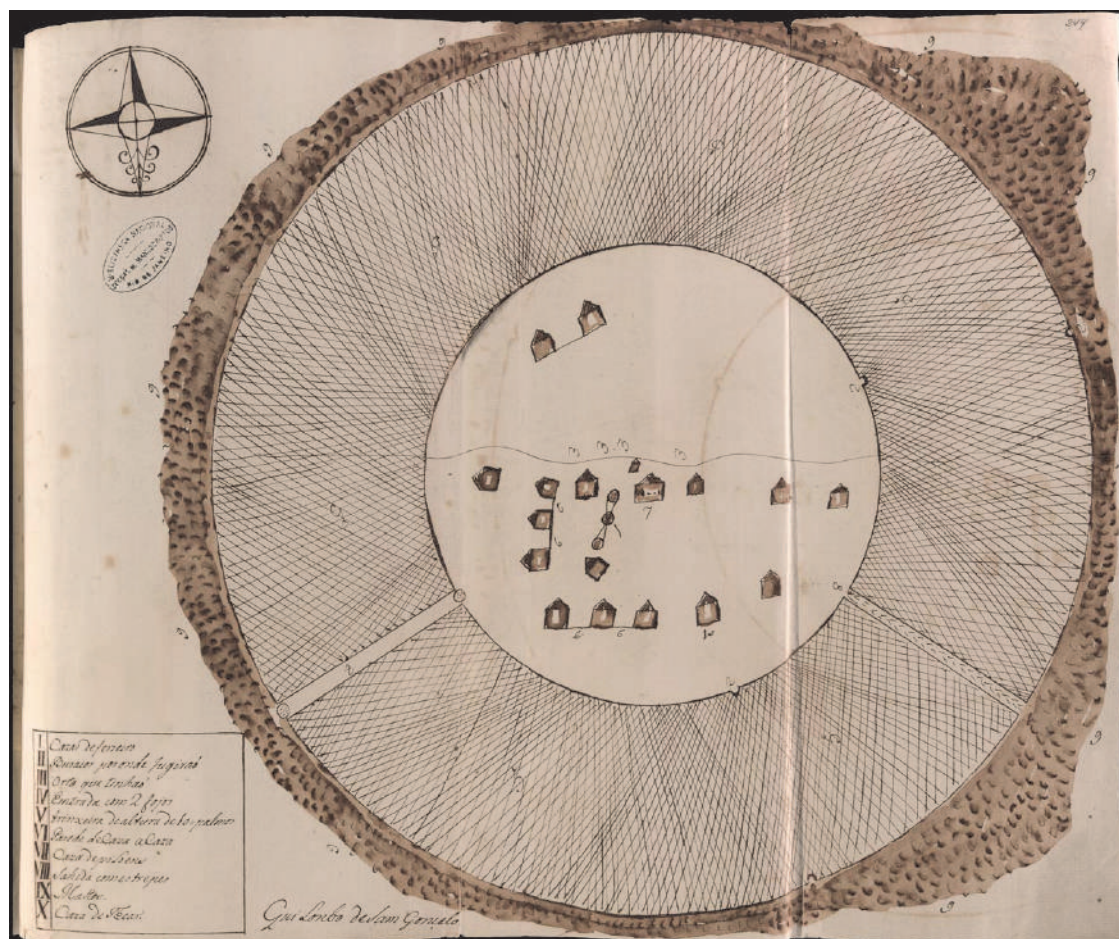
Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan (ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 684.

ANEXO B – Mapa do *Hiterland* de Benguela ao Auto Peru



Do Hiterland de Benguela ao Auto Peru: Fonte: RODRIGUES, Bruno Pinheiro. Homens de ferro, Mulheres de pedra: o itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África Centro-Occidental e América espanhola. Fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). p. 39.

ANEXO C - Mapa do quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais (1769)



Mapa do quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais – 1769

Transcrição das legendas:

- 1 — Casas de ferreiro;
- 2 — Buracos por onde fugiram;
- 3 — Horta que tinham;
- 4 — Entrada com 2 fojos;
- 5 — Trincheira de altura de 10 palmos;
- 6 — Parede de casa a casa;
- 7 — Casa de pilões;
- 8 — Saída com estrepes;
- 9 — Matos;
- 10 — Casa de tear

Mapa do quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais. Legenda Técnica: Quilombo de S. Gonçalo, MG [Manuscrito], autor desconhecido, 1769. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. [cód.: mssI2_33]

ANEXO D - Relação dos Pretos, Índios e Caburés de que se compunha o quilombo do Piolho, em que se deu no dia 19 de junho de 1795

19 de Agosto

Em 19, saiu do Arraial de São Vicente o dito Geraldo Ortiz, com a gente de que se encarregou para Vila Bela, pela estrada chamada do Guilherme, chegando no dia 24 de Setembro a esta capital, com as pessoas da Relação seguinte:

Relação dos Pretos, Índios e Caburés de que se compunha o quilombo do Piolho, em que se deu no dia 19 de Junho de 1795.

PRETOS	Idade	CABURÉS FÊMEAS	Idade
1 - Clemente Congo	40	1 - Virissima	2
2 - José Ganguela	45	2 - Ignacia	2
3 - João Mina	70	3 - Ana	1
4 - José Materao	70	4 - Rosa	3
5 - José Cabange	70	5 - Maria	6
6 - José Cabadengo	75	6 - Antonia	16
ÍNDIOS	Idade	7 - Tereza	7
1 - Lourenço	30	8 - Dorotea	7
2 - Salvador	40	9 - Benedita	12
3 - Manoel	16	10 - Ivete	6
4 - Antonio	25	11 - Luiza	12
5 - Miguel	22	CABURÉS	Idade
6 - Francisco	40	1 - Felipe	18
8 - Simão	7	2 - Antonio	16
ÍNDIAS	Idade	3 - Adão	10
1 - Edna	25	4 - Ignacio	9
2 - Rosa	70	5 - Antonio José	8
3 - Domingas	24	6 - Gonçalo	4
4 - Arcangela	40	7 - Andre	2
5 - Esperança	40	8 - Luiz	1
6 - Mariana	11	9 - Vicente	1
7 - Pascoa	3	10 - Domingos	1
8 - Ivana	40	Soma Total	
9 - Catarina	23	Negros	6
10 - Quiteria	2	Índios	8
11 - Ana	3	Índias	19
12 - Marcela	40	Caburé	10
13 - Damiana	11	Caburé Femeas	11
14 - Izabel	20		
15 - Justiane	80		
16 - Maria	10		
17 - Feliciano	12		
18 - Aurora	30		
19 - Maria	50		
			54

Fonte: ARAUJO, Marlene G. (Transcrição). "Diário da Diligência que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários Quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro". In: ROSA, Carlos. Alberto. & JESUS, Nauk. Maria de. A terra da conquista. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 218.

ANEXO E - Glossário dos quesitos de julgamento no Grupo Especial das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Manual do Julgador - LIESA, 2025)

Alegorias e Adereços - Quesito que avalia o conjunto cenográfico do desfile. Alegorias são estruturas de grande porte (carros alegóricos e conjuntos correlatos) que materializam cenas, conceitos e passagens do enredo ao longo da avenida. Adereços são elementos cenográficos complementares que integram fantasias, alas e encenações, sem configurar estruturas sobre rodas. Recursos cenográficos específicos da Comissão de Frente são considerados no quesito próprio.

Bateria - Quesito rítmico-percussivo. Avalia-se a precisão, o swing, a manutenção do andamento, a regularidade do desempenho ao longo do percurso e o entrosamento com o canto (harmonia). Convenções rítmicas (como paradinhas e retomadas, quando houver) também são observadas quanto à execução e adequação ao desfile.

Comissão de Frente - Primeiro núcleo dramático do desfile, com função de apresentação/abertura do enredo. Avaliam-se concepção, coreografia, execução, expressividade, comunicação com o público e adequação da fantasia e de eventuais recursos cênicos à proposta narrativa da escola.

Enredo - Quesito narrativo-conceitual. Avalia a concepção e o desenvolvimento do tema, observando clareza do recorte, coerência interna, progressão do argumento e capacidade de tradução do conteúdo histórico/cultural em linguagem carnavalesca. Considera-se, ainda, a compatibilidade entre o que é proposto e o que efetivamente se realiza no desfile.

Evolução - Quesito do movimento coletivo na avenida. Avalia-se a dinâmica do desfile em deslocamento: fluidez, cadência, ocupação do espaço, continuidade (ausência de “buracos”), disciplina de alas e setores e organicidade do conjunto, sem comprometer a vivacidade do samba.

Fantasias - Quesito do figurino das alas e componentes. Considera-se coerência com o enredo, acabamento, criatividade, leitura à distância e adequação à função dramática de cada ala. Quando aplicável, respeitam-se as especificidades de quesitos próprios (por exemplo, Comissão de Frente e Mestre-Sala e Porta-Bandeira).

Harmonia - Quesito do canto coletivo e da coesão musical. Avalia-se a consistência do canto dos componentes, o entrosamento entre voz e bateria, a manutenção do rendimento ao longo do percurso e a uniformidade do desempenho, considerando variações do desfile e eventuais oscilações de andamento.

Mestre-Sala e Porta-Bandeira - Quesito do casal responsável por conduzir e apresentar o pavilhão da escola. Avaliam-se técnica, sincronia, elegância, comunicação, respeito ao ritual e ao código de apresentação, além da preservação e valorização do pavilhão.

Samba-Enredo - Quesito da obra musical que conduz o desfile. Considera-se adequação ao enredo, qualidade poética e melódica, força comunicativa, capacidade de sustentação do canto coletivo e rendimento na avenida (inclusive na relação com andamento e dinâmica da bateria).

**ANEXO F – Ficha técnica com as referências bibliográficas do enredo da Viradouro
– 1994**



FICHA TÉCNICA
enredo
AGREMIÇÃO G.R.E.S. Unidos do Viradouro

ENREDO "TEREZA DE BENGUELA — UMA RAINHA NEGRA NO PANTANAL"					
CARNAVALESCO(S) Joãosinho Trinta					
AUTOR(ES) DO ENREDO Joãosinho Trinta					
AUTOR(ES) DA SINOPSE DO ENREDO Joãosinho Trinta					
ELABORADOR(ES) DO ROTEIRO DO DESFILE Joãosinho Trinta					
	LIVRO	AUTOR	EDITORIA	ANO DA EDIÇÃO	PÁGINAS CONSULTADA
BIBLIOGRAFIA COMPLETA (COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE OBTENÇÃO DE DADOS)	Cocho Mato-Grossense: um alaúde brasileiro	Julietta de Andrade	Livramento	1981	
	Território negro em espaço branco (estudo antropológico de Vila Bela)	Maria de L. Bandeira	Brasiliense	1988	
	Contribuição para uma sociologia da biografia (O exemplo de Luís de Albuquerque, governador de MT no fim do séc. XVIII)	Gilberto Freire	Funcetur	1978	
	Folclore em Chapada dos Guimarães, MT.	Martha J. Haug	Escola de Folclore, SP	1982	
	Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé (séc. XVIII)	Denise M. Meireles	Vozes	1989	
	Do Guaporé aos Garimpos do Rio Madeira	Ariovaldo N. Souto	São Benedito	1985	
	O Processo Histórico de Mato Grosso	Elizabeth Siqueira, Lourença Costa e Cathia Carvalho	Guaicurus	1990	
	Lendas e Tradições das Américas (arqueologia, etnologia e folclore dos povos latino-americanos)	Marcus C. Acquaviva		1977	
	A Conquista da América Latina vista pelos índios (relatos astecas, maias e incas)	Miguel Leon Portilla		1987	
	Dicionário do Folclore Brasileiro	Luís Câmara Cascudo	INL	1972	
	Cativos do Sertão — Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850/1888, UFMT	Luiza Volpato	Marco Zero	1993	

8

Fonte: LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO (LIESA). **Revista Abre-Alas**: domingo - Grupo Especial. Rio de Janeiro: Nova Letra, ano 8, n. 6, p. 82-105, 1994.

ANEXO G – Viradouro ‘explode’ em novo samba – Matéria do O Globo 24/10/1993

Domingo, 24 de outubro de 1993

O GLOBO

Niterói • 7

Viradouro ‘explode’ em novo samba

Eram quase 6h de domingo passado, quando a multidão que ainda permanecia na quadra do Viradouro, no Barreto, explodiu cantando o refrão “vai clarear, vai clarear”, saudando o samba-enredo vencedor, anunciado minutos antes pelo presidente da escola, José Carlos Monassa. De autoria de Cláudio Fabrinho, Paulo César, Jorge Baiano e Rico Medeiros, o quarto e último samba a defender o enredo “Tereza de Benguela”, uma rainha negra no Pantanal”, de Joãozinho Trinta, abortou o tricampeonato da dupla Heraldo Faria e Flávinio Machado, que apresentara o terceiro samba.

Seis vezes finalista, Jorge Baiano conseguiu emplacar pela primeira vez um samba na única escola de Niterói no Grupo Especial, ajudado por Rico Medeiros, ex-puxador do Salgueiro e finalista pela terceira vez na Viradouro. Para quebrar o jejum de vitórias, o quarteto contou com o apoio de grande número de presidentes de alas e de uma torcida que chegou com 800 pessoas em ônibus fretados de Niterói e São Gonçalo e não parou de agitar bandeiras e estandartes.

Joãozinho Trinta definiu Tereza de Benguela como uma “figura fortíssima”, uma escrava-princesa que virou rainha de um quilombo de índios, caboclos e mestiços, em Mato Grosso, onde governava com o apoio do parlamento.

As fabulosas somas de dinheiro que circulam no carnaval criaram no mundo do samba, assim como no futebol, a figura do torcedor profissional. Só os autores dos sambas três e quatro mobilizaram cerca de duas mil torcedores. Mas a maioria dos presentes foi à escola se divertir.

— Sou vizinha da quadra e, como não consigo dormir, venho para cá ajudar a acordar os outros — contou, rindo, a estudante de história da UFF Luciana Gonçalves.

Amiga de Luciana e também vizinha da Viradouro, Juliana Rangel fez questão de dizer que gosta de samba e é “fã da Viradouro”. Ela não escondeu, porém, que seu maior objetivo era aproveitar a animação “para azarar uns gatos”. A paranaense Alessandra Jorquieira, que acompanhava as duas, disse sempre ter gostado do ritmo, mas só agora estava vendo “o que era uma escola de samba”.

O casal de namorados Evandro Mariano Silva e Ana Maria Paula Ferreira Gomes veio de Neves, em São Gonçalo, sem conhecer os quatro sambas finalistas antes de chegar à quadra.

— O que importa, mesmo, é a Viradouro — disse Evandro.



Rico Medeiros é um dos quatro autores do samba vencedor

ENCANTOS DE UMA ESCRAVA-PRINCESA

A seguir, a letra do samba-enredo “Tereza de Benguela — uma rainha negra no Pantanal”, que os integrantes da Viradouro vão defender na Marquês de Sapucaí.

Amor, amor, amor...
Sou a viola de cocho dolente
Vim da Pérsia no Oriente
Para chegar ao Pantanal
Pela Mongólia eu passei
Atravessando a Europa Medieval

Nos meus acordes vou contar
A saga de Tereza de Benguela
Uma rainha africana
Escravidão em Vila Bela
O ciclo do ouro iniciava
No cativeiro, sofrimento e agonia
A rebelião acendeu a chama da liberdade
No quilombo, o sonho de felicidade

Ilê ayê, ará ayê, ilê ayê
Um grilo forte ecoou
A esperança no Quilombo

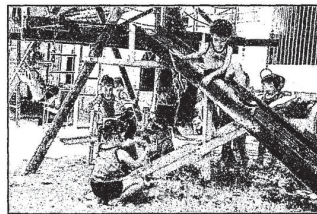
O negro abraçou
Bis

No seio de Mato Grosso, a festa
começava
Com o parlamento, a rainha negra
governava
Índios, caboclos e mestiços numa
civilização
O sangue latino vem na miscigenação

A invasão gananciosa um ideal
aniquilava
A rainha enlouqueceu, foi sacrificada
Quando a maldição a opressão
extinguia
No infinito uma estrela cintilou

Vai clarear, vai clarear
Um sol dourado de quimera
A luz de Tereza não apagará
E a Viradouro brilhará na nova era
Bis

COLÉGIO DO INSTITUTO SÃO JOSÉ EDUCAR LIBERTANDO - LIBERTAR TRANSFORMANDO



Pré-escolar



Alfabetização

O Instituto São José como Escola que busca uma Educação Democrática, libertadora, participativa, mantém, sob a coordenação da Irmã Celina Dardengo e uma equipe especializada e dedicada, o seu Pré-Escolar num ambiente saudável e alegre. Salas amplas, apropriadas para a livre movimentação das crianças e o seu “PARQUINHO INFANTIL” que faz a festa e a felicidade da criança.

As educadoras se dedicam inteiramente às turminhas, criando e promovendo sempre novas experiências em grupo, brincadeiras no parque, realizando várias festas no ano, levando a passeios e teatros e muitas vezes convidando pessoas de igual filosofia, que trazem mensagens de vida, de paz e de alegria.

Toda o trabalho com a criança é sempre a partir da “seu eu”, ajudando-a a desenvolver suas potencialidades e capacidade criativa como incentivo, desde os primeiros anos, a tornar-se “sujeito” de sua própria história. Na experiência participativa desde pequenina a criança vai tomando consciência da cidadania e a importância da solidariedade e da convivência satisfatória e prazerosa.

Ajudar a criança a tornar-se uma PESSOA sempre mais FELIZ.

É para isso que o PRÉ-ESCOLAR do São José existe.

As crianças ao término do 3º Período passam para o prélio anexo, indo automaticamente para a Alfabetização.

Neste mundo encantado que é aprender a ler, escrever e decifrar as coisas, nossas crianças descobrem, aos poucos, dentro das possibilidades da linguagem infantil as diversas maneiras de leituras críticas através de metodologias em que ela é o sujeito de sua construção de aprendizagem, em todos os níveis de conhecimento.

Os métodos e técnicas desenvolvidos pelos professores possibilitam o crescimento harmonioso dos alunos.

Venha conhecer nossas dependências, conversar conosco e verifique como a estrutura montada é benéfica para ajudar seu filho a ser feliz.


MATRÍCULAS ABERTAS

Rua Geraldo Martins, 166 - Santa Rosa - 714-1515

1371

ANEXO H - Viola-de-Cocho – modo de fazer

Fonte: Dossiê Iphan 8 - Modos de fazer Viola-de-Cocho (Iphan, 2009, p. 36-37).

ANEXO I - Festa do lançamento do Enredo no Ginásio da UFMT

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso - Lançamento do samba enredo da G.R.E.S. Unidos do Viradouro *Tereza de Benguela - uma rainha negra do Pantanal*. Fotógrafo Edson Rodrigues.

ANEXO J – De Mato Grosso para a Marquês de Sapucaí: Joãozinho Trinta apresenta suas três ‘Terezas’



A frente das três 'Terezas de Benguela' que trouxe de Mato Grosso, o carnavalesco Joãozinho Trinta

De Mato Grosso para a Marquês de Sapucaí

Joãozinho Trinta apresenta suas três 'Terezas'

O carnavalesco da Unidos do Viradouro, Joãozinho Trinta, apresentou ontem, no Palácio do Ingá, em Niterói, três das sete negras que representarão Tereza de Benguela no desfile da escola, na noite de domingo, na Avenida Marquês de Sapucaí. As três vieram da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, perto da fronteira da Bolívia, onde existiu o Quilombo de Quariterê, lidera-

do por Tereza.

O enredo da Viradouro é "Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal" e, segundo Joãozinho, as três "Terezas" apresentadas ontem são descendentes da rainha escrava, que enlouqueceu ao ver o quilombo destruído e foi sacrificada. Inês Gerales, 24 anos, virá no abre-alas e será Tereza, princesa de Benguela, Angola, quando foi trazida como escrava para o Brasil. Sua irmã, Tereza Gerales, 38, representará a Tereza, rainha do quilombo, que governava através de um parlamento, no século XVIII. Vitória Márcia Gonçalves, 25, estará no último carro representando Tereza "com a alma louvada pelo

reconhecimento de quem entendeu sua luta".

Das outras quatro Terezas, a única conhecida é Watusi, que virá no carro do folclore, como protetora das artes. As três restantes foram escolhidas na própria comunidade da escola. Inês, Tereza e Vitória, que já sabem cantar o samba-enredo, foram escolhidas entre 50 candidatas e só conhecem o carnaval do Rio (e a cidade) pela imprensa. Joãozinho Trinta agradeceu ao Secretário de Cultura e Turismo de Mato Grosso, Kasu Sano, que veio ao Rio junto com as três Terezas, o apoio recebido daquele estado para que se pudesse fazer a pesquisa sobre o enredo da escola.

ANEXO K – Quadro de notas por quesito (três jurados)**Unidos do Viradouro — Carnaval 1994**

Quesito	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Soma do quesito
Alegorias e Adereços	10	10	10	30
Bateria	10	10	10	30
Comissão de Frente	10	10	10	30
Conjunto	10	10	9,5	29,5
Enredo	10	10	9	29
Evolução	10	9,5	10	29,5
Fantasia	10	10	10	30
Harmonia	10	9	10	29
Mestre-Sala e Porta-Bandeira	9,5	9,5	9,5	28,5
Samba-Enredo	9	10	9	28

Total calculado a partir das notas acima: 293,5 pontos.

Total informado na apuração: 294,5 pontos (3º lugar).

Fonte: Galeria do Samba. Notas do Carnaval 1994 (Unidos do Viradouro). Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/carnaval/1994/notas/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

ANEXO L - Viradouro comemora o terceiro lugar

20 • Niterói •

O GLOBO

Domingo, 20 de fevereiro de 1994

Flagrantes

Viradouro comemora o terceiro lugar

Olha a Viradouro aí, gente! O retorno do carnavalesco Joãozinho Trinta aos desfiles do Grupo Especial foi triunfal. Sem dúvida, esse foi o terceiro lugar mais comemorado da história do carnaval. Há apenas quatro anos desfilando entre as superescolas de samba, a Unidos do Viradouro conseguiu sua melhor colocação e comemorou como se fosse o título. Pura festa para niteroienses e goncalenses que lotaram a quadra da escola, no Barreto, para a festa.

Mas apesar do clima de festa, os componentes da escola criticaram os jurados por terem dado notas baixas à escola. Com o enredo "Tereza de

Benguela — a rainha negra do Pantanal", o carnavalesco Joãozinho Trinta levou para a avenida uma das principais marcas de seus desfiles: o luxo. A grandiosidade de suas fantasias, alegorias e adereços coloriu a passarela do samba de vermelho, branco e dourado. A Viradouro levou também para a Sapucaí a protagonista do maior escândalo do carnaval, a modelo Lilian Ramos.

Movidos pela euforia da excelente colocação, o presidente da escola, José Carlos Monassa, e o carnavalesco já anunciaram o enredo para o próximo ano, "Os três espantos de Debret".



▲ O cabeleireiro Paulo Robert com a fantasia de mongol



▲ Com o enredo sobre a rainha negra Tereza de Benguela, a Viradouro levou muito luxo para a Marquês de Sapucaí



▲ O carnavalesco mirim da Camisolão, Sandro Ferreira, de 18 anos, caiu no samba na ala de passistas da Viradouro



▲ O ritmista Edson José exibe toda a sua alegria na Sapucaí



APRENDA A DANÇAR!

Dança de Salão • Sapateado • Jazz • Ballet Clássico • Dança Espanhola

Direção: Solange Dantas

MATRÍCULAS GRÁTIS

Travessa Vicente Frederico, 10

(final da Tavares de Macedo)

Informações: 714-7902 (das 8h às 14h)

CURSOS DE INFORMÁTICA

Em 15 dias

- * IPD - MS DOS
 - * Editor de Texto
 - * Planilha Eletrônica
- Em 30 Dias
- * Windows
 - * Word For Windows

**TURMAS DE 5 ALUNOS
1 MICRO POR ALUNO**



prática Informática

4 horas de consultoria em microinformática

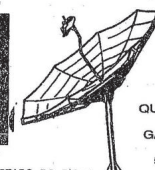
Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro, 587 Gr. 402
Centro - Niterói - Telefax: 719-5852

BANSAT

☎ 021-611-2169

Rua: Santa Rosa 70 - Niterói

**FINANCIAMENTO
DE 3 À 12
MESES
(PELA TR)**



QUALIDADE
E
GARANTIA
DE
5 ANOS
DE

VENDE E INSTALA EM TODO O ESTADO DO RIO A
ANTENA DE MAIOR
QUALIDADE E GARANTIA DO BRASIL.
ADEQUADA AO SISTEMA GLOBOSAT,
COLETIVO E INDIVIDUAL.
OS MELHORES PREÇOS
E CONDIÇÕES, INCLUINDO
CONSORCIO E FINANCIAMENTO



**ESCOLAS ADVENTISTAS
DO RIO DE JANEIRO**
EDUCAÇÃO SEGURA E EQUILIBRADA

Do Pré ao 2º Grau
Matrículas abertas

Botafogo • Cpo Grande • Colégio • Dqe de Caxias
*Guadalupe • Inhaúma • Niterói • Nova Iguaçu • Olaria •
*Pde Miguel • Praça Bandeira • Praça Seca.

273-3160

413-5311

ANEXO M – Calendário 1988/1989 – As mulheres na luta contra a escravidão

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO.
Organizadoras: Maria Lúcia de Barros Mott - Nilza Iraci Silva

1988 **1989**
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM



NOVEMBRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

DEZEMBRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

JANEIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

FEBREIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

MARÇO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

ABRIL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

mulher, força de trabalho na quimonda
Paula Rosa de Almeida
A mulher, força de trabalho na quimonda, é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal.

mulher de Quimonda
Paula Rosa de Almeida
A mulher de Quimonda é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal.

mulheres nas favelas
Paula Rosa de Almeida
As mulheres nas favelas são as mulheres que vivem nas áreas de habitação precária, onde elas enfrentam muitas dificuldades. Elas são as mulheres que vivem nas áreas de habitação precária, onde elas enfrentam muitas dificuldades. Elas são as mulheres que vivem nas áreas de habitação precária, onde elas enfrentam muitas dificuldades.

Maria Fátima dos Reis
Paula Rosa de Almeida
Maria Fátima dos Reis é uma mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal. Ela é a mulher que trabalha na indústria de transformação, especialmente na indústria têxtil, onde ela é a força de trabalho principal.

Fonte: AEL AFRO-CEBRAP – Fundo Geledés (1988).

ANEXO N - Folder - Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista

CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA — CCMN

Continua a tradição de luta da mulher africana no Brasil: de Nzinga, Luiza Mahin, Teresa de Quariterê, Carolina de Jesus, Clementina de Jesus, Benedita da Silva, movimento de mulheres negras e tantas guerreiras anônimas. Da raiz na África ao fruto maduro de uma raça bamba.

Nagôs, geges minas, fons, congos, bantus.

Orixás, eremins, iaôs, iás, ialodês.

Raça que tem a mania de ter fé na vida:

abrimos espaço com os nossos próprios passos.

Início de atividades:
30 de junho de 1990.

OBJETIVOS

Oferecer à mulher negra, à raça negra e à população da Baixada Santista um espaço para o estudo e debate das questões negras e da mulher.

— Fortalecer os direitos da mulher negra, dos negros e da mulher no campo político, sócio-econômico e cultural, combatendo todos os tipos de discriminação racial e sexual.

— Resgatar, preservar e divulgar a história e cultura dos Africanos no Brasil e no mundo.

— Promover intercâmbio com organizações nacionais e internacionais negras e de mulheres.

Fonte: AEL AFROCEBRAP - Pasta mulheres (1990).

ANEXO O - Folder Casa de Cultura da Mulher Negra/Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA

As integrantes do CMNBS são responsáveis pela fundação e administração da Casa de Cultura da Mulher Negra.

Criado em 21 de março de 1986, o Coletivo participa ativamente do movimento negro, de mulheres e movimentos populares.

Realiza um trabalho de conscientização da população, através dos meios de comunicação, debates nas escolas, assessoramento aos sindicatos e partidos na questão da mulher e do negro para a eliminação do racismo e sexismo.

Atua na área dos direitos da mulher, direitos da raça negra, direitos humanos, educação, saúde, ecologia, legislação, pesquisa e produção de material didático sobre a mulher negra.

Produziu 3 cartilhas:

— Mulher negra tem história-biografia de 30 mulheres negras;

— Mulher negra: uma perspectiva histórica-análise da situação da mulher negra no Brasil através dos tempos;

— Articulando-reunião de artigos de imprensa escritos por Alzira Rufino do Coletivo.

Criou o Coral Infantil Omô Oyá, de crianças negras dos morros e periferia da Baixada Santista, resgatando músicas em dialetos africanos.

Criou o Grupo de Dança Afro Ajaina de adolescentes negros.

Organizou o 1º Enc. de Mulheres Negras da Baixada Santista com cerca de 200 mulheres de todo o país e do exterior.



Mapa da localização da
CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA

Endereço:

Rua Prof. Primo Ferreira, 22
Boqueirão (perto do Super-Centro)
11.040 — Santos/ SP — Brasil
Fone: (0132) 34.9976

Horário de funcionamento:

Terça, quarta, quinta	— 9h00 às 18h00
sexta, sábado	— 9h00 às 23h00
domingo	— 9h00 às 15h00

APOIO CULTURAL

PROCÓPIAS



Fonte: AEL AFROCEBRAP - Pasta mulheres (1990).

ANEXO P - Folder – Convocatória de articulação brasileira para o 1º Encontro Latino-Americano e Caribenho de mulheres negras

Informe Financeiro

Até Abril último, o Encontro já havia conseguido apoio financeiro das seguintes agências financiadoras: OXFAM da América Central, OXFAM do Caribe, e Global Found for Women (USA). Contatos estavam e continuam sendo feitos com UNICEF, UNIFEM, CEBEMO, CRISTIAN AID e outras.

É importante ressaltar que os financiamentos até agora recebidos não cobrem o custo total do Encontro. As participantes devem recorrer junto às agências financiadoras o apoio necessário para sua ida.

Inscrição: US\$ 176
(incluindo alimentação e hospedagem)

Passagem: São Paulo - República Dominicana - São Paulo = US\$ 1.100

Passagem: Rio - República Dominicana - Rio = US\$ 800

Informações e Inscrição

Brasil

Geledés - Instituto da Mulher Negra
Maria Lúcia da Silva
Praça Carlos Gomes, 67 - 5º cj. M
01501 - Capital/SP
Fone: (011) 35.3869 Fax/Fone (011) 36.9901

Centro de Articulação das Populações Marginalizadas
Joselina da Silva
Rua da Lapa, 200 s/809-811
20.021 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021)252.2302 e 232.6249

República Dominicana

Casimiro de Moya nº 104, Gazane
Santo Domingo, República Dominicana
Fone: 686.6744 Fax (809) 686.7474

Uma lista das agências financiadoras pode ser solicitada nos endereços acima.



1º Encontro de Mulheres Negras

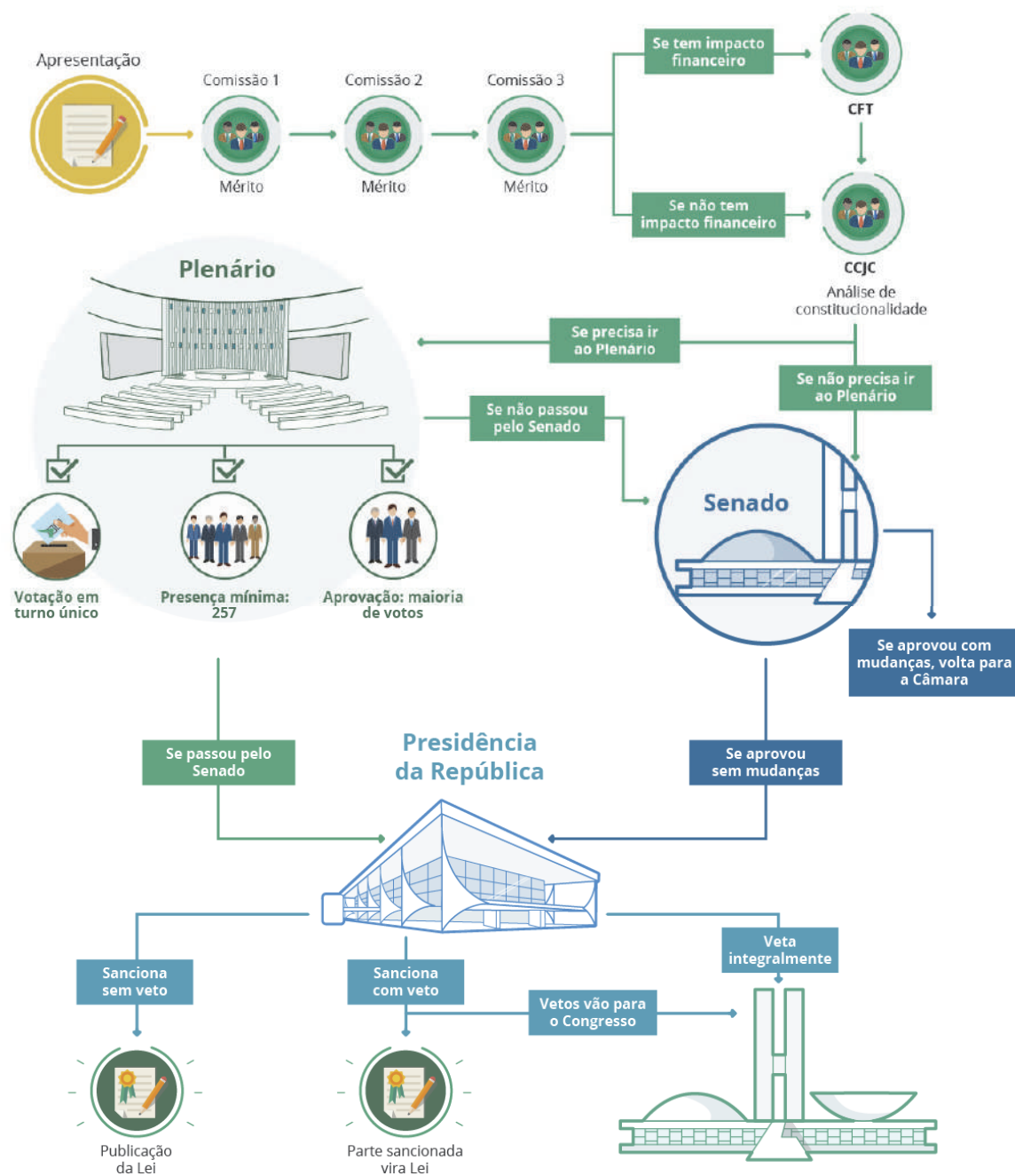
América Latina e Caribe

19 a 25 de julho de 1992



Fonte: Fundo *Geledés*: AEL – Pasta Mulheres (1992).

ANEXO Q - Organograma do processo Legislativo – Câmara dos Deputados e Senado Federal



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/>. Acesso em: 5 set. 2025.